

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Nº 13 - Brasília, 2023

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

ISSN 2525-6653



Número 13
Brasília – 2023

EXPEDIENTE

Editor da Revista: Gustavo Henrique Marques Bezerra

Revisor: Gustavo Henrique Marques Bezerra

Diagramação: Samuel Tabosa (samuel.tabosa@gmail.com)

Capa: Dinho Aor

Conselho Editorial

Gustavo Henrique Marques Bezerra (presidente)

Aldo Paviani

André Ricardo Heráclio do Rêgo

Bernardo Felipe Estellita Lins

Carlos Henrique Cardim

Carlos Hugo Studart Corrêa

Jorge Henrique Cartaxo

José Theodoro Mascarenhas Menck

Paulo Erico Silva Castelo Branco

Paulo Roberto de Almeida

Ricardo Wahrendorff Caldas

Ricardo Gonçalves da Silva

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Thérèse Hofmann Gatti da Costa

Virgílio Caixeta Arraes

Diretoria do IHG-DF, gestão 2022-2024

Presidente: Paulo Erico Silva Castelo Branco

Vice-Presidente: Carlos Henrique Cardim

Segundo Vice-Presidente: Carlos Valoussiêre de Castro Brandão

Secretário-Geral: Carlos Hugo Studart Corrêa

Diretor Financeiro: Roberto Mario da Silva Castello

Diretor de Arquitetura e Obras: Cláudio José Villar de Queiroz

Diretora do Centro de Documentação: Nina Maria Harres Tubino

Diretor de Comunicação: Telmo Amand Ribeiro
Diretor de Ensino e Pesquisa: Antônio Flávio Testa
Diretor Jurídico: Max Telesca
Diretor de Publicações: Gustavo Henrique M. Bezerra
Diretor de Relações Institucionais: Jorge Henrique Cartaxo
Diretor de Relações Internacionais: Paulo Roberto de Almeida

**Novos sócios acadêmicos que tomaram posse desde
Maio de 2022** (Discursos de posse e de saudação estarão
disponíveis no site: <https://ihgdf.com.br/>)

1. Ariovaldo Pereira de Souza
Patrono: José Maria Belo
2. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa
Patrono: Álvaro Lins
3. Argemiro Procópio Filho
Patrono: João Ribeiro
4. Luís Maximiliano Leal Telesca Mota
Patrono: Hélio Silva
5. Léa Maria Carrer Iamashita
Patrono: Sérgio Buarque de Holanda
6. José Inaldo Chaves Júnior
Patrono: Max Fleiuss
7. Cláudio Luiz Nogueira Guimarães dos Santos
Patrono: Sérgio Côrrea da Costa
8. Ivan Marques de Toledo Camargo
Patrono: Juarez Távora
9. Alessandro Gagnor Galvão
Patrono: Gustavo Barroso
10. Telmo Amand Ribeiro
Patrona: Therezinha de Castro
11. Ricardo Gonçalves da Silva
Patrono: Caio Prado Júnior
12. Carlos Alberto dos Santos Cruz
Patrono: Manuel Deodoro da Fonseca

13. Juliano Ricardo de Vasconcelos Costa Couto
Patrono: Padre Leonel Franca
14. Marcus Vinícius Furtado Coêlho
Patrono: Carlos Maximiliano
15. Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro
Patrono: Pompeu de Souza
16. Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim
Patrono: Ernesto Silva
17. João Mendonça de Amorim Filho
Patrono: Joaquim Cardozo
18. Christiane Samarco Rodrigues Cecílio
Patrono: Edilson Cid Varela
19. Tânia Siqueira Montoro
Patrono: Assis Chateaubriand
20. José Rossini Campos do Couto Corrêa
Patrono: Athos Bulcão
21. Roberto Ferreira Rosas
Patrono: Alceu Amoroso Lima
22. Hugo Napoleão do Rego Neto
Patrono: Pedro Aleixo
23. Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara
Patrono: Burle Marx
24. Rubens Cavalcante Júnior
Patrono: Francisco Adolfo de Varnhagen
25. Edmilson Sobreira Caminha Júnior
Patrono: Guimarães Rosa
26. Saulo Santos Diniz
Patrona: Julia Kubitschek
27. Moema Correia São Thiago
Patrono: Luiz Carlos Prestes
28. Nikolaus Hubertus Josef Maria Von Behr
Patrono: André Malraux
29. Carla Ribeiro Testa
Patrona: Dulcina de Moraes

30. Lenora de Castro Barbo
Patrono: Auguste François-Marie Glaziou
31. Marco Aurélio Mendes de Farias Melo
Patrona: Marianne Peretti
32. Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque
Patrono: Darcy Ribeiro
33. Gilmar Duarte da Costa
Patrono: Pe. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota
34. José Leonardo Ferreira
Patrono: Milton Santos
35. José Eduardo Rangel de Alckmin
Patrono: Jerônimo Coimbra Bueno
36. Selma Lúcia de Moura Gonzales
Patrono: Djalma Polli Coelho
37. Flávio Augusto Bonfá
Patrono: Ernesto Balduino de Almeida
38. Maria de Lourdes Abadia
Patrono: José Aparecido de Oliveira

Sumário

Apresentação: duas edições ao ano 9

Ensaaios

A Primeira Conferência de Paz da Haia, 1899. Por que a Rússia? 13

Carlos Henrique Cardim

Experiência Metamórfica: poesia e morte no pensamento
de Eudoro de Souza 63

Isaque Pereira de Carvalho Neto

Teocracia e Urbanização em Missões Jesuíticas 95

Jorge Guilherme Francisoni

Intelectuais na cultura e na diplomacia, no mundo e no Brasil 131

Paulo Roberto de Almeida

Artigos

Rock: um ensaio 171

Bernardo E. Lins

Guerra e Paz, Democracia e “Democracia” 197

Alessandro Gagnor Galvão

Os Três Pilotis do Plano Piloto 211

Jorge Guilherme Francisoni

Notas

Confraria de Cidadãos Honorários de Brasília/ Senhores Congressistas,
sejam bem-vindos a Brasília, a cidade que fizemos para vocês 223

Wilson Wander Lopes

Mudanças climáticas afetam o ambiente inteiro 229

Aldo Paviani

Resenhas

<i>Lisábria de Jesus, ou o Estigma de Cam</i> ; romance desconcertante de Alan Viggiano	235
<i>João Carlos Taveira</i>	
Para além de esquerda e direita: Sobre a manipulação política do significado de 1964 e do regime autoritário civil-militar	243
<i>Gustavo Marques</i>	
Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal	257
Sumários dos números anteriores da <i>Revista do IHG-DF</i>	267
Normas para colaboradores	279

Apresentação

Duas edições ao ano

A revista que o leitor tem em mãos constitui a segunda a ser publicada durante a atual presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF), iniciada em 2022. Trata-se, fundamentalmente, de textos divididos em quatro categorias (ensaios, artigos, notas e resenhas), escritos, em sua maioria, no decorrer dos últimos dois anos, em um período de transição, de uma direção a outra.

Inicialmente, planejou-se a publicação dos textos para fins de 2022, reunidos em um volume único, juntamente com aqueles que compõem a edição anterior da revista, publicada no primeiro semestre do ano corrente. O vasto material reunido, entretanto, resultou em uma grossa coletânea, de cerca de 400 páginas; tal fato, se por um lado comprovou o grande interesse na publicação, por outro lado acabou inviabilizando-a, por razões práticas. A isso se somaram as vicissitudes típicas de uma conjuntura política complexa, o que levou à divisão em dois volumes, publicados semestralmente, o segundo dos quais ora é apresentado ao público leitor.

A presente publicação apresenta, assim, duas grandes novidades em relação a suas antecessoras: em primeiro lugar, trata-se, pela primeira vez na história do IHG-DF, de uma publicação semestral, totalizando duas por ano (a última, de número 12, publicada no primeiro semestre de 2023, leva o ano de 2022, por motivo de continuidade). Essa circunstância, por si só, apresentou um novo desafio à direção de publicações.

Em segundo lugar, por deliberação do Conselho Editorial, decidiu-se que os discursos de posse e de saudação dos novos sócios acadêmicos do Instituto, os quais compunham parte significativa da revista, deverão, a partir deste número, não mais compor a

edição impressa. Os discursos realizados após maio de 2022 serão disponibilizados eletronicamente, doravante, no website do Instituto. Tais mudanças, longe de significarem qualquer desprestígio, foram feitas por razões de espaço, tendo por finalidade, unicamente, facilitar a edição da revista e adequar a publicação aos novos padrões de modernização digital que, espera-se, sejam doravante implementados.

Os temas dos ensaios, artigos, notas e resenhas seguem o padrão de pluralidade que caracteriza as edições anteriores, com textos que versam sobre tópicos que, por mais variados que sejam, dialogam entre si, compondo um mosaico rico e diversificado. Compreendendo desde temas como História Diplomática e do Brasil, Literatura, Arquitetura, Meio Ambiente e Música, os textos selecionados se caracterizam pela variedade de abordagens e de pontos de vista, sem fugir, inclusive, da polêmica. Pretende-se, com isso, apresentar um vasto painel da atual produção intelectual brasiliense, pelos membros e sócios dessa instituição-referência, com vistas à preservação e à divulgação do patrimônio cultural e intelectual do DF e, ao mesmo tempo, à abertura para novos colaboradores, mediante o diálogo com um público mais amplo. Sempre tendo em vista a pluralidade, marca registrada do Instituto.

Ao congratular a direção do IHG-DF pela iniciativa de dar continuidade à publicação da revista, agora em base semestral, o diretor de publicações gostaria de deixar registrado seu agradecimento à atual presidência do Instituto e, em particular, a seu antecessor no cargo, Embaixador Paulo Roberto de Almeida – autor de um brilhante ensaio sobre o papel dos intelectuais na cultura e na diplomacia, incluído neste volume –, com quem compartilhou a organização da edição número 12. Espera-se que o trabalho atual esteja à altura do anterior.

Gustavo Henrique Marques Bezerra
Brasília, 19 de outubro de 2023



Ensaio

A

N

I

A

F

O

19745

A Primeira Conferência de Paz da Haia, 1899. Por que a Rússia?¹

Carlos Henrique Cardim²

Myr: palavra russa que significa mundo e paz.

“Não há que ter medo da Rússia”.

Herfried Munkler,

cientista político alemão, em 2008.

1) Por que a Rússia?

As chancelarias das grandes potências, no final do século XIX – Reino Unido, Alemanha, França, Austro Hungria, e Estados Unidos – foram surpreendidas no dia 24 de agosto de 1888 por uma circular do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia com o convite para a realização de uma conferência internacional acerca da paz.

A primeira e natural reação de Londres, Berlim, Paris, Viena e Washington foi a de indagar as motivações de Moscou em convocar um conclave de inspiração pacifista num momento de intensa corrida armamentista na Europa.

Por que a Rússia convoca esta Conferência? foi a pergunta feita e que hoje ainda precisa ser repetida.

1 Texto escrito pelo autor em 2012.

2 Embaixador; Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília UnB.

A Rússia e os Por quês?

O destacado soviétólogo Richard Pipes – Professor da Universidade de Harvard e conselheiro do Presidente Ronald Reagan – também, como aconteceu comigo, foi picado pela mosca dos por quês em relação à Rússia. Escreveu um arguto ensaio intitulado “Os Três ‘Por quês?’ da Revolução Russa”: “Por que ruiu o regime czarista?; Por que os Bolcheviques triunfaram? e Por que Stalin logrou suceder Lenin?”.

Em recente visita a Moscou, encontrei-me com 6 renomados políticos e intelectuais russos a quem formulei um por que. Por que a Rússia convocou a I Conferência de Paz da Haia de 1899? Qual a contribuição russa à paz mundial? Concentrei-me nestas questões em número menor do que as 3 perguntas de Pipes..., mas indagações centrais acerca da motivação russa na política internacional.

2) Aconteceu em 1962, e em outras épocas também...

Numa noite, no auge da crise de Cuba de 1962, o irmão do Presidente John Kennedy e Ministro da Justiça, Robert Kennedy, visitou reservadamente o Embaixador russo em Washington. Levava mensagem pessoal, confidencial e urgente do Presidente Kennedy que expressava não ter mais condição de conter os militares, que estavam prontos a invadir Cuba, se não fossem retirados de imediato os mísseis soviéticos.

Transmitida a mensagem a Moscou, o líder comunista Krushev concorda na retirada. Restava agora obter a concordância e a assinatura de Fidel Castro no documento de ajuste entre as superpotências. O Chanceler soviético, à época, Anastas Mikoyan foi enviado urgente a Havana com a missão de negociar com Castro.

Como previsto a negociação de Mikoyan encontrou resistência em Fidel, receoso de ficar exposto e vulnerável às forças armadas Washington. Passavam as horas e a situação continuava indefinida.

Em determinado momento, entra na sala um assessor de Fidel Castro e lhe entrega uma folha de papel. O dirigente cubano lê a mensagem com ar preocupado: acabava de falecer em Moscou a esposa de Mikoyan.

Fidel Castro de imediato interrompe a negociação política e diz a Mikoyan que infelizmente tem uma mensagem triste a lhe comunicar e oferece ao chanceler russo um avião para levá-lo de imediato a Moscou. Mikoyan se levanta grave e silencioso, vai até a janela e chora.

Volta para a mesa de reunião e agradece a gentileza de Fidel Castro, mas diz que como a negociação não foi ainda concluída, deve ficar em Havana, porque está em jogo a paz mundial, com risco de uma guerra nuclear.

Fidel Castro recebe e reflete sobre o dito por Mikoyan. Após alguns instantes de silêncio, toma a palavra e diz que assinará o termo proposto.

O ex-Primeiro Ministro russo, Eugeni Primakov contou-me essa história, na visita que lhe fiz há duas semanas, em Moscou.

Relatos semelhantes a este podem ser encontrados na História russa na II Guerra Mundial, na I Guerra Mundial e na Guerra contra Napoleão, mostrando o papel central de Moscou na política internacional há dois séculos, desde 1812.

Independente dos atores, enredos e circunstâncias esses relatos demonstram familiaridade com crises, realismo, pragmatismo, sentido de responsabilidade, flexibilidade, profissionalismo dos atores da política externa russa.

3) Nota geográfica

Ilustração 1: Mapa da Rússia



“Os mapas podem ser chamados a luz ou o olho da História”.

Huisius, geógrafo do século XVI.

“Rússia! que maravilhoso fenômeno da cena mundial! Rússia – uma distância de mais de dez mil quilômetros de comprimento numa linha reta do virtual rio central da Europa, através toda Ásia e Oceano do Leste, descendo até as remotas terras da América! Uma distância de mais de cinco mil quilômetros entre a Pérsia, um dos estados do sul da Ásia,

e o fim das terras habitadas do mundo – o Polo Norte. Que estado pode se igualar a isso? Sua metade? Quantos estados podem caber em sua vigésima, sua quinta parte? ... Rússia – um estado que contém todos os tipos de solo, do mais quente ao mais frio, de ambientes de calor de Erivan à gélida Lapland, que abunda em todos os produtos necessários para suas necessidades, conforto e prazeres da vida, conforme seu presente estágio de desenvolvimento – um mundo inteiro, autossuficiente, independente, absoluta”.

Mikhail Petrovich Pogodin (1800-1879).

Historiador russo.

“A geografia organiza o cenário para a história; os seres humanos fazem a história”.

Nicholas V. Riasanovsky.

Professor de História da Europa.

A principal enciclopédia russa registra que “O Império russo, estendendo-se em suas grandes latitudes, ocupa todo o leste da Europa e o norte da Ásia, e sua superfície constitui 42% da área destes dois continentes. O Império russo ocupa 1/22 parte do mundo e aproximadamente 1/6 do total da superfície terrestre”.

Grandes números da Rússia, em 2008

Litoral: Rússia 37.653 Km. Quarto país em extensão do litoral antecedido pelo Canadá (1) 202.080 km; Indonésia (2) 54.716 km, e Dinamarca (3) 51.401 km.

Número de países limítrofes: Rússia 14. Primeiro lugar com a China 14, seguidos por Brasil (2) 10; Alemanha (3) 9 e Congo (3) 9.

Fronteiras terrestres: Rússia 20.017 km, segundo lugar no mundo. País com extensão maior China (1) 22.117 km. Outros países com maiores fronteiras: Brasil (3) 15.719 km; Índia (4) 14.107 km, e Estados Unidos (5) 12.034 km.

Reservas renováveis de água doce: (1) Brasil 8.233,0 km cúbicos; Rússia (2) 4.498,0 km cúbicos; Canadá (3) 3.300 km cúbicos, e Estados Unidos (4) 3.068,0 km cúbicos e Indonésia (5) 2.838,0 km cúbicos.

Reservas comprovadas de petróleo: Rússia em sétimo lugar no mundo com 79,4 bilhões de barris (bdb), antecedida por Arábia Saudita (1) 264,2 bdb; Irã 138,4 bdb; Iraque 115,0 bdb; Kuaite 101,5 bdb; Emirados Árabes Unidos 97,8 bdb e Venezuela 87,0 bdb.

Reservas comprovadas de gás natural: Rússia 44,65 milhões de metros cúbicos (mmc), primeiro lugar no mundo, seguida por Irã (2) 27,80 mmc; Catar (3) 25,60 mmc, Arábia Saudita (4) 7,17 mmc e Emirados árabes Unidos (5) 6,09 mmc.

Reservas comprovadas de carvão: Rússia (2) 157.010 milhões de toneladas (mt). Primeiro lugar no mundo Estados Unidos 242.721 mt. China (3) 114.500 mt; Austrália (4) 76.600 mt, e Índia (5) 56.498 mt.

Reservas comprovadas de Urânio: Rússia, sétimo lugar no mundo, 279.00 tU. Classificação: Austrália (1) 1.143.000 tU; Cazaquistão (2) 816.000 tU; Canadá 444.000 tU; África do Sul 342.000 tU; Brasil (5) 341.000 tU; Namíbia 282.000 tU, e Estados Unidos (8) 225.000 tU.

População: Rússia, em oitavo lugar no mundo, com 144.000.000 habitantes.

Estoque migratório: Rússia em segundo lugar, com 12.080.000; primeiro Estados Unidos com 38.355.000.

Produção de eletricidade: Rússia em quarto lugar no mundo com 951,2 bilhões de kilowatt/hora (bkh). Estados Unidos em primeiro com 4.268,4 bkh, e Brasil em oitavo com 403,0 bkh.

Malha ferroviária: Rússia segundo no mundo com 85.245 km; Estados Unidos primeiro com 153.787 km, e Brasil oitavo com 30.403 km.

PIB, Produto Interno Bruto (por paridade de poder de compra): Rússia em oitavo lugar com US\$ 1,877,205 milhões; Estados Unidos

primeiro com US\$ 13,675,646 milhões, e Brasil décimo com US\$ 1,804, 593 milhões.

Contingente das forças armadas: Rússia em quinto lugar com 1.027.000. China (1) com 2.225.000; Estados Unidos (2) com 1.506.000; Índia (3) com 1.316.000, e Coréia RDC (4) com 1.106.000.

Orçamento militar: Rússia em terceiro lugar, em 2012, com cerca de 80 bilhões de U.S.\$; China, segundo com 143 bilhões, e Estados Unidos, primeiro com 711 bilhões de dólares. Segundo o SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute), a Rússia planeja alcançar, em 2020, 70% do poder militar que tinha na era soviética, com o emprego de modernos armamentos.

Produção de livros (em número de títulos classificados pela CDU): Rússia em sétimo lugar com 36.237. Primeiro lugar Reino Unido 110.965; Alemanha (2) com 78.042; Estados Unidos (3) 68.175; Espanha (4) com 59.174; Japão (5) com 56.221 e França (6) com 39.083.

Maior país na região do Ártico, considerada hoje a nova fronteira estratégica, de recursos energéticos, e econômica-comercial, com a planejada abertura de via marítima de conexão polar entre a China e a Europa e a futura exploração de jazidas petrolíferas.

4) Ocidentais e russos dificultam o conhecimento da Rússia...

Certa vez, foi dito com respeito a Rui Barbosa que “uma grossa argamassa” nos separa da sua obra. Esta ideia me veio à mente, ao refletir acerca do conhecimento no Ocidente sobre a Rússia. “Imagens definitivas”, percepções equivocadas, preconceitos e falhas russas contribuem para nosso pouco e distorcido conhecimento do mais extenso país do mundo.

Vários intelectuais e dirigentes russos me expressaram, em recente viagem que fiz a Moscou, que parte dessa “misperception” do país é de responsabilidade dos próprios que fazem um “mal trabalho de difusão e divulgação do país no mundo”.

Causou-me surpresa a autoimagem forte que alguns de meus interlocutores me manifestaram de ser a Rússia um país essencialmente defensivo, nunca imperialista: “A Rússia: veja os casos de Napoleão e Hitler, as maiores epopeias militares, reagiu sempre em sua própria e legítima defesa”. Essa percepção contrasta com visões predominantes no Ocidente e na Ásia: a imagem agressiva e bárbara da Rússia, o grande e agressivo urso negro russo.

O dobro, e já foi quase o triplo, do Brasil!

Considerando-se o fato, às vezes esquecido, de que a Rússia é o maior país do mundo – Rússia: 17.098.000 Km², Canadá: 9.985.000 km²; China: 9.635.000 km²; Estados Unidos: 9.632.000 km², e Brasil: 8.515.000 Km² – pode-se afirmar que a Rússia é a grande falha, o grande déficit, no conhecimento contemporâneo ocidental sobre a política mundial.

Na época da URSS, a extensão territorial era de 22 milhões de quilômetros quadrados.

“O General Inverno” nunca existiu

Dominic Lieven, professor de História da Rússia da London School of Economics (LSE), no recente e premiado livro “Russia against Napoleon – the true story of the campaign of war and peace”, expõe com sólida base acadêmica de pesquisa que a Rússia deve sua vitória não somente à coragem do espírito nacional e ao forte inverno de 1812, como defende a bibliografia francesa, mas principalmente à sua excelência militar, à superior cavalaria, ao alto padrão da diplomacia russa, aos serviços de inteligência e à qualidade de sua elite europeia.

Lieven baseia-se em fontes e autores russos, desconhecidas de autores franceses e ingleses, além da bibliografia tradicional. Aponta a consagração de interpretações europeias simplistas da “sabedoria convencional ocidental” acerca da Rússia, como a da derrota de Napoleão pelo “General Inverno”, que no fundo glorifica Napoleão e os franceses que somente podem ser batidos por forças extra-humanas, quase de origem divina. O famoso “General Inverno” impressionou por seu impacto visual o público nos filmes de “Guerra e Paz”, mas a realidade histórica foi bem outra... Outros generais russos foram os responsáveis pela derrota de Napoleão.

A “boutade” de Churchill

“A Rússia é uma interrogação, envolta num mistério, dentro de um enigma”. A bastante repetida frase de Churchill, contém grande desconhecimento, e certo preconceito. É o tipo de dito que pode ser aplicado a muitas nações, pessoas e fatos, inclusive ao próprio Reino Unido...

Churchill, grande orador e líder político, criou também outra expressão, esta acerca da URSS – “cortina de ferro” – muito utilizada. Ambas pouco contribuem para o melhor entendimento da Rússia, e ao invés fortalecem preconceitos.

As duas grandes potências, segundo Tocqueville

Vale a pena relembrar a previsão feita no século XIX – de certa forma realizada no século XX – por Alexis de Tocqueville, segundo a qual “no mundo existem hoje dois grandes povos que, embora partindo de pontos diferentes, parecem avançar para o mesmo destino: são eles os Russos e os Anglo-Americanos. (...) O ponto de partida de ambos é diferente, as suas vias são diversas; contudo, cada um deles parece chamado, por um destino secreto da Providência, a conservar um dia nas mãos os destinos de uma metade do mundo”.

5) “A Rússia é um país independente de fato. Há poucos países como a Rússia no mundo”

Em seminário promovido pela FUNAG / IPRI acerca da Rússia, em 2007, o professor Serguei Markov da Universidade de Moscou, destacou algumas das principais diretrizes da política externa do Governo Putin, que valem, também, para a compreensão de como os russos se veem a si mesmos no cenário internacional moderno e contemporâneo:

- “A Rússia é um país independente de fato. Há poucos países como a Rússia no mundo.
- A Rússia jamais aceitaria o papel de ‘irmão mais jovem’, em qualquer coalizão.
- A política externa da Rússia deve ser multilateral (...) destacam-se no Ocidente dois centros de influência: os Estados Unidos e a União Europeia.
- A Índia, a China e o Brasil são países importantes para a Rússia.
- Os Estados Unidos são uma grande potência, circunstância que torna inviável um conflito da Rússia com aquele país. Os EUA levam a cabo uma política imperialista, egoísta e frequentemente errada. Deste modo, a Rússia deverá procurar minimizar, mediante o diálogo, a ameaça à paz apresentada pelos Estados Unidos”.

6) Rio Branco e a Rússia

Raul do Rio Branco registra em “Reminiscências do Barão do Rio Branco que “Meu pai mostrou grande interesse pela civilização russa e de volta levou uma biblioteca completa sobre o país”.

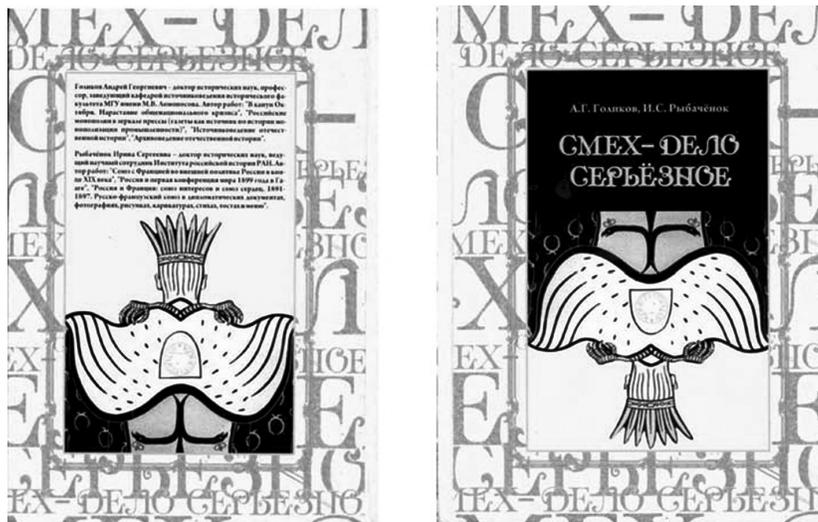
Este é o seu depoimento acerca da missão do Barão em terras russas:

“Foi nesse tempo (1884) que recebi meu pai, do Governo Imperial, a incumbência de organizar e dirigir, durante dois ou três meses, uma exposição de propaganda do café nos mercados russos, onde nossa bebida não se conhecia, senão num círculo restrito de aristocratas cosmopolitas e alguns homens de letras viajados. Essa exposição se realizou em Moscou e, por mais tempo, em São Petersburgo. (...)”

A missão teve bom êxito, tendo nosso produto suscitado vivo interesse na Corte e nas classes inferiores. Houve recepções oficiais, mais do que as habituais, recepções a que o Tzar Alexandre III deu grande relevo. Meu pai mostrou grande interesse pela civilização russa e de volta levou uma biblioteca completa sobre o país, além de retratos com dedicatória do Tzar e da família imperial, inclusive dos grão-duques irmãos do Imperador, homens todos de aparência soberba com belos uniformes de corte meio oriental. Teve ele a honra de conversar bastante tempo com Alexandre III, imponente colosso que lhe deixou uma grande impressão de força física, de vontade e de coração. Teve também longa palestra com Tzarevich, mais tarde Nicolau II, então rapaz. Ambos se mostraram curiosos das cousas do Brasil, sobretudo quanto à escravidão negra que comparavam à servidão russa”.

Rio Branco viu que o rei estava nu

Ilustração 2: charges



Merece destaque trecho do relato de Raul do Rio Branco onde ele sublinha a notável capacidade analítica do pai e sua impressionante intuição do desenrolar do cenário político. O Barão do Rio Branco viu com nitidez as vulnerabilidades do regime czarista, a fragilidade do futuro czar, e anteviu que o rei estava nu, como mostrava perspicaz caricatura da época.

“Tendo observado o país, com a observação concentrada e a precisão que lhe era peculiar, meu Pai, ao resumir suas impressões, de volta a Paris, fez algumas previsões que estavam em seus hábitos. (...) Todos os presentes, além do comandante e meu professor de desenho, participaram da surpresa, ao ouvirem meu Pai declarar que, segundo o que observara, tinha a impressão de que o tzarevich, futuro Nicolau II, que não contava então mais de 15 anos de idade, seria o Luis XVI da dinastia”.

7) “A Rússia americana que somos”

Gilberto Freyre na “Introdução do Autor”, em *Região e tradição*, assinala que: “Quando o autor escreveu, em 1924, referindo-se ao Brasil – ‘a Rússia americana que somos’ – não fez frase inteiramente à toa, mas deu expressão – embora mal – ao sentido paralelismo cultural e psicológico que parece nos aproximar, de fato, dos rumos dos russos do século XIX. Sentido que foi também acentuado por ensaístas de relevo como Vicente Licínio Cardoso e o senhor Octavio de Farias.

O paralelismo sugerido – repita-se – é com a Rússia do século XIX e dos começos do século atual. A Rússia que procurava por intermédio dos seus sociólogos, dos seus poetas e dos seus romancistas uma solução russa e ao mesmo tempo social, largamente cristã e fraternalmente humana para os seus problemas especialíssimos – nem europeus, nem asiáticos”.

“Somos gigantes territoriais”

Em pronunciamento durante viagem a Moscou, em 2006, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assinalou que “Normalmente vistos como países muito diferentes, Brasil e Rússia, na verdade, guardam expressivas similaridades. Somos gigantes territoriais com influências importantes nos respectivos contextos continentais, além de possuir grandes populações com perfil etnicamente diversificado. A Rússia é país de peso no panorama mundial, e exerce papel significativo nos rumos políticos e econômicos de sua região”.

8) “O cavaleiro da encruzilhada”

Ilustração 3: Quadro “O cavaleiro da encruzilhada”



O quadro de Victor Vasnetsov (1848-1926), “O cavaleiro da encruzilhada” de 1882, retrata a fadiga russa com o modelo de corrida armamentista em curso Europa, e a perplexidade face aos caminhos a seguir. A tela serve, também, para representar o estado de espírito de outras nações do velho continente.

O governo czarista, principalmente, pressionado pelo impacto da indústria de armamentos no seu orçamento decide propor uma conferência para tentar organizar, em termos razoáveis, o quadro estratégico internacional. Disciplinar a guerra em benefício da economia das grandes potências é o lema de fundo da convocatória ao conclave.

Outras motivações podem ser apontadas como presentes na iniciativa de Moscou, como por exemplo:

- o peso e prestígio internacionais da Rússia que ao derrotar Napoleão se firmara como grande potência com responsabilidades mundiais;
- ambiente político e social europeu com forte influência de movimentos pacifistas, inclusive a figura irradiante de Tolstoi;

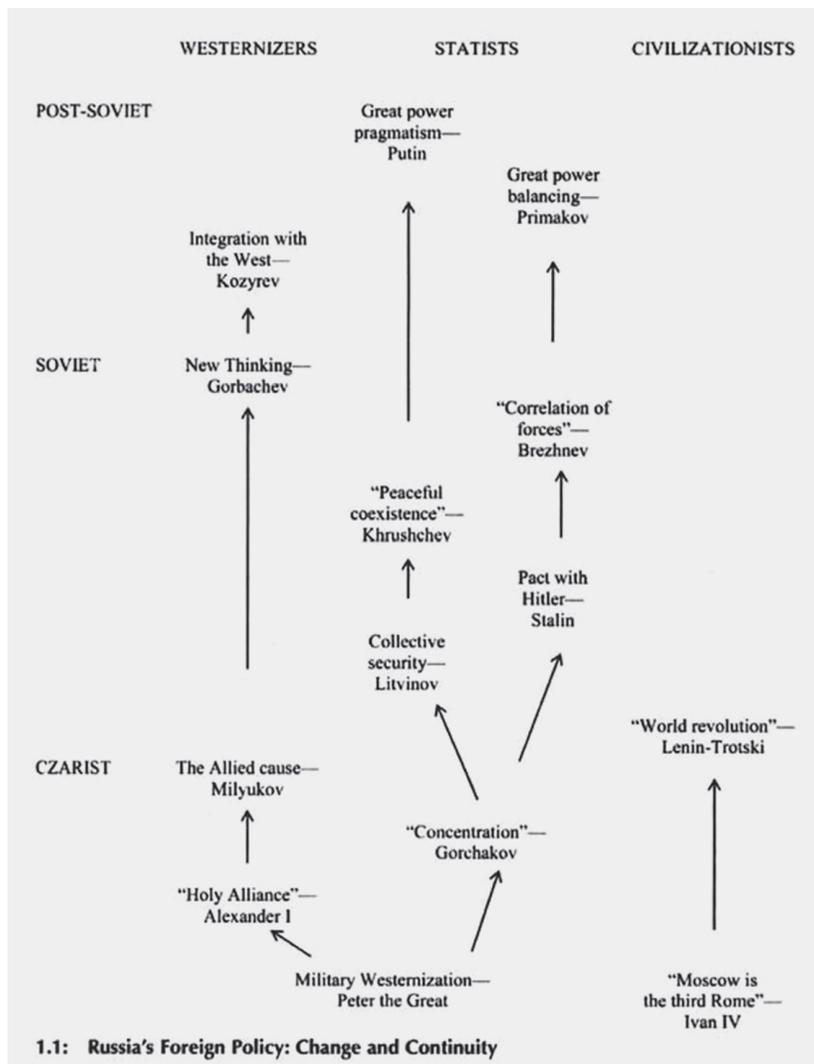
Второй уполномоченный
от России Ф.Ф. Мартенс



- atuação de juristas da Escola de Direito Internacional russa, tendo à frente De Martens, cujo trabalho na Conferência da Paz de Bruxelas de 1874 foi determinante na elaboração de código de conduta na guerra terrestre, que não havia sido sancionado ainda pelos governos;
- decisão de promover uma conferência discreta e reservada para proteger a figura do Czar de eventual fracasso da reunião;
- qualidade da diplomacia russa e alto padrão de organização da Chancelaria.

Merece destaque o quadro preparado por Andrei P. Tsygankov acerca das linhas da política externa russa, onde aparecem os focos na atuação do Estado e na questão da paz.

Ilustração 4: Quadro das linhas da política externa russa



As duas propostas russas para a Conferência de Paz da Haia de 1899

Primeira proposta: preocupação com o armamentismo e “a consagração solidária dos princípios da equidade e do direito”.

“O Conde Mouravieff, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia aos Representantes das Potências acreditadas em São Petersburgo.

São Petersburgo, 12 / 24 agosto de 1898.

A manutenção da paz geral e uma possível redução dos armamentos excessivos que pesam sobre todas as nações se apresentam, na atual situação do mundo inteiro, como o ideal ao qual devem tender os esforços de todos os Governos.

As idéias humanitárias e magnânimas de Sua Majestade o Imperador, meu Augusto Mestre, são um bem adquirido solidamente por experiência e tradição.

Na sua convicção, de que este elevado propósito responde aos interesses, os mais essenciais e às aspirações legítimas de todas as Potências, o Governo Imperial acredita que o momento atual seria muito favorável para a busca, por meio de uma discussão internacional, dos meios mais eficazes de assegurar a todos os povos os benefícios de uma paz real e duradoura, e de colocar um termo ao desenvolvimento progressivo dos armamentos atuais.

Durante os últimos vinte anos, as aspirações para uma pacificação geral foram particularmente afirmadas nas consciências das nações civilizadas. A preservação da paz foi colocada como um objetivo da política internacional; foi em seu nome que os grandes Estados concluíram entre si poderosas alianças; foi para melhor garantir a paz que eles desenvolveram, em proporções incomuns até então, suas forças militares e que eles continuam ainda a aumentá-las, sem recuar diante de nenhum sacrifício.

Todos estes esforços, no entanto, não lograram obter ainda os resultados benéficos da pacificação desejada.

Os encargos financeiros, seguem numa marcha crescente, afetando a prosperidade pública na sua fonte; as forças intelectuais e físicas dos povos, o trabalho e o capital são, em sua maior parte, desviados de suas aplicações naturais e consumidos de forma não produtiva. Centenas de milhões são empregados para adquirir engenhos de destruição terríveis que, considerados hoje como a última palavra da ciência, estão destinadas amanhã a perder todo valor como consequência de algum descobrimento novo no setor. A cultura nacional, o progresso econômico, a produção das riquezas encontram-se paralisadas ou desvirtuadas no seu desenvolvimento.

Igualmente, à medida que crescem os armamentos de cada Potência, eles influenciam cada vez menos o objetivo proposto pelos Governos. As crises econômicas, devidas em grande parte à corrida armamentista levada ao extremo, e o perigo contínuo decorre do acúmulo do material de guerra, transformam a paz armada de nossos dias em um fardo massacrante que os povos cada vez mais têm que suportar. Parece evidente, assim sendo, que se esta situação se prolongar, ela conduzirá fatalmente a um cataclismo, a ser evitado e que seus horrores fazem tremer todo pensamento humano.

Colocar um termo a este armamentismo incessante e procurar os meios de prevenir as calamidades que ameaçam o mundo inteiro, tal é o dever supremo que se impõe hoje aos Estados.

Com a convicção deste sentimento, Sua Majestade o Imperador se dignou instruir-me a propor a todos os Governos com Representantes junto à Corte Imperial, a reunião de uma Conferência que deveria se ocupar deste grave problema.

Esta Conferência seria, se Deus nos ajudar, um feliz presságio para o século que vai se abrir. Ela congregaria em um poderoso conjunto de esforços de todos os Estados que

procuram sinceramente fazer triunfar a grande concepção da paz universal sobre os elementos perturbadores e de discórdia. Ela consolidaria, ao mesmo tempo, um acordo para a consagração solidária dos princípios da equidade e do direito, sobre os quais repousam a segurança dos Estados e o bem-estar dos povos.

Conde Mouravieff”.

Segunda proposta: “prevenir os conflitos armados pelos meios pacíficos”, e continuar o trabalho da Conferência de Bruxelas de 1874.

“O Conde Mouravieff, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, aos Representantes das Potências acreditadas em São Petersburgo.

São Petersburgo, 30 de dezembro 1898/
11 de janeiro de 1899.

Quando no mês de agosto do ano passado, meu Augusto Mestre, me ordenou propor aos Governos representados em São Petersburgo a reunião de uma Conferência destinada a buscar os meios, os mais eficazes, de assegurar a todos os povos os benefícios de uma paz real e duradoura, e de colocar um termo ao desenvolvimento progressivo dos armamentos atuais, nenhum país se opôs à realização, em data não distante, deste projeto humanitário.

A acolhida cordial a esta gestão do Governo Imperial por quase todas as Potências só fez reforçar esta iniciativa.

Apreciando altamente os termos simpáticos das adesões da grande maioria dos Governos, o Gabinete Imperial pode recolher ao mesmo tempo, com viva satisfação, os mais calorosos depoimentos que lhe foram endereçados, e que continuam a chegar, da parte de todas as classes da sociedade de diferentes pontos do globo terrestre.

Apesar da grande corrente de opinião gerada em favor das ideias de pacificação, geral, o horizonte político mudou, sensivelmente, de aspecto recentemente. Várias Potências desenvolveram novos armamentos, e ampliaram ainda suas forças militares, e, face a esta situação, pode-se ser levado a indagar se as Potências julgam o momento atual oportuno à discussão internacional das ideias emitidas na circular de 12 / 24 de agosto.

Na expectativa de que, no entanto, os elementos de perturbação, que agitam as esferas políticas darão lugar a disposições mais serenas e de natureza a favorecer o sucesso da Conferência projetada, o Governo Imperial tem a opinião por sua parte de que seria possível encaminhar um intercâmbio preliminar de ideias entre as Potências com o objetivo de:

- a) Buscar, sem retardo, os meios de colocar um termo ao crescimento progressivo dos armamentos de terra e de mar – questão cuja solução torna-se cada vez mais urgente, tendo em vista o novo alcance desses armamentos;
- b) Preparar os caminhos para uma discussão das questões relacionadas à possibilidade de prevenir os conflitos armados pelos meios pacíficos à disposição da diplomacia internacional;

No caso de as Potências julgarem o momento atual favorável à reunião de uma Conferência nessas bases, seria certamente útil estabelecer entre os Governos um entendimento acerca do programa dos trabalhos.

Os temas a serem submetidos à discussão internacional no âmbito da Conferência poderiam, em linhas gerais, se resumir nos seguintes tópicos:

- 1) Entendimento estipulando o não aumento, por um termo a estabelecer, dos efetivos atuais das forças armadas de terra e mar, como também dos orçamentos de guerra e conexos; estudo preliminar das vias pelas

quais poderiam se realizar, no futuro, uma redução dos efetivos e orçamento acima mencionados;

- 2) Interdição da colocação em uso, nos exércitos e frotas, de novas armas de fogo e de novos explosivos, assim como de cargas mais potentes que as adotadas atualmente, tanto em fuzis como em canhões;
- 3) Limitação do emprego nas campanhas de guerra de explosivos de potência extraordinária, já existentes, e proibição do lançamento de projeteis ou explosivos do alto de balões ou por meios análogos;
- 4) Proibição do emprego nas guerras navais de navios submarinos torpedeiros, ou com outros engenhos de destruição da mesma espécie; decisão de não construir no futuro navios de guerra com proa saliente e reforçada.
- 5) Adaptação às guerras marítimas das normas estipuladas na convenção de Genebra de 1864, e dos artigos adicionais de 1868;
- 6) Neutralidade dos navios e barcos de salvamento de náufragos durante e após os combates marítimos;
- 7) Revisão da Declaração acerca das leis e costumes da guerra elaborada em 1874 pela Conferência de Bruxelas que ficou não ratificada até o presente;
- 8) Aceitação, em princípio, do uso de bons ofícios, da mediação e da arbitragem facultativa, nos casos pertinentes, com o objetivo de prevenir os conflitos armados entre as nações; entendimento acerca do modo da aplicação desses bons ofícios, e estabelecer uma prática uniforme no seu emprego.

Entende-se claramente que toda as questões afetas às relações políticas dos Estados e o estabelecido por Tratados, como em geral todas as questões que não dizem respeito diretamente ao programa adotado pelos Governos, deverão ser absolutamente excluídas das deliberações da Conferência.

Solicito, Senhor Embaixador, a gentileza de sua atenção para encaminhar a presente proposta e receber instruções de seu Governo. Peço, ao mesmo tempo, de levar ao conhecimento de seu Governo que, no interesse da grande causa que meu Augusto Mestre tem no coração, Sua Majestade Imperial julga que seria útil que a conferência não tivesse como sede nenhuma capital de uma das grandes Potências onde se concentram interesses políticos que poderiam, talvez, constringer o progresso de uma obra, que interessa por igual todos os países do universo.

Conde Mouravieff”.

9) O ano de 1899

A seguir são listados alguns grandes números e acontecimentos do ano e da época da convocação e realização da I Conferência da Paz da Haia, visando contextualizar o conclave no cenário histórico mundial.

- Movimento Pacifista, no final do século XIX, e movimento pró-arbitragem.
- 1900 – População total das Grandes Potências:

Rússia:	135.600.000
Estados Unidos:	75.900.000
Alemanha	56.000.000
Áustria-Hungria	46.700.000
Japão	43.800.000
França	38.900.000
Inglaterra	41.100.000
Itália	32.200.000
Brasil	17.438.434
População mundial	1.700.000.000

- 1898: Pensamento social e movimentos sociais. Fundação, em Paris, da “Segunda Internacional de Associações de Trabalhadores”.
- 1898/1899 – Progresso científico e tecnológico: Pierre Curie e Marie Curie observam o fenômeno da radioatividade e isolam o Radium.
 - Rutherford descobre os raios alfa e beta em átomos radioativos.
 - Primeiras gravações magnéticas do som.
- 1899: Relações internacionais.
 - Primeira Conferência de Paz da Haia.
 - Ampliação da Aliança Franco- Russa.
 - Filipinas demandam independência dos Estados Unidos.
 - Eclosão da “Guerra dos Boers”.
 - Caso Dreyfus. “Corte de Cassação” anula o julgamento; Dreyfus perdoado por decreto presidencial.
 - Declaração da “Política de portas abertas”, na China, pelo Secretário de Estado norte-americano John Hay.
 - Concessão a grupo alemão da “Estrada de Ferro Bagdá”.
 - Imperador Guilherme II visita a Inglaterra.

10) A I Conferência da Paz da Haia

Ilustrações 5: Foto do Plenário da Conferência



Ilustrações 6: Charge da Delegação norte-americana



A Conferência Internacional da Paz reuniu-se na Haia de 18 de maio a 29 de julho de 1899. Participaram do conclave 26 países com as seguintes Delegações:

Alemanha: Conde de Münster, Embaixador da Alemanha em Paris, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 6 membros: 2 professores universitários, 2 militares e um diplomata.

Áustria – Hungria: Conde R. De Welsersheimb, Embaixador extraordinário, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 6 membros, 1 professor universitário, 2 diplomatas e 2 militares.

Bélgica: Auguste Beernaert, Ministro de Estado, Presidente da Câmara de Representantes, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 4 membros: 1 Senador e 2 diplomatas.

Bulgária: D. Stancioff, Agente Diplomático em São Petersburgo, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 2 membros: 1 militar.

China: Yang Yu, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário a São Petersburgo, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 5 membros: 3 diplomatas e 1 intérprete.

Dinamarca: Fr. De Bille, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário em Londres, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 3 membros: 1 militar e 1 diplomata.

Espanha: Duque de Tetuan, Ex-Ministro de Negócios Estrangeiros, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 5 membros: 3 diplomatas e 1 militar.

Estados Unidos da América: White, Embaixador dos Estados Unidos em Berlin, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 9 membros: 1 professor universitário (Reitor da Universidade de Columbia de Nova York), 4 diplomatas, 2 militares (um deles, o então capitão de vaisseau?, A.T. Mahan), e 1 advogado.

Estados Unidos Mexicanos: De Mier, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário em Paris, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 2 membros: 1 diplomata.

França: Léon Bourgeois, Ex-Presidente do Conselho, Ex-Ministro de Negócios Estrangeiros, Membro da Câmara de Deputados, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com

12 membros: 1 deputado, 1 professor universitário, 3 militares e 6 diplomatas.

Grã-Bretanha e Irlanda: Sir Julian Pauncefote, G.C.B., G.C.M.G., Embaixador do Reino Unido em Washington, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 8 membros: 3 militares e 4 diplomatas.

Grécia: Deyannis, Ex-Presidente do Conselho, Ex-Ministro de Negócios Estrangeiros, Enviado extraordinário Ministro plenipotenciário em Paris, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 2 membros: 1 diplomata.

Itália: Conde Nigra, Embaixador da Itália em Viena, Senador do Reino, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 7 membros: 1 deputado, 2 militares, e 3 diplomatas.

Japão: Barão Hayashi, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário em São Petersburgo, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 7 membros: 1 professor da Escola Superior de Guerra de Tóquio, 2 militares, e 3 diplomatas.

Luxemburgo: Eyschen, Ministro de Estado, Presidente do Governo do Grão Ducado, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 2 membros: 1 diplomata.

Montenegro; ver Rússia.

Países Baixos: Le Jonkheer A. P. C. Van Karnebeek, Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Membro da Segunda Câmara dos Estados Gerais, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 5 membros: 2 militares, 1 membro do Conselho de Estado (T. M. C. Asser), e membro da Primeira Câmara dos Estados Gerais.

Pérsia (atual Irã): General Mirza Riza Khan, Arfa Ud-Dovleh, Enviado extraordinário, e Ministro Plenipotenciário em São Petersburgo, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 4 membros: 3 diplomatas.

Portugal: Conde De Macedo, Enviado extraordinário, e Ministro plenipotenciário em Madri, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 6 membros: 2 militares e 3 diplomatas.

România: Alexandre Beldiman, Enviado extraordinário, e Ministro plenipotenciário em Berlin, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 3 membros: 1 militar e 1 diplomata.

Rússia: Conselheiro Privado Staal, Embaixador ad Rússia em Londres, Delegado, Plenipotenciário; De Martens, Membro permanente do Conselho do Ministério Imperial, Conselheiro Privado, Delegado, Plenipotenciário e De Basily, Conselheiro de Estado, Diretor do Ministério de Negócios Estrangeiros, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 13 membros: 5 diplomatas, 5 militares.

Sérvia: Miyatovitch, Enviado extraordinário, e Ministro plenipotenciário em Londres. Delegação com 3 membros: 1 militar e 1 professor universitário.

Sião: Phia Suriya Nuvath, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário em Paris, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 6 membros: 5 diplomatas.

Suécia e Noruega: Barão De Bildt, Enviado extraordinário junto à Corte Real da Itália, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 6 membros: 4 militares e 1 diplomata.

Suiça: Arnold Roth, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário em Berlin, Delegado, Plenipotenciário e Edouard Odier, Conselheiro Nacional, Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 4 membros: 1 militar e 1 diplomata.

Turquia: Turkhian Pacha, Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Membro do Conselho de Estado, Primeiro Delegado, Plenipotenciário. Delegação com 8 membros: 3 militares e 4 diplomatas.

A Conferência foi presidida por Staal da Rússia, e teve como Presidente de Honra o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade a Rainha dos Países-Baixos, W. H. De Beaufort.

11) O Erro Diplomático de 1899

“...o Brasil se recolheu para refazer suas forças, e procura afastar-se o mais possível de questões que lhe não afetem diretamente, e achando-se aliás muito afastado e sem influência algumas nos negócios políticos da Europa, o seu papel na conferência seria nulo”. (Trecho da resposta oficial do governo brasileiro ao convite russo para participar da Primeira Conferência da Paz de Haia.)

O Brasil e o México foram os únicos países latino-americanos convidados a participar da Primeira Conferência da Paz de Haia. Com a decisão do governo republicano de estar ausente, coube ao México a exclusividade na representação do continente.

O tema convocatório da Conferência da Paz de Haia de 1899 era, basicamente, o da “humanização da guerra”, pela adoção de medidas tendentes ao controle da corrida armamentista e a ampliação da aplicação do então denominado Direito da Guerra, hoje Direito Humanitário. Esses assuntos tinham dimensões universais e fortes conteúdos propositivos de reforma do sistema internacional.

O governo de Campos Sales cometeu um erro de política exterior ao não aceitar o convite feito pelo Czar russo para, juntamente com o México, serem os únicos representantes da América Latina no conclave de 1899. O México aceitou e marcou posição. O Brasil retardou ainda mais, por quase uma década, sua entrada na política internacional.

O Conde Mouravieff, Ministro das Relações Exteriores da Rússia, enviou duas circulares às Missões Diplomáticas acreditadas em São Petersburgo a respeito da Conferência da Paz convocada pelo Czar Nicolau II. A segunda e final convocatória destacava ser objeto principal do conclave a discussão de formas para evitar uma corrida armamentista, e, assim, se evitar um aumento das forças

militares, mormente no continente europeu. Assinale-se que a primeira convocatória falava de um objeto mais alto, qual seja, a redução de armamentos. Outros temas que figuravam em ambas as convocatórias eram a regulamentação da guerra e os meios de preveni-la pela mediação e arbitragem.

A primeira conferência, conforme previsto, realizou-se em Haia, de 18 de maio a 29 de julho de 1899, com a presença de 26 países; vinte deles representando as nações européias de então, mais Estados Unidos, México, e quatro Estados asiáticos: China, Japão, Pérsia e Sião.

A ausência do Brasil na Primeira Conferência da Paz de Haia representa outro episódio que indica a mentalidade paroquial dominante na classe política nacional, e em particular na cúpula da diplomacia brasileira naquela época.

Apesar do reconhecimento pelos republicanos, no Manifesto de 1871, da situação do Brasil como um país “isolado não só no seio da América, mas no seio do mundo”, o fato é que a Proclamação da República não opera um passe de mágica para modificar uma mentalidade enraizada nas elites dirigentes. A verdade é que a divisão rígida da História em épocas a partir de mudanças formais no sistema político, além de ser arbitrária, leva, normalmente, a visões simplistas e simplificadoras do complexo processo histórico. Assim, no dia 16 de novembro de 1889, e durante vários anos depois, continuava a predominar a perspectiva isolacionista e regional na diplomacia brasileira. Somente em 1907, com Rio Branco e Rui Barbosa na Segunda Conferência de Haia o país ingressa na política internacional e sai do âmbito das questões imediatas e próximas para alargar sua mirada e suas responsabilidades.

A explicação de Campos Sales: “por motivos que são óbvios”

Na sua primeira Mensagem Presidencial, em 3 de maio de 1899, Campos Sales assinala, após o introito, ao tratar da política externa:

“No que respeita aos interesses exteriores, cabe-me a satisfação de informar-vos que nenhuma alteração tem sofrido as relações de amizades de que cultivamos com as nações estrangeiras. Tenho o maior empenho em mantê-las e desenvolvê-las”.

Conforme salientou um de seus melhores biógrafos, dominava, no período, a percepção de que “a convivência internacional do Brasil era excelente”.

Ao tratar do convite feito pelo Czar Nicolau II para o Brasil participar da Primeira Conferência de Paz da Haia, assim se expressa o Presidente Campos Sales:

“O fato culminante da política internacional, pelo seu caráter altamente humanitário e civilizador, e o movimento que se opera em torno da ideia do desarmamento e no interesse da paz geral. Partiu a nobre iniciativa de Sua Majestade o imperador de Todas as Rússias. O Governo Brasileiro, por intermédio de seu Ministro acreditado em São Petersburgo, foi convidado para se fazer representar na conferência especialmente destinada a tratar do importante assunto.

Acolhi o convite com a consideração e simpatia que os generosos sentimentos de Sua Majestade despertam geralmente. Todavia, por motivos que são óbvios ficou assentado que o Governo Brasileiro se absterá de tomar parte da Conferência”.

Campos Sales priorizou o campo interno e assim justificou sua definição: “Era meu firme propósito fazer um governo de administração, visto ser nessa esfera que se encontravam, acumulados, os problemas nacionais”. Conforme bem destacou Jose Maria Belo³, ao escolher Joaquim Murtinho como Ministro da Fazenda, Campos Sales baseou sua gestão no entendimento de que “residia no equilíbrio do Tesouro o problema essencial do Brasil”. Aliás, já havia afirmado, no banquete de 31 de outubro de 1897,

em São Paulo, ocasião em que foi proclamada sua candidatura à Presidência, que “Considero por isso (grave situação do erário) um dever de lealdade não abrir esperanças, nem contrariar compromissos de outra ordem. Muito terá feito pela República o governo que não fizer outra coisa senão cuidar das finanças”.

Um perfil de Campos Sales

Francisco de Assis Barbosa, em “História do Povo Brasileiro”, traça um interessante perfil que ajuda a compreender a visão internacional de Campos Sales:

“Manuel Ferraz de Campos Sales era um autêntico burguês, até na indumentária requintada. Carlos de Laet retratou-o como um pavão, em artigo ferino de jornal. O apelido pegou. Preocupado mais com a exterioridade de suas atitudes, tal como as roupas vistosas, permaneceria insensível às transformações políticas que ocorriam no mundo: a disposição da Alemanha e da Rússia de romperem a unidade européia; a arremetida do Japão contra a China, disputando a hegemonia asiática; o crescimento dos Estados Unidos da América como potência mundial impondo a sua vontade ao continente, ao libertar Cuba da influência espanhola, mas nem mesmo as novas ideias de fundo social, as greves e os atentados terroristas contra chefes de Estado: Sadi Carnot (1898), e o Rei Umberto (1901). Greves e motins de rua liquidariam com chanfalho da polícia e patas de cavalos. Era um republicano à maneira da polícia e patas de cavalo. Era um republicano à maneira de Gambetta, que foi seu alterego, moderado, oportunista, vigilante contra os excessos de multidão. Quanto ao mais, estava convencido de que o imperialismo inglês era invencível, como aliás demonstraria no decorrer do seu quadriênio presidencial, na Guerra dos Boers (1899-1902) e na Revolução de Boxers (1901). Acreditava na Pax Britannica, para ele

inabalável, sobretudo depois de estabelecida a entente cordiale entre a Grã-Bretanha e a França. Aplicaria como Presidente da República a mesma estratégia, com a aliança entre São Paulo e Minas Gerais, isolando o belicoso Rio Grande do Sul, que vivia a ameaçar, como a Alemanha o bom entendimento entre os Estados da Federação”.

Em termos de atividade internacional, Campos Sales notabilizou-se com a renegociação das dívidas brasileiras. Realizou “peregrinação pelas capitais financeiras da Europa; batendo à porta dos banqueiros – credores de seu país para poder governar”. (Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, Campos Sales, in “Os Presidentes”).

Olintho de Magalhães, chanceler de Campos Sales

Ao comentar a escolha do seu Ministro das Relações Exteriores, Campos Sales sublinha que Olintho de Magalhães, “membro distinto do corpo diplomático (...) e republicano histórico”, ao aceitar o convite, “estabeleceu, porém, a condição de não ser um ministro político”. É interessante lembrar, como assinala Jose Honório Rodrigues, que Olintho de Magalhães foi, além de diplomata de carreira, “político militante”.

Francisco de Assis Barbosa, no referido texto, assim considera sua gestão no Itamaraty: “Burocrático era também o Ministério das Relações Exteriores, ao tempo de Olintho de Magalhães, perplexo e timorato diante da mais importante questão diplomática que teve de enfrentar, a questão acreana, ressalvada a perfeita boa-fé com que agiu, a qual fica comprovada no seu livro de memórias”.

A resposta oficial do Governo Brasileiro

O representante diplomático do Brasil em São Petersburgo, Ferreira da Costa, entregou ao governo russo nota oficial vazada nos seguintes termos:

“Legação dos Estados Unidos do Brasil na Rússia – Roma,
27 de janeiro de 1899

Senhor Ministro

Tendo eu transmitido ao meu Governo o despacho-circular de 12/24 de agosto último, o Sr. Presidente Prudente de Moraes, cujo mandato devia expirar dentro em pouco, julgou do seu dever, apreciando altamente o conteúdo do mesmo despacho, deixar ao seu sucessor, por conveniência política, a decisão do assunto, por isso que não quis, por um ato dos últimos dias de sua administração, empenhar a responsabilidade do novo Presidente.

Coube a Sua Excelência o Senhor Manoel Ferraz de Campos Sales, que entrou em exercício a 15 de novembro último, tomar conhecimento da mencionada circular de Vossa Excelência.

Autorizada por meu governo a respondê-la, apresso-me, Senhor Ministro a expor a Vossa Excelência os motivos que determinaram o Governo do Brasil, bem ao seu pensar a não se fazer representar na conferência.

As crises por que tem passado, nestes últimos anos, o Brasil e que o tem profundamente abalado são demasiado conhecidas para que me julgue na necessidade de desenvolvê-las agora; nossas forças de mar e terra foram gradamente atingidas e a nossa situação financeira muito ressentiu-se com elas.

Por isso, a única preocupação da nova Administração é a reconstituição do nosso crédito, a valorização da nossa riqueza e reorganização das nossas forças militares com um fim pacífico. Eis a razão por que o meu Governo não quer tomar parte de antemão de compromisso algum para a manutenção do *status quo* militar.

A exemplo da Rússia em momento histórico, o Brasil se recolhe para refazer suas forças, e procura afastar-se o

mais possível de questões que não lhe afetam diretamente, e achando-se aliás muito afastado e sem influência alguma nos negócios políticos da Europa, o seu papel na conferência seria nulo.

Todavia Sua Excelência o Senhor Presidente foi muito sensível à alta prova de distinção dispensada à sua Pátria naquele convite, pelo qual é muito grato, e compreendendo toda importância que terá para o progresso e para a prosperidade dos povos a realização das ideias generosas de Sua Majestade o Imperador, faz os mais sinceros votos pelo feliz resultado da conferência.

Por minha parte, ousou esperar, Senhor Ministro, que Sua Majestade, em sua alta sabedoria, se dignara de apreciar em seu justo valor, não só os sentimentos de que sou intérprete como as razões que acabo de submeter a Vossa Excelência. Queira aceitar, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração.

Ferreira da Costa”.

A explicação de Olintho de Magalhães

O Chanceler do governo Campos Sales, Olintho de Magalhães, publicou, em 1941, livro de memórias intitulado *Centenário do Presidente Campos Sales – comentários e documentos sobre alguns episódios de seu Governo pelo Ministro das Relações Exteriores de 1898 a 1902*. Nessa obra, em breve capítulo, expõe os motivos que o levaram a sugerir ao primeiro mandatário que recusasse o convite para o Brasil participar da Primeira Confederação da Paz de Haia.

Vale a pena considerar as razões de Olintho de Magalhães e, para isso transcrever, na íntegra, o referido capítulo de seu livro:

“A Primeira Conferência de Haia

A presença do Brasil em Haia tinha consequências delicadas, tanto na ordem interna como externa, na ocasião em que

o Governo recebeu o convite para nela se fazer representar. O alto espírito de S. M. Nicolau II era, indiretamente, no sentido de assegurar a paz entre as nações, mas o seu objetivo imediato estava claro, no art. I do Programa da Primeira Conferência de Haia em 1899, que previa esse acordo ‘para não aumentar durante um período fixado o atual efetivo das forças militares de terra e mar, e ao mesmo tempo, não aumentar os competentes orçamentos, e, eventualmente, o estudo preliminar dos meios para se obter de futuro a redução dos armamentos já existentes’.

Portanto o convite era relativo a uma conferência para o “Desarmamento Geral das Nações” em Haia.

A nota do Conde de Mouravieff, Ministro de Estrangeiros da Rússia, em 12 de agosto de 1898, dizia: ‘Pénétré de ce sentiment, Sa Magesté l’Empereur a daigné m’ordonner de proposer à tous les Gouvernements dont les Représentants accredités près la Cour Impériale, la réunion d’une Conférence qui aurait à s’occuper de ce grave problème’. O grifo foi posto por mim na transcrição deste trecho, para mostrar porque os demais países da América do Sul não foram convidados, e só ao Brasil coube esta distinção.

Quando em 1897 era eu Ministro junto à Corte de São Petersburgo, já estava ao corrente dos projetos e restrições que o Conde de Mouravieff planejava para não transformar a Conferência numa reunião exageradamente numerosa, nela devendo tomar parte apenas os países com representação diplomática ali. A nossa resposta ao convite foi de 27 de janeiro de 1899.

As demais tentativas, inclusive a Segunda Conferência (já então denominada) da Paz, foram todas infrutíferas neste sentido, e a própria Liga das Nações desapareceu, nos nossos dias, sob a calamidade cruel que a assoberba o mundo em um conflito que se desenvolve a revelia das leis de Guerra,

das leis de Deus e das leis da humanidade, com prejuízo da própria civilização.

Em 1899 as nossas atenções estavam voltadas para a América do Sul ameaçada de perigos iminentes e o nosso programa era o de aproximação e de boa vizinhança com as demais repúblicas americanas, de que demos uma prova com a troca de visitas oficiais entre os dois Presidentes- da Argentina e do Brasil – em momento oportuno e expressivo, porque de benéficas consequências e assim compreendido.

A nossa política externa girava, portanto, em eixo diferente das conveniências do Velho Mundo. Armando-nos, ou não, o Governo Campos Sales, só devia pedir inspiração aos interesses reais do país: não podia alimentar ciúmes entre as nações vizinhas, e ainda menos olvidar as nossas responsabilidades históricas contra possíveis conflitos armados no nosso continente.

Se não podíamos tomar atitude antecipada numa conferência de desarmamento, em que não figuravam outras nações irmãs, não estavam fechadas as portas, para em todo o tempo, darmos a nossa adesão a outras conclusões que nos parecessem convenientes e viessem a ser adotados em Haia. Em nenhuma hipótese ficaria sacrificado o interesse do Brasil, e são injustas as críticas que por sua atitude foram feitas ao Governo”.

Em outro trecho do mencionado livro, no capítulo intitulado “Política de Boa Vizinhança”, Olintho de Magalhães agrega os seguintes comentários sobre a recusa do Governo Campos Sales ao convite do Czar:

“Nas relações exteriores com os países do nosso continente praticamos a política de boa vizinhança, tão necessária entre nações jovens e que tem um largo futuro de atividades a exercerem, no interesse comum de paz, de trabalho e de progresso.

Com esse objetivo, pela primeira vez no Continente, se efetuou um fato histórico de alto alcance: a troca de visitas oficiais entre dois chefes de Estado, entre Presidente Roca e o Presidente Campos Sales. Que foi o momento oportuno e eficiente, basta recordar que naquele período as relações entre a Argentina e o Chile eram muito tensas, e as do Chile excelentes com o Brasil. Estava esta parte da América do Sul ameaçada, por divergências territoriais, de uma possível conflagração. (Esta situação confusa do nosso hemisfério, dentre outras razões, concorreu de algum modo para que o Brasil não aceitasse o convite para comparecer à Primeira Conferência do “Desarmamento Geral das Nações”, convocada pelo Czar Nicolau II. As duas Repúblicas, em vésperas de possível conflito, estavam armadas e o Brasil desarmado. A Argentina e o Chile não tendo legação em São Petersburgo, não foram convidados para aquela conferência”).

A recusa do Brasil ao convite para participar da Conferência de Haia de 1899, além da justificativa da dificuldade de estar presente em uma reunião internacional na qual se discutiria a redução de armamentos em momento em que o país “se recolhe para refazer suas forças”, contém outros elementos. Fica patente certa ingenuidade dos republicanos sobre o funcionamento real da política internacional. Alemanha, Inglaterra, França e Rússia estavam em plena corrida armamentista e não encontraram nenhuma dificuldade em estar presentes em uma conferência sobre o Direito de Guerra, onde se discutiram acordos sobre a contenção de despesas com gastos militares, o controle de armamentos, e não “o desarmamento geral das nações”, como interpretou, ao pé da letra, Olintho de Magalhães.

“Política de boa vizinhança”?

A respeito dos ciúmes que poderiam surgir na Argentina e no Chile pelo convite russo ao Brasil, e do fato de isso atrapalhar a

“política de boa vizinhança”, tão almejada por Olintho de Magalhães, verifica-se que há nesta percepção do Chanceler de Campos Sales, certo exagero em aplicar a antiga e lúcida diretriz do Conselho do Estado de se evitar a formação de sentimento antibrasileiro entre nossos vizinhos. Trata-se, sem dúvida, de aplicação equivocada de um conceito correto.

Os países latino-americanos, inclusive o Brasil, pressionaram o Presidente Theodore Roosevelt, em 1906, para que todas as nações do continente fossem convidadas para a Segunda Conferência de Paz da Haia, prevista inicialmente para 1906, fato que postergou o conclave para 1907. Rui Barbosa com ironia comenta, no discurso que fez, em Paris, em 1907, após a Conferência, ao receber homenagem dos brasileiros residentes na capital francesa, que achava estranho os países latino-americanos, incluindo o Brasil, terem levado 7 anos – de 1899 a 1906 – para perceberem a importância das Conferências da Paz da Haia...

Os delegados brasileiros “não chegaram ainda...”

Oliveira Lima, em “O Pan-Americanismo”, comenta acerca do erro diplomático de 1899:

“O que espero, em todo caso, é que me não ocorrerá de futuro o que em Paris este ano me sucedeu. Aproveitava eu meu tempo indo diariamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros mexer em papéis velhos. O muito amável diretor da seção histórica, ao subirmos juntos a escadaria, ia comentando os quadros representando vários congressos e personagens ilustres. Ao indicar-me a enorme tela da Conferência de Haia (de 1899) ajuntou: ‘Cherchez là-dedans les délégués brésiliens’. Eu lancei um olhar hipócrita para a tela e respondi-lhe com a diplomacia que possam ter inculcido quinze anos de carreira: ‘Ils n’étaient pas encore arrivés’”.

Rio Branco e Rui Barbosa: os dois patronos da diplomacia brasileira

A estreia do Brasil na política internacional foi adiada de 1899 para 1907. Rio Branco tinha perfeita consciência do atraso em nossa agenda externa e tomou as providências necessárias para o êxito da missão brasileira, chefiada por Rui Barbosa.

Como afirmou Tristão de Athayde, em *Política e Letras*, “Rio Branco pensara o Brasil na América do Sul, (...); Rui sonhara o Brasil no mundo”.

A obra de Rio Branco, ao consolidar as fronteiras do território, consagraram-no como o patrono da diplomacia bilateral e regional do Brasil. A atuação de Rui Barbosa na Haia em 1907, e na I Guerra Mundial em 1916, fizeram dele o patrono da diplomacia multilateral brasileira.

12) “Uma conferência da paz em 1899 (...) reescreveu de fato as leis da guerra”. Geoffrey Best

A Primeira Conferência de Paz da Haia apresentou relevante balanço em termos de contribuições para o progresso do Direito Internacional, expressas em sua Ata Final, que englobou três convenções: 1) Convenção sobre as Leis e Usos da Guerra Terrestre; 2) Convenção para a Aplicação à Guerra Marítima dos Princípios da Convenção de Genebra de 22 de agosto de 1864 e 3) Convenção para a Solução Pacífica dos Litígios Internacionais que contemplou a criação da Corte Permanente de Arbitragem.

O Professor Geoffrey Best das Universidades de Edinburgh e Sussex, em artigo publicado, em 2011, na revista “History Today” – *A peace conference held in Holland in 1899 in fact ended by rewriting the laws of war* – sublinha que uma de suas grandes conquistas foi a assinatura da Convenção sobre as Leis e Usos da Guerra Terrestre.

Para o Professor Best a Conferência de Paz da Haia de 1899 concluiu o longo debate de séculos para limitar os horrores da guerra. Em suas palavras:

“Os especialistas militares concordaram na elaboração de código de conduta acerca da guerra terrestre na Conferência de Bruxelas de 1874, mas esse documento não havia sido ratificado pelos governos. A Conferência de Paz da Haia de 1899 ofereceu a natural oportunidade para finalizar o trabalho. Assim as ‘Regras da Haia’ tornaram-se o coração do direito internacional da guerra. Pelo somatório com a Convenção de Genebra, após a Segunda Guerra Mundial, formaram os dois fundamentos gêmeos do que é hoje universalmente conhecido como direito internacional humanitário. Se não estou enganado, a opinião geral – ao constatar a presença da Cruz Vermelha Internacional no corpo jurídico – conecta o direito humanitário somente com a cidade de Genebra. Meu ensaio tem como propósito de contribuir para recolocar a Haia em seu devido lugar na história”.

Ademais destas Convenções, a Conferência de 1899 aprovou outras três declarações sobre proibição de lançamento de projéteis e explosivos de balões ou por outros meios semelhantes; proibição dos projéteis que tenham como fim único espalhar gases asfixiantes ou deletérios, e proibição do emprego de balas que se dilatam ou se achatam facilmente dentro do corpo humano.

De acordo com Rubens Ferreira de Melo, no “Dicionário de Direito Internacional Público”,

“a Conferência emitiu ainda os seguintes votos que constam, igualmente, da Ata Final: 1) A Conferência tomando em consideração os passos preliminares dados pelo Governo Federal Suíço para a revisão da Convenção de Genebra,

expressa o desejo de que se proceda sem demora à reunião de uma conferência especial que tenha por objetivo a revisão daquela convenção; 2) A Conferência expressa o desejo de que a questão dos direitos e deveres dos neutros seja inscrita no programa de uma próxima conferência; 3) A Conferência expressa o desejo de que as questões relativas aos fuzis e canhões de marinha, tais como foram examinadas por ela, sejam estudadas pelos Governos com o objeto de se chegar a um acordo sobre o uso de novos tipos e calibres; 4) a Conferência expressa o desejo de que Governos, tendo em conta as proposições feitas na Conferência, estudem a possibilidade de um acordo sobre limite das forças de terra e mar e os orçamentos de guerra; 5) A Conferência expressa o desejo de que a proposição relativa a declarar a inviolabilidade da propriedade privada na guerra marítima seja submetida ao exame de uma Conferência posterior; 6) A Conferência expressa o desejo de que a proposição para regulamentar o bombardeio dos portos, cidades e povoados, por uma força naval, seja submetida ao exame de uma Conferência posterior”.

13) A criação da Corte Permanente de Arbitragem e suas consequências

O artigo 20 da “Convenção para a solução pacífica dos litígios internacionais”, assinado em 29 de julho de 1899, institui a Corte Permanente de Arbitragem com sede na Haia. A Corte tem por objetivo “facilitar o recurso imediato à arbitragem para as controvérsias internacionais que não tenham encontrado solução por via diplomática. Compõe-se de uma lista juízes-árbitros, de uma Secretaria e de um Conselho Administrativo.

Segundo estabelece o artigo 44 da citada Convenção, cada Potência contratante designa no máximo 4 pessoas, de reconhecida competência em matéria de direito internacional e de alto conceito

moral, que aceitem as funções de árbitro. Essas pessoas constituem os grupos nacionais da Corte e têm o título de membros ou juizes do referido tribunal. Seus nomes são inscritos numa lista e comunicados aos países signatários que podem escolher, dentre os mesmos, o árbitro ou árbitros que lhe convier”.

14) A crítica da Corte de 1899, gênese da proposta de 1907

A principal questão da Segunda Conferência de Paz da Haia (1907) foi a crítica da Corte de 1899 e a proposta de criação de uma Corte de Justiça Arbitral diferente da estabelecida na Primeira Conferência (1899).

A entidade instituída em 1899, com sede na Haia, apesar de ser denominada “Corte Permanente de Arbitragem”, não era propriamente uma Corte e não atuava de forma contínua e permanente. Foi idealizada para deixar às partes a responsabilidade da escolha dos juizes. A “Corte Permanente de Arbitragem” de 1899 era, basicamente, uma lista dos juizes à disposição dos litigantes e uma mínima secretaria. Era uma Corte sem juizes residentes na Haia e atuava, pontualmente, nos casos em que as partes a constituíssem.

Segundo o jurista e diplomata francês Leon Bourgeois, essa modalidade tinha a grande vantagem de preservar o caráter essencial da arbitragem ao dar total liberdade de escolha às partes.

Os Estados Unidos lideraram a crítica à Corte de 1899, propondo uma nova Corte com sessões regulares, juizes residentes na Haia, acesso rápido e com bons salários a seus magistrados. O Presidente Theodore Roosevelt em carta a Andrew Carnegie assim se expressava:

“Espero que seja adotado um tratado geral de arbitragem entre as nações; e espero ver a Corte da Haia, grandemente aumentada em poder e permanência, com juizes permanentes,

e com salários adequados. Isso tornaria mais provável que, em cada caso, eles decidirão entre nações, grandes ou pequenas, exatamente, como o fazem os juízes, na justiça comum, em casos entre indivíduos sejam ricos ou pobres. Sem dúvida, muitas outras matérias constam da agenda da Conferência da Haia (1907), no entanto parece-me que essa do tratado geral de arbitragem, é talvez a mais importante”.

Como se vê a principal contribuição da criação da “Corte Permanente de Arbitragem” (CPA) foi ter colocado a questão da necessidade e possibilidade da negociação jurídica nos litígios internacionais, no centro do debate político e jurídico internacional. A ativa participação dos Estados Unidos no tema demonstra o relevo adquirido pelo assunto.

15) “A diplomacia da Haia”. Caso da Venezuela. Roosevelt, primeiro político a receber o Prêmio Nobel da Paz

Ilustração 7: Charge do Presidente da Venezuela, Cipriano Castro



Ilustração 8: Charge do Presidente Theodor Roosevelt



Ilustração 9: Charge da Casa Branca recebendo o problema venezuelano para a Corte da Haia



Apesar das críticas a seu modelo, e a proposição de uma nova Corte em 1907, merece registro com destaque a trajetória da CPA de 1899 a 1907, particularmente o caso da Venezuela, no contexto da chamada “diplomacia da Haia”, desenvolvida pelo Presidente Theodor Roosevelt que lhe valeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1906, o primeiro nesta categoria concedido a um político.

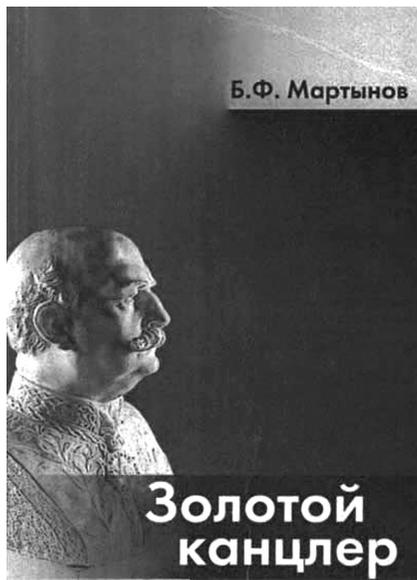
Durante quinze anos, após a Primeira Conferência de Paz da Haia de 1899 a “diplomacia da Haia” – pela ativação, apoio à Corte Permanente de Arbitragem (CPA), e proposta de reforma da CPA – ocupou lugar importante nas prioridades da política externa norte-americana, até a eclosão da I Guerra Mundial.

Por sugestão do Presidente Theodore Roosevelt, a Corte Permanente de Arbitragem assumiu, em 1902, o caso entre Estados Unidos e México – Pious Fund of California. Igualmente, por iniciativa e gestões de Roosevelt a CPA, em 1904, atuou e decidiu na questão das demandas de pagamentos preferenciais de seus nacionais pela Itália, Alemanha e Reino Unido junto à Venezuela, após os três países europeus terem efetuado bloqueio militar contra a Venezuela.

Dessa forma, o uso pelo Presidente Roosevelt da Corte Permanente de Arbitragem em importantes controvérsias internacionais, a negociação de tratados arbitrais, a proposta e convocação da Segunda Conferência de Paz da Haia, e os bons ofícios para concluir a Guerra russo-japonesa, lhe tornaram o primeiro estadista a receber o Prêmio Nobel da Paz, em 1906.

16) Rio Branco visto por um russo

Ilustração 10: Capa livro Boris F. Martynov sobre Rio Branco



O cientista político russo, Boris F. Martynov, Vice-Diretor do Instituto de América Latina da Academia Russa de Ciências, escreveu relevante ensaio sobre o Barão do Rio-Branco cujo título em castelhano é: *El Canciller de Oro – el Barón de Rio Branco, un gran diplomático de América Latina*. A obra ainda não foi traduzida ao português, nem ao castelhano. Recomendei a sua publicação no Brasil ao Embaixador Manoel Gomes Pereira, Coordenador da Comissão Organizadora do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco.

Em conversa que mantive com o Professor Martinov, em Moscou, a respeito de seu texto sobre Rio Branco colhi uma perspectiva russa acerca do patrono da diplomacia brasileira. Imbuído por sua grande admiração por Rio Branco, Martynov dedica seu ensaio

“ao grande diplomata do Brasil e da América Latina, Barão do Rio Branco (1845-1912), a quem logrou negociar pacificamente todos os litígios territoriais do Brasil, contrapor-se à política hegemônica dos Estados Unidos, deu início aos processos de integracionistas latino-americanos de hoje, e lançou os cimentos da coordenação política entre Rússia e Brasil”.

Registro com nitidez suas palavras ao responder minha indagação para que ele fizesse uma síntese de Rio Branco. Assim expressou o professor russo: “Rio Branco é o oposto de Clausewitz, para quem a guerra é a continuação da política por outros meios. Para Rio Branco a guerra é a saída menos digna da situação. Rio Branco via o futuro”.

17) A vocação universalista do Brasil

A Rússia por sua dimensão e distância oferece outra perspectiva da política internacional. O mundo visto da Rússia enriquece nossa visão desse tão caótico, violento, criativo e surpreendente cenário das nações.

O Brasil, também, possui essa singular posição de oferecer uma reserva de serenidade, solidão e reflexão. Reserva tão necessária para enfrentar os problemas do tempo presente, evitar imagens equivocadas, localizar a raiz das coisas e “combater o bom combate”.

Política internacional é uma questão de perspectiva. Bons e adequados pontos de partida possibilitam a melhor visão possível, em termos qualitativos e quantitativos.

É preciso que o Brasil, fiel a sua vocação universalista, exercite concretamente o diálogo com todos os países, e sem preconceitos, escute e fale. Recupere a memória de vultos como Rio Branco, e de acontecimentos marcantes e esquecidos de sua história diplomática como as Conferências da Haia, e assim enriqueça, amplie, corrija, atualize e melhore sempre sua visão e presença no mundo.

18) As Conferências da Haia e “o advento da América do Sul nos destinos do mundo”

A ausência em 1899, e a presença unânime, em 1907, da América do Sul – América Latina – nas Conferências da Haia, constituem um marco da política mundial.

Como disse o Delegado norte-americano James Brown Scott, a Segunda Conferência da Paz da Haia representou “o advento da América do Sul nos destinos do mundo”.

Duas questões surgem: Por que a América, sendo tão relevante, tardou a ser reconhecida? Por que as Conferências da Haia foram tão importantes para sua ascensão na política mundial?

A “Revista Americana”, iniciativa de Rio Branco, traz, em seu primeiro número, texto da “Redação”, certamente escrito pelo Chanceler brasileiro. Alguns parágrafos desta apresentação da nova publicação, lançada em 1909, ajudam-nos a responder às duas perguntas:

“A América conhecemô-la aos fragmentos. O telégrafo desvenda-no-la em sua feição política e econômica. Adivinhamos, mas ignoramos, palmarmente, o seu aspecto estritamente intelectual. (...) Adite-se a tudo isto a convicção radicada em todos nós de que as ideias, para ser aceitáveis, necessitam trazer a marca européia e transpor os mares nos bojos dos transatlânticos; o descaso injustificável pelas coisas do nosso Continente; a indiferença pela sua história; o desamor às suas tradições; o desprezo pelos incontáveis aspectos de sua natureza; e ter-se-á um quadro quase completo das várias causas porque as gentes americanas se desconhecem voluntariamente. (...)”

Precisamos concorrer com uma parcela das nossas atividades nas justas do saber e da inteligência. Uma voz autorizada mostrou na última Conferência da Paz, na Haia, que

a América deixara de ser uma simples projeção geográfica e formava, no convívio da sociedade internacional, feito uma componente nova entre as forças vivas da atualidade. Devemos, por esforços e obras valorosas, legitimar aquelas revelações”.

Bibliografia

- Aldrich, Robert (editor). *The Age of Empires*. London; Thames and Hudson, 2009.
- Best, Geoffrey. *A peace conference held in Holland in 1899 in fact ended by rewriting the laws of war*. History Today; mar 2011, vol 61, issue 3 p. 26-28.
- Best, Geoffrey. *Peace Conferences and the Century of Total War: the 1899 Hague Conference and what came after*. International Affairs; jul 99, vol. 75 issue 3, p. 619.
- Billington, James H. *The Icon and the Axe – an interpretative history of Russian culture*. New York; Vintage Books, 1966.
- Cardim, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas – Rui Barbosa: O Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro; Editora Civilização Brasileira, 2007.
- Centro de História e Documentação Diplomática(CHDD) da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). *Revista Americana – uma iniciativa pioneira da cooperação intelectual (1909-1919)*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- Eyffinger, Arthur. *The Hague – International Centre of Justice and Peace*. The Hague; Jongbloed Law Booksellers, 2003.
- Freyre, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro; Editora José Olympio, 1941.
- Fundación Centro Nacional de Historia. *Cipriano Castro en la caricatura mundial*. Caracas; Fundación Centro Nacional de Historia, 2008.
- Lieven, Dominic. *Russia against Napoleon – the true story of the Campaign of War and Peace*. London; Penguin Books, 2009.

- Martynov, Boris F. “*El Canciller de Oro*” – *El Barón de Rio Branco, un gran diplomático de América Latina*. Moscú; Instituto de Latinoamérica de la Academia de Ciencias de Rusia, 2004. (edição do texto em russo).
- Mello, Rubens Ferreira de. *Dicionário de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro; 1962.
- Ministère des Affaires Étrangères. *Documents Diplomatiques – Conférence Internationale de la Paix 1899*. Paris; Imprimerie Nationale, MDCCCC.
- Moscardo, Jerônimo e Cardim, Carlos Henrique (organizadores). *Rússia – seminário, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2007*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- Nasaw, David. *Andrew Carnegie*. London; Penguin Books, 2006.
- Pipes, Richard. *Three “Whys” of the Russian Revolution*. New York; Vintage Books, 1995.
- Riasanovsky, Nicholas V. e Steinberg, Mark D. *A History of Russia*. New York, Oxford; Oxford University Press, 2005.
- Rio-Branco, Raul. *Reminiscências do Barão do Rio-Branco*. Rio de Janeiro; Livraria José Olympio Editora; 1942.
- Tolstói, Liev. *Guerra e Paz*. São Paulo; Cosac Naif, 2011.
- The Permanent Court of Arbitration. *The Hague Peace Conferences of 1899 and 1907 and International Arbitration – Reports and Documents – compiled and edited by Shabtai Rosenne*. The Hague; T.M.C. Asser Press, 2001.
- Tsygankov, Andrei P. *Russia’s Foreign Policy*. Lanham; Rowan & Littlefield Publishers, 2010.
- Tuchman, Barbara. *The Proud Tower – a portrait of the world before the war 1890-1914*. London; Papermac, 1997.

Experiência metamórfica: poesia e morte no pensamento de Eudoro de Sousa

Metamorphic experience: poetry and death in the thought of Eudoro de Sousa

Isaque Pereira de Carvalho Neto¹

Resumo

Artigo sobre o pensamento do mitólogo luso-brasileiro Eudoro de Sousa, eminente professor da Universidade de Brasília nas décadas de 1960, 1970 e 1980, acerca da poesia compreendida como radical experiência de transfiguração da comum rotina do afazer humano. Como tal, a poesia é associada à morte, desde que esta não signifique a cessação da vida fisiológica ou fenômeno posto fora da vida, senão uma experiência de superação dos limites do *homo faber*, demasiado concentrado na tarefa de fabricar e manter a sua vida produtiva.

Palavras-chave: poesia; morte; diabólico; simbólico; distraído; marginal; amor.

Abstract

Article on the thinking of the Luso-Brazilian mythologist Eudoro de Sousa, emeritus professor at the University of Brasília in the 1960s, 1970s and 1980s, about poetry understood as a radical experience of transfiguration of the common routine of human activity. As such, poetry is associated with

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade de Lisboa.

death, as long as death does not mean the cessation of physiological life or a phenomenon put out of life, but an experience of overcoming the limits of *homo faber*, too focused on the task of manufacturing and maintaining his productive life.

Key-words: poetry; death; devilish; symbolic; distracted; marginal; love.

Introdução

De passagem por Brasília no verão de 2019, visitamos o cemitério Campo da Esperança e procuramos a campa onde foi sepultado no dia 15 de setembro de 1987², o filólogo, helenista, mitólogo e filósofo luso-brasileiro Eudoro de Sousa, um dos fundadores do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília e inaugurador do Centro de Estudos Clássicos da mesma universidade. O jazigo se encontra em lastimável estado de abandono. Uma sepultura nua, apenas com as placas de concreto originais que cobrem o esquife e já em estado de ruína. Sequer há, junto ao sepulcro, indicação de sua localização. Em profundo e reverente silêncio permanecemos ali por algum tempo, indecisos entre duas perplexidades inspiradas pelo lugar onde foram depositados os restos mortais do pensador: por um lado, o escândalo do descaso com a memória do autor de *Horizonte e Complementaridade*, *Mitologia e História e Mito*, além de dezenas de artigos em revistas especializadas sobre a Antiguidade clássica greco-latina e pré-clássica oriental³; por outro, a convicção

2 Setor C, Quadra 512, Sepultura 247.

3 Eudoro de Sousa (1911-1987) nasceu em Lisboa e faleceu em Brasília. Estudou as grandes questões da religião helênica e pré-helênica como a relação entre ambas e a experiência patente no drama ritual de onde emergem, segundo entende o próprio pensador, a *Poesia* e a *Mitologia*. Em *Dionísio em Creta* e *Horizonte e Complementaridade* abordou a correlação entre mito- metafísica e mitologia-filosofia na Grécia antiga; discutiu o acesso ao outro originário em *Mitologia e História e Mito*; dedicou quase meio século à atividade especulativa que iniciou em Portugal, passando por Alemanha e França, vindo a se estabelecer no Brasil, onde lecionou nas Universidades de Santa Catarina e de

de estarmos diante do silencioso anonimato de quem ousou dar o salto “*descoisificante*” para, no âmago do mais-que-humano alcançado pelo salto, dizer o indizível. Silêncio e dizer o inefável assinalam, deste modo, a direção da nossa presente reflexão, configurada no binômio poesia e morte no pensamento de Eudoro de Sousa. O objetivo deste artigo é, portanto, demonstrar que, no pensamento de Eudoro de Sousa, ao contrário do saber racional-discricionário, caracterizado pela recusa do sagrado em benefício do que é apenas humano⁴, é a experiência da poesia que assumirá o papel de radical transfiguração/metamorfose do homem e do mundo. Tomada como morte simbólica ou a abertura de homem e mundo circunscritos na e determinados pela racionalidade instrumental, a poesia disponibiliza-os aos acenos do que é próprio do além-horizonte extremo da comum experiência humana. Neste sentido, a poesia associada à morte também significará o dizer capaz de expor ou de presentificar/testemunhar inusitada metamorfose. Uma incursão analítica através dos escritos de Eudoro de Sousa, sempre focada nos

Brasília. Na Universidade de Brasília, fundou e dirigiu o Centro de Estudos Clássicos, formando uma geração de mestres nas áreas da História, da Filosofia, da Antropologia e da Literatura. Para além dos ensaios que o filósofo baiano Fernando Bastos considera a sua “obra programática”, *Horizonte e Complementaridade*, *Mitologia* e *História e Mito*, bem como do inquérito a Eudoro de Sousa organizado por Ordep Serra sob o título de *Sempre O Mesmo Acerca do Mesmo*, foi fecundo na produção e publicação de artigos, que se podem encontrar reunidos em dois volumes publicados pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, sob os títulos *Dioniso em Creta e Outros Ensaios* (com introdução de António Telmo) e *Origem da Poesia e da Mitologia no Drama Ritual e Outros Ensaios Dispersos* (com organização de Joaquim Domingues e apresentação de Paulo Borges).

4 Para Eudoro de Sousa, num primeiro momento de sua reflexão em *Mitologia*, o homem é compreendido como o ser da recusa, isto é, aquele que recusou o que lhe foi dado gratuitamente por sua fonte originária (e por isso sagrada) e que não pode ser limitado como objeto do seu pensar e do seu dizer, tampouco do seu fazer, por constituir este recusado o próprio inexaurível e indomável pelo homem, aquilo que para o homem irrompe como o excesso de tudo o que o homem julga ser e ter. A crítica de Eudoro de Sousa ao antropocentrismo assim considerado é ponto de partida para a sua compreensão de poesia, como ficará explícito ao longo do artigo. Cf. Eudoro de Sousa (1980): *Mitologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 15.

temas do diabólico, do simbólico, do distraído, do marginal e do amor, será o procedimento adotado para a consecução do objetivo do artigo.

No que diz respeito aos estudos dedicados ao pensamento de Eudoro de Sousa, estes atualmente não se encontram em situação muito distinta do que afirmou o filósofo português Paulo Borges na apresentação da edição de *Origem da Poesia e da Mitologia no Drama Ritual e Outros Ensaios Dispersos*, isto é, que “*Eudoro de Sousa permanece pouco mais que desconhecido entre seus compatriotas*” (Sousa, 2000: p. 7). Todavia, desafortunadamente o referido desconhecimento no que concerne a Eudoro de Sousa e a sua obra, bem como a sua atividade docente, não se restringe à pátria do seu nascimento, mas afeta igualmente a pátria de sua maturidade intelectual e do seu óbito. Basta para isso mencionar que, embora haja um pavilhão na Universidade de Brasília que leva o seu nome, inaugurado em 2011, assim como, na mesma universidade, um afresco com a sua figura, de autoria de Eduardo Carreira, realizado em 1993 no *hall* que conjuga os Centros Acadêmicos de História, de Filosofia e de Geografia, pouco mais que nenhum aluno sabe dizer quem foi Eudoro de Sousa, tampouco leu ou sequer tem notícias da existência das obras publicadas pelo pensador. Desolador sintoma do esquecimento e desconhecimento de Eudoro de Sousa, do seu pensamento e de sua obra, equivalente ao esquecimento daquilo que, para Eudoro de Sousa, a poesia constitutivamente deve resgatar e resgata, conforme assinalaremos neste artigo. Desabonadora reputação ao país e, especialmente, à cidade onde mais intensamente atuou como formador intelectual da juventude universitária dos anos 60, 70 e 80. Desde este ponto de vista, também é objetivo deste artigo destacar a complexidade e a relevância do pensamento de Eudoro de Sousa para o pensamento luso-brasileiro, bem como fazer soar o alerta da degradante situação da preservação da memória do filólogo, helenista, mitólogo e filósofo, excelso patrimônio imaterial

da cidade, ainda que longe de assim ser reconhecido por instituição competente. O alerta é acompanhado por exasperado apelo no sentido de que o quadro seja efetivamente revertido, para se fazer justiça e devida homenagem a quem contribuiu com a entrega de sua vida para a formação da cidade. Um sacrifício edificador.

Sentir Excessivamente A Suma Excessividade

Em dois poemas de Álvaro de Campos⁵, um dos heterônimos do poeta português Fernando Pessoa, Eudoro de Sousa considera a poesia como fenômeno, aparição (e não aparência), invocação ou presentificação do que excede a vida em sua banalidade. Quer em “Objectividade Poética”, quer em “Um Poema ‘Dionisiaco’ de Álvaro de Campos” (Sousa, 2000), a poesia está íntima e simultaneamente associada ao sentir e ao excesso: sentir o excesso/excessividade ou sabê-lo/sabê-la sensivelmente; e também, na via complementar, sentir excessivamente, isto é, um sentir radicalmente distinto do sentir de coisas habituais, não um *“mais sentir que já fora um sentir-menos”* (Sousa, 2000: p. 329) destas mesmas coisas corriqueiras, senão um sentir caracterizado por aquilo mesmo que significa a palavra “excessivo”, como afirma Eudoro de Sousa: *“Excessivo é o que excede; o que excede é o que sai; o que sai é o que transpõe limites”* (Sousa, 2000: p. 330). No caso, os limites são os do comum sentir. Associando, pois, os dois significados de sentir numa só sentença, temos que a poesia consiste em *“sentir excessivamente a suma excessividade”* (Sousa, 2000: p. 333). E nesta acepção, a poesia se mostra *“como a*

5 Cf. Álvaro de Campos. “Ode à Noite” apud SOUSA (1981), p. 20: *“Vem noite antiqüíssima e idêntical.../ Noite igual por dentro ao silêncio.../ vem/ e traz os montes longínquos para o pé das árvores próximas,/ funde num campo teu todos os campos que vejo/ ... e deixa só mais uma luz e outra,/ na distância imprecisa e vagamente perturbadora,/ na distância subitamente impossível de percorrer/ ...”*; Cf. Fernando Pessoa. (1980). *Obras Completas de Fernando Pessoa II. Poesia de Álvaro de Campos*. Lisboa: Edições Ática, p. 104: *“Afiml, a melhor maneira de viajar é sentir./ Sentir tudo de todas as maneiras/ Sentir tudo excessivamente/ Porque todas as coisas são, em verdade excessivas/ e toda a realidade é um excesso, uma violência.”*

expressão de uma excedência latejante” (Sousa, 2000, p. 330), que, se ainda não é a absoluta, abissal e original realidade em si, imita o seu reflexo primeiro, cuja excessividade própria provoca a excessividade do sentir, e esta, por sua vez, reflete aquela, como o princípio e o fim à maneira de um ponto assinalado numa circunferência em que se não sabe onde uma termina e a outra começa. Ou vice-versa. Uróboro (Sousa, 1981: p. 101).

Se é patente que na poesia portuguesa, como nos casos específicos dos poemas referidos de Álvaro de Campos, Eudoro de Sousa encontra os temas e os termos fundamentais para o desenvolvimento posterior e que aqui mais nos interessa de sua concepção de poesia, reservando-lhe a magnitude de expressão própria e paradoxal acerca do inefável, sentido/experimentado excessivamente, igualmente o fará recorrendo à Antiguidade grega dos seus estudos helenísticos, considerando a poesia trágica inexcelsível como meio de propiciar ou invocar a emergência de um imemorial passado de divindades ctônicas encoberto pela consciência religiosa urânica dos deuses olímpicos (Sousa, 1980: p. 22). Para Eudoro de Sousa, toda a tragédia ática, sobretudo a tragédia de Êsquilo, revelando o conflito entre antigos e novos deuses ou antiga e nova diacosmeses, “*empresta às sombras do passado a voz do presente*” (Sousa, 2000: p. 62), rasgando “*o nocturno véu do passado remotíssimo*” (Sousa, 2000: p. 58), porventura equivalente à “*Noite antiquíssima*” de Álvaro de Campos, invocando e trazendo a sua fenomênica presença à sensibilidade dos homens.

Difuso na obra de Eudoro de Sousa, mas sempre presente com a relevância do que é imprescindível para a compreensão de um pensamento suspenso no limite-limiar de Filosofia e Mitologia, quer implícita, quer explicitamente encontraremos o tema da poesia tratado de modo mais contundente nos seguintes artigos: “A Origem da Poesia e da Mitologia no Drama Ritual”; “Introdução à Tradução Portuguesa da *Poética* de Aristóteles”; “Arte e Escatologia”; “História

e Poesia na Tradição”; “Orfeu, ou Acerca do Conceito da Filosofia Antiga”; “Objetividade Poética”; e “Um Poema ‘Dionisiaco’ de Álvaro de Campos”. E também no ensaio de maturidade *Mitologia*. Dos dois últimos artigos mencionados ficou estabelecida a idéia de que a poesia é um sentir excessivo que excessivamente sente a excessividade. A ocorrência dessa excessiva sensibilidade do excessivo, acrescenta Eudoro de Sousa, se dá como uma “*diferença na alma*” (Sousa, 2004: p. 155). Agora bem, se “*diferença na alma*” é expressão relevante no pensar de Eudoro de Sousa sobre a poesia, perpassando com maior ou menor evidência todos os artigos referidos, isto é indicativo de que deveremos nos deter neste passo de nossa reflexão para analisá-la mais de perto. Diretamente, “*diferença na alma*” é expressão que marca o artigo “Arte e Escatologia” como primeira evidência do que seria, para Eudoro de Sousa, aquilo que a poesia diz que a não-poesia não pode dizer (Sousa, 2000: p. 324) e de como o faria.

Em “Arte e Escatologia”, Eudoro de Sousa indaga a respeito da essência da obra de arte ou do que faz que a obra de arte seja autenticamente artística. Para evitar discussão prolixa sobre cada gênero específico de arte, o que tornaria inviável o seu “*brevíssimo ensaio*” (Sousa, 2004: p. 165), e preservar-se da vaga concepção de arte que, por peculiar indefinição, reúne em inconsistente generalização tudo o que se encontra implicado na representação comum (Sousa, 2004: p. 153), portanto, sequer a tomando como representação, antes como presentificação, Eudoro de Sousa entende que a todas as artes subjaz um denominador comum: poesia. Assim, estabelece como foco de sua reflexão a poesia de tudo quanto há de artístico numa obra de arte, seja ela qual for. Apenas pela reflexão acerca da poesia assim tomada, conforme Eudoro de Sousa no referido artigo, se tornaria possível todo e qualquer projeto de Filosofia da Arte, no sentido de um pensamento lógico-discursivo-categorial, que teria como limite uma intuição da sua própria essência, e cujo conteúdo

é transcendente ao discurso, mas que a sua apreensão e verificação passariam pela crítica categorial. Aqui teríamos uma flagrante contradição no pensamento de Eudoro de Sousa, no que diz respeito à utilização de procedimentos próprios da especulação intelectual, cuja limitação quanto a temas sutis, como no caso da poesia, mas igualmente nos da Religião e da Mitologia, é acusada por si ao longo dos seus escritos. Contradição, não fosse o ímpeto característico do pensar eudoriano de levar o pensamento filosófico até ao seu limite, donde se poderia antever o que excederia (e complementar) a própria Filosofia. Se por um lado a crítica constitui expediente próprio do pensamento analítico, que recolhe de sua vida própria o objeto do seu interesse para o decompor, perscrutar, mensurar, comparar, em símile do que realmente o é, mas dele já afastado pela distância que separa o ser do parecer (Sousa, 2004: p. 154), por outro, deste modo procede Eudoro de Sousa na expectativa de que a negação da negação, no caso, a crítica da crítica, pudesse vertê-la em possível afirmação do que se pretende alcançar, isto é, o intuído na fronteira do pensamento lógico-discursivo-categorial, abrindo o limite para a sua limiaridade. Estes seriam, propriamente, a natureza e o desempenho da poesia, como se verá.

Para Eudoro de Sousa dizer que a arte ou a obra de arte é bela e que a beleza ou o belo consiste na categoria estética primeira e por excelência, apenas nos daria um aspecto da verdade contida numa obra de arte, e, ainda assim, um aspeto pálido, ensombrado e cativo de um círculo vicioso (qualificar o belo pelo prazer e o prazer pelo belo), pois que o conceito de beleza fundamenta-se na idéia de prazer estético, entendido como uma “*certa convulsão de sentimentos e emoções*” (Sousa, 2004: p. 155) ou uma espécie de “*diferença na alma*”, experimentada por quem experimenta (e o faz excessivamente) o que há de artístico numa obra de arte, isto é, por quem se sabe intuitiva e efetivamente arrebatado pela experiência da poesia. Neste sentido, “*diferença na alma*” se nos afigura como

o primeiro indício de aproximação de Eudoro de Sousa quanto à compreensão de poesia e de que, por assim o ser, “*diferença na alma*” e poesia constituem incontornável parilha. Mas em que consiste propriamente a “*diferença na alma*” de que fala Eudoro de Sousa?

Entende Eudoro de Sousa que “*diferença na alma*” é sinal de que aquele que a experimenta se situa, no instante da sua experiência, em presença de um encontro seu com uma *sui generis* realidade, indicando na súbita transfiguração da alma sensitiva a própria transfiguração da realidade em radical diferença em relação ao modo em que comumente se mostra à percepção sensível, geralmente subordinada ao pensamento racional e à moralidade hegemônica. E neste sentido, “*diferença na alma*” revela-se como um indício de que, frente à poesia que subjaz na obra de arte, súbito, o mundo se cinde em dois: para aquém, o reino da banalidade, ou do mesmo, o que Eudoro de Sousa chama de aquilo que “*aparece como sendo o que parece*” (Sousa, 2004: p. 156); para além, o reino da excepcionalidade, ou da *diferença*, ou ainda, mundo daquilo “*que nos aparece como sendo mais do que parece*” (Sousa, 2004: p. 156). Entre um e outro uma intransponível fronteira para as almas que não experimentam senão a igualdade da rotina comum dos seus afazeres. Dizer através da poesia – num sentido dita geradora da “*diferença na alma*”, mas noutro gerada por aquela “*diferença*” – o que aparece que é mais do que parece, é tarefa que leva Eudoro de Sousa a revisitar o problema da poesia nos antigos, em torno da idéia de *mimesis*, contrapondo-o à concepção romântica do mesmo problema, e assim enunciar o que entende como “*milagre poético*” ou “*mistério da poesia*” (Sousa, 2004: p. 158).

A percepção de um mundo cindido por virtude daquilo que Eudoro de Sousa chamou “*convulsão de sentimentos e emoções*” e “*diferença na alma*”, e que é provocada pela poesia ou que suscita a poesia, todavia, apenas nos oferece uma imagem inaugural do enunciado fundamental de seu referido artigo. De modo que as

categorias estéticas do belo e da beleza, *per se*, embora relevantes, não são suficientes se o que efetivamente importa perscrutar é “*o que nos aparece, afinal, através da poesia, que é mais do que parece*”. Aqui Eudoro de Sousa retoma o enunciado do problema da poesia tanto na Antiguidade grega, quanto em pensadores do romantismo alemão. Segundo Eudoro de Sousa, naqueles a poesia é depreciada como *mimesis*, com o agravante de o artista reincidir na imitação do imitado; nestes, o caráter de pura criação é propriamente o motivo principal da reflexão sobre poesia. Recusando tomá-las como concepções contraditórias, embora reconhecendo-as diferentes entre si, e também evitando o que entende ser intransigente em cada uma destas perspectivas, Eudoro de Sousa inclina-se para uma síntese das duas em sua demanda da solução do problema levantado, a lembrar, “*o que nos aparece, afinal, através da poesia, que é mais do que parece*”. Neste sentido, conforme Eudoro de Sousa, esta síntese já é perceptível na teoria da poesia de Aristóteles. Com efeito, Eudoro de Sousa entende que para Aristóteles a poesia é imitação, logo, o poeta imita. Todavia, pela interpretação que Eudoro de Sousa faz do Estagirita, a imitação característica da poesia não é e nem pode ser referente à *natura naturata*, que por sua vez já constitui a imitação da idealidade eterna; antes, diz respeito à própria potência criadora ou *natura naturans*. De modo que se a poesia é *mimesis*, só o pode ser como imitação não dos entes originados, senão da própria origem dos entes⁶. À indagação fundamental de Eudoro de Sousa à poesia e sob este enfoque, surge, deste modo, um primeiro indício de resposta e que o pensador luso-brasileiro concebe como “*milagre poético*”, entendendo por isto um assombroso prodígio que

6 Por origem Eudoro de Sousa entende o princípio originário de todas as coisas ou entes originados, distinto de seus respectivos inícios ou começos, cuja pontualidade temporal se vai esfumando quanto mais distante deles o homem concentrado em sua racionalidade estiver, até à quase total extinção de sua memória.

“consiste em excepcionalmente a própria natureza das coisas se revelar no que banalmente a oculta. Revelação da origem, no originado – eis o mistério da poesia, que é o mistério de toda a arte” (Sousa, 2004: p. 158).

Captar e exprimir o que há de ser este “*mistério da poesia*” é, decerto, tarefa que se não cumpre apenas pelo pensamento lógico-discursivo ou, não podendo evitá-lo, sem o risco do silêncio que só é e só pode ser discursividade significativa noutro regime de conhecimento. Tampouco mediante a exclusiva categoria do belo. Por isso, em “Arte e Escatologia”, Eudoro de Sousa invoca e desenvolve duas outras categorias estético-religiosas: mistério e símbolo. Para Eudoro de Sousa, habitualmente, a palavra mistério é tomada como representação da tenebrosidade, daquilo que, sendo obscuro e indefinido é repellido pelo pensamento conceitual. Porém, se experimentado de outro ponto de vista, e aqui Eudoro de Sousa se refere à percepção e consciência mito-religiosa, o mistério passa de trevas para luz que tange as cordas da sensibilidade e da emoção, arrancando de tudo quanto é obscuro nas obras e nos atos artísticos todo o universo insuspeito pelo pensamento racional. Daí Eudoro de Sousa conceber o mistério na poesia como desvelamento ou revelação da origem/verdade das coisas. Neste sentido, a obscuridade do mistério na poesia volve-se iluminação.

Retornando à idéia da cisão do mundo em aparência e essência ou em reino da banalidade e reino da excepcionalidade, cuja “*convulsão de sentimentos e emoções*” provocada por toda a obra de arte expõe, Eudoro de Sousa assinala que, além de portar ou mesmo constituir um mistério, ou a revelação deste mistério, a poesia também é simbólica em seu poder de reunificação do que se encontra em regime de cisão (banalidade e excepcionalidade). Eis, portanto, a terceira categoria destacada por Eudoro de Sousa a propósito da poesia: o símbolo, adstrito à noção de revelação. Considerado num

primeiro momento de sua evolução semântica, afirma Eudoro de Sousa, símbolo (...) “*designava um objeto dividido em dois pedaços que, uma vez reunidos, provavam certa relação entre seus portadores*” (Sousa, 2004: p. 160). Todavia, operante na consciência e na linguagem religiosa, símbolo já não se refere mais a frações de coisas reunidas, à maneira de soma das partes em que essas últimas são enfatizadas, senão que afirma o todo resultante da reunião das partes e, portanto, como reintegração entre a banalidade e a excepcionalidade.

Neste sentido, poesia é revelação. Um ignoto vindo de fora do “*homem humano*”, ou homem “*hominizado*”⁷, e que nele se manifesta despertando a mais íntima intimidade humana do sonambulismo em que vive na vida experimentada comumente. E de assim o ser, a poesia consiste numa revelação ou recorrência, espontânea ou ritualmente dirigida, de uma *sui generis* experiência de transbordamento do originário e informe “*abismo sem fundo*” (Sousa, 1981: p. 20) ou da *Excessividade Caótica*⁸, através das formas e das coisas determinadas pela volição e consciência do homem apenas humano e esvaziado de divindade, ele próprio, o homem, feito coisa humana. É por isso possibilidade de abertura trans-humana por onde irrompe o transbordar. Ou ainda, superabundância da origem dos entes originados manifesta através da dissolução da determinação das coisas e do homem tomados como objetos de

7 No pensamento de Eudoro de Sousa, o sentido de hominização da realidade, inclusive do próprio homem, corre em sentido contrário da sua divinização, próprio do mito, da Religião e da poesia, e constitui o âmago do teandrismo (o homem como medida de todas as coisas). Cf. Eudoro de Sousa (1981). *História e Mito*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 26, 27.

8 Entre outras significativas expressões, Eudoro de Sousa designa Deus/sagrado por *Excessividade Caótica*, entendida como realidade anterior, subjacente e remanescente a qualquer diacosmese. Distinto da medida antropocêntrica ou de qualquer outra mensuração, ele é a própria desmesura a partir da qual pode haver deuses, mundos e homens determinados, bem como as suas diversas correlações. Cf. Sousa, Eudoro de. *Mitologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980, p. 35.

cognição lógico-discursiva. É o irromper da “*diferença na alma*”, expressão pela qual Eudoro de Sousa significa o súbito e possessor assalto da desmesurada e ignota potência originária na superfície serena da inteligência formal mantenedora da operacionalidade da Filosofia e das Ciências comumente consideradas, causando a falência deste mesmo conhecimento intelectual em sua malfadada pretensão exclusiva de constituição de sentido para esta inominável ocorrência, fulgurante em raros momentos de distração, loucura, experiência mística e na poesia.

O Diabólico e O Distraído

Comentando a preleção do filósofo alemão Martin Heidegger, “A Coisa”, numa evidente sugestão de que o tema da poesia em seu pensamento melhor se esclarece no diálogo com o referido filósofo, afirma Eudoro de Sousa que a

“Poesia é a única maneira de tentar dizer o inefável, a única maneira de lidar, não com o que, de qualquer modo, não temos o direito de dizer, mas com o que temos direito e dever de dizer, como possa ser dito. Inefável é só o que ninguém pode dizer, de modo como todos dizem o que podem. Para isso a poesia se destina, para isso a poesia existe, o falar que cria a sua linguagem à medida que prossegue falando. Poesia é contínua invenção de linguagem, por uma linguagem que se julga já estar feita e bem feita, acabada e morta, sepultada na gramática e nos dicionários. A linguagem da poesia é fieri, não factum. E sempre e de cada vez um vir a ser” (Sousa, 1980: pp. 155, 156).

Na afirmação, Eudoro de Sousa deixa patente quer o seu entendimento acerca do que é a poesia, quer o papel e a relevância que a poesia desempenha e tem no drama humano (ou mais-que-humano)

pelo qual se dá a radical metamorfose do mundo feito coisa humana e do homem feito coisa mundana, em ambos os casos cativos, homem e mundo, do que Eudoro de Sousa chama de “*encantamento coisístico*”⁹, revertendo o ocultamento ou o exílio do divino ou da sagrada origem em apoteótica fulguração de uma verdade “*desumana*” ou “*trans-humana*” (Sousa, 1980: p. 112) na própria experiência humana, embora transfigurada.

Neste horizonte de “*encantamento coisístico*”, ambos, homem e mundo, são feitos coisas (e nisto consiste o encantamento) por força do intelecto e da vontade humanos pretensamente livres para fazê-lo, isto é, afeitos ao que Eudoro de Sousa chama de ilusão de que submetem a natureza ou as coisas à sua disposição, decorrendo daí a sua presunção de liberdade. Todavia, para Eudoro de Sousa, a liberdade aí assinalada não vai além de uma ilusória pretensão ou presunção. Não desconfia o homem coisificado (ou apenas humanizado) que antes é o contrário o que se dá: é o homem o serviçal do que ele não é, mas que se apresenta, aos seus olhos, enquanto coisas, como aquilo que ele é desde o ponto de vista da projeção antropocêntrica, tomada como pretensa domesticadora da natureza (Sousa, 1980: p. 120). Isto significa, por um lado, que o homem não desempenha senão e sem o saber um coadjuvante papel num jogo que não é seu, mas de potência que lhe antecede e excede; por outro, que mesmo a “*recusa*” apontada por Eudoro de Sousa como característica fundamental do homem que veio a ser, ou homem apenas humano, também ela, paradoxalmente, não lhe é própria (no sentido de que não tem a sua fonte na consciência, nem na volição humana), sendo-lhe adventícia, isto é, constituindo

9 Sobre “*encantamento coisístico*”, cf. Eudoro de Sousa (1980), *Mitologia*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 96: “*Desencantar as coisas, quebrar-lhes o encanto, é dissolver-lhes os contornos rígidos, fundir-lhes a solidez de uma morte aparente nas águas santas da metamorfose. É o que faz todo drama ritual*”.

um dos potenciais projetos do grande “Projeto”¹⁰, passando longe, todavia, de ser o único. Já ela, a “recusa”, constitui predisposição inerente ao “Projeto”, como um dos inúmeros possíveis a se realizar, que podem ou não se realizar efetivamente, como realizado está o projeto que Eudoro de Sousa chama, dentre outros nomes, de “horizonte da objetividade”. Neste sentido, Eudoro de Sousa também afirma em *Mitologia* que foi o diabo, e não o próprio homem humano, quem estabeleceu o homem-coisa e a natureza-coisa, ambos rebeldes contra a unidade de todos os entes. Desde esta perspectiva, Eudoro de Sousa ressalta a separação ôntica mantida pelo intelecto lógico-discursivo que, de modo ilusório, se reputa como imagem e semelhança de deus ao rebaixar a criação divina ao seu próprio afazer, isto é, equiparando o mistério do surgimento do mundo como *autopoiesis* divina, acepção mais evidente do mistério no pensamento de Eudoro de Sousa, com a opacidade da operosidade humana construtora de coisas, portanto, responsável pela existência e persistência do mundo propriamente humano feito a partir das ruínas abandonadas da negação do divino/sagrado. Recorrendo à origem etimológica da palavra *διαβάλλειν* (*diabaléin*), Eudoro de Sousa compreende o diabo como o separador. E à ação separadora do separador, Eudoro de Sousa a chama de “encantamento coisístico”, como já vimos, que consiste em transformar tudo em coisas. Assim, homem e mundo, ambos transformados em coisas no horizonte da objetividade, são encantamento da sagrada origem. Diabólica ocultação do “Ultra Ser”, do “Projeto” ou de “Deus”.

10 *Projeto* consiste no fundo originário que coordena homem, deus e mundo, correlação que assumiu formas diversas em tempos e lugares distintos, mas que jamais deixa de fornecer o seu impulso, configurando sempre novas correlações. Assim considerado, o *Projeto* é, para Eudoro de Sousa, a condição prévia de todo e qualquer correlacionamento entre homem, mundo e deus. Mediante o *Projeto* é que se pode afirmar que, em cada época histórica, um mundo pertence a um homem e este homem pertence ao seu mundo. Cf. Eudoro de Sousa (1980). *Mitologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 16-20.

Eudoro de Sousa lembra ainda que, voltadas sempre para si mesmas, separadas de tudo mais, dispersas e opacas, as coisas jamais se afeiçoam umas às outras por serem incapazes de tomar a feição de outra que não seja elas mesmas, não admitindo a superação de seus próprios limites de coisas, limites inamovíveis de sua condição de *limes* que nunca chega a ser *limens*. Fechada se encontraria, pois, de modo irremediável, a possibilidade de êxtase às coisas (sobretudo ao homem-coisa), isto é, de se exceder o estatuto de coisas (sair de si enquanto coisas), dele se perder naquilo que as coisas não são, ou fora daquilo que elas aparentam ser, não fosse falhar, em raros momentos, a concentração e a atenção que do homem faz o construtor do mundo coisístico, inspirado ou movido pelo separador, que perverte ímpetos, anseios e projetos mais ou menos indefinidos, por força de sua redutora instituição, convertendo ou encantando em coisas só coisas tudo o que é tocado por seu halo: por exemplo, eros em coisa-sexo sem eros; liberdade individual na coisa constituição regendo os deveres da coletividade; a criança na coisa adulto; o caos em cosmos; e todos os possíveis em realidade-coisa encerrada em si própria (Sousa, 1980: p. 96).

E de assim o reconhecer, Eudoro de Sousa indaga se haveria algum sortilégio capaz de favorecer ao homem e ao seu mundo a fuga à dominação do diabo e ao seu diabólico mundo, isto é, alguma sorte de “prestidigitação” capaz de desencantar, desvelar ou desocultar o que fora velado, encantado, oculto na coisificação diabólica da existência mundana e humana. Êxtase, numa palavra. Com efeito, no seu próprio indagar parece- nos acenar, encoberto pelo que diz a questão, mas já ecoando o que ela diretamente não o diz, a presunção de sua resposta afirmativa. Senão, vejamos. Atrás da “*franzina figura de Kant*” (Sousa, 1980: p. 75), segundo jogo caricatural de Eudoro de Sousa, mas nem por isso menos sóbria a reflexão, teria se ocultado o diabo, na acepção etimológica de separador e responsável último pelo “*encantamento coisístico*”, para instaurar a ilusão da necessidade

incontornável da concentração da vontade e da atenção do intelecto num mundo objetivo e sempre premeditado, no sentido de sua domesticação e usufruto pelo homem, o que equivaleria à submissão da suposta realidade à própria subjetividade do sujeito da intelecção (Sousa, 1980: p. 75), projetor do mundo objetivável e objetivado. Ou noutros termos e nos mantendo no discorrer lúdico da argumentação de Eudoro de Sousa: assim procedeu o diabo com o intuito de comprar a alma humana e, sob o abrigo de uma teoria filosófica que se não pode ignorar, tamanho o impacto que exerceu nos rumos da Filosofia desde a sua aparição, mantê-la cativa no olvido de sua origem, a preço da falácia de sua libertação referente a esta mesma origem. A alusão ao filósofo de Königsberg neste passo é significativa por nos remeter ao criticismo instituído por si, também chamado “Revolução Copernicana de Kant”, que estabeleceu o sujeito do conhecimento como o “*sol do domínio gnosiológico*” (Sousa, 1980: p. 120), por obra de sua tríplice crítica à Razão. E ressalta Eudoro de Sousa que, assim como *krísis*, do verbo *krínein*, significando separar, ação própria do separador, e por isto nos encaminhando ao diabo como o entende o mitólogo luso-brasileiro, *Kritikós*, intimamente associado a *krísis* e designando etimologicamente aquele que tem a faculdade de discernir, igualmente nos traz a ou nos leva à figura do diabo por ser este, e assim já o afirma o relato do *Genesis*, como aponta Eudoro de Sousa, o primeiro e o maior dos críticos. Neste sentido, pensamento crítico e separação convergem no saber lógico-discursivo próprio do homem que veio a ser. O crítico é, pois, desde este ponto de vista, o diabólico sujeito cujo conhecimento intelectual só se dá por desagregação, desligamento e desunião do que é percebido e considerado por sua atenção, isto é, ao revés do âmbito, proceder e linguagem próprios da Religião, da Mitologia e da poesia, em que, naquele impera não mais que a intelectualidade e nestas, a sensibilidade inexaurível como “*leveza do ar que respiram*” (Sousa, 1981: p. 54).

Haverá sim, pois, para Eudoro de Sousa, “sortilégio” capaz de desencantar o horizonte diabólico e desocultar o ocultado na coisificação da existência mundana e humana. Este “sortilégio” seria a negação do diabólico e do seu patentear-se no pensamento crítico. Negação, portanto, da negação. Uma *sui generis* afirmação. Todavia, este recurso não é alcançável por nenhum querer humano, tampouco por alguém possuir qualquer suposto conhecimento intelectual do ocultado, o que significaria permanecer ainda nos limites da crítica e, conseqüentemente, do diabólico. A degenerescência diabólica da criação divina ou da divina origem de onde se apartaram por separação diabólica todos os originados presentes no horizonte da objetividade ou das coisas, o que Eudoro de Sousa chama de “*catástrofe*” (Sousa, 1981: p. 77), nem por isto instituiu o completo aniquilamento do olvidado ou degenerado, restando no homem e no mundo coisificados a presença do “*Antiquíssimo*”¹¹, ainda que vaga, não equiparável a nenhum passado racionalmente pensado. Aqui emerge a figura do distraído a ocupar papel de grande relevância no pensamento de Eudoro de Sousa. Distraído da obrigatoriedade do afazer que mantém o homem e o mundo cativos da ordem, dos sentidos convencionados, da lei, da justiça, dos métodos diabólico-objetivos (Sousa, 1980: p. 81), o homem transgride e transpõe, sem saber que o faz, distraído que está, como quem se entrega a uma dança numa eurrítmia cósmica, à maneira de um drama ritual, transgride e transpõe, dizíamos, o teatro do mundo instituído, deixando-se absorto naquilo que não é o mundo da cotidiana necessidade de se manter operante a produção e o desenvolvimento, que nem é criação, no sentido próprio, nem é um desnudamento daquilo que ontologicamente é, antes constitui o seu envolvimento ou encantamento (Sousa, 1980, p. 66).

11 Não perder de vista o sentido de *Antiquíssimo* na análise de Eudoro de Sousa a respeito do poema “Ode à Noite”, do poeta Álvaro de Campos, referido no segundo seguimento desse nosso artigo, logo após a introdução.

Como a natureza (no sentido de *natura naturans*), jamais concentrada, senão fluente no desempenho espontâneo de sua criatividade, desatenta de seu produzir “*como se nada produzisse, ou como outro o produzisse por ela*” (Sousa, 1980: p. 108), o distraído, ao contrário do afazer humano que não faz senão coisas, experimenta a transcensão dos limites das coisas nas coisas que faz como se outro o fizesse através de si (Sousa, 1980: p. 168), subvertendo-as enquanto coisas e elevando-se a si próprio (ou deixando-se elevar por força além de sua “humanidade humana”) a um além-limite ou limiar de um além-horizonte onde as coisas deixam de o ser. É neste sentido que para Eudoro de Sousa, ainda que considere gravemente o estreitamento da disponibilidade humana feita cativa na diacosmese diabólico-humana, a origem olvidada pelo *Kritikós* não teria sido integralmente esvaziada, persistindo no homem e no mundo o divino que constitui a sua fonte originária, à espera de seu ressurgimento fascinante, por si, isto é, não movida por vontade e consciência humana, e em raros momentos acusados no que chamamos anteriormente de “*estranheza*” e de “*diferença na alma*”. Nesta reaparição do olvidado se dá, para o distraído, o desencantamento do encantado, o que estará no cerne da concepção eudoriana de poesia.

Mas se é relevante afirmar que é na distração e com o distraído que Eudoro de Sousa começa a vislumbrar a ocasião de fuga ao e superação do mundo diabólico feito de coisas, a afirmação ainda nos parece insuficiente se o que mais nos importa abordar é o como e o porquê a poesia é considerada por Eudoro de Sousa como o único dizer capaz de nos levar à presença do inefável. Ou de trazê-la para onde estamos quando a experimentamos, isto é, para a clareira aberta pela poesia ao e no mundo fechado e sempre igual a si mesmo. Ainda nos fica faltando interpelar como isto se dá e qual a relação entre a distração/o distraído e a poesia, como a entende Eudoro de Sousa. Dizer como se distrai o distraído é tarefa que nos

conduz a outro tema imprescindível para a compreensão da poesia no pensamento de Eudoro de Sousa, assim como, efetivamente, nos aproxima das repostas às perguntas fundamentais da reflexão neste artigo. Referimo-nos ao papel desempenhado pelo amor (*eros*) em sua concepção de salvação (Bastos, 1998: p. 94), o que entendemos como caminho de fuga à sujeição diabólica.

Amor, Simbólico, Marginalização e Morte

Se no mundo objetivo-diabólico, que é outro modo de dizer o mundo do homem só humano, auto-centrado e concentrado no seu saber e no seu fazer, tudo se rebela contra a unidade de todos os entes, separadas como estão as coisas por obra do crítico-separador e desconhecendo assim qualquer possibilidade de afeição, que é manifestação do ímpeto de sentido inverso à indiferença ou discórdia, próprias da separação, é no amor que Eudoro de Sousa encontra a sua superação, por ser o amor potência que tudo reúne num todo incomensuravelmente maior do que a soma das partes. No pensar e no agir do homem concentrado *eros* foi banido, porque significa ameaça de dissolução dos limites da individuação “*coisística*”, tomada por si como a verdade. Por este motivo o crítico associa o amor à morte, mas esta entendida como aniquilação pura e simples daquilo que, conforme Eudoro de Sousa, pelo crítico é estimado por sobre todas as coisas, isto é, o “*si mesmo*”. O seu, enquanto suposta subjetividade, e o das coisas, enquanto pretensa objetividade, que não são senão o mesmo na relação projeção-projetor- projetado. Daí dois críticos jamais se entregarem um ao outro como amantes por incapacidade e temor constitutivos. Eudoro de Sousa está de acordo com a associação que, no pensamento crítico, faz convergir amor e morte, mas não pelos mesmos motivos que movem tal pensamento à referida associação. Na relação erótica há, sem dúvida, a experiência de um esquecimento de si no outro, que a si também deixa de fazer

referência para referir-se sempre ao amado, no sentido de que dois amantes só o são realmente não como dois, senão como um, que não é nem um nem outro individuados, mas que na união passam a ser indiferenciados. O homem orgulhoso de sua vontade e de sua razão, ensimesmado em sua suposta condição de conhecedor e dominador de si e da natureza, não se permite a experiência do “*êxtase erótico-religioso*” (Sousa, 1980: p. 72), que constitui uma libertação do “*si mesmo*” ou do sujeito determinado de objetos igualmente determinados e inequívocos, como é a sua presunção. Não ama, portanto. O amor é experiência que arrebatava o distraído do mundo das coisas, não o concentrado. Com efeito, a respeito do distraído afirma Eudoro de Sousa: (...) “*o que distrai o distraído, o que desatenta o desatento, é, sem dúvida, o amor*” (Sousa, 1980: p. 72). Estando fora de si mesmo, no sentido de não atento à sua subjetividade que veio a ser, supressora do que não é idêntica a si, o distraído sequer teme a morte porque a experimenta como êxtase metamórfico daquilo que porventura lhe causa náusea e, portanto, como libertação do domínio diabólico.

A concepção de êxtase erótico designando transcendência da individuação “*coisística*”, arroubo experimentado inicialmente pelo distraído como “*estranheza*” ou “*diferença na alma*”, e que também é religioso por força de sua religação do que fora cindido, torna a deslocar a nossa atenção para um tema já discutido: o simbólico. Afirma Eudoro de Sousa que “*o ‘diabólico’ e o ‘simbólico’ correm em sentido contrário*” (Sousa, 1980: p. 83), o que significa que, enquanto no primeiro, âmbito próprio do intelecto concentrado, crítico e discricionário, a marca distintiva é a fragmentação seguida de desintegração de todas as coisas, o segundo caracteriza-se pela conjunção num todo de todas as partes que vivem, como é suposto no mundo das coisas, de existência própria e independente. Mas a referida conjunção não é aqui compreendida como a soma destas partes, e assim já assinalamos, senão aquilo que nas coisas antecede o seu aparecimento, subjaz à sua persistência e sucede ao seu

desaparecimento, perfazendo a sua totalidade. E isto, lembremos, Eudoro de Sousa designa por origem. Assim, se o diabólico oculta o Real Absoluto ao separar as coisas do ser-origem destas mesmas coisas, é no simbólico, onde voltam a se reunir o originado e a sua origem, que se dá a sua revelação ou desocultação. No drama ritual, em tudo distinto do teatro da existência cotidiana do afazer humano, as coisas antes desafeiçoadas e opostas entre si se acrescem do oculto ser, que as metamorfoseiam naquilo que elas não são enquanto coisas, isto é, em símbolos (Sousa, 1980: p. 129). Através dos símbolos feitos da transfiguração das coisas começa a transparecer o que se encontrava oculto na diabólica opacidade das coisas. Tem início, pois, o drama de descoisificação das coisas, pelo qual, para Eudoro de Sousa, emerge irrefreável a própria origem destas coisas. Todavia, só desempenha papel em drama ritual quem não se recusa a distrair-se, nunca aquele que passa a vida atentamente ocupado no desempenho de suas obrigações. Neste sentido, é a distração, não equivalente a entretenimento, a própria abertura que disponibiliza o homem àquela misteriosa presença que, por ser misteriosa, em nada se assemelha ao mundo demasiadamente humano, portanto, ao mundo diabólico ou ao mundo-coisa.

Contudo, desde o ponto de vista presidido pelo afazer humano no mais alto e em perpétuo regime de concentração, malfadado é aquele que, no mundo diabolicamente encantado, ousa distrair-se do afazer produtivo (Sousa, 1980: p. 128). Triste sorte experimenta, ainda segundo esta abordagem, quem não desempenha, a custo do esquecimento de sua própria alma (o que o homem é sem ter e que foi “comprada” pelo diabo), as tarefas de manutenção do mundo diabólico representadas pelo trabalho, que é este, conforme Eudoro de Sousa, propriamente o significado do trabalho para o homem que se não desatenta: mantenedor do diabólico. Ao mesmo tempo, considerado por quem não se afeiçoa a mundo que não é seu, por sentir-se inadequado à vida de competição de um jogo alheio que faz

dos homens instrumentos de sua reprodução, bem como à seriedade do trabalho chamado produtivo, entende Eudoro de Sousa que o trabalho é “*o afazer sem o gosto de o fazer*” (Sousa, 1980: p. 77), aquele produzir que envolve os adultos (homens diabólicos ou crianças feitas homens-coisas) por tirânica obrigação ou pelo que se chama consciência do dever. Neste sentido, o trabalho se afigura como obra do diabo (do separador ou coisificador), cruz do ócio criador e inventivo. Numa palavra, escravidão, que ensombra e obscurece o reino do lúdico, reino em que impera um fazer que nem se aplica à utilidade imediata das coisas, nem é presa do olhar sempre alerta a possibilidades de ocorrência de perigos que ponham em risco a realidade instituída. E já acusamos que este é o proceder do distraído, isto é, o abandono da “realidade” e urgência das coisas em troca de uma infinita sensibilidade que lhe infunde “*a sensação da plenitude de viver por só viver*” (Sousa, 1980: p. 117).

Mas dizíamos, desventurado é o que abandona os regulares procedimentos do drama objetivante de coisas, onde nada é experimentado eroticamente, redundando a sua renúncia em abandono a que é relegado por esta mesma existência regida por coisas: marginalização. Por este termo, em sentido depreciativo, o distraído é tomado por criminoso, preguiçoso e miserável. Proscrito que não deve ter lugar, senão encarcerado nas penitenciárias, nos manicômios ou nas escolas que fazem da criança-abertura o adulto-limitado ou o adulto-coisa. Isto na “melhor” das hipóteses. Abandonado ao anonimato e à morte (silenciado numa sepultura sem indicação das datas fundamentais, nem do nome do sepultado), e tomado como louco, mais habitualmente. Todavia, para Eudoro de Sousa, nem a marginalização constitui insensatez e imperfeição de carácter, portanto, algo de valor negativo, nem a morte associada à condição de marginalizado é aquela ocorrência que põe fim à vida fisiológica do homem ou aquele fenômeno habitualmente posto fora da vida (Sousa, 1980: p. 125), nem tampouco o louco e a loucura

são sinônimos de insanidade mental. Não é insensatez e imperfeição porque, passando por louco e miserável entre os sensatos e bem sucedidos homens da objetividade, o homem assim tomado é, antes, um *eudaimon*, isto é, um homem feliz tomado por uma predisposição que o disponibiliza a desempenhar outros dramas cosmogônicos e antropogônicos em tudo diferente do limitado e limitador drama objetivante de coisas. Descrente nos supostos benefícios que qualquer gênero de trabalho lhe pudesse trazer, deste trabalho que é cruz, desgosto e escravidão à necessidade de sobrevivência, o distraído-marginalizado se liberta de sua condição de coisa, sem que isto seja por si experimentado como resultado de ações programáticas, e se disponibiliza a seguir insuspeito caminho não trilhado pelos indisponíveis que só dispõem do nada que são como coisas. Esta disponibilização advinda e desperta em sua distração, é fonte de uma insuspeita e impossível felicidade ou bem-aventurança para quem vive vida indisponível, e que Eudoro de Sousa entende por morte, no sentido do que ele chama de “*morte substantiva*”¹² ou metamorfose.

Com efeito, a morte experimentada pelo distraído não é senão a morte iniciação, como aquela celebrada na Antiguidade em torno do mistério da morte no santuário eleusino¹³, esquivo este à estreiteza

12 Cf. Eudoro de Sousa (1980). *Mitologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 124: “*Morte substantiva só advém ao disponível, ao que sempre se dispôs a trocar o mesmo pelo outro, o mesmo que foi, pelo outro que pode ser, provisto que pense poder ser outro, o que, efetivamente, não acontece ao indisponível, ao que nunca se dispôs senão a persistir no mesmo que é e, não quer deixar de ser*”.

13 Cf. Sousa, Eudoro de. “Mitologia e Ritual”. In: *Dioniso em Creta e Outros Ensaios* (introdução de Antônio Telmo). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 108: “*Elêusis é o nome de uma povoação vizinha de Atenas. A estrada que unia as duas localidades foi justamente chamada de via sacra, pois desde os alvores da Grécia histórica até o IV século da Era cristã imensa multidão a percorreu, atraída pela fama difundida por todo o orbe, dos sagrados mistérios de Deméter. Todos os anos chegavam inúmeras gentes de todos os quadrantes do mundo helenizado, e mesmo de nações distantes, ao encontro de uma prometida revelação: a noite que envolve os confins da vida e da morte seria vencida por esplendorosa luz e uma palavra romperia o silêncio dos séculos acerca do enigma da humana existência na terra*”.

do pensamento antropocêntrico, bem como à pobreza da comum linguagem humana, isto é, ao pensamento e à linguagem lógico-discursiva do crítico, mas captável por linguagem de onde não foi exilada a sensibilidade (Sousa, 2004: p. 206). É morte-metamorfose. Desempenho involuntário de um drama pelo qual aquele que o experimenta, o distraído-marginalizado, sem saber que o faz, chega aos confins da vida e da morte sem que para isto abandone a sua existência, ou alcança aquela porosidade que Eudoro de Sousa chama de “*trans-objetividade*”¹⁴, ambiência própria do símbolo e do êxtase, e lá reconhece por experiência sensível e não intelectual não ser deformidade a deformidade que lhe é acusada no regime do afazer como dever para a sobrevivência. Antes, sinal de que ilusório é pretender se fixar numa única realidade, no caso a humano-diabólica realidade de sujeitos que pensam e de objetos que são pensados, e que a deformidade é, ao revés, o encarceramento do homem e do mundo na reprodução suposta incontornável do “*encantamento coisísitico*”. A morte é, portanto, a descoberta (Sousa, 1980: p. 123) de que nem tão defeso é o caminho que liberta o homem e o mundo das forças do diabo ou do inferno, como o entende Eudoro de Sousa,

(...) “inferno é não haver lugar, é sentimento de não haver-lo onde estou, quando sou outro que não era. Inferno é ser obrigado a viver a vida alheia, em lugar que o não é, por sê-lo de todos e de ninguém” (Sousa, 1980: pp. 39, 40).

Evidência de que no homem que veio a ser se ocultou e permanece oculto, até que a *sui generis* experiência lhe demova do olvido, aquilo que o excede como sua origem e que Eudoro de Sousa também

14 *Trans-objetividade* é a expressão empregada por Eudoro de Sousa para designar um hiato entre o mundo objetivo das coisas só coisas e do homem só humano, por um lado, o lado de aquém-horizonte, e, por outro, o que os excede, o além-horizonte em que espande a originária origem de tudo o que é manifesto. Para o tema da *trans-objetividade*, cf. Eudoro de Sousa (1980). *Mitologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 102-114.

chama de *trans-humano* (ou *desumano*). Por este termo Eudoro de Sousa compreende – em sua relação com o salto mortal para as coisas e para o homem apenas humano, e igualmente com a sua “*dança sobre o abismo*” (Sousa, 2000: p. 80) – não o superlativo do homem-humano ou homem-coisa, mas a ignota força que paralisa toda a sua construção intelectual, o que implica a falência e a dissolução irresistível do pensar e do dizer comuns frente à invulgar experiência, a partir da destituição radical da identidade subjetiva do sujeito do conhecimento, assim como da nitidez dos objetos habitualmente pensados, representados e ditos por este conhecimento, isto é, destituição do sujeito de sua enunciação, que os projeta enquanto objetos, e dos objetos enquanto projeções enunciadas por este sujeito. Esta transcensão da comum experiência humana é entendida por Eudoro de Sousa como catábase, “*superlato mito de um ritual de passagem*” (Sousa, 1980: p. 41), pelo qual o homem experimenta um “*misteriosíssimo mistério*” (Sousa, 1980: p. 41) e se ultrapassa em sua banalidade. Esta é, pois, outra concepção antropológica de Eudoro de Sousa, na contramão da primeira, que caracteriza o homem como “*recusa*” do que gratuitamente lhe deram e lhe dão, ou antes, complementar a esta primeira. Desde este ponto de vista, o homem passa a ser considerado não mais o ser diabólico e coisificado, mas “*transposição de limites*” (Sousa, 1980: p. 42), um ser indefinível por não haver limite que, por força do “*trans-humano*” oculto em si, não se faça limiar para a alteridade do que ele é ou vai sendo de cada vez. Esta é, com efeito, a morte experimentada pelo distraído-marginalizado no mundo diabólico: morte-metamorfose (Sousa, 1980: p. 125).

Conclusão

Porque o homem, conforme Eudoro de Sousa, não é apenas recusa e negação do que lhe excede o aparato lógico-discursivo, mas transe ou transposição de limites, dá-se na experiência humana

acontecimento *sui generis* que o liberta efetivamente ou que potencialmente possibilita a sua libertação da condição de apenas humano, religando-o a si e a tudo que de si é projeção inspirada pelo Separador àquele “*abismo sem fundo*” que é a matriz originária de tudo quanto existe. Concebida como um “*sentir excessivamente a suma excessividade*” em raros momentos de distração e possessão, a poesia se apresenta no pensamento de Eudoro de Sousa como disponibilidade involuntária à emergência do que não subira à superfície da subjetividade racionalizadora de quem a experimenta, permanecendo oculto enquanto o homem não se desincompatibilizar com o que de si é esperado pelo comum dos homens na manutenção do mundo do afazer como cumprimento de um dever. Neste sentido, a poesia, experiência própria daquele que por arrebatamento já deixou o mundo de aquém-horizonte, mas ainda não se deixou absolutamente imerso no mundo de além-horizonte, constitui a própria desincompatibilização do homem com a sua humanidade não mais que humana em favor de sua “*desumanidade*” ou “*trans-humanidade*”, sinônimo da divindade que ainda é e está em si, e que não é alcançável por nenhum outro caminho, senão, conforme Eudoro de Sousa, o da poesia.

Aqui entendemos situar o porquê e o como da afirmação de Eudoro de Sousa sobre ser a poesia a única maneira de se experimentar e dizer o indizível. Como? Se a poesia implica a experiência da “*morte substantiva*”, tomada como a mais radical metamorfose experimentada pelo homem durante a sua vida e não como término de sua existência, como o faz a abordagem “*coisística*”, e entendida por Eudoro de Sousa como catábase, no sentido de viagem ontoantropológica transformadora em outridade da mesmidade do horizonte objetivo, isto é, passagem transfiguradora da subjetividade objetivável à “*subjetividade irreduzível*”¹⁵, com a sua correspondente anábase,

15 Para Eudoro de Sousa a “*subjetividade irreduzível*” constitui outro modo de dizer, desde o ponto de vista da experiência humana, ou mais precisamente *trans-humana*, o

poesia é, então, viagem. Mas viagem entendida não como qualquer deslocamento no espaço, senão como metamorfose, isto é, quando a expressão significar que “*viajar é sentir tudo, excessivamente*”. Por quê? Para Eudoro de Sousa a poesia é êxtase, superlativa superação de limites que desnuda o ente originado revelando-lhe o seu ser-origem. E a isto referimos anteriormente como o mistério da poesia, a lembrar, “*Revelação da origem, no originado – eis o mistério da poesia, que é o mistério de toda a arte*”. Ou ainda: poesia é mistério. Como revelação da origem no originado a poesia, por sua dimensão simbólica, é religiosa. Mas de assim o ser, ela também é reunião de toda dispersão ôntica em sua essencialidade e, portanto, filosófica. Todavia, não nos referimos aqui nem à Religião considerada em seu sentido institucional e exotérico, nem à Filosofia concebida como caminho crítico e interrogante abandonado apenas à intelectualidade. Neste sentido, a poesia é, para Eudoro de Sousa, o “sortilégio” capaz de desencantar o horizonte diabólico e desocultar o ocultado na coisificação da existência mundana e humana. Ela constitui, efetivamente, a experiência humana, ou antes, a experiência transfiguradora da humanidade considerada em sua comum existência. A poesia é, portanto, a possessão “*trans-humana*” e gratuita que eleva o homem e o mundo correlacionados entre si ao inexaurível manancial de onde ou de que vêm a ser.

Surpreender na banalidade das coisas a sua divina excepcionalidade em indomável aparição é, conforme Eudoro de Sousa, expediente característico da poesia. Por este expediente os poetas, ao vislumbrar a antiga divindade que a tudo envolvia, inclusive ao homem, ou, dito de outro modo, ao sentirem “*excessivamente a suma excessividade*”, convertem-se em

que se oculta ou que é ocultado (Deus ou o Absoluto) para que seja patenteado mundo e homem empíricos e de cada época específica, isto é, o que subjaz encoberto em toda e qualquer *diacosmese*.

(...)“indesejados e indesejáveis núncios do sagrado em que não cremos, por necessidade de concentração na luta pela sobrevivência do nada que, por diabólica tentação, se tornou em tudo” (Sousa, 1980: p. 118).

Sob esta perspectiva, fica patente que a poesia no pensamento de Eudoro de Sousa consiste em fulgor ou revelação do além-horizonte-mais-que-humano pelo qual se faz presente o sagrado onde parecia estar ausente, isto é, no aquém-horizonte-apanas-humano sob encantamento diabólico. Neste sentido, poesia é mediação por arrebatamento. Divina possessão do homem que, distraído do afazer coisístico e do pensar coisas, ou experimentando morte iniciática, se abeira do abismo originário e, já não mais apenas humano, senão que “*desumano*” ou “*trans-humano*”, deixa-se levar, transpondo o horizonte limitador derradeiro que separa, mas que também une a banalidade e a excepcionalidade.

Excessiva experiência pela qual os poetas ficam suspensos no entre-mundos ou divinamente investidos no transe ou trânsito entre os dois lados do horizonte extremo, assim é que Eudoro de Sousa compreende a poesia como “*a única maneira de tentar dizer o inefável*”. Por ser êxtase referentemente à comum experiência, provocado no homem por possessão do que lhe excede, a poesia para Eudoro de Sousa é superlativa superação de limites que desnuda o ente originado revelando-lhe o seu ser-origem. É limiar trans-objetivo, portanto, para o que nos entes antecede, lhes é subjacente e lhes sucede. É morte metamórfica do que é apenas humano, ou morte da morte em que o homem cumpre papéis determinados no drama da sobrevivência; e vida de uma vida insuspeita e originária, mas que tem sido olvidada no regime da banalidade, como uma sepultura desprezada e em ruínas no cemitério Campo da Esperança. Neste sentido, Eudoro de Sousa entende que a poesia não é algo de fácil cumprimento, a considerar o homem concentrado na tarefa

de fabricar e manter a sua vida coisificada, exigindo-lhe a maior das transfigurações, a mais excelsa metamorfose, o mais profundo sacrifício, porventura a mais radical das experiências: morrer. Deixar de ser o que veio a ser para essencialmente ser a superabundância da origem do que veio a ser. Abandonar a personalidade desempenhada comumente na vida prática, empírica e aparente, esta máscara ou pessoa-sujeito de um mundo de objetos e de um mundo-objeto, separada do que Eudoro de Sousa chama de “*subjetividade irreduzível*”, e deixar emergir esta mesma “*subjetividade irreduzível*” como aparição gratuita, nem movida pela vontade humana, nem tampouco pela humana consciência, antes como um apelo correspondido pelo distraído, excêntrico e disponível (sem saber que o faz) dos acenos do ignoto sagrado.

Bibliografia

- SOUSA, Eudoro de. **Dioniso em Creta e Outros Ensaios** (Introdução de António Telmo). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.
- SOUSA, Eudoro de. **História e Mito**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- SOUSA, Eudoro de. **Mitologia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- SOUSA, Eudoro de. **Origem da Poesia e da Mitologia e Outros Ensaios** (Organização de Joaquim Domingues e Apresentação de Paulo Alexandre Esteves Borges). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

Literatura Secundária

- BASTOS, Fernando. **Mito e Filosofia: Eudoro de Sousa e A Complementariedade: Sobre Uma Ontoantropologia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

Isaque Pereira de Carvalho Neto é graduado em História pela Universidade de Brasília (1996), mestre e doutor em Filosofia, ambos pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2006 e 2020, respectivamente).



Teocracia e urbanização em missões jesuíticas

Jorge Guilherme Francisconi¹

Introdução

A relação das condições de algumas cidades com sistemas de poder, com crenças e costumes de povos em territórios de colônias espanholas na América é tema pouco explorado e importante na medida em que permite entender melhor as características de cidades do passado e para avaliar a responsabilidade da Sociedade e do Estado nas desordenadas e injustas cidades brasileiras.

As missões criadas por jesuítas e guaranis na bacia do Rio da Prata têm as condições que melhor exemplificam o impacto da ideologia sobre a gestão e a estrutura urbana. Mas para melhor entendimento do tema cabe lembrar outros exemplos em colônias espanholas na América Latina porque fazem parte de nossa história.

Tudo tem início em 1481, pelo Tratado de Alcáçovas, quando o Novo Mundo, que acabava de ser descoberto e sobre o qual nada se sabia, foi entregue à Espanha e Portugal pelo Papa Sisto IV, pela bula *Aeterni Regis*, que dividia o mundo a partir de um paralelo na altura das ilhas Canárias. Tudo que ficava ao Norte desse paralelo pertenceria à Coroa de Castela e as terras ao Sul do paralelo definido, à Coroa de Portugal. Mas coube ao Tratado de Tordesilhas (1794) decidir que “*meridiano 370 léguas a oeste de Cabo Verde*” dividia “terras descobertas e por descobrir” entre Portugal e Espanha.

1 Com edição e apoio da Arq/Urb. Sonia Helena Camargo Cordeiro.

Nas décadas seguintes, a Coroa Portuguesa recolheu riquezas disponíveis ao longo do litoral atlântico e pouco investiu em seus territórios, enquanto a Coroa Espanhola incentivava conquistadores e religiosos a extrair riquezas, vencer e catequizar nações nativas e ocupar terreno.

Nesta conquista, os espanhóis enfrentaram poderosas cidades-estado e grandes Impérios, como o Império Asteca no México e o Império Inca na Cordilheira dos Andes, que eram governados a partir de imponentes capitais: Tenochtitlán e Cusco, respectivamente, cada uma refletindo claramente os valores socioculturais de sua nação.

Entre 1519 e 1535, os espanhóis venceram tropas de impérios e de nações pré-colombianos e saquearam as duas grandes capitais. Para isso, valeram-se da boa acolhida que recebiam, bem como de sua valentia e crueldade, do impacto causado por sua cavalaria e seus armamentos, de estratégias e da organização militar. Concluída a etapa militar, os espanhóis passaram ao desafio de ocupar e administrar territórios, evangelizar populações nativas e transferir riquezas para a Espanha. Durante o período colonial, a ocupação e urbanização do território espanhol foram orientadas pelas *Leyes de las Índias* e produziram as reduções (missões) jesuítico-guaranis na Bacia Platina, como povoamentos singulares, na medida em que refletiam a ideologia dominante da teocracia guaraníca. A singularidade destas missões, algumas em território brasileiro, está no fato de que só guaranis e jesuítas da Província Jesuítica do Paraguai implantaram modelo de urbanização que correspondesse integralmente aos princípios e crenças de teocracia dominante.

Em áreas hoje do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, os jesuítas promoveram a evangelização e protegeram indígenas dos conquistadores ibéricos. Desta forma, deram continuidade às *congregaciones* criadas por religiosos católicos como modelos urbanos para proteger populações nativas. Ainda que incentivadas por Cortéz, desde os primeiros momentos da conquista do México, e

contando com o apoio da Corte Espanhola ao longo do tempo, as *congregaciones*, depois *reducciones* e *misiones* tiveram pouco sucesso.

A iniciativa dos religiosos estendeu-se do México pela América do Sul e culminou na aqui denominada *Governança Guaranítica* que prosperou, entre 1682 e 1767, em Trinta Missões de jesuítas e guaranis, construídas às margens dos Rios Paraná, Paraguai e Uruguai. A população, no apogeu do seu século e meio de existência, chegou a cento e cinquenta mil índios e quatrocentos e cinquenta e sete jesuítas, que viviam em pequenos povoadamentos e cujo modelo de urbanização correspondia à originalidade da organização social e à teocracia da governança adotada.

Este importante capítulo do urbanismo latino-americano é pouco conhecido no Brasil, ainda que ruínas de missões da aqui denominada *nação guaranítica* tenham sido tombadas pelo IPHAN e façam parte do patrimônio cultural da UNESCO. Ruínas de prédios, assim como documentos e testemunhos disponíveis, têm sido pouco valorizadas por professores, estudantes e historiadores brasileiros, mesmo depois de intenso esforço de recuperação durante a primeira metade do século XX, quando Lúcio Costa trabalhou para promover o reconhecimento e tombamento de ruínas dos Sete Povos das Missões.

A importância da Religião Católica na cultura espanhola exigia o destaque das igrejas, tanto na forma como no perfil das cidades. Para isso, a Igreja deveria ser construída em local que realçasse sua beleza e importância, livre e independente de outras edificações. Em cidades grandes, com o envolvimento da “Praça Maior” e, em *pueblos*, onde pudesse ser vista de todas as partes.

Urbanização e evangelização

A partir da descoberta da América, os espanhóis trataram de conquistar territórios para obter riquezas e converter povos

nativos ao cristianismo. Enquanto conquistadores, cruelmente, submetiam populações nativas e se apossavam de suas riquezas, a Coroa Espanhola considerava a salvação das almas e conversão de indígenas ao Catolicismo como razões importantes para a ocupação do Novo Continente. Esta contraditória motivação explica as ações de Cortéz na vitoriosa marcha do litoral até o Vale do México, quando transformou templos pagãos de nações nativas em igrejas católicas e promovia suas conversões à fé cristã, com submissão aos Reis Católicos de Espanha.

Após haver fundado Veracruz [1524] para ter autonomia na conquista do México, e tendo vencido o Império Asteca, Cortéz recebeu o apoio dos Reis Católicos para a evangelização dos nativos, com a chegada de doze frades Franciscanos (1524) (doze corresponde ao número de apóstolos), cuja missão era criar uma igreja pura, com a simplicidade da Igreja em suas origens. Vieram, em seguida, doze Dominicanos [1526], mais Agostinianos [1533] e Jesuítas, que enfrentaram um cenário de guerras, epidemias de varíola e dispersão de indígenas em grandes territórios. Para enfrentar o gigantesco desafio de converter nações com idiomas e culturas próprias, os religiosos estudaram e preservaram hábitos e costumes enquanto traduziam livros religiosos para as línguas nativas e lutavam bravamente para defendê-los da cupidez, escravidão e crueldade espanhola.

Congregaciones e Reducciones

Para cumprir sua missão de evangelização, os religiosos trataram de reunir os povos nativos em *congregaciones* (congregações), povoados cuja população adotava costumes civilizados e crenças cristãs. Sob a orientação do clérigo humanista Vasco de Quiroga, a primeira *congregación* foi construída próxima à Cidade do México (1532) e a segunda, em Pátzcuaro, Michoacán (1538). O projeto destas cidades-modelo parece ter sido inspirado na sociedade ideal

de Thomas Morus em *Utopia*,² com habitantes adotando sistema comunitário de trabalho, elegendo representantes para o *cabildo* e administrando seus hospitais e escolas. Os religiosos promoviam a educação, melhoria de técnicas de cultivo agrícola e uso de tecnologias como canais de irrigação, construção de aquedutos e redução da aridez da terra. Mais tarde, introduziram o cultivo de cereais e a pecuária.

A experiência das *congregaciones* difundiu-se pela América Espanhola e, por conta dos resultados obtidos, foi defendida pelos que consideravam os indígenas como seres humanos iguais ao conquistador branco, mas atacada pelos que entendiam serem os indígenas raça de natureza inferior. A Coroa Espanhola e muitos religiosos defendiam o primeiro entendimento; conquistadores, comerciantes, latifundiários e alguns religiosos defendiam o segundo entendimento. A importância do tema levou a Coroa Espanhola a promover debates, em Valladolid, para definir a condição dos indígenas para ter autonomia segundo critérios propostos por Aristóteles.

Os debates entre Las Casas, ferrenho defensor dos nativos, e Sepúlveda, seu antagonista, na Universidade de Salamanca³, não foram conclusivos. As duas facções mantiveram suas opiniões e as *encomiendas* criadas pela Coroa Espanhola para que espanhóis empregassem, defendessem e convertessem nativos ao catolicismo, foram mantidas. Na prática, persistiram a crueldade, despotismo e

2 WILLIANSON, Edwin. *The Penguin History of Latin America*, Londres, 2009. pg. 100. Vasco de Quiroga foi um dos muitos humanistas Erasmianos espanhóis que promoveu a *ímpeto intelectual* da evangelização da América.

3 Las Casas apresentou seus argumentos a partir de 1547 e debates em Salamanca e Valladolid ocuparam os anos de 1550 e 1551, com Juan Domingos de Sepúlveda sustentando que indígenes não tinham as condições intelectuais mínimas exigidas por Aristóteles. O inconclusivo resultado dos debates fortaleceu, moralmente, a posição defendida por Las Casas. Ver RESTALL, Matthew. *When Montezuma met Cortés*, New York, Harper Collins Publishers, 2018, pg. 60.

escravidão de indígenas, sempre em conflito com os religiosos que iam, de aldeia em aldeia, para atos religiosos.

Entre a população nativa, a aceitação das *congregaciones* foi menor em Yucatán e maior no México. Quando chegaram ao Peru (1560), passaram a ser chamadas de *reducciones* (reduções) e, levadas ao Paraguai (1568), prosperaram como instrumento de jesuítas para proteção e conversão de indígenas ao catolicismo e para integração da cultura europeia com a indígena. O sacerdote jesuíta Antonio Montoya (1585-1652), notável pelo trabalho missionário e pelo dicionário da língua guarani, relata:

“...llamamos reducciones a los pueblos de los indios, que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en três, o quatro o seis casas solas, separados a légua, dos, três y más unos de los otros, los redujo la diligencia de los padres a poblaciones grandes y a vida politica y humana, a beneficiar el algodón para con que se vistan, porque comúnmente vivían en desnudez, aún sin cubrir lo que la naturaleza oculto.”⁴

No Vice Reino do Peru, a partir de 1567, os jesuítas também adotaram *“um tipo de ação evangelizadora que se denominava missão, ou seja, um avanço sobre as zonas indígenas não catequizadas ou sobre centros urbanos espanhóis, onde por um certo tempo se pregava e em seguida se retornava ao colégio ou residência central”*.⁵ Este procedimento não teve maior sucesso e foi abandonado, com o termo *missão* sendo adotado como sinônimo de *redução*.

4 O termo redução ou “reducción”, nesse contexto, não tem o sentido de “diminuir”, mas sim de “redirecionar” (em latim: *reductio*) as populações nativas da América para o cristianismo. Ver: PAIM, Zélia Maria Viana, “Urbanidade nas reduções jesuíticas”, pp. 306, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, ISSN 1517-7238, Obra “Estudos de Linguagem e Cultura”.

5 GUTIERREZ, Ramon. *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*, Fundação Pró-Memória, Unesco, Rio de Janeiro, 1987, pg.8

No Brasil, a partir do Padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas implantaram reduções em todo país, as quais desapareceram após a expulsão desses religiosos, sem alcançar padrões e resultados comparáveis ao do sistema de missões implantado por jesuítas espanhóis nas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, que compõem a bacia do Rio da Prata. Os escassos resultados alcançados no Brasil podem ser explicados por entendimentos e ações de jesuítas portugueses, bem como pelo comportamento de portugueses e espanhóis frente a indígenas e africanos. Em colônias espanholas, a segregação racial era reforçada pela tradição e *leyes* da coroa espanhola que exigiam *limpieza de sangre*,⁶ o que consolidou uma discriminação social bem diferente da miscigenação de europeus com nativos e africanos no Brasil.

Durante alguns séculos do período colonial, a segregação racial entre os espanhóis de sangue puro, *criollos*,⁷ nativos, judeus e africanos influenciou a urbanização e as normas administrativas promulgadas pela monarquia espanhola. Como exemplo que merece destaque está a criação de dois *cabildos* na mesma cidade: o primeiro *cabildo* (câmara municipal) reunia representantes de áreas ocupadas por brancos e o outro *cabildo*, os representantes de áreas ocupadas por outras etnias, na sua maioria, nativas. O modelo adotado preservava a *limpieza de sangre* exigida pelas cortes espanholas bem como reconhecia a capacidade cultural de nativos e impedia sua exploração por espanhóis. Para Williamson, este modelo de gestão

6 Noção de que a honra de família dependia da ausência de qualquer tipo de sangue Judeu ou Maometano nas veias. A origem estava na retomada da Península Ibérica e na América, o preconceito foi estendido ao matrimônio com Indígenas, mas sem inibir relações sexuais com nativas. Ver WILLIAMSON, opus cit., pg. 63.

7 *Criollos* eram descendentes de espanhóis puros nascidos na América. Constituíam a elite branca dominante que possuía grandes propriedades rurais e urbanas e que atuava no comércio. Muitos estudavam na Europa e voltavam para ocupar os postos mais relevantes da sociedade colonial da América espanhola.

urbana resultava na criação de “*República dos Espanhóis* separada da *República dos Índios*.”⁸

Os Jesuítas

Na convivência com nativos, os jesuítas praticavam o cristianismo renascentista, ao adotar o conceito de *acomodação* (*accomodatio*). Graças a esse conceito é que eles atenderam às necessidades locais de evangelização e, segundo as circunstâncias, utilizaram imagens da fé alheia tidas como comuns ao Catolicismo. Desta forma moldavam-se, externamente, a qualquer forma de culto estranho, visto que ao valorizar a “*fé implícita*” *estavam atendendo à “verdadeira fé”*.⁹ O conceito de *acomodação* era produto do humanismo renascentista, diferente do adotado no período medieval, e contrariava decisões do Concílio de Trento [1545 a 1563], que exigira fé declarada e batismo para alcançar a salvação eterna. Esta divergência religiosa foi depois usada para justificar a expulsão de jesuítas da América e da Península Ibérica.

Em *reduções* e *missões* jesuíticas espanholas nas Américas, o principio da *acomodação* foi usado com o objetivo de criar uma sociedade que integrasse “*benefícios e qualidades da sociedade cristã europeia, mas isenta dos seus vícios e maldades*.”¹⁰ Para isso, os jesuítas criaram povoados do México à Bacia Platina e desenvolveram técnicas de contato, atuação junto aos índios e aprendizado de suas línguas, crenças e costumes. O resultado foram os povoados, conhecidos como *reducciones* ou *missiones*, que eram comunidades regidas por sistema administrativo, econômico, cultural e urbano próprio e diferenciado, pelos quais índios tinham crenças e costumes

8 WILLIANSO, op.cit., pgs. 134 / 141 – Este modelo de *apartheid* urbano não tem similar no Brasil.

9 file:///Users/jorgeguilhermefrancisoni/Documents/Missões%20jesu%C3%ADticas%20na%20América%20-%20Wikipédia%20a%20enciclopédia%20livre.webarchive

10 Wikipedia. Missões Jesuíticas na América

adaptados aos ensinamentos da fé cristã. Missões jesuítico-guaranis na Bacia Platina alcançaram estabilidade econômica, social e administrativa, além de belos resultados na produção artística. Para isso foram essenciais os fundamentos religiosos adotados pela Ordem dos Jesuítas no trato de crenças nativas e, acima de tudo, a autonomia concedida à Província Jesuítica do Paraguai na criação de ordenamento teocrático com guaranis neste território.

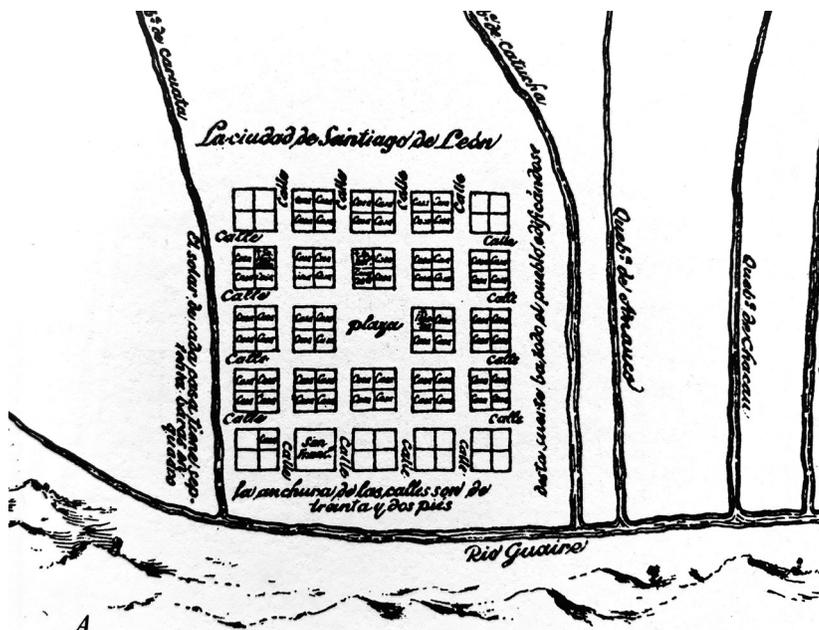
A Primeira Redução (Missão) Jesuítica na América do Sul

As *missões jesuíticas* surgiram em 1577, quando a Ordem aceitou convite para evangelizar índios Aimarás e criou a redução de Juli (Fig.1), às margens do Lago Titicaca no Peru, sustentada por procedimentos administrativos, econômicos e sociais próximos aos estabelecidos pelo Império Inca. O modelo urbano adotado nesta missão jesuítica, por outro lado, obedecia às Ordenações da Coroa Espanhola para o Novo Mundo e às normas das Leis das Índias, tanto para cidades maiores, como Caracas (Fig.2), como para *aldeamentos* e *pueblos de índios*, com sistema viário reticulado envolvendo igreja e praça central, o templo dominando a paisagem e a vida do pequeno povoado. O modelo foi reproduzido a partir do Paraguai e gradualmente modificado nas *reducciones* da bacia platina, até chegar no formato que se tornou símbolo de *configuração urbanística missioneira* e da ordem teocrática da Província Jesuítica do Paraguai.

Figura 1 – Plano Urbano da Redução de Juli, Peru



Figura 2 – Plano Urbano de Caracas, Veneuela¹¹



11 MOHOLY-NAGY, op.cit, pg.187

No Paraguai, as *reducciones* jesuíticas chegaram para promover a ocupação do território, a evangelização de indígenas e sua inserção no processo produtivo (1585), e foram expandidas na República del Guaira (Fig. 3), sempre atacadas por bandeirantes caçadores de índios e de espanhóis *encomenderos*.¹²

As condições dos jesuítas para alcançar resultados melhoraram quando, em 1604, a Província Jesuítica do Paraguai ficou independente das Províncias do Peru e Brasil. Liderados pelo Padre Diego de Torres que, por conhecer insucessos de *congregaciones* e *reducciones*, bem como a crueldade ibérica em *encomiendas* criadas para proteção de indígenas, tratou de assegurar condições de trabalho para os jesuítas. O requerimento do Padre Torres, aprovado pelo Governador do Paraguai e pelo Conselho das Índias,¹³ concedia autonomia aos jesuítas para que dispusessem de condições que assegurassem “*princípios básicos para ação missionária que seria realizada, os quais incluíam a economia e liberdade do índios*” e, para que estivessem “*livres do serviço pessoal e encomendados diretamente ao Rei.*”

A partir da autonomia e poderes concedidos pelo Governador e pela Coroa Ibérica, os jesuítas implantaram inúmeras *missiones* no Paraguai e, em especial na República del Guaira, território entre o Rio Paraguai e linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Os jesuítas chegaram em 1588, alcançaram o apogeu entre 1622 – 1628 e partiram em 1630. Durante o apogeu espanhol, em Guaira havia várias cidades e onze reduções jesuíticas – sempre sujeitas a incursões

12 As *Encomiendas* foram criadas para evitar a escravidão de indígenas e permitir que espanhóis mercedores recebessem da Coroa espanhola o direito de dispor do trabalho de um número específico de indígenas mediante o pagamento de salário, proteção e ensino da fé católica. O resultado foi o oposto e as encomendas foram usadas para aprisionar indígenas – os abusos sendo tão grandes que as concessões reais foram extintas em 1524, o conceito permaneceu e índios com jesuítas estavam “encomendados diretamente ao Rei”.

13 O Conselho das Índias foi criado por Carlos V, em 1524, em nível de ministério, para assessorar o Rei em assuntos relativos ao Novo Mundo.

que chegavam pelo planalto central para capturar indígenas. Este ciclo terminou quando a corte espanhola concedeu aos guaranis o direito de se defenderem com arcabuzes. Devidamente treinados e comandados por jesuítas, os índios guaranis derrotaram a bandeira de Jerônimo Pedroso de Barros, apoiada por índios tupis, na batalha fluvial de M'Bororé (1641). Esta vitória de tropas missionárias sobre quase dois mil atacantes encerrou as investidas de bandeirantes genocidas e predadores de índios, que haviam deixado reduções em ruínas.

Em novo ciclo, os bandeirantes partiram em busca de novas áreas e de pedras preciosas enquanto jesuítas espanhóis retiravam-se para margem direita do Rio Uruguai. O sistema missioneiro em território brasileiro desapareceu a partir de 1640, na medida em que padres e índios guaranis migraram e consolidaram o sistema jesuítico guarani em território espanhol, em conformidade com o Tratado de Tordesilhas, que voltara a ser respeitado depois da separação das Coroas de Espanha e Portugal.

Bandeirantes e jesuítas deixaram, como herança, reduções em ruínas e gado europeu solto nos campos. Ao longo das décadas seguintes, houve a multiplicação deste gado e o avanço de portugueses rumo ao sul. O gado, espalhado pela Vacaria do Mar (pampa do Rio Grande do Sul e República do Uruguai) e pela Vacaria do Pinhal (planalto central), tornou-se incalculável patrimônio econômico para portugueses que avançavam pelo litoral e pelo interior do continente, colonizando e criando postos militares.

A riqueza oferecida pelo gado na Vacaria do Mar começou a ser explorada por espanhóis em 1667 e foi fundamental para o sucesso da Colônia do Sacramento, fundada por portugueses, em 1680, frente ao posto militar de Buenos Aires, para garantir os direitos de Portugal até o Rio da Prata (Fig. 4).

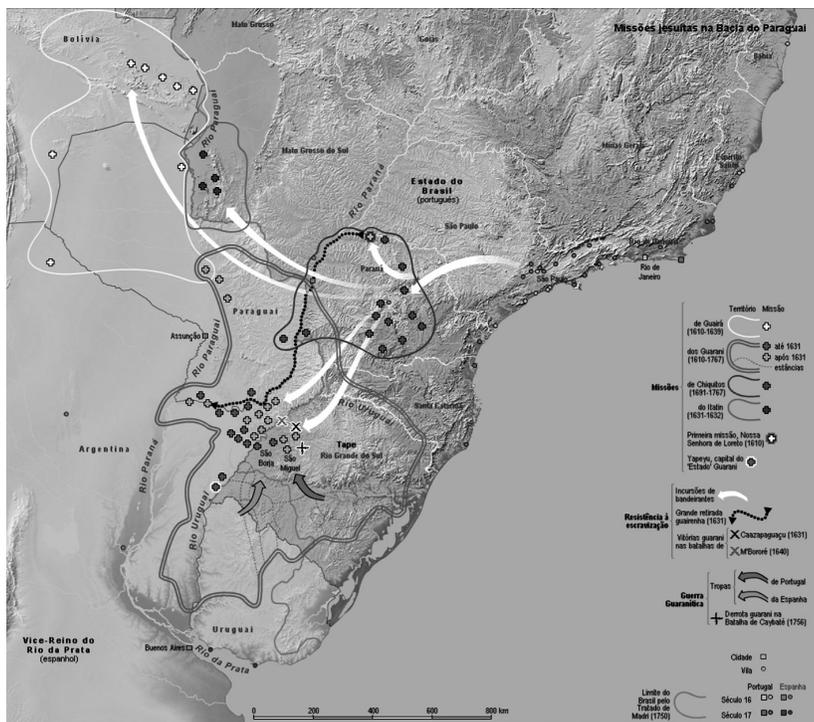
Frente às iniciativas portuguesas no tenso e complexo tabuleiro geoeconômico da região, os espanhóis anistiarão as Missões dos

tributos que deviam à Coroa e conferiram “às *Missões de Guaranis a função de defender as fronteiras meridionais*”¹⁴, fundando assim as Guarnições de Fronteira (1649). Algumas décadas depois, jesuítas espanhóis retornaram à margem oriental do Rio Uruguai (1680) e fundaram os *Sete Povos das Missões*, que integravam os Trinta Povos de Governança Guaranítica que, distribuídos pelo território da bacia do Rio da Prata, perduraram por século e meio (1680 / 1778).

O apogeu da *Governança Guaranítica* corresponde ao período de maior prosperidade dos *Trinta Povos das Missões*,¹⁵ entre 1682 e 1767. Em décadas anteriores e depois do insucesso em Guairá, os jesuítas haviam migrado rumo ao sul, consolidaram seu projeto evangelizador e civilizatório e, até 1640, ocuparam a margem direita do Rio Uruguai com missões de índios guaranis. Depois consolidaram a Nação Guaranítica no extenso território assinalado na Figura 4.

14 LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *São Miguel da humanidade – uma proposição antropológica*, Porto Alegre, SAMRIG, 1984, pg.56 – texto original publicado em 1929

15 O uso do termo “*povo*” está consagrado na literatura, ainda que inadequado porque a tradução de “*pueblo*” é *povoamento* ou *povoado*. Mais correto seria chamar de *trinta povoamentos*.

Figura 4 – Missões Jesuíticas no Rio da Prata – 1570/1726¹⁶

Neste período, a Colônia do Sacramento prosperou graças ao comércio e indústria gerados pela pecuária das vacarias, por seu sucesso político e militar, bem como pela venda e contrabando (apoiado por ingleses) de produtos coloniais. Sempre envolvida por pilhagens, batalhas e escaramuças de portugueses e índios minuanos com espanhóis e guerreiros guaranis de de missões jesuíticas, Colônia foi entregue aos espanhóis em 1777.

A partir de 1682, jesuítas e guaranis retornaram ao território brasileiro para dar início aos *Sete Povos das Missões* e organizar

16 Atlas Histórico do Brasil – FGV – Fundação Getúlio Vargas. No mapa não constam dois dos Sete Povos das Missões.

a ocupação do território com pontes, estradas e estâncias para agricultura e pecuária. As sete missões foram São Francisco de Borja (1682); São Nicolau (1687); São Luiz Gonzaga (1687); São Miguel Arcanjo (1687) como capital; São Lourenço Mártir (1690); São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706), em meio a povoados e fazendas que chegavam na Lagoa Mirim e ao Planalto Central, onde criaram a Vacaria dos Pinhais (1709), no município de Vacaria.

As estâncias, que também deveriam gerar a renda complementar necessária para o pagamento de impostos, eram distantes da missão-sede. A estância de São Miguel, em Santa Tecla, no atual município de Bagé, distava quase 600 km. As estâncias eram destinadas à criação de gado, cavalos, ovelhas, cabras, porcos, galinhas, os índios aproveitando o leite, couro e sebo, sendo este último muito cotado na época.

A Sociedade Jesuítico-Guarani

A sociedade teocrática jesuítico-guarani foi implantada na bacia platina e reuniu mais de trinta povoados (missões) articulados por estradas, pontes e ligações fluviais, e apoiados por estâncias de gado e lavouras dotadas de tecnologias avançadas para época.

Em seu apogeu, as missões ocuparam territórios de forma planejada, com população estimada em mais de cento e cinquenta mil índios e quatrocentos e cinqüenta e sete jesuítas e constituíram, segundo Darcy Ribeiro, *“a mais bem sucedida experiência da Igreja Católica para cristianizar e assegurar refúgio às populações indígenas ameaçadas de absorção ou escravização pelos (...) descendentes de povoadores europeus (e) para organizá-las em novas bases, capazes de garantir sua subsistência e seu progresso.”*¹⁷ Para Moysés Vellinho, tratou-se de *“imponente organização social, religiosa e militar que os jesuítas*

17 RIBEIRO, Darcy – citado na Wikipedia sem fonte bibliográfica precisa. Nesta época, a capital Asunción contava com 3.250 habitantes e Buenos Aires com cerca de 1.000 habitantes.

ergueram, corajosa e abnegadamente”, com funcionamento e estrutura de Império Teocrático vassalo dos Reis Católicos da Espanha.¹⁸

Em cada missão havia dois padres, um cura e um auxiliar, para coordenar todas as atividades. Para garantir a aculturação de populações indígenas, a língua nativa (guarani) foi adotada, inclusive nas pregações de jesuítas. O trabalho evangelizador era feito por meio de missas, batismos, músicas, teatro e pela liturgia católica, com jesuítas combatendo alguns costumes, como a poligamia e a antropofagia, mas preservando todos aqueles que não consideravam prejudiciais ao trabalho missionário. A tarefa dos jesuítas era facilitada pelas crenças religiosas de guaranis da etnia tapes, que acreditavam em deuses regendo cada aspecto da natureza, e pelo fato de os guaranis praticarem uma agricultura mais sedentária. Por outro lado, o sistema comunitário adotado por guaranis dificultou a implantação da sociedade idealizada pelos jesuítas, baseada em ambiente de trocas culturais.

A administração era exclusivamente indígena, respeitada a hierarquia de cada tribo, e liderada por caciques geralmente hereditários. Anualmente eram eleitos os membros de Conselho, que corresponderia ao *cabildo* ou atual Câmara de Vereadores, assim como os administradores, fiscais e administradores de bairros.

A justiça era conduzida pelos jesuítas, com consulta ao cacique, e as punições, aplicadas por indígenas, numa sociedade em que poucos eram os crimes e leves os castigos. Membros de famílias da elite indígena recebiam tratamento diferenciado em cerimônias religiosas e atividades administrativas, na localização da casa na missão e na educação concedida aos jovens. Filhos de caciques tinham prioridade na educação e aprendizado de línguas, bem como para viajar e conhecer cidades de colônias espanholas.

18 VELLINHO, Moysés. *Os Jesuítas no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Fundamentos da Cultura Riograndense, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, Gráfica da Universidade, 1960, pg. 114.

Os guaranis das missões eram súditos do rei espanhol, pagavam impostos e prestavam serviços à Coroa, construíam fortificações e lutavam pela defesa do território, sempre subordinados à rigorosa fiscalização dos governos de Assunção e Buenos Aires.

Em obediência às leis espanholas, os índios trabalhavam quatro dias na semana no ABÁ-BAÉ, ou “Terra do Homem”, que eram lotes particulares de terra entregues a cada família e destinados ao sustento da família. Outros dois dias eram dedicados ao TUPÁ-BAÉ, a “Terra de Deus”, terras coletivas que produziam alimentos para quem trabalhava no campo, sendo parte da produção trocada por mercadorias não produzidas nas reduções.

As estâncias eram de propriedade da comunidade, mas bois e instrumentos utilizados na agricultura eram sempre de TUPÁ-BAÉ, com a criação de gado sendo feita em estâncias longe das missões. Nas estâncias, trabalhava-se com cuidado especial para garantir a alimentação dos índios mediante o cultivo de cereais, milho, mandioca, abóbora, algodão, cana, hortaliças, árvores frutíferas e erva-mate, além da exploração da pecuária e extração de vegetais das florestas. A erva-mate era exportada, enriquecendo as missões.

Os indígenas construíam igrejas e outras edificações, bem como produziam tecidos, objetos de couro, esculturas, instrumentos musicais e extraíam erva-mate, ferro e madeira. Em meados dos anos seiscentos, muitas missões já eram prósperas o bastante para desenvolver ativo comércio com cidades e províncias próximas, chegando a exportar muitos produtos, como instrumentos musicais e esculturas, com lucros para a Europa. O transporte era feito por barca que, uma vez por ano, levava para Assunção e Buenos Aires o excedente comercializado pelos jesuítas.

O sucesso de várias missões foi notável, na medida em que seu nível de vida superava o de colonos, assentados em vilas e cidades vizinhas, porque adotavam estrutura administrativa e econômica bem mais eficiente e mais humana, com tecnologias mais avançadas

de produção urbana e rural. Apesar disso, o sistema missioneiro enfrentou dificuldades e imprevistos, como o declínio na taxa de natalidade dos índios, o que levou os jesuítas a exigir novos comportamentos em cada comunidade.

Configuração Urbanística Missioneira

Os Trinta Povos das Missões prosperaram graças ao trabalho coletivo de índios coordenados por jesuítas enquanto as missões adotavam a chamada *configuração urbanística missioneira*, que destacava prédios, espaços públicos e atividades segundo a hierarquia e os fundamentos religiosos, políticos e de vivência comunitária adotados em cada missão jesuítica. A hierarquia morfológica e territorial de prédios e espaços públicos legitimava a ordem religiosa, a estrutura política, produtiva, social e o padrão cultural adotado por jesuítas e guaranis.

Lúcio Costa resumiu o ordenamento urbanístico de cada povo, isto é, cada burgo, quando distinguiu o grande conjunto arquitetônico, com praça cercada por longos prédios e com vias e prédios destinadas às habitações. O “*grande conjunto arquitectónico*”, que abrigava atividades fundamentais da teocracia, da comunidade e da produtividade de cada missão, era:

- “*constituído pela igreja que compunha com a residência dos padres, o asilo, a enfermaria, as aulas, as oficinas, as cocheiras, etc, – e também com o cemitério*” e,
- “*servido por vários pátios, tudo murado, muros que continuavam para os fundos das construções, abraçando enorme área ocupada pelo pomar e pela horta, ou seja, a quinta dos padres.*”

Complementando o conjunto havia, frente à igreja, grande terreiro ou praça cercada por numerosos prédios e habitações ocupando a área restante de cada burgo.¹⁹

Esta disposição urbanística original e inovadora não adotava os fundamentos exigidos pelas *Leyes das Índias*, como se verifica ao comparar plantas urbanas de Juli, no Peru e Caracas na Venezuela (Figs.1 e 2) com a de São João Batista, nas Missões.

A característica urbanística mais importante das missões guaraníticas correspondia ao sistema teocrático e consistia na distribuição das atividades pelo povoamento, que era dividido em duas grandes unidades morfológicas e funcionais, uma em frente a outra, com via estruturada separando as duas. A primeira unidade, chamada por Lucio Costa de grande conjunto arquitetônico, destinava-se e simbolizava o poder maior do estado teocrático, com Igreja que se destacasse na paisagem, e cercada por prédios que serviam ao caráter comunitário da sociedade jesuítico-guarani de cada missão, tanto de natureza social (educação e saúde) como econômica (produção de bens básicos). A segunda unidade urbana era destinada às atividades próprias da população guarani, com o *Cabildo* junto à praça, vias estruturadoras e secundárias e prédios habitacionais com características próprias e diferenciadas.

As duas unidades eram separadas por via fronteira ao *grande conjunto*, cabendo ao espaço da grande praça a função de as integrar. Como herança da cultura europeia e incaica, a praça era o local de espetáculos religiosos e culturais, atividades esportivas, militares e espaço de convivência e de manifestações da comunidade. Sua singularidade está no fato de que não correspondia à Ágora da democracia ateniense, nem às praças de comércio da Roma Antiga ou de cidades medievais. Não era tampouco a praça renascentista ou barroca, onde, em lugar de ser “*espaço urbano que por mais de 2.000*

19 COSTA, Lucio, *Lucio Costa Registro de uma Vivência*, São Paulo: Empresa das Artes, 1955, pg.489. [texto de 1938]

*anos havia sido um atributo da arquitetura”, agora “competia para ser independente”, com os “ornamentos da praça sendo mais importante que os ornamentos de prédios no seu entorno.”*²⁰ (tradução livre)

Nas missões jesuíticas, a praça ressaltava a monumentalidade e beleza da Igreja como símbolo da religião e do poder teocrático. Na praça aconteciam cerimônias e cânticos religiosos que complementavam as funções do *grande conjunto*.

Por outro lado, no entorno da praça estava o poder laico dos guaranis e para ela convergiam atividades comunitárias e a convivência da população guarani que vivia fora do grande conjunto.

A originalidade da *configuração urbanística missioneira*²¹ está na rigidez do modelo urbanístico adotado para atender a fundamentos da governança teocrática de cada missão (Fig. 5). Suas características urbanísticas e arquitetônicas manifestavam-se a partir da:

- *disposição frontal e bem definida do território de cada setor urbano, com funções e morfologia próprias diferenciando o grande conjunto dos prédios habitacionais;*
- *dominância morfológica do grande conjunto arquitetônico;*
- *a praça como espaço de articulação e integração das atividades dos dois setores de cada missão;*
- *homogeneidade de prédios habitacionais, multiplicados na medida em que crescia a população de cada missão, sem oferecimento de outras atividades comuns nas áreas para função residencial;*
- *rebatimento do ordenamento político-religioso e dos valores da teocracia na disposição funcional e morfológica entre os dois*

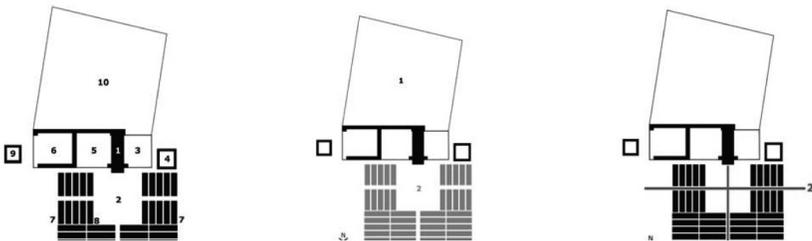
20 MOHOLY-NAGI, Sibyl. *Matrix of Man – An Illustrated History of Urban Environment*, New York, Frederick A Praeger, Publishers, 1968. pg. 141 – tradução livre.

21 CUSTÓDIO, Luiz Antonio B. *Ordenamentos Urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani* [I], São Paulo, VITRUVIUS, Arqtextos, jan.2017 – Na Imagem: 1- Igreja, 2- Praça, 3- Cemitério, 4- Cotiaguaçu, 5- Claustro, 6- Oficinas, 7- Habitações, 8- Cabildo, 9-Tambo, 10- Quinta.

setores urbanos, bem como na disposição interna de prédios em cada sector;

- natureza centrípeta da disposição viária das missões;
- a praça não ocupar o centro geográfico do povoamento nem integrar o icônico conjunto arquitetônico construído num extremo da missão, enquanto ruas e prédios habitacionais mais discretos atendiam às demandas e jesuítas por monogamia, vida familiar própria e bons costumes, bem como aos hábitos e preceitos de vida próprios dos guaranis.
- padronização das construções com habitações familiares que correspondiam ao caráter comunitário e igualitário adotado, e com habitações cujo interior atendia ao primitivo cotidiano das populações indígenas.
- planejamento territorial que limitava o tamanho dos povoados, previa a fundação de novas missões a partir da migração da população optante, e que cada missão fosse apoiada por estâncias e plantações de erva-mate distantes da sede.
- construção de infraestrutura regional de vias terrestres e fluviais, pontes, aquedutos e fontes de água.

Figura 5 – Configuração urbanística de missões jesuítico-guaranis



A singular disposição urbanística adotada pela governança guaraníca está presente nas cerca de 30 ruínas catalogadas e localizadas na Argentina (15), Brasil (7) e Paraguai (8). Destas,

sete foram declaradas Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco, sendo uma no Brasil (São Miguel das Missões), quatro na Argentina (San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María la Mayor) e duas no Paraguai (La Santísima Trinidad de Paraná e Jesús de Tavarangue). São Miguel das Missões, em terra gaúcha, integra o patrimônio histórico nacional protegido pelo IPHAN.

Características das Missões Jesuíticas

Cada missão, parodiando Moholy-Nagy, *era prova viva de que cidades não apenas retratam, mas ampliam as características básicas de sua sociedade.*²² Desde a fundação, cada missão jesuítica adotava o mesmo ordenamento urbanístico básico, com serviços para até sete mil habitantes. Novas missões surgiam quando o limite populacional era alcançado. Antes da fundação, os jesuítas cuidavam para que o sítio escolhido estivesse em lugar alto, de fácil defesa, com matas e água abundante, com alguns índios iniciando plantações e construções provisórias. Depois, com lavouras já produzindo, chegavam famílias para erguerem prédios e casas projetadas pelos padres.

As missões eram povoações que cresciam em quarteirões regulares, conforme os fundamentos de arquitetura e urbanismo idealizados pelo Padre Roque Gonzáles e segundo as peculiaridades de cada missão, como se observa ao comparar imagens de São João Batista com São Miguel Arcanjo (Figs. 6 e 7).²³

22 MOHOLY-NAGI, Sibyl, op.cit., pg.149 – (*Washington is living proof that a cities not only mirror but magnify the basic characteristics of their society*).

23 Fonte:[http://www.infopatrimonio.org/?attachment_id=25995 IPHAN in WIKIPEDIA. Missões Jesuíticas na América.

Figura 6 – Missão de São João Batista

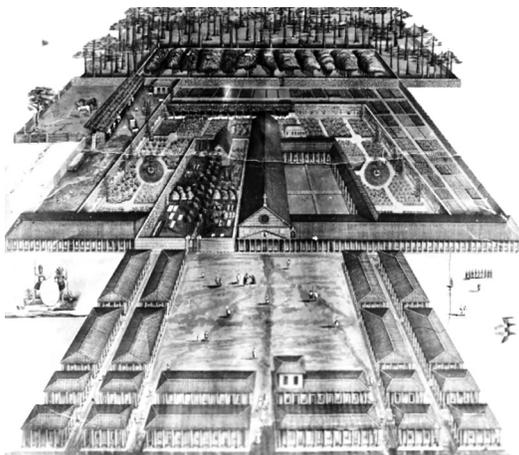
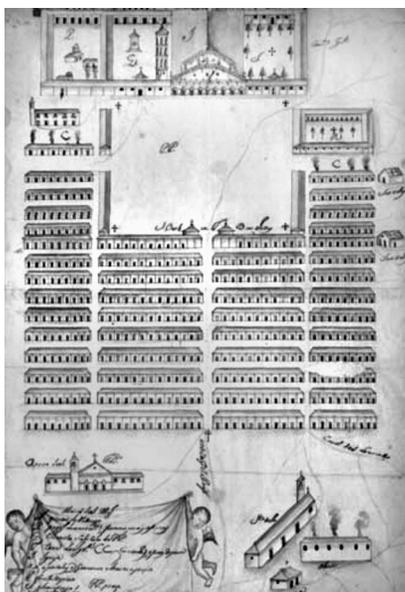


Figura 7 – Missão de São Miguel Arcanjo²⁴



24 Imagem de Demersay.

A Igreja central era o TUPÁ-OGA, a CASA de DEUS, e cada povo esmerava-se para fazê-lo mais importante. A Igreja sintetizava os valores e a riqueza de cada comunidade, com fachadas e interiores ricamente ornamentados e grandes cúpulas, no melhor estilo barroco da Europa na época. As fachadas seguiam o que foi mais tarde chamado de estilo Missioneiro, inspirado na Igreja de Gesù dos jesuítas em Roma e, no interior destes templos²⁵ eram conduzidos os rituais católicos, com músicas solenes produzidas por corais nativos, órgãos e outros instrumentos.

A casa grande do conjunto, COTIAGUAÇU, abrigava viúvas, mulheres sozinhas e órfãos, amparados pelas famílias, e sempre numerosos, devido às constantes guerras com portugueses. A enfermaria, para doentes em estado mais grave ou com perigo de contágio, ficava ao lado do cemitério, enquanto doentes comuns ficavam nas próprias casas, onde enfermeiros os visitavam duas vezes ao dia. Índios eram enterrados no cemitério ao lado da igreja; jesuítas, junto ao altar mór.

No outro lado da igreja, ficava o claustro e a casa dos padres. Depois havia um pátio cercado por alpendre e salas de ensino, oficinas e depósitos. No colégio, só estudavam meninos filhos de caciques e administradores, enquanto meninas aprendiam prendas domésticas. Muros de pedra cercavam a quinta dos padres com pomares, hortas e jardins.

Nas oficinas trabalhavam artistas com seus instrumentos e com teares, cuja matéria prima era a lã e o algodão. Todos tinham funções, inclusive velhas e crianças.

Se a Igreja era sempre o prédio mais importante, a praça era o *coração* de cada missão²⁶. Na rua principal de acesso à praça e à igreja,

25 Os guaranis tinham talento para as artes e alguns, desde pequenos, aprendiam a tecer e a fabricar instrumentos musicais, como cópias originais européias. Também tinham capacidade para criar e foram escultores, cantores, músicos, impressores, pedreiros, ferreiros. Em seus trabalhos há evidências dos traços culturais indígenas na produção.

26 Ilustração de Florian Pauche in Wikipedia, *ibidem*.

havia procissões, mas só na grande praça havia teatro e encenações religiosas (*autos sacros*), jogos, danças e exercícios militares. Ali tocava a orquestra nos dias de festa, desfilavam guerreiros armados uma vez por mês, havia jogos de bola ou *tejo*. No entorno da praça estava o *Cabildo* ou Prefeitura Municipal, casas de caciques, casas públicas e particulares, e depósitos de mantimentos e d'armas.

As habitações ficavam ao longo de ruas perpendiculares, com casas particulares para cada “*grande família*”, segundo a tradição indígena. As edificações consistiam em longos pavilhões de casas geminadas, com cada habitação destinada a uma família para atender aos princípios religiosos e evitar a promiscuidade existente nas tabas indígenas. Os pavilhões habitacionais eram cercados por varandas para proteger a população contra as intempéries do tempo.

Nas casas não havia janelas, mas 6 a 8 portas de cada lado, as quais correspondiam ao número de quartos necessários para cada família. O fogo no chão servia para cozinhar e aquecer o interior das casas, como antes em ocas indígenas. As divisões internas eram feitas com couro ou esteiras, os moradores dormiam em redes de algodão e, quando em casa, sentavam em bancos, nas redes ou nos calcanhares, acorados, e no chão. As moradias regularmente distribuídas ao longo das ruas foram, de início, construídas com barro e palha e depois com pedra e telhas, e dotadas de várias salas e chaminés, com alterações segundo a época e região.

Na periferia dos povoados localizavam-se as fontes de pedra, com água para abastecer a população, lavar roupa e tomar banho. Também havia currais e *tambos*, o hotel da época, onde se hospedavam os visitantes, para evitar o contato direto com os índios. Os *tambos* também eram utilizados como habitações de negros que trabalhavam nas estâncias.²⁷ A urbanização em missões jesuíticas incluía a provisão

27 CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. *Missões Jesuíticas: Arquitetura e Urbanismo*, Cadernos de História nº 21, Porto Alegre, Memorial do Rio Grande do Sul.

de serviços básicos e qualidade da arquitetura, fontes de água, pontes, canalização para irrigação e moinhos. Em algumas missões havia muros e fossos para defesa contra ataques de inimigos.

Desaparecimento da Nação Guaranítica

A original sociedade teocrática jesuítico-guarani da Província Jesuítica do Paraguai na Bacia do Rio da Prata surgiu em 1604, sob o comando do Padre Torres, e suas Sete Missões, em território brasileiro, desapareceram a partir da Guerra Guaranítica [1754 – 1756].

O estopim da destruição da sociedade jesuítico-guarani foi o Tratado de Madrid, assinado pelas Coroas Ibéricas em 1750, porque incluía a transferência da Colônia do Sacramento para a Coroa Espanhola, em troca do território ocupado pelos Sete Povos das Missões na margem esquerda do rio Uruguai, e exigia que: *habitantes guaranis seriam obrigados e retirar-se para territórios castelhanos*.²⁸ A exigência levou os guaranis à revolta e, em cortes ibéricas, aos Tratados do Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), os quais deram à Coroa Espanhola a posse dos territórios das Missões e Sacramento. Tudo isso aconteça em meio a impasses práticos e diplomáticos criados pelo comportamento de representantes das duas cortes, enquanto os guaranis, liderados por Sepé Tiarajú, partiam para uma inglória luta armada, que destruiu os Sete Povos e suas estâncias, e resultou na morte de centenas de indígenas.

Ao final, quando nada mais restava do esforço civilizatório de jesuítas e guaranis, as lutas pela posse do território pelos chamados *gaúchos*²⁹ resultaram na consolidação do Tratado de Madrid pela diplomacia ibérica. Na prática, a desordem que tomou conta da

28 RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil 1750–2016*, Rio de Janeiro, Versal, 2017, pg. 64.

29 Segundo Saint-Hilaire, "*gaúchos* ou *garuchos* eram homens de maus costumes que perambulavam pelas fronteiras.

região após a Guerra Guaranítica permitiu aos portugueses ampliar seu território e fortalecer a capacidade da província para enfrentar ataques espanhóis.³⁰ Ao final, as fronteiras definidas pelo Tratado de Madrid foram adotadas e cessaram os conflitos fronteiriços das coroas ibéricas na região, visto que a Colônia do Sacramento deixou de ser ameaça aos espanhóis e as Missões tornaram-se área de expansão dos portugueses. Frente a este jogo político, as missões jesuítico-guaranis não tinham maior importância.

A reação belicosa de governança jesuítica espanhola, cujo poder e sucesso foram alcançados graças à autonomia e aos poderes que desfrutava sobre o extenso e rico território, foi vista como afronta e desafio às decisões dos dois reinos. Estes fatos, mais interesses e manobras políticas na Europa e em capitais coloniais, levaram à perseguição e sucessivas expulsões dos jesuítas de Portugal [1759], Espanha [1767] e dos territórios da América, a partir de decreto assinado por Carlos III, rei da Espanha, em 1767. O apostolado jesuítico nas missões terminou em 1768 e eles foram substituídos por curas de outras congregações e por administradores civis, que não incentivaram os esforços para recuperação da cultura missioneira, mesmo porque a condição de vida não era a mesma e já não existia o entusiasmo de antes.

Relatos de viajantes e textos sobre missões na Província Jesuítica do Paraguai registram o modelo civilizatório no qual, mais do que qualquer outro na América colonial, houve rebatimento do poder político-religioso na urbanização e ocupação territorial.

O botânico e cientista francês Auguste de Saint-Hilaire³¹ visitou a região dos Sete Povos em 1820 e 1821 – meio século após a Guerra Guaranítica, e legou detalhado testemunho sobre prédios

30 RICUPERO, Rubens. op. cit., pg. 64–74.

31 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

missioneiros ainda em uso ou em ruínas, sobre hábitos e costumes em cidades e campos que percorreu, e as opiniões que recolheu, em encontros e conversas, sobre a herança e as experiências de missões jesuíticas.

Edificações, aspectos urbanísticos e campos por onde passou são lindamente descritos, como em São Borja, onde foi alojado no antigo convento de jesuítas em que residia o comandante militar. Quando entrou “*na igreja, que estava aberta, a grandiosidade desse edifício semidestruído, causou-me profundo sentimento de surpresa e respeito.*”³² No longo e detalhado relato que segue, descreve o prédio, as pinturas e esculturas, os acabamentos e pisos que encontrou na Igreja. E conclui: “*Embora ainda mantida com asseio (...) em breve este templo estará em ruínas.*” Depois visitou o que restava do *grande conjunto arquitetônico* original e com riqueza de detalhes aponta para as condições físicas e os usos que verificou, inclusive o pomar cercado por muros e a praça central. Em conversas, ouviu a opinião de que a “*Província das Missões era florescente sob o governo dos Jesuítas e somente sob a égide destes padres podia florescer.*”³³

Ao longo de sua viagem, Saint-Hilaire pernoitou em estâncias e visitou plantações que seguiam padrões do período jesuítico. Também avaliou lideranças que encontrou e ações de *cabildos* na gestão de povoamentos; descreve projetos urbanísticos nas missões, com belas igrejas sempre abrindo para o norte e praças cercadas por conjunto de prédios.³⁴ Saint-Hilaire admirou o que viu, lamentou inúmeras ruínas e destacou o que ainda funcionava, como hospitais em São Luis e São Nicolau e a bela igreja de São Lourenço. Considerou São Miguel “*a mais conservada de todas as aldeias que hei visitado,*” cuja bela “*Igreja, construída pelos jesuítas, é toda de pedra*

32 Ibid., pg. 125.

33 Ibid., pg.127.

34 Ibid., págs. 141 à 157.

e possui uma torre que servia de campanário, mas, há vários anos, um raio caindo destruiu-o completamente.” Algumas dessas ruínas foram retratadas um quarto de século depois (Fig. 8) e descritas por Lúcio Costa no século XX. A viagem do botânico francês pelas missões terminou em São João e Santo Ângelo, “última aldeia no quadrante leste,” onde encontrou mais ruínas, apesar da bela Igreja.

Figura 8 – Igreja de São Miguel Arcanjo em 1848³⁵



A cultura brasileira, em especial a gaúcha, retornou ao tema missionário nas primeiras décadas do século XX. Dentre os vários autores da época há Barbosa Lessa, que em 1929 adotou rica e colorida forma de narrativa para descrever os interesses políticos, grandes e pequenos, as guerras e batalhas, assim como relatou vivências e dificuldades do cotidiano missionário.³⁶ Bem mais recentes e igualmente importantes, são textos de Lúcio Costa, que visitou a região e, ciceroneado por Augusto Meyer, elaborou o

35 Imagem de Demersay.

36 LESSA, Luiz Carlos B., op.cit.

Relatório que sustentou o tombamento das Ruínas da Igreja de São Miguel pelo SPHAN (1937).

Nesta época, Erico Veríssimo recuperava a história das missões em *O Continente*³⁷, que dá início a *O Tempo e o Vento* como saga da cultura gaúcha. Érico descreve o cotidiano e a destruição das Missões na voz do Padre Alonzo e do índio Pedro, escrevendo o Padre que: “*Se pensais que vivo no meio de bárbaros, estais completamente enganados. Nos Sete Povos começa a nascer uma das mais belas civilizações de que o mundo tem notícia.*”³⁸ Segue descrição das virtudes cristãs, qualidade de vida e artes daquele povo, o jesuíta sonhando com um Mundo Novo, “*sem senhores de terra nem corruptos*”, “*a sociedade prometida nos Evangelhos (...), um império teocrático que havia de erguer-se acima das nações, acima dos interesses materiais.*” Mas em contraponto, o Padre também avaliava os desafios que tinha pela frente, as lições da história e os interesses contrários ao ideal jesuítico, já pensando no que fariam as coroas de Portugal e Espanha no futuro.

A estratégia e trabalho de jesuítas foram, mais tarde, analisados pelo historiador Moysés Vellinho, que examinou, a partir de outro entendimento histórico, a importância dos bandeirantes na ampliação do território português e o impacto do trabalho de jesuítas. Para Vellinho caberia valorizar a ação dos bandeirantes a partir do momento em que expulsaram os jesuítas espanhóis da região de Guaíra, porque:

... após o malogro das primeiras instalações, os missionários de Castela conseguiram, dentro de uma ampla e rígida experiência coletivista, fundada na servidão e sequestro do índio, conduzir à prosperidade os chamados Sete Povos das Missões, integrantes dos trinta povos da Província do Paraguai, e se este fato

37 VERÍSSIMO, Erico, *O tempo e o Vento, I, O Continente*, Porto Alegre, Editora Globo, 1949, pgs. 21 à 60.

38 VERÍSSIMO, Erico, *ibidem*, pg. 39.

*representava, em princípio, grave risco para a complementação geográfica do Brasil, outras já eram, ao tempo, em consequência do posto conquistado pelos portugueses defronte de Buenos Aires, as disposições reinantes entre Lisboa e Madri a respeito das situações de fato que se iam consolidando à margem e ao arrepió dos tratados.*³⁹

Ao final, avalia que: “*Não sei se dentro do relativismo da história a causa da civilização não deve mais às violências do bandeirismo que a vã tentativa jesuítica de segregar o gentio e convertê-los aos altos padrões de vida espiritual.*”⁴⁰

As narrativas de Barbosa Lessa, Saint-Hilaire, Lúcio Costa, Érico Veríssimo e Moysés Vellinho ampliam a compreensão da experiência teocrática de povos missionários, na medida em que tratam de características, formas, funcionamento e cultura de povoados e estâncias. Lúcio Costa, em especial, ressalta a arquitetura e urbanismo bem como aponta para o impacto da religião, do sistema administrativo e da cultura sobre habitações, urbanismo e uso do território.

Tombamento do Urbanismo Teocrático dos Sete Povos das Missões

Lúcio Costa, em 1937, visitou seis dos Sete Povos das Missões e elaborou um Relatório para o então SPHAN, hoje IPHAN, no qual tratou do ordenamento urbano e observou que:

“Tudo se distribuía e ordenava com uma disciplina quase militar. Os jesuítas revelaram-se, nestas Missões, urbanistas notáveis, e a

39 VELLINHO, Moysés. *Os jesuítas no Rio Grande do Sul, in Fundamentos da Cultura Rio-grandense – 4ª. Série*, Porto Alegre, Faculdade de Filosofia, Universidade do Rio Grande do Sul, 1960, pg. 106

40 VELLINHO, Moyses, *ibidem*, pg. 107.

*obra deles, tanto pelo espírito de organização como pela força e pelo fôlego, faz lembrar a dos romanos nos confins do império.*⁴¹

Ao avaliar a ocupação do território observou que cada “*povo, com as respectivas estâncias para criação de gado, ficavam a uma distância razoável uns dos outros, formando a sequência deles um todo orgânico e perfeitamente articulado.*”⁴² Suas observações relacionam Estado e Sociedade com padrões urbanísticos, morfológicos e funcionais, mas sem se aprofundar em questões da governança teocrática ou hábitos e vivências da sociedade guaranítica.

Lúcio Costa descreve as condições de vida, características e valores do urbanismo e da arquitetura de prédios de cada *missão ou burgo*, destacando tratar-se de “*arquitetura jesuítica que nada tem a ver com a arquitetura jesuítica da Província do Brasil,*” e que aquilo que restava devia-se à “*intervenção de urgência procedida pela Comissão de Terras em 1928 em São Miguel.*”⁴³

Os relatos de Lúcio Costa sobre o urbanismo e arquitetura das Missões são fundamentais para que se entenda o legado jesuítico-guarani e deveriam ser leitura obrigatória para todo estudante de urbanismo no Brasil, até mesmo pela excelência do texto, com análises apoiadas por citações, relatos de visitantes e opiniões que recolheu em suas andanças.

Conclusão

O rebatimento de crenças, do sistema de produção econômica e cultural, de convivência social e de governança da sociedade jesuítico-guarani na arquitetura e urbanismo têm características

41 COSTA, Lucio, op. cit., pg. 490.

42 Ibidem, pg. 489

43 COSTA, Lucio, op. cit., pg. 488.

únicas e diferenciadas. Como sempre ocorre ao longo da história, a morfologia e a funcionalidade urbana recebem o impacto e retratam cada sociedade. Na América pré-colombiana (1492) houve bons exemplos, como Tenochtitlán, capital do Império Asteca que Cortéz conquistou; e Cusco, capital do Império Inca, conquistado por Pizarro. Ambas retratavam a estrutura de poder, práticas e crenças religiosas, tecnologias e valores sociais de seus impérios.

No transcorrer do Século XX houve exemplos de cidades construídas a partir de utopias ou modelos de sociedades ideais e, na reconstrução de cidades na Europa após a II Grande Guerra, houve forte influencia de políticas social-democratas na aceitação de conceitos e na prática do urbanismo modernista. Novos ideais políticos que surgiram no século passado influenciaram os fundamentos, diretrizes e metodologias do urbanismo. No cenário europeu e americano, como lembra Tony Judt,

*“o consenso pela social democracia e as instituições para o bem estar (welfare) nas décadas da pós-guerra coincidiram com alguns dos piores exemplos de planejamento urbano e de habitações sociais dos tempos modernos. Desde a Polônia Comunista passando pela Suécia democrática, trabalhismo Britânico e Gaulismo francês até o South Bronx, planejadores super confiantes e insensíveis modelaram cidades e subúrbios com invivíveis e invisíveis áreas habitacionais.”*⁴⁴ (tradução livre)

Esta foi a época de ouro do planejamento de prédios habitacionais e subúrbios destinados às populações de classe média e de menor renda, muitas destas de migrantes; um período em que o poder público e os planejadores “*sabiam*” o que era melhor na engenharia social que promoviam em nome da população, mesmo sem saber o que seria melhor para ela.

⁴⁴ JUDT, Tony, *Ill Fares the Land*, New York, Penguin Books, 2010, pg. 81.

Na União Soviética, desde os anos 30, o lema era: “*nacional na forma, socialista no conteúdo*” e, no pós-guerra do período stalinista, os conjuntos habitacionais eram equipamentos urbanos pré-fabricados de má qualidade e rodeados por áreas verdes. Em contrapartida, *catedrais do comunismo*⁴⁵ destacavam-se no cenário urbano, como estações de metrô, teatros, palácios da cultura e praças. Característicos de regimes comunistas foram os edifícios monumentais,⁴⁶ que abrigavam prioridades da ditadura do proletariado; a *magistrale*, largo bulevar para cerimônias, construída na capital dos maiores países socialistas; e as *microrayon* (microrregiões), enormes conjuntos habitacionais dotados da necessária infraestrutura.

Nos dias de hoje há complexas e mutantes cidades e metrópoles que retratam, igual ao passado mais longínquo, aquilo que nações e sociedades são e das quais são produtos. Neste cenário cabe às ciências urbanísticas entender a *práxis* e causalidades que regem cada condição urbana e ambiental, para então promover melhores condições de vida e de cidadania para a população.

45 HATHERLEY, Owen. *Landscapes of Communism, A history through buildings*, London, Penguin Books, 2016, pgs. 31 e 513.

46 Monumentalidade entendido aqui como *aquilo capaz de satisfazer a eterna demanda do povo para transladar sua força coletiva em símbolos* (Tradução nossa de: “New monumentality ... capable of satisfying “the eternal demand of the people for translation of their collective forces into symbols.””) in BROWNLEE, David B. e DE LONG, David G.. *Louis I. Kahn – In the Realm of Architecture*, New York, Universe Publishing, 1997, pg. 44.

Intelectuais na cultura e na diplomacia, no mundo e no Brasil

Paulo Roberto de Almeida¹

Resumo

Ensaio sobre o papel de intelectuais nos campos da cultura e da diplomacia, no âmbito global e no caso especificamente brasileiro, com base em ampla literatura em torno da temática do papel formador de opiniões dos intelectuais públicos. A partir de evidências históricas de caráter geral, o ensaio se debruça sobre intelectuais brasileiros desde o Império à atualidade, e tanto diplomatas de carreira quanto personalidades que desempenharam funções diplomáticas eventualmente. Sua contribuição para a elevação da oferta cultural, no Brasil ou no mundo, é inegável, talvez bem mais no campo do conhecimento do que propriamente no âmbito de atividades diplomáticas.

Abstract

The role of intellectuals in the realm of culture and diplomacy, both at large and in the context of Brazil, are the object of this essay, grounded in a vast array of literature about the mission of intellectuals as opinion makers. Taking ground in historical evidences of a general character, the survey covers the itinerary of Brazilian intellectuals, from the Empire times to our days, as well in relation to career diplomats as other public figures that were involved in diplomatic activities. Their support to a higher quality of cultural contributions in Brazil was outstanding, somewhat more relevant to the knowledge accumulation than in the diplomatic realm properly.

¹ Diplomata, professor.

O que é o intelectual? Qual o seu papel social?

Uma primeira definição do que seja um intelectual é oferecida da maneira mais direta possível por um intelectual público brasileiro:

Os ‘intelectuais’ são um subconjunto muito maior, integrado por todas as pessoas de alta escolaridade. De fato, entre a posse de uma escolaridade elevada e a efetiva assunção do papel de intelectual, há uma distância que poucos letrados, doutos, *savants* se dispõem a percorrer. A exigência de uma dedicação genuína a valores *public regarding* é um primeiro fator de redução do conjunto inicial; o seguinte é o engajamento público na defesa de tais valores. A plena configuração do papel intelectual acontece à medida que o letrado se desloca em direção a uma fronteira imaginária que separa a vida cultural ou científica da vida pública.²

Intelectuais são personagens indissociáveis das sociedades organizadas em Estados, ou até de comunidades dotadas de religiões oficiais, desde a mais remota antiguidade. Já nesses tempos remotos, pessoas dotadas de certa sensibilidade para o sagrado refletiam sobre o universo, sobre os segredos da natureza e sobre as normas que deveriam governar suas sociedades. Os primeiros intelectuais, no sentido mais elementar do termo, constituíam uma fração diminuta dessas comunidades, pessoas capazes de assessorar líderes religiosos, políticos ou militares na elaboração de um discurso capaz

2 Cf. Bolivar Lamounier, *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 23-24. Os “tipos ideais” de intelectuais que Lamounier distingue são três: “O *tribuno* é motivado por um desejo de realizar a justiça de forma incidental, ou seja, em casos concretos. (...) O *profeta* é um iluminado, um visionário. Apresenta-se como portador de uma mensagem de salvação. (...) Por último, o *sacerdote*. Na comunidade religiosa ele é o intérprete autorizado dos livros sagrados.”; p. 25.

de substituir, ou de complementar a força bruta na manutenção da ordem pública; eles necessariamente tinham de possuir alguma capacidade de ler e de redigir textos religiosos e políticos, ou escritos de cunho pedagógico, servindo ademais para registrar a memória de sociedades minimamente estáveis e funcionais.

Segundo o sociólogo Edward Shils, um dos maiores estudiosos do fenômeno, o provimento de tais serviços é essencial para a formação de Estados organizados e funcionais:

A criação de nações a partir de tribos, no alvorecer dos tempos modernos e na Ásia e na África contemporâneas, é obra de intelectuais, assim como a formação da nação americana a partir de diversos grupos étnicos é a elaboração de professores, clérigos e jornalistas. (...)

Por meio do provimento de modelos e padrões, pela apresentação de símbolos a serem apreciados, os intelectuais produzem, guiam e formam disposições significativas em uma sociedade. (...)

Os intelectuais de diferentes sociedades estão organizados numa vaga hierarquia, na qual os inferiores aprendem dos superiores. (...) Os intelectuais da Roma republicana e imperial aprenderam com os intelectuais gregos. No Japão, durante certo tempo, os intelectuais chineses exerceram esse papel. Nos tempos modernos, intelectuais britânicos de Oxford, Cambridge e da London School of Economics formaram os intelectuais da Índia, da África e durante bastante tempo dos Estados Unidos. No século XIX, intelectuais acadêmicos alemães forneceram um modelo de escopo mundial, assim como nos séculos XIX e XX, intelectuais artísticos e literários da França ofereceram modelos de desenvolvimento para intelectuais esteticamente sensíveis para todo o mundo civilizado. No século XVIII, os intelectuais do Iluminismo

francês inspiraram os seus confrades na Espanha, na Itália, na Prússia e na Rússia.³

O conceito contemporâneo do intelectual público é algo mais recente, tendo sido formado há pouco mais de um século. Em 1960, a revista francesa *Arguments*, dirigida pelo sociólogo Edgar Morin, publicou um número especial dedicada aos intelectuais.⁴ Entre suas muitas contribuições figura uma nota do editor sobre o primeiro manifesto dos intelectuais, que teria sido uma declaração publicada no jornal *L'Aurore* (em 14 de janeiro de 1898), protestando contra o julgamento por conselho de guerra que absolveu o verdadeiro autor de despachos afetando a segurança militar da França e confirmando a condenação do capitão Alfred Dreyfus. Dentre os signatários figuravam Émile Zola, Gabriel Monod, Anatole France, Léon Blum e Marcel Proust. O título de *Manifeste des Intellectuels* foi dado pelo próprio diretor do *Aurore*, Georges Clemenceau, nascendo a partir daí a figura do intelectual público.⁵

O manifesto de Zola e seus confrades franceses foi imediatamente contestado por um artigo publicado no *Journal* (1/02/1898) por Maurice Barrès, um intelectual de orientação conservadora:

Nada é pior que esses bandos de semi-intelectuais. Uma semicultura destrói o espírito sem colocar em seu lugar uma consciência. Todos esses aristocratas do pensamento se veem levados a afirmar aquilo que não pensam como uma vil

3 Cf. Edward Shils, "The intellectuals and the powers: some perspectives for comparative analysis", *Comparative Studies in Society and History*; Cambridge University Press, 1958; in: Philip Rieff (ed.), *On Intellectuals: theoretical studies, case studies*. Garden City, Anchor Books, 1970, p. 27-51, cf. p. 30-32; ensaio integrado posteriormente ao livro do autor: *The Intellectuals and the Powers and other essays*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

4 *Arguments* (1956-1962), vol. 4, n. 20, 3º trimestre 1960, especial *Les Intellectuels* (disponível: <http://archivesautonomies.org/IMG/pdf/inclassables/arguments/arguments-n20.pdf>).

5 Edgar Morin: "Le premier 'manifeste des intellectuels'", *Arguments*, 1960, op. cit., p. 34.

multidão. (...) Esses pretendidos intelectuais são o desfecho fatal no esforço que empreendeu a sociedade para criar uma *elite*... Esses gênios mal-nascidos, esses pobres espíritos envenenados, colecionados por *L'Aurore*, merecem uma espécie de piedade indulgente, análoga à que nos inspiram os porquinhos da Índia aos quais os cientistas do Institut Pasteur inoculam com raiva. Sem dúvida, esses infelizes animais devem ser ultimados, ou pelo menos guardados em sólidas jaulas, mas filosoficamente seria injusto maldizer-lhes. O seu triste estado é a condição indispensável do progresso científico...⁶

O próprio Edgar Morin, em sua contribuição a esse número especial, tratava das diferenciações entre intelectuais e *intelligentsia*; para ele, a noção dos primeiros é francesa, enquanto a segunda categoria é russa.⁷ Para ele, a definição dos primeiros responde a uma tripla determinação: 1) uma profissão culturalmente valorizada; 2) um papel político-social; 3) uma consciência em comunicação com o universal.⁸ No caso da *intelligentsia*, se tratava do conjunto de pessoas “cultivadas”, em confronto com a massa inculta e com um poder bárbaro. Transplantada essa categoria ao contexto ocidental, ela se converte em uma palavra coletiva que engloba o conjunto das profissões cujo exercício requer um ensino superior, mas dela são excluídos técnicos e cientistas. Em certa perspectiva, o intelectual ocidental também pode ser considerado um herdeiro do sofista grego, do humanista do Renascimento, e do filósofo do século XVIII. De fato, Hegel achava que os filósofos do Iluminismo eram os sofistas dos tempos modernos, e que estes foram os primeiros *Aufklärer*.⁹

6 Transcrito por Morin, idem, p. 34.

7 Morin, “Intellectuels : critique du mythe et mythe de la critique”, ibidem, p. 35-40.

8 Idem, ibidem, p. 35.

9 Edgar Morin, nota introdutória, *Arguments*, op. cit., p. 1.

Nessa etiologia do intelectual, a filiação do intelectual pode ser considerada como laica e progressista, ou pelo menos em dissociação com valores mais tradicionais das sociedades, o que não impede a existência de intelectuais conservadores e religiosos, como seria o caso de Barrès, acima transcrito por Morin, um intelectual socialista (mas de linha não stalinista). Todos eles, de quaisquer orientações políticas e sociais, estariam supostamente comprometidos com a busca da verdade, exercendo um papel social de esclarecimento dos cidadãos comuns, teoricamente em benefício do desenvolvimento da sociedade e da nação. Não obstante, como observou o sociólogo Edward Shils:

O desenvolvimento econômico do Ocidente, até a última parte do século XIX, se deu sem a ajuda dos intelectuais. Nem os inovadores tecnológicos, nem os empreendedores ou administradores de companhias industriais tinham educação superior ou se interessavam por assuntos intelectuais.¹⁰

Shils acrescentava logo em seguida que, “felizmente, nessa época, não havia necessidade deles”. Muitos empresários, de fato, não exibem nenhuma consideração por esse tipo de personagem, que na maior parte dos casos, dizem eles, nunca “meteu o nariz numa folha de pagamentos”. Keynes talvez tenha sido o economista – não necessariamente o empresário – que trouxe nova respeitabilidade ao intelectual no terreno econômico, ainda que formulando recomendações que outros economistas e intelectuais (Mises e Hayek, por exemplo) rejeitariam como prejudiciais ao crescimento e ao desenvolvimento econômico.

Os economistas não estão necessariamente incluídos entre os intelectuais, a menos que escrevam sobre assuntos de interesse geral, e num sentido comumente admitido como fazendo parte do universo

10 Cf. “The intellectuals, public opinion and economic development”, *Economic Development and Cultural Change*, vol. VI, n. 1, outubro 1957, pp. 55-62, p. 55; disponível: <https://doi.org/10.1086/449755>; acesso em 8/05/2023.

dessa “tribo”; os empresários, por sua vez, estão decididamente excluídos da categoria, ainda que sejam eles que produzem as riquezas que depois vão alimentar as prebendas dos intelectuais. Não apenas os economistas, mas os próprios empresários não exibem essa espécie de admiração beata pela figura dos *litterati*, as figuras pertencentes à *République des Lettres*, que costumam pontificar sobre grandes reformas sociais sem dispor, na maior parte dos casos, de informações completas sobre cada um dos grandes problemas sociais em relação aos quais eles pretendem oferecer propostas de mudanças radicais.

A visão crítica sobre o seu papel vem de longe, do próprio tempo dos salões literários que consagrou a expressão *république des lettres*. Já Napoleão, que dizia que o canhão matou o feudalismo, acrescentava que a tinta de escrever iria matar a sociedade moderna; ele se referia mais propriamente aos ideólogos – que podem ser equiparados aos intelectuais –, com a sua mania de reformar a sociedade a partir de princípios puramente abstratos. Já instalado no trono da França imperial, Napoleão proclamou em 1812, o mesmo ano no qual Destutt de Tracy cunhou esse termo, *idéologue*, tão desprezado pelo imperador francês, que os descrevia como *une bande d'imbéciles*:

É à ideologia, esta sombria metafísica que sutilmente busca as causas primeiras sobre as quais basear a legislação popular, em lugar de fazê-las concordes com o conhecimento do coração humano e as lições da história, que se deve atribuir todo o infortúnio da nossa bela França.¹¹

Julien Benda, um dos primeiros a atacar a visão do mundo e as idiosincrasias dos intelectuais, foi especialmente contundente, ao dizer que eles – *les clercs*, os clérigos – eram todos aqueles cuja atividade essencial não é exatamente a busca de objetivos práticos,

11 Frase de Napoleão, segundo Hippolyte Taine, *Les origines de la France contemporaine* II. Paris : Hachette, 1898, p. 219-20.

e sim sua satisfação justamente na ausência de uma finalidade determinada, como se os intelectuais dissessem: “Meu reino não é deste mundo”.¹² Um sociólogo que também trabalhou sobre o mesmo tema, Lewis Coser, relembrou a distinção que Max Weber fazia entre dois tipos de homens políticos:

A famosa distinção de Max Weber entre os homens que vivem *da* política e os homens que vivem *para* a política pode nos servir aqui. Os intelectuais vivem preferencialmente *para* as ideias.¹³

Ainda referido pelo mesmo sociólogo, que cita a obra do grande intelectual alemão Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, os intelectuais transformam os conflitos de interesses em conflitos de ideias, e de certa maneira são os guardiões das ideias e fontes de ideologias.¹⁴ Mais ou menos na mesma época, Keynes dizia que as ideias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto quando têm razão, como quando não a têm, são mais poderosas do que comumente se crê, especialmente numa época em que a política econômica ocupa um espaço tão relevante no conjunto das políticas públicas. Na verdade, não apenas nessa área, uma vez que, com o crescimento das instituições de ensino superior e o agigantamento dos estudos especializados, os intelectuais passaram a brotar em todos os meios, especialmente na área acadêmica, científica, cultural, na cultura de massas justamente, e obviamente junto ao poder, sem esquecer os intelectuais independentes geralmente críticos do mesmo poder (mas que talvez não possam dispensar a oferta de cargos públicos, ainda que de forma aparentemente autônoma, como corresponde ao papel das universidades).

Mas, seria verdade que o intelectual público é um produto da época contemporânea, tendo nascido especificamente na França,

12 Cf. Julien Benda, *La trahison des clercs*. Paris: Bernard Grasset, 1927, p. 233.

13 Cf. Lewis Coser, *Men of Ideas: a sociologist's view*. New York: The Free Press, 1965, p. 10.

14 Coser, op. cit., p. 12.

como pretendem os gauleses? Na versão francesa, a data para esse “nascimento” é, como já visto, a publicação no *L’Aurore*, em 13 de janeiro de 1898, do manifesto acusando o comando militar francês de conivência com erros clamorosos no processo instaurado contra o capitão Alfred Dreyfus. Mas, como revelou o pesquisador e diplomata Carlos Henrique Cardim, três anos antes, Rui Barbosa já tinha saído em defesa do capitão Dreyfus:

Não deixa de ser merecedor de registro o fato de que entre os primeiros artigos publicados em defesa de Dreyfus esteja um artigo de autoria de Rui Barbosa, publicado em 7 de janeiro de 1895, antes de Émile Zola, Bernard Lazare e Scheurer-Kestner. Encontra-se no volume *Cartas de Inglaterra*.¹⁵

O embaixador Cardim não deixa de destacar igualmente a introdução de Alberto Dines a esse artigo de Rui Barbosa no volume *Cartas de Inglaterra*:

Não é conhecida a repercussão desta primeira correspondência... Mas a verdade é que, não fosse essa primeira advertência de Rui, a onda de solidariedade que veio do Brasil, quando Émile Zola assumiu a campanha em favor de Dreyfus, não teria tido a dimensão que teve. A 19 de janeiro de 1898, poucos meses depois do primeiro texto jornalístico de Zola e apenas dias depois da publicação na primeira página do *L’Aurore* do seu celeberrimo ‘J’Accuse’, começam a chegar ao famoso romancista e publicista inúmeras manifestações vindas do Brasil. Provocadas certamente pelo clima que Rui despertara em tão longínquas paragens.¹⁶

15 Carlos Henrique Cardim, “Rui, o primeiro defensor de Dreyfus”, in Cardim, *A Raiz das Coisas, Rui Barbosa: o Brasil no mundo*, edição revista e ampliada, Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2022, p. 289-291, cf. p. 289.

16 Alberto Dines, apresentação da obra “Rui Barbosa: o processo do capitão Dreyfus”, in *Cartas de Inglaterra*, citado por Cardim, op. cit., p. 290-91.

Mas, talvez se devesse recuar ainda mais o nascimento do intelectual público e mencionar, por exemplo, os enciclopedistas do século XVIII, assim como os ingleses e escoceses do período da guerra civil, John Locke ou Thomas Hobbes, ou então, várias décadas antes disso, o protótipo do conselheiro do príncipe, isto é, Maquiavel em pessoa. Mais um pouco – passando pela Idade Média, com tantos personagens brilhantes, como Avicena, Averroes, Maimonides e Tomás de Aquino – chegaríamos à antiguidade clássica, com Sócrates e Platão, ainda que Hegel também preferisse incluir também os sofistas como os antecessores dos intelectuais contemporâneos.

Numa sociedade burocratizada de massas, como são praticamente todas as sociedades urbanas e contemporâneas, eles passam a disputar espaços com outros figurantes da cena pública, mas ainda assim exercem um fascínio que não está perto de extinguir-se. Como escreveu um grande intelectual americano, o “filósofo estivador” Eric Hoffer, o intelectual “como paladino das massas é um fenômeno relativamente recente”, pois que, em tempos recuados, eles eram, mais exatamente,

aliados daqueles que detinham o poder ou membros de uma elite governante, e conseqüentemente indiferentes ao destino das massas. No antigo Egito e na China Imperial, os letrados eram magistrado, supervisores, cobradores de impostos, secretários e funcionários de todas as categorias. Estavam no comando, e não erguiam um dedo para tornar mais leve a carga das classes inferiores.¹⁷

O aparecimento do intelectual militante no Ocidente, ou seja, preocupado com um papel útil na sociedade, é concomitante ao

17 Eric Hoffer, “O intelectual e as massas”, cap. 6 de *The Ordeal of Change*. Londres: Sidgwick and Jackson, 1952; ed. brasileira: *O intelectual e as massas*. Guanabara: Lidador, 1969, p. 47.

desenvolvimento da educação e dos instrumentos de publicação, mas Eric Hoffer não deixa de sublinhar que essa combinação entre ele e as massas não se baseia numa real afinidade:

O intelectual vai às massas em busca de peso e de um papel de liderança. Ao contrário do homem de ação, o homem de palavras precisa da sanção de ideais e da encantação das palavras a fim de agir com força. Quer liderar, comandar, e conquistar, mas precisa sentir que ao satisfazer essas fomes ele não se prende a um mesquinho eu. Precisa de justificativa, e busca-a na realização de um destino grandioso... Assim, luta pelos deserdados, pela liberdade, igualdade, justiça e verdade...¹⁸

Os intelectuais e o poder: relações sempre ambíguas

No século XX, os intelectuais públicos estiveram em grande medida associados a causas progressistas, ou mesmo revolucionárias, muito embora não tenham faltado aqueles de pensamento conservador ou mesmo reacionário. Muito embora os primeiros tenham sido considerados “esquerdistas” e os segundos “direitistas” ou conservadores, o fato é que os movimentos fascistas, na primeira metade do século foram manifestamente revolucionários, o que aliás confirma a designação dada por muitos historiadores ao século XX como a era das ideologias. A ideologia que mais perdurou, e que de certa forma ainda perdura, junto do nacionalismo – e, com este, variantes de movimentos de direita e mesmo de extrema-direita –, foi obviamente o socialismo, sobretudo na sua extração marxista, embora os intelectuais se tenham dividido enormemente, ao longo do século, entre diversas variantes dessa tradição filosófica, desde a socialdemocracia e o fabianismo, até os modelos mais claramente

18 Cf. Hoffer, *O intelectual e as massas*, op. cit., p. 50-51.

comunistas, como o leninismo, o trotsquismo e o maoísmo, passando pelo gramscismo e por variedades desta última tendência, especialmente acolhida no seio da *intelligentsia* ocidental.

Esse termo, *intelligentsia*, remonta, mais especificamente, a um grupo difuso de intelectuais russos, desde os “dezembristas”, no início do século XIX, passando pelos *narodniks* e pelos revolucionários românticos (entre eles alguns anarquistas), que lutaram por reformas no absolutismo czarista, alcançando os revolucionários do século XX, que divergiram a partir daí, para mergulhar no turbilhão das diversas correntes socialistas digladiando entre si, antes de desaparecer na tragédia do comunismo bolchevique e do “socialismo realmente existente” construído pelo stalinismo, que já não precisava de nenhuma *intelligentsia* a seu serviço, apenas de funcionários do poder político, como relata minuciosamente o historiador italiano Franco Venturi no seu magnífico estudo sobre o populismo russo.¹⁹ Depois disso, o termo se diluiu na ciência política e na historiografia do século XX – a despeito das análises cultas de um Isaiah Berlin – e se popularizou demais, a ponto de passar a ser aplicado indistintamente a qualquer grupo de acadêmicos reputados, em diversos quadrantes e países do planeta, sobretudo nos do arco civilizatório europeu.

No que concerne um suposto ramo brasileiro dessa categoria especial de pensadores, o termo possui vagas semelhanças com a espécie original. Senão vejamos: os russos identificados à tribo da *intelligentsia* eram, senão aristocratas, pelo menos filhos de proprietários (vários possuindo servos até 1861), altos funcionários do czarismo, descendentes legítimos ou bastardos de *popes*, de *kulaks*, de grandes comerciantes, *noblesse de robe* e oficiais do regime, imbuídos de perigosas “ideias ocidentais”, que achavam a Rússia czarista atrasada demais para merecer inclusão nas civilizações avançadas da

19 Ver Franco Venturi, *Les intellectuels, le peuple et la révolution : Histoire du populisme russe au XIXème siècle*. Paris: Gallimard, 1972 (original italiano publicado em 1952).

Europa ocidental; muitos enfrentaram exílios em aldeias recuadas da Sibéria, quando não as masmorras da fortaleza de São Pedro e São Paulo em São Petersburgo. Com seus pretensos homólogos russos, os membros da *intelligentsia* brasileira – e vários se dirigiram para a diplomacia – partilhavam em geral do mesmo desejo de superar os grilhões do atraso social e econômico, num país também continental, com o objetivo de fazê-lo alcançar padrões educacionais e culturais compatíveis com os níveis civilizatórios registrados na Europa culta, admirada por todos eles, russos ou brasileiros. Mas nenhuma das tragédias conhecidas pelos dezembristas, *narodniks*, populistas e revolucionários russos – confinamento em terras distantes, prisão, execução – alcançou a pequena tribo de intelectuais brasileiros, salvo, talvez, uma preferência, muito similar, por um exílio confortável em terras de Europa, de preferência na França.

Críticos contundentes das “alienações” dos intelectuais franceses foram o grande liberal Raymond Aron e o ex-marxista François Furet, o primeiro desde meados dos anos 1950, através de seu livro *O ópio dos intelectuais*, no qual ele critica os grandes mitos políticos dos intelectuais – esquerda, revolução, proletariado –, para depois refletir sobre a idolatria da história e a necessidade desses intelectuais de uma religião laica.²⁰ Furet, por sua vez, examina o percurso do ideário comunista ao longo do século XX no livro *O Passado de uma Ilusão*, uma obra que constitui igualmente um depoimento pessoal sobre as ilusões e a cumplicidade dos intelectuais com um dos regimes mais mortíferos da história.²¹ Na tradição britânica, ou anglo-saxá, o pensamento liberal, herdeiro de tradições intelectuais que remontam ao iluminismo escocês, foi especialmente atuante,

20 Ver de Raymond Aron *L'Opium des Intellectuels*. Paris: Calmann-Lévy, 1955; edição brasileira: *O Ópio dos Intelectuais*. Brasília: Editora da UnB, 1980; prefácio de Roberto Campos.

21 François Furet, *Le Passé d'une Illusion; essai sur l'idée communiste au XXe siècle*. Paris: Robert Laffont/Calmann-Lévy, 1995; edição brasileira: *O Passado de uma Ilusão: ensaio sobre a ideia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

razão pela qual impulsos fascistas foram bem menos atuantes, ou inexistentes, do que na tradição continental e latina.

Um dos primeiros analistas do fenômeno e do papel social dos intelectuais na era contemporânea foi, indubitavelmente, Antonio Gramsci, em diversas passagens dos seus *Cadernos do Cárcere*.²² Para Gramsci, intelectuais são indissociáveis de qualquer formação social que tenha atingido certo grau de complexidade:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.²³

Ao mencionar uma categoria especial dessa espécie, o “intelectual orgânico”, Gramsci pensava no trabalhador intelectual ligado a um partido, que era o partido dos proletários, especificamente os militantes do Partido Comunista. Curiosamente, talvez não existam intelectuais mais “orgânicos” do que os membros da carreira diplomática, trabalhadores intelectuais colocados a serviço de uma causa, a razão do Estado, ou, mais prosaicamente, os objetivos do governo do momento; maior “organicidade” impossível. Norberto Bobbio, na segunda metade do século XX, deu prosseguimento ao debate introduzido nos anos 1930 por Gramsci (os *Cadernos do*

22 Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, vol. 2: *Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo*; tradução e notas de Carlos Nelson Coutinho. 9ª ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, especialmente capítulo 1 (Caderno 12, 1932, “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”), p. 13-54.

23 Gramsci, op. cit., p. 15.

Cárcere só foram conhecidos no pós-guerra); mas ele não acreditava na homogeneidade dos intelectuais e contribuiu para repor em novos termos – seguindo nisso Max Weber – a discussão sobre a responsabilidade dos intelectuais. Bobbio tampouco seguiu Gramsci no tocante à distinção entre intelectuais “orgânicos” e intelectuais tradicionais, preferindo distinguir

entre dois tipos principais (ou ideais) de intelectuais, que chamei de *ideólogos* e de *expertos*, compreendendo por ideólogos aqueles que fornecem princípios-guia (precisamente as ideologias) aos detentores do poder político atual ou potencial, e, por *expertos*, aqueles que fornecem conhecimentos técnicos. Acredito ter precisado que a diferença entre uns e outros, também com respeito à responsabilidade, depende do fato de que obedecem a duas éticas diversas, os ideólogos à ética da convicção, os *expertos* à ética da responsabilidade.²⁴

O sociólogo Edward Shils, em seu já citado estudo para o comitê editorial dos estudos comparativos em sociedade e história, da Universidade de Cambridge, resume sua análise teórica sobre o papel dos intelectuais nas sociedades da seguinte forma:

Intelectuais são indispensáveis em qualquer sociedade, não apenas na sociedade industrial, e quanto mais complexa a sociedade, mais indispensáveis eles são. Uma colaboração efetiva entre os intelectuais e as autoridades que governam a sociedade é um requisito para a ordem e a continuidade na vida pública e para a integração de camadas mais amplas da laicidade na sociedade.²⁵

24 Cf. Norberto Bobbio, *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 97.

25 Cf. Shils, “The intellectuals and the powers: some perspectives for comparative analysis”, in: *Comparative Studies in Society and History*, op. cit., p. 51.

O fato de serem “indispensáveis em qualquer sociedade”, sobretudo nas sociedades contemporâneas, largamente urbanizadas e democratizadas, não os exime, por isso mesmo, de terem sido, igualmente, os construtores intelectuais de sistemas políticos e de experimentos de “engenharia social” que causaram sofrimentos indizíveis em muitas nações, não se lhes podendo desculpar por ações concretas que derivaram diretamente de suas ideias ou de propostas de “reformas sociais” e de “melhorias” políticas das mais mortíferas em nosso próprio século. Ao extremo dessas derivas, se costuma citar a frase de George Orwell, em *1984*, segundo a qual “algumas ideias são tão estúpidas que apenas intelectuais acreditam nelas”.

Na linha francesa de Raymond Aron, François Furet já havia fornecido exemplos eloquentes das distorções causadas por intelectuais com respeito a um dos maiores experimentos criminosos do século XX, o totalitarismo stalinista, defendido por inúmeros *compagnons de route*, e não apenas na França. Na própria União Soviética, intelectuais foram mobilizados em defesa do regime, como Ilya Ehrenburg, embora dissidentes como Alexander Solzhenitsyn tenham conseguido denunciar os crimes do sistema, mesmo ao preço de longos anos de Gulag. Na tradição britânica de Burke, Paul Johnson, historiador conservador, enfatizou, em sua série de biografias contidas em seu livro sobre os intelectuais, os desastres advindos, desde Rousseau, de prescrições destinadas a melhorar a sorte da humanidade e a ensinar os homens como melhor gerir suas vidas práticas.²⁶ Nos Estados Unidos, um economista como Thomas Sowell ofereceu, em um de seus livros, uma demonstração clara de como esses membros da elite podem ser, não apenas cegos, mas perfeitamente inconscientes quanto ao resultado concreto de suas prescrições de políticas. No seu livro sobre os intelectuais, à diferença

26 Ver Paul Johnson, *Intellectuals: from Marx and Tolstoy to Sartre and Chomsky*. New York: Harper, 1990; edição brasileira: *Os Intelectuais*. Rio de Janeiro, 1990.

de Paul Johnson, que trata de casos individuais de intelectuais, a partir de Jean-Jacques Rousseau, Sowell busca determinar a natureza das diferenças de visão entre intelectuais sobre questões de interesse básico da sociedade: a economia, as políticas sociais, o direito e a justiça, a guerra e questões raciais, um eterno problema americano.²⁷

Para concluir estas breves considerações introdutórias sobre as relações entre os intelectuais e a cultura nacional, assim como sobre seu papel na política, vale transcrever a seção final do último capítulo do grande sociólogo americano Lewis Feuer sobre os intelectuais como ideólogos:

O conceito de ‘intelectual’ no decurso dos seus setenta anos de uso [o livro é de 1975] acabou tendo realmente duas variantes básicas em seu significado. De um lado, a palavra denota qualquer pessoa cujas ideias vão além de sua profissão ou vocação; dotada de uma preocupação durável com as questões da existência, ela se aventura sobre a base de sua própria experiência para ter opiniões sobre questões irrespondíveis da realidade última. De outro lado, a palavra se refere àquelas pessoas que têm um compromisso compulsivo com a crítica da ordem social; ideólogos, bem mais do que filósofos, as suas ideias são bem mais os produtos derivados das leis do modismo intelectual; suas preocupações estão menos com a verdade das coisas e mais com as ideias enquanto armas; os seus ‘pensamentos’ são usualmente previsíveis porque eles se conformam às leis impessoais da moda ideológica; suas categorias são afins ao vocabulário da moda, vinculadas à voga corrente, antes que um produto da experiência individual e

27 Ver de Thomas Sowell, *Intellectuals and Society*. revised and enlarged edition; New York: Basic Books, 2012; edição brasileira: *Os intelectuais e a sociedade*. São Paulo: É Realizações, 2011. Sowell havia publicado anteriormente um livro sobre a “visão dos ungidos”: *The Vision of the Anointed: Self-Congratulation as a Basis for Social Policy*. New York: Basic Books, 1995.

da reflexão. O segundo sentido compreende os intelectuais na política, a nova classe que luta pelo poder político e pelo privilégio, a cuja avenida para o poder é a ideologia.²⁸

Intelectuais no Brasil: papel político e institucional

Os intelectuais no Brasil estão intimamente associados ao seu papel de “intérpretes” da nação, em sua formação e desenvolvimento ao longo dos três séculos de dominação portuguesa e nos dois séculos seguintes de autonomia política. Se na tradição europeia ou americana, os intelectuais são os escribas, os letrados e os mestres, na tradição brasileira eles estão ligados desde a origem à “explicação” do Brasil, até se tornarem, no século XX, os intelectuais “engajados”, como aliás no itinerário da França contemporânea, onde muitos foram buscar inspiração e modelos de pensamento e de ação. Daí uma conexão mais estreita com a vida política e, no contexto acadêmico, com as humanidades e as ciências sociais, sem esquecer a economia, de conformidade com a grande obsessão nacional desde muitas décadas, a ideologia do desenvolvimento. Não faltaram ao Brasil, evidentemente, os puramente literários, mas mesmo estes não deixaram de refletir – como em Machado de Assis, por exemplo, mas igualmente em vários outros – as peculiaridades culturais da vida brasileira, as nossas crises políticas, as insuficiências de nosso desenvolvimento material ou espiritual, a partir de modelos geralmente europeus de avanços civilizatórios.

Como na tradição europeia, desde o início da imprensa, o florescimento da espécie está intimamente vinculado ao mercado dos livros, o que no Brasil se manifestou tardiamente, muito em função da censura metropolitana até a independência, depois em virtude dos baixos níveis educacionais da população em geral, o que persistiu

28 Cf. Lewis S. Feuer, *Ideology and the Ideologists*. New York: Harper, 1975, p. 202.

até bem entrado o século XX. Monteiro Lobato, um dos pioneiros no setor, teve de empreender um esforço hercúleo para disseminar originais brasileiros e traduções de estrangeiros num vasto território completamente desprovido de bibliotecas públicas e, sobretudo, de livrarias: no seu caso, o recurso foi o envio de exemplares dos seus livros em consignação para empórios e mercearias. Os intelectuais, por sua vez, tenderam a ser funcionários públicos, na tradição bacharelesca que sempre foi a nossa, como bem identificado por Sérgio Miceli.²⁹

Uma coleção dirigida por Silviano Santiago, justamente intitulada *Intérpretes do Brasil*,³⁰ identifica aqueles que esse crítico literário considerou serem os maiores intérpretes da nação, na figura dos seguintes historiadores, sociólogos, tribunos, antropólogos ou cientistas políticos: Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Manuel Bonfim, Oliveira Viana, Alcântara Machado, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Todos eles se situam num tipo de abordagem multidisciplinar da construção da nação que poderia ser aproximada da noção de *Nation building*, popularizada em estudos consagrados no mundo norte-atlântico.

Muitos outros nomes de intelectuais de peso poderiam ser agregados a esses selecionados por Silviano Santiago, seja na história, na economia, ou nas ciências sociais, de modo geral, como, por exemplo, Varnhagen, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, Rui Barbosa, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Fernando de Azevedo, Francisco Iglesias, Roberto Campos, José Osvaldo de Meira Penna, Evaldo Cabral de Mello, os três últimos diplomatas de carreira. De fato, uma outra coletânea de resenhas de grandes

29 Ver Sérgio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.

30 Ver Silviano Santiago (org.), *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, 3 vols.

livros da história do Brasil, publicada na perspectiva dos 500 anos do descobrimento, compreendia alguns desses nomes, resenhados em suas obras máximas, a exemplo da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, por Lucia Maria Paschoal Guimarães, e *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, por Guilherme Pereira das Neves.³¹ Junto a esses dois figuravam outros nomes também contemplados na coletânea de Silviano Santiago, como Joaquim Nabuco, aliás, duas vezes, pelo libelo *O abolicionismo* e sua biografia, *Minha formação*; Manuel Bonfim, *A América Latina: males de origem*; Oliveira Viana, *Populações meridionais do Brasil*; Gilberto Freyre, também duas vezes, por *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*, sendo que *Casa Grande e Senzala* já tinha sido incluída no primeiro volume da coleção; Sérgio Buarque, *Visão do paraíso*; Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*; e Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*. Outros intelectuais – escritores, cronistas, historiadores e sociólogos – comparecem, nos dois volumes, mas nenhum deles ligado à carreira ou a temas diplomáticos.

A esses autores podem ser acrescentados os nomes de dezenas de escritores, poetas, prosadores, compositores, homens de artes cênicas e culturais, em geral, que também exerceram um papel político e social, na condição de intelectuais, desde o século XIX até o período recente: Jorge Amado, Josué Montelo e João Ubaldo Ribeiro entrariam facilmente nessa categoria de romancistas com inclinações para a abordagem de temas que têm a ver com a formação da nação e do povo, inclusive em aspectos regionais, como a “família” de romancistas nordestinos, ou Erico Veríssimo para a fronteira sul. Uma “crônica” mais completa dos homens (e mulheres) de pensamento ao longo da história independente, e até mesmo antes, no período colonial, poderia seguir a sucessão de nomes alinhados

31 Ver Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico*. São Paulo: Senac São Paulo, 2001, 2 vols.

nos vários volumes publicados pelo crítico literário Wilson Martins sobre a história da inteligência brasileira, do século XVI a 1960, que é também, de certa forma, uma história da *intelligentsia* nacional, sem deixar de refletir autores e obras tratando das relações exteriores do Brasil e de sua diplomacia.³²

Historicamente, o “intelectual”, no Brasil colonial, vinha quase pronto da metrópole, como um produto importado – não exatamente como o bacalhau, o azeite e o vinho –, mas dotado dos saberes ali dispensados, no universo mental da Contrarreforma. Frequentemente eram formados em Coimbra, embora, a partir do século XVIII, as importações intelectuais tenham se tornado mais sofisticadas, com muitos saberes em várias línguas, ainda que com uma predileção especial por Paris e seus modismos intelectuais. A despeito de uma maior diversidade geográfica, no século XIX, a França e mais especificamente Paris, continuou a fornecer, junto com os perfumes e as roupas da moda burguesa, as ideias principais que sempre constituíram *le dernier cri* dos intelectuais brasileiros.

A primeira universidade brasileira digna desse nome – não contando aquela criada no papel, a Universidade do Brasil, para conceder um título ao rei belga em visita ao Brasil, em 1920 –, a estadual de São Paulo, ainda deve muito à contribuição francesa nas áreas de humanas e sociais. O departamento de filosofia da USP já foi várias vezes chamado, não sem certa ironia, de *département français d'outre mer*. A partir dos anos 1960, contudo, operou-se uma “substituição de importações” no terreno das ciências sociais, com ideias, conceitos e metodologias que falavam inglês – vindas com os *brazilianists* dos anos 1960 e 1970.³³ Essa substituição de

32 Ver Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1977-1978, 7 vols.

33 Ver Rubens Antônio Barbosa, Marshall C. Eakin e Paulo Roberto de Almeida (orgs.), *O Brasil dos Brazilianists: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002; Marshall C. Eakin, Paulo Roberto de Almeida

importações aparentemente já se completou no caso das ciências sociais e das humanidades, ainda que royalties por serviços intelectuais estrangeiros sejam inevitáveis no “balanço de pagamentos” do setor universitário. Os intelectuais universitários do presente, assim como os antigos intelectuais de gabinete dos ministérios das primeiras fases do regime republicano, dispõem de certa reserva de mercado, que é assegurada pela estabilidade dos empregos públicos, uma *tenure* que em outros países só se alcança ao cabo de longos anos de produtividade intensa, segundo o princípio do *publish or perish*.

Bernardo Ricupero, um dos estudiosos da literatura de formação do Brasil por seus intelectuais mais distinguidos – entre os quais ele alinha Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro e Florestan Fernandes – se pergunta, desde o início de seu livro,

por que as interpretações do Brasil não surgiram antes, durante o Império, e por que passaram a ser menos comuns depois, com o incremento da vida universitária e da reflexão científica?³⁴

Ele fornece imediatamente uma resposta, afirmando que a preocupação dominante, nos anos que se seguiram à independência, era a de “criar referências nacionais para o país recém-independente” (idem, *ibidem*). A partir dos anos 1930 começam a surgir as grandes análises da formação da nacionalidade, daí justamente o uso desse conceito no próprio título de várias obras publicadas nas décadas seguintes: *Formação do Brasil Contemporâneo* (Caio Prado Jr.), *Formação Econômica do Brasil* (Celso Furtado), *Formação da*

(eds.), *Envisioning Brazil: a Guide to Brazilian Studies in the United States, 1945-2003*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2005.

34 Cf. Bernardo Ricupero, *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª. ed., São Paulo: Alameda, 2008, p. 21.

Literatura Brasileira (Antonio Cândido), *Formação Política do Brasil* (Emília Viotti da Costa) e vários outros mais que não incluem o conceito no título mas que se encaixam perfeitamente no mesmo molde interpretativo: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Nelson Werneck Sodré, Raymundo Faoro, Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Jaguaribe, Florestan Fernandes e, mais recentemente, Francisco Iglesias, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier. Para Daniel Pécaut, um dos analistas do fenômeno intelectual no Brasil, as orientações de estudo mudam muito pouco, antes e depois da Segunda Guerra Mundial:

Todos os intelectuais brasileiros mantêm relações com as ‘ciências sociais’, a ‘sociologia’ nos anos 30, [e] um misto de sociologia e de economia nos anos 60 e 70. A razão é que as ‘ciências sociais’ não são outra coisa do que um discurso que o Brasil mantém sobre si mesmo e um indicador da posição que o intelectual ocupa no processo de constituição da nação brasileira.³⁵

Todos esses autores, e vários outros que integram igualmente a “comunidade epistêmica” dos intelectuais públicos, partem de alguma explicação sobre a “realidade brasileira”, tanto pela sua formação original, no contexto da colonização portuguesa, com base num longo sistema escravagista – que se estendeu durante quase três gerações depois da conquista da autonomia política –, para depois tentar “resolver” os grandes problemas da nacionalidade, pelo lado do seu sistema político, do seu desenvolvimento econômico, da insuficiência educacional e outros desafios setoriais, não raro de uma perspectiva nacionalista, quase que introvertida. Nenhum dos grandes nomes que figuram nas listas dos “grandes intérpretes do

35 Cf. Daniel Pécaut, *Entre le peuple et la nation : les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1989, p. vi.

Brasil” pertence à categoria dos diplomatas ou analistas das relações exteriores do Brasil, embora alguns talvez merecessem figurar nesse rol, a exemplo do economista e diplomata Roberto Campos e de seu colega Meira Penna. Roberto Campos constitui, justamente, uma das grandes exceções ao fervor nacionalista dos anos 1950, marcados pela campanha do “petróleo é nosso” e pelos projetos desenvolvimentistas identificados com o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955 –, que é quando também se afirma, de maneira mais explícita, a figura do intelectual no Brasil. Roberto Campos teve entre seus frequentes opositores intelectuais nacionalistas de grande renome– como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Rômulo de Almeida e Celso Furtado –, em face dos quais ele oferecia um grande contraste, em especial nas questões atinentes à presença do capital estrangeiro no país e à sua abertura à economia global. Não lhe cabe, provavelmente, a pecha de ideólogo, sendo mais um pensador liberal na linha de Raymond Aron, embora tenha sido um tecnocrata quase estatizante no início da sua longa carreira no serviço público (veio de um dos primeiros concursos do DASP, para a seleção de “cônsules” para o Itamaraty).

Intelectuais brasileiros na diplomacia: o que precede o que?

A principal questão a ser considerada na relação intelectuais e diplomacia é a de determinar a precedência dos elementos dessa incerta equação, uma vez que o sinal de igualdade não se aplica de forma automática, dependendo das variáveis que a integram. Em termos gramaticais, trata-se de saber qual o substantivo e qual o adjetivo: quando e em quais condições um intelectual se torna diplomata, ou quando o diplomata, de carreira ou ocasional, se revela um intelectual?

Não existe uma resposta unívoca a essa questão, uma vez que o vínculo de origem, ou a condição profissional ou literária, entre

uma e outra parte da equação, depende de certa estrutura social, ou, mais exatamente, dos regramentos institucionais que presidem às relações entre essas duas situações. O fato é que os diplomatas estão mais perto de se “embrenharem” em atividades intelectuais do que outros funcionários não manuais do setor público. Como reconheceu uma diplomata, organizadora de uma obra recolhendo experiências e memórias de duas dezenas de diplomatas brasileiros: “Diplomatas participam de espaços na mídia, debates acadêmicos, seminários, escolas, *think tanks*, visitas fora da capital.”³⁶

Ser um escritor – que é, ao que parece, o ponto de partida para ser um intelectual – não é, senão muito raramente, uma profissão, pelo menos para a grande maioria dos que se dedicam às artes da escrita. Não se pode ser um Georges Simenon, ou um Jorge Amado, modernamente um Paulo Coelho quem assim o deseja: viver unicamente de seus próprios escritos, é dado a poucos, apenas depois de certa acumulação primitiva de prestígio e de conquista de um grande público. Raros são os que exibem uma vida vinculada exclusivamente à pluma, à máquina de escrever, agora ao computador, segundo as épocas e as preferências pessoais; a maioria se exerce normalmente em outras profissões, em geral na academia, no jornalismo, na burocracia das funções públicas, entre elas, eventualmente, a diplomacia.

No caso do Brasil, nenhum intelectual, por mais prestigioso que seja, será chamado a se exercer na carreira diplomática – excluídos, obviamente, as nomeações para o exercício temporário de chefe de missão no exterior –, uma vez que, desde 1945, a legislação reserva o ingresso na carreira aos selecionados nos concursos de entrada no Instituto Rio Branco. Nem sempre, porém, foi assim: antes da institucionalização do concurso, e mesmo parcialmente depois da

36 Cf. Leda Lúcia Camargo (org.), *Os diplomatas e suas histórias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2021, p. 10-11.

criação do DASP, em 1938, se podia “entrar pela janela” na diplomacia, ou seja, ser designado politicamente, graças a relações de família ou de amizade. Sob a monarquia (1822-1889) e durante a primeira República, até a Segunda Guerra, o concurso era ocasional ou episódico; depois de 1945, ele se tornou a única porta de entrada.

Aparentemente, portanto, antes da seleção burocrática, era mais fácil aos intelectuais, ou escritores, “entrar” na diplomacia, quando se buscava viver em capitais de prestígio para continuar a se exercer no terreno das letras, afastando-se da “miséria cultural” do país, mesmo na capital da República. Curiosamente, uma das vocações literárias mais alvissareiras, o “poeta da Amazônia” Raul Bopp, que tinha acabado de publicar *Cobra Norato* (1931), passou os próximos 30 anos de sua carreira a partir de 1932, quando ingressou no Itamaraty, praticamente “desquitado” da literatura. Confessa, em suas memórias, que considera o gênero uma espécie de “subliteratura”,³⁷ tendo deixado suas anotações de lado durante toda a vida diplomática, para só voltar a remexer nas lembranças quando da aposentadoria. Antes dele, Aluísio Azevedo, que ingressou na diplomacia com o prestígio de *O Cortiço* (1890), deixou secar sua veia literária uma vez na carreira. Mas pode ocorrer também o contrário: Alberto da Costa e Silva refere-se, na introdução ao *Itamaraty na Cultura Brasileira*, ao fato de que a “solidão do exílio” despertou em João Cabral de Melo Neto um impulso extraordinário; suas estadas em Londres, Barcelona ou Sevilha serviram para libertar a sua veia poética.

A partir da segunda metade do século XX, vocações literárias e intelectuais podem ser despertadas no seio da diplomacia profissional, para talvez escapar da modorra burocrática das embaixadas ou da Secretaria de Estado, quando se aproveitam as horas livres, ou um ritmo menos extenuante de trabalho, para uma dedicação pessoal à escrita; pode-se até mesmo combinar o trabalho oficial com cursos

37 Cf. Raul Bopp. *Memórias de um embaixador*. Rio de Janeiro: Record, 1968. P. 11.

acadêmicos, empreender pesquisas paralelas, frequentar ambientes literários ou, então, escolher a reclusão na composição solitária, em paralelo a um ambiente que é, de toda forma, o de uma cultura geralmente sofisticada. Ao longo do tempo, motivações pessoais, produção literária, dedicação à pesquisa variaram ao sabor das situações individuais, das vinculações institucionais e da condição de vida em cada um dos polos da equação: intelectuais e escritores desejosos de ingressar na diplomacia, ou diplomatas profissionais atraídos e vocacionados pelo trabalho de produção literária (prosa e poesia) ou nos diversos campos das humanidades (sendo a história um dos focos habituais), existem em todas as combinações possíveis.

Nas décadas vibrantes da industrialização, vocações econômicas com foco no desenvolvimento do país – como nos casos de Otávio Dias Carneiro e de Roberto Campos – também se distinguiram no campo das publicações especializadas. Como seria de se esperar, alguns aproveitaram as oportunidades oferecidas nos foros e nas academias estrangeiras, que frequentavam por dever de ofício ou gosto pelo estudo, para refletir sobre as razões do não desenvolvimento brasileiro e sobre como fazê-lo avançar economicamente de forma mais rápida. Outros preferiam o isolamento da carreira para prosseguir um zeloso exercício da vocação literária: assim foi, por exemplo, com Guimarães Rosa, que mesmo promovido a embaixador desde 1958, não mais assumiu postos no exterior, preferindo ficar na paz do Serviço de Demarcação de Fronteiras para melhor se dedicar aos seus escritos. O ensaio sobre Guimarães Rosa no livro de 2001 foi, aliás, assinado por um outro “diplomata literário”, Felipe Fortuna; Rosa também foi objeto de um brilhante estudo para o Curso de Altos Estudos, por Heloisa Vilhena.³⁸

38 Ver o estudo de Heloísa Vilhena de Araújo *Guimarães Rosa: diplomata*, originalmente publicado em 1987, já objeto de 3ª edição: Brasília: Funag, 2020; disponível em sua Biblioteca Digital: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1128>.

O primeiro brasileiro que se dedicou profissionalmente à escrita, e de forma bastante próxima ao mundo diplomático, ainda que jamais se tenha exercido nesse terreno, foi o luso-brasileiro Hipólito José da Costa, súdito português nascido na colônia de Sacramento (atual Uruguai), criado no Rio Grande do Sul no último terço do século XVIII, educado, como muitos outros brasileiros, na Universidade de Coimbra, e colocado a serviço do grande estadista português da transição para o século XIX, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o futuro Conde de Linhares. Enviado pelo então Secretário de Estado da Marinha e dos negócios do Ultramar, Hipólito efetua uma primeira missão de prospecção agrícola e industrial na jovem república americana (1798-99), quando provavelmente se aproxima da maçonaria, adesão reforçada por uma segunda viagem à Inglaterra para aquisição de equipamentos para a imprensa oficial. Perseguido por isso à sua volta a Portugal, passa algum tempo na cadeia, antes de fugir e se instalar definitivamente na capital britânica, onde aperfeiçoa sua instrução econômica no liberalismo e suas convicções políticas na monarquia constitucional. Quando da invasão napoleônica de Portugal e da fuga da família real para o Brasil, cria o primeiro jornal independente do Brasil, o *Correio Braziliense*, um empreendimento minúsculo, mas de enorme impacto na *intelligentsia* portuguesa e brasileira, entre 1808 e 1822, quando ele finalmente adere à independência do novo reino brasileiro, que ele preferia ver como a sede de um grande império luso-brasileiro transcontinental.³⁹

As páginas do *Correio Braziliense*, o seu “armazém literário”, estão repletas, a cada número, de notícias políticas e militares, de despachos diplomáticos e de comentários sobre os mais diferentes assuntos nos mais recuados cantos da terra, com destaque para as guerras napoleônicas, os processos revolucionários em curso na

39 Ver, de Paulo Roberto de Almeida, “Por uma monarquia constitucional liberal: Hipólito da Costa”, in: idem, *Construtores da Nação: projetos para o Brasil, de Cairu a Merquiur*. São Paulo: LVM, 2022, p. 52-66.

América espanhola e a situação econômica da grande colônia portuguesa no continente. A “miscelânea” do seu “armazém” compreendia resenhas das produções literárias e de economia política, justamente, com tradução e publicação das obras de autores consagrados, como Adam Smith, Sismondi e vários outros. O espírito iluminista e liberal de Hipólito levou-o a opinar sobre o papel do Brasil num grande império multinacional português, sobretudo depois da formalização do Reino Unido e da revolução liberal do Porto, quando ele acompanha meticulosamente os trabalhos das Cortes, aspirando ver surgir uma monarquia constitucional, com sede no Rio de Janeiro, cobrindo todos os domínios conquistados desde a época dos descobrimentos. Ao final de sua vida, termina, finalmente, por aderir ao Brasil independente, sendo nomeado por seu amigo José Bonifácio como o primeiro cônsul do novo Estado na Grã-Bretanha, cargo que ele jamais conseguiu exercer, tendo falecido em setembro de 1823.

No início do Segundo Reinado, e no início da República, temos dois casos de pesquisadores vocacionados para o trabalho intelectual no terreno da história e da diplomacia e que se ingressam na diplomacia como uma espécie de alavanca para a continuidade de suas atividades de pesquisa e redação de obras no campo da história. São eles Francisco Adolfo de Varnhagen e Manuel de Oliveira Lima, ambos biografados na obra *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, respectivamente por Arno Wehling, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entidade que teve Varnhagen como um de seus primeiros secretários, e por Carlos Guilherme Mota, grande historiador da Universidade de São Paulo. Varnhagen, filho de um engenheiro alemão que veio ao Brasil para instalar forjas de ferro concomitantemente à vinda da corte e retornado a Portugal quando da volta de D. João VI, fez todos os seus estudos em Portugal, como aliás Oliveira Lima, filho de comerciante português estabelecido no Recife, ambos dedicados a pesquisas em arquivos metropolitanos desde muito jovens.

Varnhagen, que desvelou a tumba do navegante português que “descobriu” o Brasil, numa pequena igreja do interior de Portugal, alinhou-se desde cedo a uma história fortemente legitimista do poder português e depois monárquico brasileiro, sempre fiel à razão do Estado em todas as revoltas regionais, defendendo um sistema centralizado e pouco propenso a aberturas federalistas. Sua monumental *História Geral do Brasil*, em cinco volumes, até a independência, tornou-se a referência básica na historiografia nacional até os anos 1960. O historiador que mais escreveu sobre ele e sua obra, Arno Wehling, diz que, depois de ter conseguido ser incorporado ao trabalho burocrático no IHGB,

... o ingresso de Varnhagen na diplomacia brasileira, deu-se a partir de algumas credenciais intelectuais, como jovem pesquisador já bem-sucedido no campo da historiografia, com a missão precípua de realizar investigações de interesse para o país. Não se tratava de um diplomata com interesses de historiador, mas de um historiador que deveria, em sua atividade diplomática, pelo menos nesse primeiro momento [a partir de 1842], dedicar-se à pesquisa histórica.⁴⁰

O outro futuro grande historiador do Brasil, Oliveira Lima, ingressou na diplomacia por interesse próprio e grande atração pela vida diplomática, mas o fez por aproximação de família, a partir de Lisboa, e já inaugurado o regime republicano no Brasil. Ele não pertencia ao patriciado monárquico, como dois colegas e amigos com os quais vai se digladiar mais tarde, José Maria da Silva Paranhos Jr. e Joaquim Nabuco, filhos de grandes tribunos do Império. A despeito de ter sido próximo de Machado de Assis, ingressando muito cedo, e antes do Barão do Rio Branco, na Academia, Oliveira Lima nunca

40 Cf. Arno Wehling, “Varnhagen, história e diplomacia”, revista 200, número único, 2018, p. 17-39, p. 19.

entrou, segundo Carlos Guilherme Mota, para a “*nomenklatura* do Itamaraty do seu tempo”.⁴¹ Mas ele foi, provavelmente, o maior historiador diplomático do Brasil, plenamente capacitado tanto na pesquisa documental tradicional, quanto no uso das novas abordagens de cunho sociológico ou psicológico, para dar vida aos personagens dos quais tratou com maestria em seus trabalhos já clássicos.

Paralelamente a esses dois grandes nomes da historiografia brasileira, comparecem nessa grande obra em homenagem aos diplomatas que contribuíram para a cultura brasileira uma sucessão inteira de diplomatas escritores, que parecem ser, mais exatamente, escritores diplomatas, intelectuais e homens de letras, e nenhuma mulher, já que a diplomacia nacional foi misógina até a segunda metade do século XX. Eles ingressaram na diplomacia mais provavelmente para continuar nos exercícios literários do que para verdadeiramente exercer a diplomacia. Pode-se dizer que eram *litterati*, capazes bem mais de escrever versos em francês do que de encontrar soluções aos problemas mais urgentes de um país que acabava de abolir o regime escravagista, mas que se revelou, finalmente, incompetente para criar um sistema educativo capaz de incorporar pretos e pobres no ensino básico. É verdade que alguns deles tinham essa preocupação, como Joaquim Nabuco, descendente da aristocracia açucareira do Nordeste, monarquista admitido nos serviços da República para defender território disputado com a Grã-Bretanha, na fronteira com a Guiana inglesa, mais tarde o primeiro embaixador na carreira, nos Estados Unidos, mas em nítido contraste com seu amigo pernambucano Oliveira Lima no tocante à atitude a observar em face dos arroubos imperialistas da grande república em direção da América Latina. O ensaio histórico sobre Joaquim Nabuco no livro de 2001 foi, aliás, escrito por outro diplomata pernambucano, o historiador Evaldo Cabral de Mello.

41 Cf. Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima e nossa formação”, in: *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, op. cit., p. 180-195, p. 187.

O ingresso do futuro Barão do Rio Branco na diplomacia não foi retilíneo, pois que teve início pela carreira consular, separada daquela até os anos 1930. Depois das defesas exitosas dos interesses do Brasil nas questões de fronteira na última década do século XIX, Paranhos Jr. foi contemplado com a legação em Berlim, “promoção” que o deixou preocupado no plano financeiro, pois que não era um homem de muitas posses, mas também no plano intelectual, pois que o afastaria de escritos que ele pretendia há muito empreender. De fato, sua elevação subsequente à condição de chanceler, o levou a engajar sua pluma mais na redação de artigos de conjuntura – alguns deles sob *noms de plume* – do que dos grandes trabalhos de história que ele tinha prometido terminar.

Alguns amigos e colegas de trabalho intelectual de Rio Branco relutaram em aceitar a adesão ao regime republicano, a exemplo de Eduardo Prado, quem, pouco depois da primeira conferência americana realizada em Washington, justo na transição de regimes políticos no Brasil, assinou um violento panfleto contra o imperialismo dos Estados Unidos – *A Ilusão Americana* (1893) –, que deve ter pesado no julgamento que faria o Barão do Rio Branco chanceler sobre o equilíbrio que convinha manter entre as velhas potências coloniais europeias e o novo imperialismo que despontava no norte. Uma reedição ulterior desse famoso, embora hoje quase desconhecido, livro de Eduardo Prado foi prefaciada por Augusto Frederico Schmidt, que mesmo não sendo diplomata, serviu ao governo Juscelino Kubitschek como assessor especial, encarregando-se notadamente de temas diplomáticos; um ensaio sobre Schmidt – assim como sobre diversos outros personagens da diplomacia brasileira não exatamente pertencentes à carreira – figura na obra *Pensamento Diplomático Brasileiro*.⁴²

42 Ver Carlos Augusto Vidigal, “Augusto Frederico Schmidt: o poeta da dependência consentida”, in: José Vicente Pimentel (org.), *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, 2013, 3º. Vol., p. 1027-1059.

A produção intelectual dos diplomatas: o mercado dos livros

Um fator relevante na crescente osmose entre os intelectuais e as carreiras públicas, inclusive a diplomacia, é o surgimento de um mercado de livros no Brasil, a partir da criação de algumas editoras nacionais, como revelado pelo sociólogo Sérgio Miceli em seu estudo sobre as relações entre intelectuais e as elites dirigentes no Brasil, de 1920 a 1945. O segundo capítulo de seu livro comporta um exame amplo dessa nova realidade:

Em fins do Império e ao longo da primeira década republicana, uma parcela considerável das obras de escritores brasileira, era impressa na França e em Portugal. Não obstante, a crescente relevância do mercado sul-americano motivou a instalação de filiais de editoras francesas no Brasil e na Argentina, como por exemplo as livrarias Garnier no Rio de Janeiro, Garraux e Hildebrand em São Paulo.⁴³

Os principais editores eram Laemmert, Garnier e Francisco Alves, como aliás revelado em alguns livros de Oliveira Lima, que também teve dois ou três dos seus impressos em Leipzig, no Império Alemão. Francisco Alves, cujos sucessores publicaram a segunda edição da obra *O Itamaraty na Cultura Brasileira* em 2002, era, segundo um cronista da Academia Brasileira de Letras, “um português ignorante, que [no início do século XX] vendia livros, como poderia vender carne seca ou batatas, e que deixou sua fortuna à Academia Brasileira”.⁴⁴

Nos anos 1920-30, Monteiro Lobato – que depois trabalhou no consulado do Brasil em Nova York, nomeado pelo chanceler

43 Cf. Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, op. cit., p. 69.

44 Segundo Medeiros e Albuquerque, *Homens e Cousas da Academia Brasileira*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1934, p. 135; citado por Miceli, op. cit., p. 70.

Otávio Mangabeira, no governo Washington Luis – já era, desde a Grande Guerra, um dos maiores editores brasileiros, com centenas de milhares de exemplares vendidos, tanto de produção nacional quanto de traduções estrangeiras (idem, p. 75). A Melhoramentos, por exemplo, editou durante décadas a *História Geral* de Varnhagen, ao passo que a José Olympio continuou fiel a Oliveira Lima e a Joaquim Nabuco, muito por insistência de Gilberto Freyre, que se tornou uma celebridade nessa década. Coleções especializadas tiveram partida nessa mesma época, como a “Brasileira”, da Companhia Editora Nacional (fundada por Monteiro Lobato) e a “Documentos Brasileiros”, pela José Olympio, ambas com diversos títulos de diplomatas ou tratando de temas da diplomacia brasileira.

Entre os diplomatas publicados no Brasil por essas novas editoras figuram Aluísio Azevedo – Editora Brigueit-Garnier –, objeto de um ensaio biográfico, “A literatura como destino”, por Massaud Moisés, na obra de 2001, ademais de Ronald de Carvalho – contemplado com um ensaio sobre sua “vida breve” por Alexei Bueno (p. 214-229) –, Raul Bopp – “Viagem à beira de Bopp”, por Antonio Carlos Secchin (p. 252-267) – e Ruy Ribeiro Couto: “o poeta do exílio”, por Afonso Arinos, filho (p. 232-249). Um dos intelectuais diplomatas que já publicavam nos anos 1930 foi Renato Mendonça, autor da obra *A influência africana no português do Brasil* (uma primeira edição em 1933, com prefácio de Rodolfo Garcia, da Academia Brasileira de Letras, e uma 2ª edição logo após, em 1935, pela Companhia Editora Nacional) e Guimarães Rosa, autor da coletânea de poesias *Magma* (1936), premiada pela Academia Brasileira de Letras, à qual se seguiu um livro de contos no ano seguinte, já com uma temática regional. Naquele mesmo ano, Afonso Arinos publicava *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural* (objeto de inúmeros reedições desde então), ensaio no qual partia de Montaigne para discutir um tema que retornou em Rousseau.

Não obstante a abertura do mercado de livros a um público mais educado, em 1938, o diplomata Argeu Guimarães teve de editar, por sua própria conta, o seu *Dicionário bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional* (um volume de quase 500 páginas), enquanto Heitor Lyra, que tinha ingressado no Itamaraty em 1916, apresentava, no mesmo ano, o seu *História de D. Pedro II (1825-1891)*, fruto de sua amizade, travada em Paris, com o neto do imperador (publicado em três volumes, até 1940). Heitor Lyra teve uma trajetória intelectual brilhante, desde que participou da confecção original dos *Arquivos Diplomáticos da Independência*, um empreendimento feito para as comemorações do primeiro centenário da inauguração do Estado independente, com seis volumes editados entre 1922 e 1925, reproduzidos fac-similarmente para o sesquicentenário, em 1972 – para cuja edição ele preparou uma nova introdução, como o único sobrevivente da equipe pioneira – e novamente publicados aos cuidados da Funag em 2018.⁴⁵ Mais interessante ainda, do ponto de vista das conexões entre a vida diplomática e o mundo dos livros, são as memórias de Heitor Lyra sobre a sua carreira, com opiniões muito sinceras, por exemplo, sobre o medíocre chanceler do presidente Epitácio Pessoa, o mesmo que encomendou a feitura dos arquivos da independência.⁴⁶

Um dos intelectuais mais atuantes nessa época, ministro das relações exteriores do governo Vargas na sucessão de Afrânio de Melo Franco, José Carlos de Macedo Soares, publicou na coleção Documentos Brasileiros da José Olympio, um erudito estudo sobre

45 Ministério das Relações Exteriores. *Arquivo diplomático da independência*. ed. fac-similar; Brasília: Funag, 2018. 6 vols.; Coleção Bicentenário Brasil: 200 anos: 1822-2022; vol. 1 e 2: Grã-Bretanha. vol. 3: França. Santa Sé. Espanha. vol. 4. Áustria. Estados da Alemanha. vol. 5: Estados Unidos. Estados do Prata. vol. 6: Portugal; ed. original: *Arquivo diplomático da independência* (1922-1925; a reprodução de 1972 encontra-se disponível no link: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/29-29-arquivo_diplomatico_da_independencia_colecao).

46 Ver Heitor Lyra, *Minha vida diplomática*. Brasília: Editora da UnB, 1972.

as *Fronteiras do Brasil no regime colonial* (Rio de Janeiro, 1939). Autor de muitas outras obras de cunho político e econômico, Macedo Soares não foi distinguido com um ensaio na obra de 2001, por não fazer parte profissionalmente da “carreira”, mas recebeu um excelente estudo pelo diplomata Guilherme Conduru, sob os conceitos de “liberal, nacionalista e democrata”, na grande obra de 2013 sobre o “pensamento diplomático brasileiro”.⁴⁷ Em 1940, Aluísio Napoleão, ingressado no Itamaraty por concurso do DASP em 1938 e encarregado da organização dos arquivos do Barão do Rio Branco, oferecia uma excelente contribuição à historiografia diplomática, ao publicar, pela Imprensa Nacional, *Os Arquivos Particulares do Itamaraty*, uma brochura modesta, mas instrutiva para os pesquisadores da área.

Renato de Mendonça, que havia servido, até 1937, no Gabinete do ministro Macedo Soares, ao mesmo tempo em que se desempenhava como representante do Itamaraty no Conselho Brasileiro de Geografia, já tinha em preparo aquela que seria sua máxima obra historiográfica, dedicada ao conterrâneo de Alagoas que foi, possivelmente, o mais longo ministro do Brasil em qualquer legação do Império, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, o Barão do Penedo, no caso a de Londres. A biografia, intitulada *Um Diplomata na Corte de Inglaterra*, foi publicada apenas em 1942, na Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional. Três anos depois, o mesmo Mendonça, servindo no México, publicaria pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História, em 1945, o primeiro manual de história diplomática do Brasil, republicada muitos anos depois pela Funag.⁴⁸

47 Ver a contribuição de Guilherme Frazão Conduru, no 3º. volume de *Pensamento Diplomático Brasileiro*, op. cit., p. 753-799.

48 Ver Paulo Roberto de Almeida, “Renato Mendonça: um pioneiro da história diplomática do Brasil”, in: Renato de Mendonça, *História da Política Exterior do Brasil (1500-1825): do período colonial ao reconhecimento do Império*. Brasília, Funag, 2013, p. 11-44.

Desde o início dos anos 1930, ainda estudante de Direito no Largo de S. Francisco, o futuro diplomata (1942) Lauro Escorel já estava publicando suas primeiras críticas literárias; em 1936, celebrou, nas páginas de um jornal do Rio de Janeiro, os poetas Augusto Frederico Schmidt e Vinicius de Moraes, como representantes “de novos valores artísticos”, dois poetas que “adentraram” na diplomacia por vias diversas. Nos anos 1950, servindo em Roma, teve a sua *Introdução ao pensamento político de Maquiavel* publicada por seu amigo, o mesmo Schmidt (1958, ainda reeditado em 3ª. edição em 2014). Outro diplomata que se exerceu desde cedo na produção intelectual durante os anos da guerra foi Meira Penna, autor de *Shanghai: aspectos históricos da China moderna*, livro publicado com prefácio do então chanceler, Pedro Leão Velloso, de novembro de 1944: o ministro aproveitava para dizer que “o público é injusto com os diplomatas, tidos convencionalmente como indivíduos alheios a tudo o que não sejam fúteis preocupações sociais”.⁴⁹ Quatro anos depois, Meira Penna reincidia no empreendimento praticamente inédito na diplomacia brasileira de estudar povos orientais, com um novo livro sobre a história do Japão.⁵⁰

No entanto, poucos diplomatas escritores – como Meira Penna, ou Roberto Campos – se dedicavam a temas de história, política ou economia. A maior parte preferia se dedicar à literatura, a exemplo daqueles poetas da primeira metade do século XX. O maior deles, na verdade, se dedicou a uma literatura especial, Guimarães Rosa, construtor de uma linguagem única na literatura, e mesmo na terminologia e lexicografia do Português brasileiro, criando o seu vocabulário a partir do linguajar próprio dos tropeiros e criadores de Minas Gerais, o seu estado natal, enquadrado no vasto planalto

49 In José Osvaldo de Meira Penna, *Shanghai: aspectos históricos da China moderna*. Rio de Janeiro: Americ Edit, 1944, p. 8.

50 Meira Penna: *O sonho de Sarumoto: o romance da história japonesa*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1948.

rústico do interior. Outro escritor, Vinicius de Moraes, já era um poeta reconhecido antes de ingressar na diplomacia; mais adiante, ele se converteria num dos mais importantes compositores de música popular – quando foi compulsoriamente aposentado pelo regime militar –, e o único, na obra de 2001, a merecer dois ensaios, um enquanto poeta, o segundo na condição de compositor popular. Vinicius também foi o roteirista do famoso filme de Marcel Camus, *Orphée Noir* (1959), feito a partir de sua peça teatral *Orfeu da Conceição*. Como vários outros colegas, Vinicius contribuiu bem mais à cultura brasileira enquanto homem de letras do que como redator de expedientes oficiais nos meandros burocráticos da diplomacia oficial.

Cronistas, romancistas, poetas ou prosadores combinando seu engenho e arte à produção de telegramas e notas diplomáticas podem, ou não, ter deixado nos arquivos esquecidos do ministério das Relações Exteriores belos ofícios redigidos num português excelente, mas que foram destinados, na maior parte dos casos, à crítica silenciosa das traças, ou aos maços das estantes, bem mais, em todo caso, do que à leitura dos colegas ou inclusão em relatórios destinados ao Congresso. Eles se distinguiram na sociedade, do Brasil ou alhures, enquanto intelectuais de renome, não enquanto burocratas da diplomacia; fizeram mais para o fortalecimento da cultura brasileira nos recantos silenciosos de suas bibliotecas pessoais do que nos escritórios austeros do ministério, ou nos auditórios elegantes das negociações em foros diplomáticos.



Artigos

A N I A C F O

Rock: um ensaio

Bernardo E. Lins¹

Resumo

O texto ensaia um histórico das principais tendências surgidas ao longo da evolução do rock, a partir de seu surgimento na década de 1950. Uma contextualização dada por episódios políticos e sociais relevantes é experimentada. Alguns nomes representativos dos principais movimentos são destacados, com as inevitáveis lacunas.

Introdução

Para quatro gerações, o rock foi a trilha sonora de suas vidas². Surgida logo após a II Guerra Mundial, essa melodia baseada em três acordes³, com um ritmo veloz marcado pela bateria, a sonoridade alegre da guitarra e do baixo elétricos, animou as festinhas dos

1 Doutor em economia pela UnB; membro acadêmico do IHG-DF e da Academia Brasileira da Qualidade – ABQ.

2 Referimo-nos, aqui, às quatro gerações que chegaram à vida adulta na segunda metade do século XX: a geração silenciosa, pessoas que em 2020 tinham 75 anos ou mais, que entraram na vida adulta a partir de 1945, os baby boomers, nascidos entre 1946 e 1966, que entraram no mercado de trabalho a partir de 1965, a geração X, pessoas nascidas entre 1966 e 1981, que iniciaram sua trajetória a partir de 1985, e os millenials, nascidos entre 1981 e 1996, que entraram na vida adulta a partir de 2000 (KATZ, 2017: 13-14).

3 A música de três acordes é uma composição simples construída em torno do uso de três acordes, organizados em sequências que variam ao longo dos compassos. A fórmula foi amplamente explorada no blues, sendo adotada nas melodias de rock'n roll desde os anos 50. Há milhares de gravações de rock e pop que seguem essa estrutura. Um exemplo muito citado porque nele se identificam facilmente os acordes e as variações é *Rock Around the Clock*, gravada por Bill Haley and the Comets. Nos anos 60, a partir de composições de bandas de sucesso, como Beatles, Kinks e Beach Boys, o rock se afastou dessa fórmula simples e consolidou um estilo mais complexo.

adolescentes que chegavam aos quinze anos no pós-guerra, em um ambiente assombrado pela ressaca de um confronto arrasador, brutal, que deixara milhões de mortos e reduzira a Europa e o leste da Ásia a escombros. Contrastando com a dolorosa situação das populações desses continentes, o mundo americano saíra da guerra com uma geração condecorada pela vitória e com a infraestrutura e a riqueza preservadas.

A ocupação americana sobre os países vencidos foi alavancada por um aporte de dinheiro e por esforços de reconstrução significativos e acompanhada por uma política de promoção de valores norte-americanos, no que costuma ser interpretado como um esforço de política cultural deliberada. Nesse contexto, a música, as roupas e o estilo de vida do jovem norte-americano de classe média passaram a ser oferecidos como referência. O *teddy boy* foi o símbolo dessa juventude transviada vendida como representação da liberdade de escolha e do confronto com o estilo de vida tradicional, ainda que dentro de um marco aceito pelo status quo.

O rock não nasceu como música de protesto, mas como subproduto da indústria cultural norte-americana. Foi disseminado pelas produções cinematográficas (exemplos são filmes como *O Selvagem* ou *Juventude Transviada*, em que atores como Marlon Brando e James Dean personificavam essa rebeldia, ou o bem-sucedido lançamento de *Rock Around the Clock* na trilha sonora de *Sementes da Violência*) e pelas gravadoras de pequeno porte e alcance regional. A geração que chegou à vida adulta nos anos 50 passaria a ser apelidada nos estudos de demografia e de teoria da administração como “geração silenciosa”, pela característica de ser conformista, talvez resultado da convivência com uma mentalidade vencedora dos pais, com um período de expansão da *suburban America* e do consumo de bens duráveis e com a pressão psicológica do macarthismo. Foi nessa cápsula geracional que o rock viveu seus primeiros instantes.

Os anos cinquenta e os primeiros ídolos do rock'n roll

O rock'n roll surge como uma música urbana, decorrência natural da transição dos pais da geração silenciosa do ambiente rural para os subúrbios de classe média das cidades americanas⁴. Em comparação com os 40% da população dos EUA que vivia nas áreas rurais na primeira metade do século XX, apenas 26% permaneceria do campo nos anos cinquenta, parcela que cairia para 9% entre os baby boomers e para menos de 2% nos dias atuais (CARLSON, 2008: 33-34). Os criadores do estilo vieram de comunidades afro-americanas de classe média-baixa deslocadas aos grandes centros. Chuck Berry (1926-2017) nasceu em St. Louis, no Missouri, filho de um mestre de obras e diácono da igreja batista. Fats Domino (1928-2017), de Nova Orleans, Louisiana, era filho de músico. Ike Turner (1931-2007) nasceu em Clarksdale, no Mississippi, filho de pastor batista. Little Richard (1932-2020), também de família batista, de Macon, na Georgia, era filho de um artífice que administrava um nightclub na localidade.

São exemplos ilustrativos das raízes do rock'n roll: a vinda de famílias negras para ambientes próximos aos dos brancos e a convivência de tradições musicais distintas, mesmo em uma sociedade marcada pelo distanciamento imposto pelo racismo. O rock'n roll, apesar de suas evidentes raízes no blues e no country, absorveu elementos da estética da música ligeira norte-americana do

⁴ Contrariamente aos subúrbios das cidades latino-americanas, caracterizados como áreas de moradia da classe baixa, em muitos casos favelizadas, os subúrbios típicos das grandes cidades americanas foram concebidos como loteamentos de residências de classe média, com áreas construídas amplas, boa infraestrutura urbana e proximidade com parques. Contribuiu para essa tendência o significativo esforço de dotar os EUA de uma malha rodoviária e de trens urbanos de bom padrão, para facilitar o deslocamento de tropas dentro do território do país durante o esforço de guerra. A rapidez de deslocamento aos centros urbanos valorizou esses bairros. Comparativamente, os centros urbanos ganharam uma maior densidade de moradores afro-americanos, marcando a clivagem racista em termos geográficos (ver, por ex. KRUSE e SUGRUE, 2006: 2-4).

pré-guerra, com seus ídolos românticos e suas big bands. A rápida adoção do rock'n roll pela juventude de classe média branca, com seus próprios ídolos, como Bill Haley (1925-1981), Gene Vincent (1935-1971), Jerry Lee Lewis (1935) e, reinando absoluto, Elvis Presley (1935-1977), abriu as portas das grandes gravadoras.

A expansão do estilo na América Latina seguiu essa vocação do rock'n roll norte-americano dos anos 50, uma música sensual, com letras que tratavam dos dramas e das experiências das paixões adolescentes, que festejavam o individualismo e a fama, que cantavam o divertimento de uma vida cheia de oportunidades, com carrões rabo-de-peixe, motocicletas, camping, surfe e beleza física. No Brasil, com Celly Campello, na Argentina, com Sandro, no México, com os Teen Tops, e até na comunidade latina dos EUA, com Ritchie Valens, que morreria precocemente, a década de 50 foi comemorada pela juventude latina de terninhos, calças jeans e saias rodadas ao som de músicas americanas com suas letras traduzidas ao idioma local, ou de adaptações de músicas de raiz hispânica ao ritmo do rock, como a conhecida *La Bamba*, de Valens. No Brasil, essa vocação de música despreocupada se estenderia pelos anos 60 com o apogeu da Jovem Guarda, contrastando com o período agitado por protestos e marcado pela repressão política e cultural da ditadura militar.

Na Europa, porém, a trajetória do rock seria inteiramente distinta. Em paralelo com essa absorção da cultura americana que predominaria nos anos 50, o estilo iria incorporar a visão crítica e a luta por oportunidades do proletariado, tornando-se a expressão de cultura popular da juventude de classe baixa do pós-guerra. Em um ambiente completamente distinto, em que o conflito com a geração que combatera e a visão de ruínas deixadas pela Segunda Guerra não davam muito espaço a ilusões, o rock encontrou o caminho do seu amadurecimento.

As origens proletárias de muitos de seus futuros ídolos ilustram o vínculo do rock britânico com o operariado. Adam Faith (1940-2003) era filho de um chofer e de uma empregada doméstica. John Lennon (1940-1980) era filho de um marinheiro mercante e foi criado pela tia. Paul McCartney era filho de vendedor e enfermeira. George Harrison nasceu na família de um motorista de ônibus e uma balconista de loja. Os pais de Ringo Starr (1940) possuíam uma pequena confeitaria. John Baldry (1941-2005) era filho de agente da polícia. O pai de Joe Brown (1941) administrava um pub. Ray Davies (1944) nasceu em uma família operária. Van Morrison (1945) era filho de um eletricitista. Eric Clapton (1945) era filho natural de um soldado canadense e foi criado pelos avós. O pai de Rod Stewart (1945) era mestre de obras.

A Segunda Guerra havia esgarçado as relações sociais e as estruturas familiares em toda a Europa. Cidades estavam em escombros e em algumas regiões famílias inteiras compartilhavam residências coletivas. Abundam os relatos de famílias que se alternavam em apartamentos ou casas semidestruídas, umas dormindo de dia e trabalhando à noite, outras vice-versa, ou de edifícios subdivididos ao ponto de cada família ocupar um cômodo e os banheiros serem comunitários. Alemanha, Europa oriental e União Soviética, particularmente massacradas pela guerra, ficaram marcadas por essa convivência abusiva. Na fome, na escassez de bens e na completa desvalorização das moedas que caracterizaram o pós-guerra, estratégias de sobrevivência incluíram os mais diversos expedientes, da esmola ao furto e à prostituição, mais ou menos disfarçados.

A perseguição a pessoas, famílias e comunidades que haviam apoiado o nazismo por outras que haviam lutado na resistência ou esperado passivamente uma mudança de ares foi outro aspecto marcante do pós-guerra. Os governos rapidamente buscaram estruturar processos investigativos e judiciais vagamente inspirados na experiência de Nuremberg, mais com o efeito de trazer esses conflitos à

esfera pública, com um sentido de marcar e punir colaboracionistas, esvaziando os espaços de vinganças privadas ou humilhações e linchamentos coletivos que marcaram os dias seguintes à ocupação das tropas aliadas.

No início dos anos cinquenta, porém, essa etapa começava a ser superada e, graças em parte ao investimento norte-americano que se seguiu ao Plano Marshall e ao custeio soviético no lado da Cortina de Ferro, a paisagem europeia foi rapidamente recuperada. Vinte anos após o fim da guerra, eram raros os sinais do conflito, em muitos casos deixados à vista como um alerta, a lembrar o sofrimento enfrentado. A política de integração europeia iniciada logo após a guerra trazia em seu coração a vontade de dissipar as tensões históricas que haviam conduzido a Europa àquele enorme sofrimento.

Anos sessenta: a invasão britânica

A juventude europeia que recebeu as sementes do rock norte-americano ao final dos anos cinquenta estava sendo alimentada pelas frustrações e esperanças de quem havia passado pelos duros tempos do pós-guerra e vivia um clima repleto de contrastes. Simplicidade de vida, mas um futuro de oportunidades. Lembranças a esconder, mas expectativas de realizações. Ambiente social agressivo, mas energias renovadas. Política de guerra fria, mas renascimento das forças de organização sindical. Escassez de renda, mas o início do *welfare state*.

No recebimento do rock, quatro tendências rapidamente marcaram as produções europeias: a notoriedade de bandas, em oposição ao lançamento de ídolos individuais nos EUA, a incorporação de estilos locais à sonoridade das músicas, a preferência por composições e acompanhamentos enxutos e marcados, mais apropriados ao circuito de inferninhos e boates em que os grupos podiam se apresentar, e a gradual transição das letras românticas e de apologia do consumismo para um enfoque político ou social.

As bandas de *rock'n roll* vieram como marca registrada dos EUA, herança da tradição do soul, que requeria grupos vocais para sua interpretação. Assim, bandas norte-americanas como Kings of Rithm, liderada por Ike Turner, ou The Crickets, de Buddy Holly, se apresentaram e fizeram gravações com o nome coletivo. No entanto, o mercado americano evoluiu para uma estratégia de destaque do líder da banda (Bill Haley and the Comets, Gene Vincent and the Blue Caps) e de investimento em sua carreira individual.

No front europeu, a proliferação de bandas em que prevaleceria o caráter coletivo definiu uma tendência diferente. Em parte, foi um efeito da evolução musical do rock, que demandava a contribuição equivalente de vários instrumentos. O público também passou a valorizar, nas apresentações ao vivo, a qualidade do instrumentista. Surgiu, em especial, o apreço pelo solo de guitarra, que daria origem, em meados dos anos sessenta, à imagem do *guitar hero*. Os primeiros anos do rock europeu, sobretudo o britânico, foi marcado pela consolidação da carreira de bandas que iriam fazer história. Em vários casos, a tendência foi oposta à do mercado norte-americano: a figura do líder dissolveu-se no coletivo, caso por exemplo de Johnny and the Moondogs, depois Johnny and the Silver Beetles, que se tonaria The Beatles em 1960.

A partir da miríade de bandas que então proliferavam, formaram-se, no período, dezenas de grupos que teriam extensa e influente carreira musical: The Beatles (1959-1969)⁵, Rolling Stones (1962, ainda tocando), The Animals (1962-1968), Herman's Hermits (1963-1971), The Kinks (1963-1997), The Hollies (1963-2012), The Who (1964-1983) e Pink Floyd (1965-1994) são alguns exemplos.

5 Nas indicações do período de atividade dos grupos de rock, buscou-se apontar a fase que vai da sua formação até sua separação. No entanto, várias dessas bandas voltariam a se reunir periodicamente para shows, gravações ou *revivals* após a separação. Esses períodos posteriores não são considerados.

O crescimento do rock britânico pode ser visto, portanto, como um episódio de apropriação local de um processo global, guardado o alerta de Mike Featherstone de que até as pequenas localidades estão incrustradas na sociedade de massa (FEATHERSTONE, 2005: 48). A mescla com ritmos locais e as referências a outros estilos facilitaram seu sucesso, como comenta Bob Spitz (2005: 44) a respeito do *skiffle*, um ritmo norte-americano que ganhou popularidade nos anos cinquenta no Reino Unido: “o *skiffle* encantou as audiências em Liverpool, não porque fosse novidade, mas porque era inesperadamente familiar. Ouvia-se a influência da música country do oeste americano, popular entre marinheiros e operários das docas à beira do Mersey”. Menos do que um polo de resistência cultural, a reinterpretação desses estilos, mesclando-os às sonoridades das músicas folclóricas locais, mostrou-se um movimento que, rapidamente capturado pela indústria cultural, encontrou um canal de reverberação que teria efeitos duradouros do outro lado do Atlântico sem perder sua identidade britânica. O caminho de volta seria empreendido e o lançamento das bandas inglesas nos EUA exerceu uma forte influência sobre a produção musical no outro país. Foi a “invasão britânica”, a partir de 1964.

Na Califórnia, cujo rock manteria uma evolução independente, a postura comercial se aproximou das práticas do mercado britânico. Surgiu, ao final dos anos cinquenta, a vertente do surf rock, combinando o novo estilo com sonoridades locais e refinamento coral. Destaca-se, nesse período, a carreira dos Beach Boys (1958-1969) e da dupla Jan and Dean, ativa entre 1958 e 1968.

O rock evoluía em um momento em que a indústria fonográfica havia passado por uma transição comercial importante. A adoção, a partir de 1949, do compacto de vinil, com uma música de cada lado, barateou o disco, tornando-o um produto durável, de consumo em grande escala e facilitando a divulgação de artistas e grupos com

pequeno estoque de composições⁶. Paralelamente, a expansão das redes de televisão nos anos 1950 ofereceu espaços para programas de auditório que reforçaram o gosto do público pelas novas tendências musicais consolidando, no todo, uma indústria que manteria um domínio global sobre o mercado fonográfico por meio século. Somente com a oferta de gravações na forma de streaming, na virada do milênio, surgiria uma plataforma alternativa de sucesso comercial.

A sonoridade dos grupos europeus deu origem à denominação “beat”, referindo à batida da bateria, com maior ênfase do que a percussão mais jazzística das bandas americanas. A adoção generalizada do estilo talvez possa ser creditada ao fato de vários desses grupos terem tocado regularmente em Hamburgo, à época uma cidade portuária com um centro de vida noturna e prostituição de grande circulação de público. A rápida expansão de boates e casas de shows transformou a cidade no maior enclave de lazer noturno da Europa entre os anos sessenta e setenta.

Nesse ambiente, o amadurecimento dos artistas, tanto em relação à técnica musical quanto à capacidade de observação social, foi provavelmente um fator de transição para uma musicalidade mais crítica e engajada. Os Beatles rapidamente mostraram essa faceta, evoluindo dos primeiros lançamentos em que letras românticas e situações juvenis prevaleciam (*PS I Love You*, *Love Me Do*, *Anna, She Loves You*, de 1963) para uma visão mais crítica das relações passionais (*The Night Before*, *You've Got to Hide Your Love Away*,

6 A forma definitiva da “bolacha” havia se consolidado por volta de 1895, com a adoção ampla do disco de goma-laca de 78 rotações por minuto e 10 polegadas, com um tempo de 4 minutos de gravação em um lado. Sua evolução, na década de 1920, para o formato de 33 e 1/3 rpm, tocado em uma vitrola elétrica, abriu espaço para gravações de longa duração, até 20 minutos. O salto comercial definitivo deu-se em 1948, com a adoção definitiva do vinil como base do disco, tornando-o um produto resistente. Dois formatos complementares foram adotados comercialmente: o LP (ou álbum), de 12 polegadas, 33 e 1/3 rpm e até meia hora de música em cada lado, e o compacto simples, de 7 polegadas, com um furo central de 1,5 polegada, 45 rpm e até cinco minutos de gravação em cada lado.

Ticket to Ride, do álbum *Help!*, de 1965) e, mais adiante, para um engajamento utópico, político e social (o álbum *Sgt. Peppers Lonely Hearts' Club Band*, de 1967 e *Revolution*, canção do “álbum branco”, de 1968). Os Rolling Stones marcariam sua posição política com *We Love You*, de 1967, e *Street Fighting Man*, de 1968. A crítica social presente nas letras de outros grupos como The Kinks, The Hollies, The Who e Pink Floyd foram gradualmente colocando seus integrantes em um debate comprometido com três tendências que se tornariam dominantes ao final dos anos 1960: o pacifismo, o combate ao consumismo e a crítica ao sistema político conservador.

Rock, contracultura e reação

Nos EUA, paralelamente, essa agenda política permeava a música country de viés urbano e músicos como Bob Dylan (1941), Joan Baez (1941) e Stephen Stills (1945) foram compositores ou intérpretes de músicas de protesto desde o início dos anos sessenta, sendo reconhecidos também como ativistas comprometidos com essas causas. O rock de vertente country e blues incluía outros artistas com carreiras vigorosas, a exemplo de Janis Joplin (1943-1970), Carly Simon (1945) e Carole King (1942). A invasão britânica trouxe novos elementos a estes e outros músicos norte-americanos e consolidou estilos que equilibravam crítica social, compromisso com causas nobres e atratividade comercial. A divulgação dessa agenda em escala mundial seguiu-se aos grandes festivais de Altamont e de Woodstock, em 1969, consolidando uma trilha sonora para a cultura hippie, marcando a entrada dos baby boomers na vida adulta. Uma nova geração havia ocupado a cena e o rock, um rock engajado e político, era sua trilha sonora. Sua bandeira era a contracultura.

A contracultura vinha-se consolidando como um movimento global de crítica social e política desde meados dos anos sessenta, e combinava mobilizações de protesto e tendências de busca de modos

de vida alternativos com uma agenda de debate de questões de gênero e de direitos humanos que iria evoluir nos anos seguintes, com efeitos importantes nas sociedades ocidentais. Na gênese da contracultura combina-se a perplexidade diante da sucessão de conflitos armados da Guerra Fria, sobretudo na Coréia e no Vietnã, a oferta de tecnologias que alteravam o equilíbrio das relações de poder entre pessoas e grupos, em especial a pílula anticoncepcional, que deu à mulher um controle sobre sua vida pessoal antes inexistente, e a ira contra um status quo repressivo e mutilador. “Fiz meu doutorado nessa época, em Berkeley. A regra era simples: comporte-se, tire boas notas e nós não o mandaremos para o Vietnã”, comentou-me certa vez um professor de economia norte-americano. O movimento culminaria em uma mobilização sem precedentes de caráter global em 1968, o “ano da revolta”, em que passeatas e greves estudantis se espalharam por dezenas de países (ENDRES, 2018: 101-102).

No Brasil, o rock manteve-se alijado desse ciclo. As vozes da música que embalsamaram os movimentos desse período de dura repressão vieram do samba e da bossa-nova⁷, refletindo o caráter urbano do movimento e o papel central do Rio de Janeiro como catalisador do seu substrato cultural, embora suas bases políticas fossem sobretudo paulistas. Entre os poucos roqueiros de sucesso que refletiram em sua música esse período conturbado conta-se Raul Seixas (1945-1989) e Os Mutantes (1966-1978).

A reação dos governos aos movimentos estudantis e de protesto foi particularmente dura na maior parte dos países e essas mobilizações deram lugar a uma resistência passiva, oculta, que em alguns países coexistiria com esquemas de guerrilha urbana. Começavam os primeiros passos de um capitalismo de vigilância que iria se exacerbar dali em diante, alcançando os dias atuais.

7 Exemplos são Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil, Geraldo Vandré, Paulinho da Viola, Martinho da Vila.

A sucessão de tendências não caracterizou a decadência de estilos precedentes, mas uma coexistência de trabalhos. O rock ia-se transformando de um modo complexo, com camadas superpostas em que inovações conviviam com abordagens já experimentadas. O público consumidor de música atendido pelo sistema de distribuição montado pelas grandes gravadoras era diversificado, sobrepondo faixas etárias, subculturas urbanas e orientações políticas diversas.

O início dos anos setenta foi um período de ressaca cultural e de refinamento musical do rock. De um lado, o estilo incorporou elementos de alta cultura e de música erudita, sobretudo na cena britânica, resultando no rock progressivo. A tendência, inicialmente incorporada por bandas como The Who e Pink Floyd, iria avançar rapidamente com grupos como Moody Blues (1964-1974), Genesis (1967-2000), King Crimson (1968-1974), Yes (1968-1980), Gentle Giant (1970-1980) e Emerson, Lake & Palmer (1970-1979), um *power trio*⁸. O *tour-de-force* mais significativo dessa linha talvez seja a gravação ao vivo, em 1972, do concerto da banda Procol Harum (1967-1977) com a orquestra sinfônica de Edmonton, no Canadá, considerado por muitos o melhor álbum ao vivo do gênero. A tendência teve influência em outros países e bandas como Premiata Forneria Marconi (1970, ainda na estrada) na Itália ou Pescado Rabioso (1971-1973) na Argentina alcançaram certo sucesso.

De outro lado, consolidou-se nesse período a tendência do rock pesado, caracterizado por vocais agressivos e o uso de distorção no acompanhamento instrumental, em alguns casos incorporando, nas letras e no visual das apresentações, referências a satanismo, ciências ocultas ou desordem pública. As primeiras composições pesadas foram criadas pelos grupos beat britânicos, especialmente Rolling

8 *Power trio* refere-se a uma formação de apenas três músicos de extraordinário talento, no caso do Emerson, Lake & Palmer, o tecladista Keith Emerson, o baixista Greg Lake e o baterista Carl Palmer. No caso do grupo Cream, citado mais adiante, a formação incluía o guitarrista Eric Clapton, o baixista Jack Bruce e o baterista Ginger Baker.

Stones, The Kinks e Cream, estes o paradigma do *power trio*, mas foram bandas posteriores como Led Zeppelin (1968-1980), Deep Purple (1968-1976) e Black Sabbath (1968-2006), que adotaram o estilo como marca da sua criação.

Nos EUA o rock ensaiou por esses anos uma convergência com o jazz, estilo que caracterizou a formação de bandas como um *lineup* de instrumentistas de sopro, como Blood, Sweat & Tears (1967-1981) e Chicago (1967, ainda existente). No Reino Unido, o grupo Traffic (1967-1974) seguiu essa tendência. Já a escola norte-americana de rock pesado tem suas raízes no estilo de guitarristas de renome, como Jimi Hendrix (1942-1970) e Ronnie James Dio (1942-2010), sendo seguida inicialmente pelos grupos Steppenwolf (1967-1976) e Iron Butterfly (1968-1971). Iria evoluir para formações com um estilo mais agressivo, o *heavy metal*, como Grand Funk (1969-1976), Aerosmith (1970, ainda atuando), Blue Oyster Cult (1971, ainda se apresentando) e, em uma vertente mais pop, Kiss (1973, ainda ativa). Bandas paradigmáticas do estilo, porém, são britânicas: AC/DC (1973, ainda atuando) e Iron Maiden (1975, ainda existente).

O rock pesado teria continuidade até os dias atuais, desdobrando-se em várias vertentes de acordo com especificidades da temática das letras e das escolhas melódicas (trash metal, death metal, doom, gothic metal, metal melódico), consolidando um nicho cultural com características bem definidas: uso de roupas de couro, predileção por tatuagens, gestos e poses compartilhados, gosto pelo motociclismo e ideologia conservadora, com toques de preconceito racial e agressões contra minorias. Vários grupos formados a partir de meados dos anos setenta e início dos oitenta, como Van Hallen, Metallica, Motorhead, Motley Crue e Slayer, mantiveram-se ativos por décadas, alguns permanecendo na estrada até hoje.

Na vertente da Costa Oeste, merecem destaque nesse período a banda Grateful Dead (1965-1995), que praticou uma alternância de estilos, indo do rock pesado ao pop, e Frank Zappa (1940-1993),

guitarrista com formação erudita que trabalhou elementos de jazz e de música atonal.

Ainda em meados da década de 1970, uma linha de rock mais leve e melódica, de boa aceitação comercial, foi incorporada a um movimento de lazer e consumismo que se expandia a partir de epicentros em Nova York e Los Angeles, dando origem à disseminação de grandes discotecas como ambientes de socialização. A música dançante dessa subcultura disco, com um ritmo apoiado em novas tendências afro-americanas de recorte urbano como o funk e soul, dominaria a produção discográfica comercial a partir de então, formando as bases da música pop contemporânea. O estilo Motown, em referência à gravadora mais engajada em sua promoção, alcançaria músicos de importante influência, como Barry White (1944-2003), Stevie Wonder (1950) e Michael Jackson (1958-2009).

No Brasil, a evolução do rock nos anos setenta teve pouca expressão, refletindo o escasso interesse das gravadoras brasileiras no estilo. Os nomes da Jovem Guarda migraram para um estilo romântico de sonoridade pop, flertando com a MPB. Permaneceram relevantes Raul Seixas e Rita Lee (1947), esta oriunda dos Mutantes. Entre os novos nomes destacaram-se, no período, o rock rural com sonoridade sertaneja de Sá, Rodrix e Guarabira (1971, ainda atuando como dupla, Sá e Guarabira) e o cultuado Vímara (1974-1978), de Lulu Santos (1953), Ritchie (1952) e Lobão (1957). Têm algum destaque bandas de rock progressivo como A Bolha (1965-1978) e os músicos Walter Franco (1945-2019), Arrigo Barnabé (1951) e Guilherme Arantes (1953).

Anos oitenta: o punk e seus desdobramentos

Paralelamente a esses movimentos vinculados ao *big business* musical, o rock preservava sua característica de cultura popular, com centenas de bandas anônimas sendo formadas em vários países,

ensaiando e tocando nas garagens, nos bares e inferninhos de cidades como Londres, Nova York, Seattle, Lagos, Tóquio, Cidade do México ou Brasília. Em oposição ao refinamento do rock progressivo ou à radicalização sonora do rock pesado, nascia um rock básico, enxuto, fortemente politizado, com uma batida assimétrica, que iria dominar a cena a partir de 1977, com o lançamento do primeiro single da banda londrina Sex Pistols (1975-1978). Nascia o movimento punk e seus derivados, o New Wave nova-iorquino, o rock de garagem de Seattle, o rock de Brasília, o pós-punk, consolidando a trilha sonora da geração X.

O punk é considerado um retorno às origens do rock, apoiando-se na linha melódica de grupos e músicos menos populares da cena nova-iorquina dos anos sessenta e do início dos setenta, vinculados à vanguarda artística da época, em especial as bandas Velvet Underground (1964-1973), The Stooges (1967-1974) e New York Dolls (1971-1976). Do mesmo modo que o rock pesado, representou a linguagem musical de uma subcultura urbana, esta caracterizada por valores de não conformismo, de aceitação de pessoas alternativas e de uma postura *do-it-yourself*. Usavam roupas compridas e escuras, maquiagem pesada, penteados assimétricos ou vagamente inspirados em estilos indígenas e uma profusão de *piercings*. As danças (*pogo* e *moshing*) exploravam pulos e puxões. Os fanzines, publicações alternativas produzidas em mimeógrafo ou em pequenas gráficas, também foram extensamente adotados. Em algumas cidades, especialmente em Londres, grupos *skinheads* derivaram do movimento punk, com visual mais agressivo e ideologia mais conservadora (HEIN, 2014: 144).

Em Nova York, os Ramones (1974-1996) são muitas vezes citados como criadores do punk rock. Outras bandas importantes foram Blondie (1974-1982), Talking Heads (1975-1991) e Sonic Youth (1981-2011). Também tiveram destaque grupos como The B-52's (1976-1992), de Athens, na Geórgia, e Husker Du

(1979-1988), de Saint Paul, no estado de Minnesota, mostrando a expansão do punk pelo país.

No Reino Unido as bandas punk e pós-punk alcançaram grande popularidade, a exemplo de The Clash (1976-1986), Joy Division (1976-1980), Buzzcocks (1976-1981), The Cure (1978, ainda em ação), Echo & The Bunnymen (1978-1993), Depeche Mode (1980, ainda atuando) e The Smiths (1982-1987). Da Irlanda viria o U2 (1976, ainda atuando), talvez a principal “superbanda” do estilo pós-punk, com melodias mais pop e letras de forte cunho nacionalista e de defesa do meio ambiente.

O punk tornou-se global. Bandas surgiam em diversos países e ganhavam rápida notoriedade. Do alemão Slime (1979-1984) ao japonês Uchoten (1982-1991), dezenas de grupos se consolidavam localmente e alcançavam algum mercado no exterior.

No Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília foram polos a partir dos quais o punk rock se disseminou, com características diferenciadas. O punk carioca tinha uma narrativa de crítica de costumes e uma musicalidade alegre, encontrada em bandas como Blitz (1982-1986), Barão Vermelho (1981-2001), Kid Abelha (1981-2006) e Biquini Cavadao (1985, ainda atuando). Em São Paulo desenvolveu-se uma linha musical mais elaborada, presente em grupos como Ira! (1981-2007), Titãs (1982, ainda ativos) e RPM (1983-1989). De Brasília, porém, vieram as duas bandas de maior relevância do movimento, Legião Urbana (1982-1996) e Paralamas do Sucesso (1977, ainda atuando), bem como outros grupos de destaque, como Plebe Rude (1981-1994) e Capital Inicial (1982, ainda na estrada), apoiadas em uma crítica política contundente e um estilo musical mais alinhado ao punk britânico no caso de Plebe, Legião e Capital e da vertente do ska⁹ no caso dos Paralamas. Foi, para vários críticos, a época de ouro do rock brasileiro.

9 O ska é um ritmo jamaicano precursor do reggae que se popularizou entre os punks.

O início dos anos oitenta foi um período de transformação política e social. Os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos EUA marcaram uma revisão das políticas distributivas das décadas anteriores e uma opção pelo liberalismo econômico. A revisão da política externa desses países resultou, no lado britânico, na formalização efetiva da independência dos países do Commonwealth e, no lado americano, na revisão das relações com os países satélites, resultando na queda dos regimes ditatoriais na América Latina. A ditadura brasileira seguiu esse caminho, fazendo uma transição pacífica ao regime democrático, reinstaurado em 1985.

A década foi marcada, também, pelo surgimento e a expansão da pandemia da AIDS, virose transmitida por contato que atacava o sistema imunológico humano. Surgida em 1981, no eixo Los Angeles-Nova York, a doença se espalhou inicialmente nas comunidades homossexuais e entre usuários de drogas devido ao modo de contaminação. No entanto, em meados da década, já alcançava a população em geral. Como é sabido, a AIDS não possui vacina, mas tratamentos antivirais podem manter a doença sob controle, oferecendo uma perspectiva de vida normal. Hábitos profiláticos reduziram a taxa de contaminação e hoje a AIDS é considerada uma doença crônica. No entanto, nos anos oitenta, foi devastadora, afetando setores do entretenimento e impondo hábitos conservadores e de precaução sanitária.

Os anos oitenta foram também os anos yuppies. O termo yuppie (*young urban professional*) passou a designar os jovens que se lançavam no mercado de trabalho de Chicago, Nova York ou Londres com formação profissional sofisticada, gostos caros, mentalidade política conservadora e hábitos liberais. Na visão popular formou-se um vínculo entre essa coorte e a expansão do mercado financeiro, que iria se romper com a quebra das bolsas de 1987. Desse modo, o termo yuppie passou a ser associado depreciativamente a uma mentalidade de agressividade profissional e consumismo de luxo, oposta à conscientização punk.

Em relação à tecnologia de gravação, é importante destacar a adoção do CD (*compact disk*) a partir de 1983. Menor do que os discos de vinil, continha até 80 minutos de música em formato digital. Além do menor tamanho, oferecia uma sonoridade limpa, sem os chiados e flutuações do “bolachão”, ao preço, pouco audível, de perda nos sons graves. A indústria fonográfica rapidamente adotou o formato e o disco de vinil entrou em declínio em um par de anos, tornando-se objeto cult.

No pós-punk, dois movimentos norte-americanos tiveram grande notoriedade. Um destes foi o movimento de rock de garagem de Seattle, o grunge, representado por bandas como Green River (1984-1988), Soundgarden (1984-1997), Mudhoney (1998, ainda na estrada) e Nirvana (1987-1994). O grunge seguia a estética punk, agregando um tom crítico e pessimista. O outro movimento, seguindo a tradição do rock californiano, foi o surgimento de bandas punk naquele estado, como Dead Kennedys (1978-1986), Red Hot Chili Peppers (1983, ainda atuando) e Green Day (1987, ainda atuando) com uma musicalidade satírica que migraria para um rock mais clássico.

Paralelamente ao punk, desenvolveu-se nos EUA o movimento hip-hop, uma subcultura urbana que incorporava quatro elementos básicos que iriam universalizar-se: danças vigorosas (break, funk), manifestações artísticas de intervenção urbana (*graffitti*), música executada por DJs com intervenções sonoras, *scratching* (deformação ou adição de ruídos) ou *sampling* (reuso de trechos de melodias) e músicas de raízes afro e ritmo marcado (funk, soul e rap – *rhythm and poetry*). Esse movimento iria entremear-se ao rock de vertente comercial, dando substrato à música pop contemporânea.

Apogeu comercial e declínio do rock: o pop chega ao topo

Mais uma vez, a evolução do rock ia-se dando em camadas. O punk chegou em um momento em que o rock havia alcançado

o apogeu comercial, com grandes apresentações públicas e vendas milionárias de álbuns. Os grupos musicais que surgiam aos milhares, formando um substrato de cultura popular em que todo jovem tinha sua banda, resultavam em centenas de conjuntos que eram identificados por olheiros ou produtores, assinavam contratos com uma gravadora e entravam no circuito de shows e na rotina de compor e produzir músicas para lançar um álbum a cada doze ou dezoito meses. Essa máquina de cultura de massa não se desagregou, mas coexistiu com novos estilos, trazendo-os ao mundo do *showbizz*.

Assim, ao longo dos anos setenta, uma vertente comercial de rock manteve seu dinamismo, apoiada na estrutura das gravadoras e na atuação de produtores que davam aos artistas uma base de apoio para definir um colorido pessoal. Grandes nomes dessa vertente se consolidaram ao longo dos anos, combinando musicalidade sofisticada, letras com boa poética e bandas de apoio formada por músicos experientes. Dezenas de nomes poderiam ser citados, mas uma rápida busca entre os álbuns que mais venderam nos anos setenta dão pistas seguras: *Bridge Over Troubled Water*, da dupla Paul Simon (1971) e Art Garfunkel (1971), *Harvest*, de Neil Young (1972), *Goodbye Yellow Brick Road*, de Elton John (1973), *Rumours*, do grupo Fleetwood Mac (1977-1982), *52nd Street*, de Billy Joel (1978), *A Night at the Opera*, da banda Queen (1975-1980).

Um subproduto do rock comercial, nessa década, foi o avanço da música eletrônica, que seria apropriada pelo hip-hop. Estilos dançantes como *house* e *techno* ganharam espaço crescente, não apenas como música de balada ou ambiente, mas como estilos a serem ouvidos e apreciados.

Já nos anos oitenta a influência do hip-hop iria transformar o mercado musical e convergir para a música pop contemporânea, que viria a substituir o rock como manifestação cultural predominante e declarar sua decadência. A cultura de massa iria finalmente asfixiar a cultura popular da qual tomara emprestadas as raízes e impor-se

como estilo dominante *per se*. A característica empresarial dessa mudança colocou em evidência um personagem que, até então, ficara escondido na sombra das mesas de som dos estúdios e das orquestras de acompanhamento: o produtor musical.

Entre os muitos produtores dos anos setenta e oitenta, há três nomes ligados à evolução do big business do rock e ao seu desaguamento na música pop contemporânea: Quincy Jones (1933), Nile Rodgers (1952) e Brian Eno (1948).

Quincy Jones iniciou sua carreira de arranjador e produtor nos anos cinquenta no jazz e, nos anos sessenta, dedicou-se a produzir trilhas sonoras para o cinema, tendo inclusive recebido indicações ao Oscar. A partir dos anos setenta desenvolveu extensa carreira no mercado musical, produzindo álbuns para as gravadoras Mercury, A&M, MCA, Epic e seu próprio selo, Qwest. Os principais artistas pop para quem produziu foram Chaka Khan (1979), Michael Jackson (entre 1979 e 1987, inclusive o álbum *Thriller*, marco do pop), George Benson (1980), Donna Summer (1982) e Tamia (1998).

Nile Rodgers iniciou a carreira como guitarrista da banda Chic (1972-1983), que emplacou nos anos setenta vários sucessos de discoteca. Nos anos oitenta, com o fim do período disco, iniciou a carreira de produtor para Diana Ross (1980), Deborah Harry (1981), David Bowie (1983), Madonna (1984), Duran Duran (1984-1986), Sheena Easton (1985), Al Jarreau (1986), B-52's (1989), artistas e grupos com os quais voltaria a colaborar nos anos noventa.

Brian Eno iniciou-se na música como tecladista do grupo britânico Roxy Music (1970-1976), que fazia músicas com um tom sofisticado, alinhado a uma tendência glam rock que proliferou no início dos anos setenta. Fez nome como compositor de música eletrônica. Também atuou como músico de estúdio para outros grupos e colaborou como produtor associado para Genesis (1974), David Bowie (1977-1979), John Cale (1981), Talking Heads (1981) e U2 (1984-1991). Nos anos noventa colaborou com U2, Luciano Pavarotti e a banda pop James.

A partir dos anos noventa, outros nomes ganham notoriedade. Max Martin, produtor de músicas e álbuns para Britney Spears, Pink, Avril Lavigne, Christina Aguilera, Ariana Grande, Taylor Swift e Katy Perry. Dr. DRE, importante no mundo do hip-hop, tendo colaborado com Ice Cube, N.W.A., Snoop Dogg, Mary J. Blige, 50 Cent, Warren G, Jay-Z, Kendrick Lamar e Eminem. Sylvia Massy, que iniciou a carreira nos anos noventa como engenheira de estúdio, com participação em trabalhos para Joe Satriani, Queen, Aerosmith, Prince e Elton John. Também produziu álbuns para Tom Petty, Slayer, The Black Crowes e Red Hot Chili Peppers. Linda Perry, que iniciou a carreira na banda punk feminina 4-Non-Blondes e já produziu para Britney Spears, Courtney Love, Alicia Keys, Gwen Stefani, Sugarbabes, Celine Dion, James Blunt e Kelis.

É difícil, nesse ambiente tão diversificado, encontrar raízes que definam o estilo atual do pop contemporâneo e essa é uma tarefa que escapa aos objetivos deste texto. Uma primeira impressão é a de que os trabalhos de Michael Jackson e de Madonna (1958) nos anos oitenta, seja pelas vendas de seus álbuns, seja pela estrutura e o sucesso de seus videoclipes e suas apresentações, definiram em certa medida a estética pop subsequente. Já a música e os arranjos propriamente ditos bebem na fonte do hip-hop e da música eletrônica. Chama a atenção, porém, uma diferença de gênero: enquanto o rock foi um estilo dominado por músicos e instrumentistas masculinos, o pop contemporâneo tem extensa participação de compositoras, instrumentistas e cantoras femininas¹⁰. A cultura de massa está, nesse aspecto, migrando de um espaço quase exclusivo de narrativas feitas

10 Houve no rock a participação de mulheres em bandas, inclusive como líderes, mesmo em estilos com uma estética masculina, como o heavy metal. Entre os vários exemplos, podem ser citados os da baixista Suzy Quatro (1950) e da cantora Floor Jansen (1981), vocalista do grupo Nightwish (1996, ainda atuando). A participação feminina no country rock dos anos sessenta e no punk foi mais expressiva, em decorrência da mentalidade igualitária dessas tendências. A predominância masculina, porém, não deixou de ocorrer (REDDINGTON, 2020: 239-241).

por homens e centradas no homem para uma maior exposição de narrativas feitas por mulheres e centradas na mulher¹¹.

Na década de noventa, apesar da explosão do pop, o rock ainda teve seus momentos significativos, pelo surgimento de artistas e grupos que retrabalharam várias de suas vertentes, configurando uma tendência conhecida como britpop. Seus representantes mais citados são os grupos Blur (1988-2004), Oasis (1991-2009) e Supergrass (1993-2010). Nos EUA, tiveram projeção os grupos Foo Fighters (1994, ainda atuando), Creed (1994-2004), Maroon 5 (1994, ainda atuando), Linkin Park (1996-2017) e o canadense Nickelback (1995, ainda na estrada). Cantoras como Sheryl Crow (1962) e Alanis Morissette (1974) também se destacaram com um repertório predominantemente de rock. Ao final da década, o curioso movimento emo ou emocore consistiu em uma subcultura com moda *skinny*, cabelos lisos, atitude sensível e introvertida. Das muitas bandas que se dedicaram a esse nicho não restou nenhuma com uma carreira relevante, exceção feita ao grupo Jimmy Eat World (1993), que ainda continua atuando.

Nos anos 1990, o rock no Brasil foi representado principalmente pela geração de bandas mineiras que combinavam o rock com elementos de música regional brasileira e sonoridades de funk e ska, como Virna Lisi (1989-1997), Skank (1991), Pato Fu (1992) e Jota Quest (1993), as duas últimas ainda em atividade. Também chamou a atenção uma vertente teatralizada que teve nos brasilienses Raimundos (1987-1997) e Móveis Coloniais de Acaju (1998-2016) certo destaque. Foi notável, ainda, o sucesso da banda paulista Mamonas Assassinas (1989-1996), precocemente vitimada por um acidente aéreo. Na década cresceu no Brasil, enfim, a aceitação

11 A tendência se reflete nas listas de vendas. Em 2019, por exemplo, os quatro álbuns mais vendidos do ano são de cantoras pop (Billie Elish, Ariana Grande, Lady Gaga e Taylor Swift). Na década de 2010, três mulheres estão entre os cinco artistas com maiores vendas (Taylor Swift, Rihanna e Adele).

do heavy metal e outras variantes de rock pesado, com grupos que alcançaram notoriedade internacional, como Sepultura (1984) e Angra (1991), ambas também em atividade.

A virada do milênio trouxe uma mudança tecnológica que iria golpear a estrutura comercial das gravadoras e ensejar um novo modelo empresarial: o streaming. Durante os anos noventa, a internet comercial foi adotada globalmente (no Brasil, a partir de 1994) e uma das primeiras modalidades de intercâmbio entre os internautas foi a música, digitalizada graças à tecnologia do CD. Portais de troca gratuita de gravações fizeram furor, levando à crise o modelo comercial das gravadoras e dando início a uma guerra nos tribunais. Mais do que um acordo ou um ganho de causa, o que levou ao ajuste de mercado foi o surgimento de lojas vinculadas aos grupos comerciais de provedores de aplicações, como Apple Store e Google Store, que viabilizaram uma bem concebida estrutura publicitária e de cessão de músicas para download a preços competitivos.

Para compositores e músicos, a mudança resultou em perdas importantes de receitas com vendas de músicas e direitos. Os rendimentos de apresentações e espetáculos ganharam peso e a participação em turnês, muitas realizadas em grande escala, passou a ser ainda mais importante para a obtenção de cachês. Mais uma razão para a predominância do pop como a música do momento.

O milênio trouxe consigo, também, uma nova realidade política que afetou o *show business*. Se os anos noventa foram o apogeu do liberalismo econômico e político, marcado pela queda do sistema soviético e a emergência da China como segunda economia do planeta, com uma proposta de economia planejada de viés empresarial, o novo milênio iniciou-se marcado pelo ataque terrorista a alvos nos EUA, o conhecido episódio do 11 de setembro, que levou a uma generalização de controles policiais no meio urbano, a um confronto com organizações terroristas em grande escala e a uma pressão por maior conformismo social, culminando em uma

forte tendência conservadora na segunda década. A geração atual mostra-se pessimista em relação a possibilidades de transformação social (PHILLIPS-FEIN, 2019: 7-8).

Uma revisitação do punk e do grunge trouxe, no início do novo milênio, alguns interessantes grupos ao palco, como Strokes (1998, ainda atuando), White Stripes (1998-2011) e Arctic Monkeys (2002, ainda existente). Uma vertente pop-punk dançante se mantém em voga nos últimos anos, mas aparenta ser uma tendência secundária. No entanto, ao longo da década, o hip-hop ultrapassou o rock em vendas e público, marcando uma mudança de consumo que vem se acentuando (JOHNSTON, 2021: 73).

No século XXI, o rock brasileiro acompanha esse declínio, sendo eclipsado pelas vertentes de pop sertanejo, da música eletrônica e das sonoridades afro, que passariam a ser as trilhas sonoras dos millenials e da geração Z que chega neste momento à vida adulta. O papel do rock na cultura popular está esgotado e novos caminhos do pop estão sendo trilhados a partir de outras heranças. Por ora, não parece ser uma fase de transição. O rock está entrando para a história.

Referências bibliográficas

- BERKERS, Pawke. Rock against gender roles: performing femininities and doing feminism among women punk performers in the Netherlands, 1976–1982. *Journal of Popular Music Studies*, 24 (2): 155–175. 2012.
- CARLSON, Elwood D. *The Lucky Few: Between the Greatest Generation and the Baby Boom*. Nova York: Springer, 2008.
- ENDRES, Thomas G. Classic rock in the Year of Revolt: using the illusion of life to examine the hits of 1968. *IAFOR Journal of Arts & Humanities*, 5 (2): 99-116. 2018.
- FEATHERSTONE, Mike. Localism, globalism, and cultural identity. Em: WILSON, Rob e Wimal DISSANAYAKE (orgs.). *Global/Local: Cultural Production and the Transnational Imaginary*. Durham: Duke University Press. 2005, pp. 46-77.

- HEIN, Fabien. Le punk rock comme force de participation sociale et politique. *Lien Social et Politiques*, 71: 141-158. 2014.
- JOHNSTON, Maura. Pop-Punk's everlasting legacy. *EW&Com*, agosto de 2021, p. 72-73.
- KATZ, Stephen. Generation X: a critical sociological perspective. *Generations*, 41 (3): 12-19.
- KRUSE, Kevin M. e Thomas J SUGRUE (orgs.). *The New Suburban History*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- PHILLIPS-FEIN, Kim. What's left of Generation X. *Dissent*, outono 2019, p. 7-9.
- REDDINGTON, Helen. Space to play: the sound of British female punk music and its engagement with reggae in the 1970s. *Popular Music History*, 13 (3): 235-253. 2020.
- SPITZ, Bob. *The Beatles: the biography*. Nova York: Back Bay Books, 2005.

Guerra e Paz, Democracia e “Democracia”

Alessandro Gagnor Galvão¹

Resumo

Toda palavra tem mais de um significado, e pode até ser contrônima, isto é, significar conceitos opostos. É o caso da palavra “Democracia”, que, quando não adjetivada como “liberal”, pode significar simplesmente “ditadura da maioria”, eufemisticamente autônimeada “Democracia Popular” por vários regimes e tendências políticas autoritários. Esse tipo de perversão linguística, batizado de “novilíngua” (newspeak) por George Orwell já em 1948, é corrente na política atual.

Palavras-chave: Polissemia; Democracia; Polarização Política; Orwell.

Abstract

Every word has more than one meaning, and can even be a contronym, that is, have meanings that contradict one another. This is the case of the word “Democracy”, which, when not adjectivized as “liberal”, can simply mean “dictatorship of the majority”, euphemistically self-proclaimed “Popular Democracy” by various authoritarian regimes and political tendencies. This kind of linguistic perversion, named “newspeak” by George Orwell in 1948, is commonplace in today’s politics.

Keywords: Polysemy; Democracy; Political Polarization; Orwell.

Guerra e Paz, livro mais famoso de Tolstói, traduz a palavra russa *Mir* (*мир*) como Paz. Na ortografia russa moderna, a palavra significa não apenas “paz”, mas também é o termo técnico para terra comuni-

1 Cadeira 55 (Gustavo Barroso) do IHGDF, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

tária, sistema. É a tradução de “mundo”, na expressão “mundo virtual”. Pode significar toda a humanidade; comunidade; sentido; sentimento; história; quietude; vila; reino; universo. A palavra grega *cosmos* também significa simultaneamente um local, o universo, e a paz da ordem natural das coisas: a harmonia. Tem como antônimo a palavra *kaos*, herdada pelo Português: caos.

Quando o livro de Tolstói foi lançado, a ortografia russa soletrava diferentemente esses dois significados, “terra” e “paz”. O autor escolheu a grafia cuja tradução portuguesa ficou melhor como “Guerra e Paz” do que “Guerra e Mundo” ou “Guerra e Terra”. Ainda hoje, entretanto, os especialistas discutem essa acepção paralela, já que não apenas depois de Tolstói, mas também antes, no primeiro registro escrito de qualquer língua eslava, o eslavônico eclesiástico, uma só palavra era usada com essas duas vertentes de significado: *miru* significava, além de paz, comunidade e alegria.

Qualquer expressão linguística, mesmo não vinda de outra língua ou época, tem muitas interpretações. Confúcio dizia que “a Harmonia dos Mundos depende da retificação dos nomes” – ou coisa parecida, considerando a traição que é trazer para o português essa frase, daquela época e língua tão distantes.

Estejamos ou não citando o sábio chinês de forma correta, a interpretação é o que importa. Chamar alguém de “volumetricamente expandidE” ou “capilarmente diferenciadE” pode ser mais ofensivo, ou menos ofensivo, do que usar as palavras politicamente incorretas “gorda(o)” ou “careca”.

O politicamente correto endossa a pressuposição confuciana, razoável, de que a realidade possa ser alterada para melhor, a partir da retificação das palavras. Há, no entanto, a possibilidade oposta: a retificação das palavras servir à piora do mundo. A advertência foi feita por George Orwell em sua crítica feita às “democracias populares” (ou seja, as ditaduras do proletariado, as *Volksrepubliks*) no livro *1984*.

Nas duas distopias (a livresca e a do “Socialismo Real” internacionalista ou nacionalista) imperava a “novilíngua” ou “novafala” (*newspeak*), uma tentativa de controlar, a partir do controle das palavras, o que podia ser dito e pensado. Havia uma “polipen” (*thinkpol*), a polícia do pensamento encarregada de, digamos assim, manter a “harmonia dos mundos”. Um dos exemplos da novilíngua na URSS: o comunismo dizia-se internacionalista, mas reservava a palavra “cosmopolita” para rotular e marcar para perseguição os judeus, na campanha antissemita iniciada em 1948. Em 1947 os judeus eram 18 % dos trabalhadores no campo científico; por volta de 1970, eram apenas 7%, embora ainda quase o dobro de sua percentagem na população soviética total (entre 3 e 4%)². Para evitar que o antissemitismo soviético fosse comparado ao nazista, bastou rotulá-lo de antissionismo...

Na distopia criada por Orwell, o Ministério da Paz era encarregado da Guerra. Isso lembra o discurso racista, a “discriminação positiva”, como forma de acabar com o racismo. Como se o racismo, do bem, fosse diferente do racismo, do mal, e não estivesse em contradição com a proibição constitucional (no caso brasileiro) da discriminação racial.

Criar palavras diferentes para a mesma coisa, ou nomear coisas diferentes com o mesmo nome, é um empecilho para o pensamento, para o diálogo, e para o aperfeiçoamento do pensamento por meio do diálogo. No Brasil, a palavra “fascista” foi usada para descrever pessoas como Marina Silva ou Geraldo Alckmin, a depender das conveniências eleitorais. Ora, o fascismo, que é programaticamente antiliberal, é associado erroneamente ao neoliberalismo, e usado como xingamento por partidos e pessoas antiliberais, portanto muito mais próximas do fascismo histórico (uma derivação criada pelo socialista Mussolini) do que os alvos de seus improperios.

2 Johnson, Paul (1987). *The History of the Jews*. London: Weidenfeld & Nicolson.

Aliás, é curioso ver o cartaz da campanha presidencial de 2022, onde Alckmin, antes rotulado de fascista, aparece ao lado de seu antigo rotulador, sob a mensagem tipicamente orwelliana: “Vamos juntos reescrever uma nova História para a nação”. A novilíngua de Orwell tinha até um eufemismo para esse procedimento de manipulação histórica: “retificar”. Como eram “retificadas” as fotos em que Trotsky aparecia junto a Lênin, após a ascensão de Stálin. Como foi, já neste século, retificada a foto em que o Patriarca de Moscou, acusado de ser colaborador de Putin, aparece usando um relógio cujo preço não coadunaria com sua imagem de líder espiritual. O mesmo procedimento foi feito para esconder o relógio caro usado por um líder demagógico brasileiro, num comício político.

A gramática simplificada e a manipulação da informação servem, na ficção de Orwell, para limitar a possibilidade de articulação de conceitos como identidade pessoal, autoexpressão e livre-arbítrio. Seria como se a própria língua impossibilitasse a expressão de conceitos como, digamos, “racismo reverso”. Tais conceitos proibidos são chamados de “crimepensar”, já que ameaçam os fundamentos do partido Ingsoc, ou “Socialismo Inglês”. Esse tipo de abreviação, Ingsoc, é descrito por Orwell como inspirado por abreviações realmente usadas pelo totalitarismo do século XX, como Nazi (Socialismo Nacionalista) ou Politburo (Gabinete do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética). Abreviações de caráter silábico teriam o propósito de mascarar o conteúdo ideológico, eliminando as sutilezas do significado.

A novilíngua, além de ter um vocabulário cada vez mais reduzido e com menos nuances, buscava também um ritmo *staccato*, onde palavras de fácil pronúncia são emitidas separadas por intervalos – como no caso dos bordões políticos, das “palavras de ordem”. Ao partido interessa a fala automática e inconsciente, em que calar o antagonismo (até o antagonismo interno de quem fala) importa

mais do que com ele dialogar. Essa inconsciência não deixa de ser uma espécie de harmonia, a mesma espécie de harmonia, ou paz, encontrada nos cemitérios, e nas bolhas de informação (noosferas) onde não há o contraditório.

“Comunidades harmônicas” desse tipo dependem do isolamento, do código compartilhado, do mesmo sentimento que, nas antigas aldeias eslavas, fez das terras comunitárias sinônimo de paz. Uma bolha informacional não deixa de ser uma terra comunitária, cuja paz, porém, será desafiada pelas pressões do mundo exterior.

No Brasil atual, temos aldeias informacionais polarizadas, onde os argumentos da aldeia vizinha são previamente tachados como absurdos (do latim *ab surdus*, “algo vindo de um surdo”, isto é, de alguém imune à argumentação).

Essa polarização é vista, geralmente, de forma pessimista, como algo relacionado à guerra. Da mesma forma, questionamentos ao STF e ao politicamente correto são vistos como uma ameaça à democracia. No entanto, essa polarização e suposta ameaça também podem ser vistas como essência mesma da democracia, algo que é contrário não à paz, mas somente à paz dos cemitérios, à opinião única dos totalitarismos.

Um e outro polo do espectro político brasileiro temiam que a vitória do suposto genocida ou da suposta alma mais honesta do mundo significasse o caminho para a deterioração do Estado de Direito. Muitos prefeririam uma terceira via. A inexistência dessa opção “perfeita”, porém, pode ser apenas a inexistência do “fim da história”, isto é, de um consenso político pós-ideológico. No Brasil, o significado da Democracia Liberal e de suas instituições fundamentais (como a liberdade de imprensa e expressão, e os limites ao STF) talvez ainda precise ser explicitado.

Sem consenso em torno da democracia que queremos, nos afastamos da possibilidade de uma política menos passional, e portanto mais tecnocrata. A passionalidade atual seria mais bem-

vinda se fosse mais focada. Mas há uma confusão, nos campos de Lula e Bolsonaro, sobre que tipo de democracia desejamos.

Ambos os candidatos são herdeiros do nacional-desenvolvimentismo, do capitalismo corporativo e de compadrio próprio da formação histórica brasileira. Nesse aspecto, não há um confronto ideológico bem desenhado. Afinal, Bolsonaro foi da base de apoio durante todo os primeiros mandatos de Lula. Mais do que isso, ambos contaram com o apoio condicional do mesmo “Centrão”.

Ambos os polos têm pendores por regimes ditatoriais, e o Centrão está à vontade entre arranjos corporativos e o capitalismo de compadrio. Também se assemelham do ponto de vista do apelo popularesco “democrático”. Ambos, repito, são crias do nacional-desenvolvimentismo corporativo e autoritário hegemônico no Brasil, com raízes em Mussolini e Getúlio, e sucessores como Geisel e Dilma. Vistos assim, Lula e Bolsonaro nem são tão radicalmente antagônicos. A polarização, dadas as alianças políticas de ambos os lados, é suave, e representa um embate constitutivo da democracia. Ao contrário do que dizem os preocupados com “a crise da democracia liberal”, esse embate tem contribuído, inclusive, para fortalecê-la, ao acentuar a diferença entre essa democracia liberal e outros modelos democráticos, como a “democracia popular” de tipo estalinista, a que se referem pessoas como Dilma Roussef, José Dirceu e Hugo Chávez, quando dizem que lutaram e lutam pela “democracia”. Se há ameaças, não vêm das divergências entre os polos, mas do que os une: o autoritarismo, o patrimonialismo, o compadrio.

Suponhamos a hipótese perversa de que no debate entre os polos Lula e Bolsonaro não haja um debate ideológico, mas apenas uma disputa pelo erário, um populismo comezinho aliado à ignorância e à flexibilidade ética. Mesmo por essa ótica, grande parte da “terceira via”, aquela eleitoralmente viável, embora mais limpinha e pomposa, não passaria de um Centrão gourmetizado.

Aristóteles via a demagogia como degeneração da democracia; como substância do populismo, portanto. Mas há quem veja positividade no populismo: seria um componente dialético, antídoto para a excessiva institucionalização, que reduziria a política à simples administração tecnocrática. Essa, a postura de Ernesto Laclau, expressa sinteticamente na Introdução à edição brasileira de seu livro *A Razão Populista*: “(...) o atual populismo latino-americano constitui um caminho potencialmente mais bem-sucedido para enfrentar os futuros políticos que se abrem a partir da presente conjuntura crítica.”

Seja essência ou degeneração da democracia, o populismo/demagogia é inseparável da democracia, e para combater seus males nas democracias liberais há instituições contramajoritárias, como a fixidez da Constituição e o Judiciário independente. Tais instituições refreiam, ou deveriam refrear, o jacobinismo democrata, o desrespeito às minorias, o espírito de linchamento que às vezes é exercido pela maioria.

Mesmo sem considerarmos as instituições que deveriam contrabalançar o baixo nível de reflexão da chamada “vontade popular”, podemos dizer que é ingênua a utopia de um espaço público “habermasiano”, onde a razão seja o resultado da comunicação, do confronto lógico de argumentos consistentes. Esse confronto puramente racional nunca foi o único fator a gerar alinhamentos políticos. Dificilmente se pode descrever uma democracia como esse espaço asséptico onde as propostas mais embasadas são apoiadas pela massa. Nesse sentido, o populismo é sim um componente da democracia, que nunca se deu apenas entre eleitores intelectualizados, movidos por ponderações teóricas sofisticadas. Afinal, mesmo os intelectuais são passionais, ao expressarem, por exemplo, seu ódio à classe média, essa classe que pode levantar sua voz contra os aristocratas da universidade, da mídia, do empresariado ou do Governo. O nazismo e o comunismo

tiveram o apoio e a colaboração ativa de intelectuais, mesmo em suas fases formativas.

Houve os que pensaram que as eleições de 2022 poderiam ter sido as mais significativas, em termos de evitar ou implantar a tragédia da degeneração democrática, como ocorre na Venezuela. Pensou-se o mesmo, nas eleições de 2018, e nas anteriores. É bom estarmos atentos para essa perspectiva trágica, mas já é trágica o suficiente a visão de que não devemos esperar grandes coisas da política, que talvez seja em grande parte caudatária dos movimentos econômicos, culturais e geopolíticos mundiais. As ditaduras da América Latina, no final do século XX, foram em grande parte derivadas do contexto da Guerra Fria. Tendo isso em vista, talvez mais importantes para o futuro do Brasil do que Lula ou Bolsonaro sejam a ascensão econômica da China e a reconfiguração de grupos como a Otan.

Concordaremos: é impossível quantificar, controlar ou prever até que ponto a ação comunicativa cotidiana, tal como ocorre durante contatos remotos ou presenciais, afeta a noosfera, o mundo informacional do qual depende a política. Esse ceticismo com relação à imprevisibilidade dos movimentos políticos é positivo, e não precisa ser, necessariamente, pessimista. A complexidade do mundo, ou do quadro político brasileiro, é reconhecida pelo temor conservador às mudanças. Esse temor deve ser respeitado, e não necessariamente implica uma visão negativa da natureza humana, ou das perspectivas do Brasil. Mesmo sem acreditar em salvacionismos utópicos progressistas ou regressistas, sem acreditar em nenhum “homem novo” socialista ou nacional-socialista, podemos apostar no aperfeiçoamento gradual das instituições e, quem sabe, até dos humanos. Mas que seja gradual, controlado, e não oriundo do caos. Evidentemente, tanto a eleição de Lula ou de Bolsonaro, quanto de qualquer outro, não determina ou impede, sozinha, a emergência do caos.

Podemos ser céticos e cautelosos com relação a grandes mudanças imediatas, ao mesmo tempo em que nos comprometemos com valores orientadores. Tais valores não precisam ser despidos de passionalidade, desde que essa passionalidade esteja aberta ao questionamento radical, isto é, sem censuras de qualquer tipo ao pensamento. Uma filosofia do senso comum (ou seja, desse misto de razão e emoção) como base da vida política é bem-vinda, venha ela de Adam Smith ou de Spinoza. Ou seja, é possível admitir a importância das paixões, mesmo que tenhamos uma postura cética. É possível ter uma visão política que não apele para determinismos históricos, e que não acredite na frase de Marx orientadora de fascistas e comunistas: “a violência é parteira da história”.

A razão tecnocrata e a paixão demagógica, duas forças motoras antagônicas e constitutivas da democracia, não significam, necessariamente, o império esquizoide da insensibilidade e do pânico, embora eles estejam presentes em certa medida, mesmo nas democracias mais avançadas. A polarização atual, por mais agressiva e feia que nos pareça, pode ser uma evolução em relação à época pós-redemocratização, em que qualquer ideia de esquerda, só por ser de esquerda, era tratada hegemonicamente como positiva, em função da predominância marxista, na crítica à ditadura de direita que havíamos vivido. Saímos da inércia daqueles tempos a partir do momento em que uma “democracia popular” do tipo venezuelano passou a ser uma possibilidade próxima, no tempo e no espaço. Lembrando que a Venezuela teve, antes de Chávez, uma tradição democrata superior a quase todos os países latinos, e um PIB per capita 5 vezes maior do que o brasileiro. Hoje, apesar de ter as maiores reservas de petróleo do mundo, sua população disputa com os haitianos o posto de mais pobre do Continente. Quanto à democracia, apesar de Lula dizer que o país vizinho a tem em excesso, resta qualificar que tipo de “democracia” é aquela.

A política não é lugar para opiniões pacificadas, mas isso não significa que as eleições sejam decididas com base no medo irracional e em artimanhas calculistas, até porque esse pânico e essa crença em esquemas explicativos da realidade muitas vezes está mais presente na minoria intelectualizada do que na massa de eleitores.

Colocar concepções ideológicas que apontam para utopias ou catástrofes no centro do debate político aponta para soluções totalitárias: tudo se torna política, inclusive as piadas, o esporte, o entretenimento. Na esteira desse quadro, não admira que figuras como Anitta tornem-se trunfos eleitorais, mobilizando mais os eleitores do que os debates sobre propostas ou planos de governo.

É de fato difícil dialogar com quem parte de pressupostos diferentes. Dialogar com Putin, por exemplo, que chama a guerra contra a Ucrânia de “Operação Militar Especial”, ou com quem culpa a minissaia pelo estupro. Putin, tecnicamente, parece não estar de todo errado, já que a guerra não foi oficialmente declarada. Esse tipo de interpretação, a substituição do mérito das provas pelas filigranas do processo formal, é bem conhecida dos brasileiros: lembremo-nos do desperdício representado pela anulação dos processos da Lava a Jato, em função de um suposto erro processual, descoberto meia década depois.

Habermas define a razão como um empreendimento coletivo, comunicacional, surgido a partir do embate entre diferentes argumentos. Dessa perspectiva, a comunicação seria um adiamento da violência: enquanto conversamos, ainda não partimos para a agressão física. Do ponto de vista liberal, qualquer pensamento e opinião, inclusive a defesa de ilegalidades, como o aborto, as drogas, o assassinato, a pedofilia, o roubo, o nazismo ou o comunismo, seria aceitável, desde que restrita ao âmbito da liberdade de expressão.

Se “a guerra é a continuação da política por outros meios”, como escreveu o estrategista prussiano Carl Von Clausewitz, então a paz é a razão, a comunicação com os adversários, a política. Isso não

significa necessariamente que a comunicação de platitudes, daquilo que é de bom-tom, politicamente correto, seja, de fato, o oposto da guerra. O politicamente correto, a novíngua, e a Polipen, a polícia do pensamento, são similares ao recalque freudiano: algo que, por seu caráter repressor e não reconhecido, pode apenas adiar e potencializar a emersão de forças descontroladas. Uma convulsão social, por exemplo.

Apesar de reconhecer legitimidade aos que defendem o poder de censura da maioria sobre a minoria (como pode ocorrer no comunismo ou no nazismo) alinho-me no campo oposto, crendo que a plena liberdade de expressão é a mais eficaz alternativa ao conflito físico, à guerra. Defender o direito de as pessoas defenderem o nazismo, o comunismo ou a guerra, não é o mesmo do que defender o nazismo, o comunismo ou a guerra.

O século passado viu teóricos como Marcuse defendendo o fim da repressão, a liberação das forças criativas. Mas desde Foucault, aliás, desde Freud, com seu “Princípio da Realidade” equilibrando o “Princípio do Prazer”, e desde muito antes deles, a humanidade reconhece a positividade da repressão: não é à toa que se reprimem certas palavras e comportamentos. O embate entre a coação equalizadora da vontade popular centralizada no Estado e permissividade do liberalismo individualista diferenciador é a essência da democracia liberal, conceito composto de termos antagônicos: a maior maioria, encarnada pelo Estado, e a menor minoria, encarnada pelo indivíduo.

A muitos parece impróprio classificar a “democracia popular” comunista, ou a “Volksrepublik” (República do povo) nazista, como “democracias”. Mas seus nomes fazem sentido, se nos lembrarmos de que os comunistas viam na ditadura do proletariado, ou seja, na ditadura da suposta maioria, uma expressão mais autêntica da democracia. Para os comunistas, assim como para os nazistas, a democracia liberal seria uma ditadura da burguesia, identificada, desde antes dos escritos de Marx, e também neles, com os judeus,

com uma elite minoritária “globalista” controladora da imprensa e dos meios de produção.

Essa concepção totalitária de democracia, vigente em países como China, Cuba e Coreia do Norte, não está em conflito com a concepção clássica, aristotélica, que divide os regimes políticos possíveis em três, e suas degenerações: 1.monarquia/tiranía; 2.aristocracia/oligarquia; 3.democracia/demagogia. O socialismo internacionalista e o socialismo nacionalista (ou racial) dizem de si próprios que sua autoridade não deriva de uma só pessoa (como nas monarquias), ou dos mais capacitados (como na aristocracia), mas do povo, da maioria. Tanto Stálin quanto Hitler eram retratados como a encarnação da vontade popular, tendo ou não o partido como mediador. A concepção leninista do Partido como “vanguarda do proletariado” foi corroborada pelo fundador do fascismo e seus seguidores, e não foi à toa que Mussolini recebeu elogios de Lênin e Gramsci, nos tempos em que o italiano, o mais importante socialista fora da União Soviética, ainda não havia se tornado competidor dos comunistas na condução das massas.

Mesmo regimes que são praticamente oligarquias, como o russo ou o cubano, ou como a necrocracia de caráter monárquico da Coreia do Norte, onde o Presidente Eterno, conforme a Constituição, continua sendo, em 2023, o falecido avô daquele que efetivamente exerce a presidência, mesmo esses regimes apontam a vontade geral rousseauiana como a fonte de seu poder, e por essa razão mantêm rituais eleitorais. Esses rituais servem para confirmar que a opinião de cada cidadão individual (fusão do súdito e do soberano, conforme a definição de Rousseau), desde que majoritária, determinará os movimentos do leviatã estatal, ou do líder supremo, seja Mao, o Grande Timoneiro, ou o Führer. Como disse Lula: “Estão lutando com um ser humano diferente. Eu não sou eu. Sou a encarnação de um pedaço de células de cada um de vocês”. Como disse Marilena Chauí: “quando Lula fala, o mundo se ilumina”.

Muitos, no Brasil e no mundo, que dizem defender a democracia (democracia popular) estão defendendo uma concepção de democracia que poderia tranquilamente ser definida como ditatorial. “Democracia”, sem um adjetivo que a qualifique (liberal ou popular) é um contrônimo: palavra que pode significar duas coisas opostas. Como se Guerra e Paz pudessem ser significadas por uma única palavra, da mesma forma que “sancionar” pode significar “apenar” ou “recompensar”, e “emprestar” pode significar “tomar emprestado” ou “dar em empréstimo”.

“Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força”: essas são as palavras de ordem do Ingsoc, partido no poder, na distopia orwelliana. No livro, um personagem, que é lexicologista, discute seu trabalho editorial na última edição do Dicionário da Novilíngua, naquele ano de 1984:

“Lá por 2050 – ou antes, talvez – todo conhecimento real da Velhafala terá – provavelmente antes – todo conhecimento da velha língua terá desaparecido. Toda literatura do passado terá sido destruída. Chaucer, Shakespeare, Milton, Byron existirão somente em suas versões em Novafala, em que, além de transformados em algo diferente, estarão transformados em algo contraditório com o que eram antes. A literatura do Partido será outra. Os slogans serão outros. Como podemos ter um slogan como “Liberdade é escravidão” quando o conceito de liberdade foi abolido? Todo o clima de pensamento será diferente. Na verdade, *não* haverá pensamento tal como o entendemos hoje. Ortodoxia significa não pensar – não ter necessidade de pensar. Ortodoxia é inconsciência”.

Guerra e Paz: guerra como o oposto do isolamento provinciano. Guerra é paz: a fluidez dos conceitos levada ao paradoxo, ao contrônimo.

O debate sobre o significado dos argumentos e das ideologias nos leva a polêmicas infinitas. Mas enquanto permanecermos no campo do debate, enquanto pudermos expressar livremente nossos pensamentos, acho que estamos no melhor caminho. Há quem discorde.

Alessandro Gagnor Galvão é Bacharel em Jornalismo (UnB) e Mestre em Antropologia Social (UnB), com MBA em Gestão Internacional de Projetos (FGV/SP – UC/Irvine).

Agradece a Vítor Sales, Fernando José Coscioni, André Magnelli, e Maristerra Lemes pelos insights que o ajudaram a escrever este artigo.

Os Três Pilotis do Plano Piloto

Jorge Guilherme Francisconi¹

Resumo

O Plano Piloto do Distrito Federal abriga funções administrativas federais e distritais, é Patrimônio Cultural da UNESCO e é o coração de metrópole regional. Cada função (piloti) tem seu impacto no planejamento e gestão de plano-piloto inventado e depois revisado por Lucio Costa. O texto descreve e avalia origem e evolução de cada função ou piloti, trata do cenário atual bem e aperfeiçoamento e integração dos três pilotis que sustentam o Plano Piloto.

1 PhD em Ciências Sociais pela Maxwell School of Public Administration and Citizenship, Syracuse, NY, EEUU. Professor da UFRGS, UnB, FGV, Université de Paris, CNAM (Paris). Arquiteto pela FAU/UFRGS (1966), Master in Regional Planning – MRP (1968) e PhD em Ciências Sociais pela Syracuse University (1972), dedica-se ao fortalecimento da teoria com a prática do saber urbanístico. Como acadêmico: professor na FA/UFMS, na FAU/UFRGS, FAU/UnB e FGV; criou e dirigiu mestrado (PROPUR/FAU/UFRGS; coordenou o PG/FAU/UnB; Professor-Convidado da Universidade de Paris em Créteil e de Chaire do CNAM (Paris e Montpellier). Participou de bancas de Mestrado e Doutorado no Brasil e no exterior, publicou livros e artigos. Como profissional liberal presidiu a AXIS Consultoria Urbana. No Governo Federal foi Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (SE/CNPU), Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU/MT), Coordenador de Política Urbana da SEPURB/MINIPLAN, Diretor Geral do DENATRAN/MJ. Presidente da Fundação Leão XIII no RJ. Consultor do PNUD junto ao governo de Moçambique e do BID junto ao Senado do Panamá; Coordenador da Equipe de Assistência Técnica do Banco Mundial para Programa em Transportes Urbanos do FONTUR/MI, na Venezuela; Diretor-Geral do DENATRAN/MJ; Diretor-Técnico da TERRACAP/GDF. Membro do IHGDF, ICOMOS/DF e Núcleo Cidade Regulação, arq.Futuro e INSPER. Na administração de Brasília foi (i) Membro, por “notório saber”, do Conselho de Planejamento (CONPLAN/DF) durante oito anos, (ii) Assessor e Consultor Técnico na elaboração de PDOTs (Gestão Maria Abadia e Governo Arruda), e (iii) Diretor Técnico da TERRACAP/GDF (2013/2015), quando, com Ludmila Dias Fernandes, coordenou a elaboração de “BRASILIA Capital Federal – Estudo e Proposta para Consolidação do Eixo Monumental de Brasília”, TERRACAP/GDF (2015).

Abstract

The Plano Piloto of the Federal District houses federal and district administrative functions, is listed in UNESCO's Cultural Heritage list and is the heart of the regional metropolis. Each function (piloti) has its impact on the planning and management of a pilot-plan invented and later revised by Lucio Costa. The text describes and evaluates the origin and evolution of each function, deals with the current scenario and the improvement and integration of the three pilotis that support the Plano Piloto.

Inventado por Lucio Costa e inaugurado em 1960 como Nova Capital e “civitas” do Brasil, o Plano Piloto foi incluído na lista de Patrimônio Cultural da UNESCO em 1987 e gradualmente tornou-se o coração de metrópole do Centro-Oeste. Estas três funções são como que pilotis de sustentação do Plano Piloto, por ora desarticulados na medida em que o plano de preservação urbanística (PPCUB) do Plano Piloto ignora a nobreza funcional e urbanística que está na gênese da “civitas” nacional e se debate quanto ao conceito de Patrimônio Urbanístico que deve adotar. Em paralelo, “cidades satélites” do DF, com 2,8 milhões de pessoas, seguem Plano Diretor de Ocupação Territorial (PDOT) que ignora uma dinâmica urbana em que o Plano Piloto é a cidade central da metrópole.

O fortalecimento e integração funcional dos três pilotis é fundamental para que o Plano Piloto e as cidades satélites se desenvolvam sólida e sustentavelmente mediante esforço coletivo integrado. Nas páginas que se seguem há um breve relato sobre origens e fundamentos de cada piloti, seguido de sugestões sobre o que fazer para fortalecer e integrar as atividades específicas e aperfeiçoar a qualidade de vida oferecida à população.

Os motivos para fortalecer e integrar os três pilotis são, primo, preservar, fortalecer e divulgar a excepcionalidade do urbanismo e da arquitetura modernista de Brasília no cenário mundial e, depois, atender àqueles querem conhecer a história e os valores da Nação

brasileira. Desta forma fortalecendo a auto-estima e a qualidade de vida da população bem como criando novas fontes de renda para quem mora no Distrito Federal.

O primeiro projeto do plano-piloto, que está na origem do atual Plano Piloto, corresponde a proposição de José Bonifácio de Andrada, em 1821, da construção de Capital Nacional distante do litoral. A intenção que foi inserida na Constituição Federal de 1891 e levou à definição de território para sua construção pela Missão Cruls, no ano seguinte. Meio século depois foi criada a “Comissão de Localização da Nova Capital” e, em 1955, a equipe técnica liderada pelo Mal. José Pessoa escolheu o “sitio castanho” como melhor alternativa e já no ano seguinte JK incluiu a construção de Brasília como “*Projeto Meta-Síntese*” de seu programa desenvolvimentista “50 anos em 5.” No mesmo ano JK escolheu Oscar Niemeyer para coordenar o concurso de plano-piloto restrito a técnicos nacionais e vencido por Lucio Costa, em 1957. Sua genial concepção para Nova Capital Federal era a única, segundo Sir William Holford, “*cuja essência urbana conferia grandeza à nova capital*” e “*era uma verdadeira obra de arte.*”

Ainda em 1957, a NOVACAP acolheu sugestões da própria Comissão de Julgamento e refez o plano-piloto de Lúcio Costa. O novo plano, chamado de Plano Piloto, aproximou a cidade do Lago Paranoá, alterou a localização e/ou suprimiu várias funções urbanas do plano-piloto. Com isso ampliou a distância entre o Eixo Rodoviário e a atual EPIA, mas sem alterar os fundamentos modernistas de Lucio Costa que Niemeyer depois enriqueceu com sua escultórica e genial arquitetura. Esta a gênese de “cívitas” que atraiu a atenção mundial pela criatividade, simbolismo e monumentalidade do urbanismo e da arquitetura modernista. Nas palavras de Lucio, “Brasília era “cívitas” possuidora dos atributos inerentes a uma capital,” a “monumentalidade como expressão palpável e consciente daquilo que vale e significa”.

Com Plano Piloto aprovado em Lei Federal e inaugurada em 1960, Brasília incorpora-se à capitais tradicionais como Paris, Seoul, Moscou, e à capitais planejadas como Otawa, Camberra e Washington, que por serem cidades-capital desenvolvem papel vital no estabelecimento da identidade nacional a partir de sua importância simbólica, política, cultural e emocional para a população do respectivo país.

Os valores do Plano Piloto foram conceitualmente fortalecido em meados de 1961, quando Lucio Costa inventou a teoria das “escalas urbanas” para comprovar a “escala humana” de sua “civitas” modernista. A teoria permitiu delimitar o território das escalas monumental, gregária, habitacional e bucólica no Plano Piloto, mas sem definir, como não definiu até hoje, o conceito de cada escala com a precisão jurídica exigida por leis de planos diretores e normas urbanísticas. E na medida em o Plano Piloto não contava com marcos jurídicos sólidos, alterações eram feitas a partir de decretos do GDF. Algumas como meras acomodações, como a ligação Norte-Sul da W3 e L2. Outras alteravam fortemente o projeto original da “civitas”, como o Parque da Cidade criado por decisão do Presidente Geisel, nos anos 70, quando arbitrou disputa entre o Governo do DF e o DASP sobre área residencial para militares e optou pela criação do “maior parque urbano do mundo” e de Setor Octogonal para militares. Nesta década, para atender ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979), foi elaborado e aprovado o Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal (PEOT/DF), que não incluiu o Plano Piloto.

Na década dos 80, o vigoroso crescimento de Brasília levou o Governador José Ornelas, por sugestão de Tania Battella e Luiz Alberto Cordeiro, a contratar Lucio Costa para que fizesse um “check up” do Plano Piloto que “inventara” – como dizia ele. Sua avaliação está em “Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)”, a qual foi concluída pouco antes de José Aparecido de Oliveira tomar

posse como governador do DF e de convidá-lo para apresentar sugestões sobre o futuro do Plano Piloto. Surge então “Brasília Revisitada 1985/87,” em que Lucio atualiza o Plano Piloto de 1957 e propõe medidas para consolidar o patrimônio urbanístico e atender demandas habitacionais mediante a construção dos Setores Sudoeste e Noroeste, e de Quadras Econômicas em Estrada Parque do DF. Seu objetivo sendo o de revigorar “*cívitas*” cujo “pedigree” considerava consolidado.

Suas propostas surgiam em meio ao intenso crescimento populacional do DF e a fortes conflitos entre políticos e empresários da construção civil contra os muitos que defendiam a preservação rigorosa dos padrões urbanísticos de Lucio e projetos de Oscar na arquitetura. A falta de acordo entre as partes e a necessidade de preservar o urbanismo modernista da jovem “*civitas*” levaram José Aparecido a mudar o patamar do debate e consultar o Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO quanto a inclusão do Plano Piloto na lista de Patrimônio da Humanidade. Em maio de 1987, a UNESCO avaliou o pedido e exigiu do GDF uma “política para preservação urbanística de Brasília”. Surge assim o Decreto 10.829 de outubro de 1987, com 16 artigos que tratam das quatro escalas urbanas mais “Anexo I – Brasília Revisitada” – texto de Lucio, similar ao anterior, que atende às exigência da UNESCO. A inclusão do Plano Piloto sendo aprovada em meados de 1987.

O Decreto 10.829/87 foi elaborado em regime de urgência, o que explica o inusitado Anexo I, que complementa os artigos da lei e ignora o formato jurídico adotado na legislação brasileira. O texto de Lucio trata de inúmeros temas, indica novas áreas para urbanização e define medidas para preservação do patrimônio. Desta forma Lucio Costa atualizou seu Plano Piloto e consolidou Brasília Revisitada como plano diretor multisetorial urbano, orientado para o futuro. A indicação de diretrizes urbanísticas para o planejamento do território desaparecem nos Plano de Preservação e Conservação Urbanístico

de Brasília seguintes, com PPCUBs que ignoram a importância de aperfeiçoar cada escala urbana a partir da dinâmica inerente à uma Capital Nacional que é Patrimônio Cultural da Humanidade e núcleo central de uma metrópole. Ao longo do tempo, os PPCUB promovem um preservacionismo mais restritivo do que aquele preconizado por UNESCO e IPHAN e desta forma fortalecem o Piloto II e reduzem a importância dos Pilotis I e III.

Nas décadas seguintes, novas correntes de pensamento avaliaram o futuro de Brasília e a função de Capital Nacional foi revigorada quando Joaquim Roriz, primeiro governador eleito do DF, contratou Oscar Niemeyer para elaborar projeto de Museu Nacional e Biblioteca Nacional, inaugurados em 2006. Os dois prédios integravam o Monumenta Brasília – Conjunto Cultural da República, que ocuparia as áreas norte e sul do Setor Cultural, as quais estariam devidamente interligadas por túneis e espaços comerciais, em praça rebaixada e construída a céu aberto, na área central da Esplanada. A ousada proposta de Oscar consta no PPCUB ora em discussão (2023) e foi sustentada pelo IPHAN quando decidiu, em 1992, que “propostas para novas edificações encaminhadas” por Lucio e Niemeyer constituíam “complementações necessárias ao Plano Piloto original.” Esta Resolução favoreceu Niemeyer, que com seus prédios para Tribunais Superiores fortaleceu sua presença no “skyline” do Plano Piloto e desfez a hierarquia morfológica original. Lucio Costa não se valeu da prerrogativa, mesmo quando da Nota Técnica de Maria Elisa Costa ao IPDF/GDF, em 1997, para atualizar o polígonos da escala urbana monumental.

O Governo Roriz também fortaleceu Brasília como Capital Nacional quando, em 2003, aderiu ao “Capitals Alliance”, fórum de gestores de capitais mundiais criado para troca de ideias e experiências próprias de “civitas” nacionais. Brasília compareceu à reunião de Washington, cujo Mall atrai mais de 20 milhões de pessoas/ano e onde modelos de gestão e projetos multi-setoriais foram deba-

tidos, com Camberra e Otawa – duas jovens capitais similares ao Plano Piloto – expondo seus planos para fortalecer suas condições de “cívitas” de Canadá e Austrália. Outros temas debatidos foram os modelos de gestão público-privada para financiar e administrar diretrizes e planos multi-setoriais, mobiliário urbano, qualidade ambiental, segurança em vias e parques, e atividades culturais, artísticas e eventos. O objetivo comum do fórum era fortalecer a identidade e simbolismo nacional de cada “cívitas” para fortalecer a imagem e difundir os valores de cada nação, assim como atrair eventos e turismo cívico e internacional para gerar renda e emprego. Um conjunto de atividades que corresponde ao Piloti I.

Quando o “Capitals Alliance” reuniu-se em Brasília (2004), Camberra descreveu seu projeto para resolver o problema que enfrentava, similar ao de Brasília, de “cívitas” com museus, parques e espaços simbólicos vazios e sem visitantes. A resposta consistindo em distribuir manuais sobre a “cívitas” para crianças em todo país e convidando a todos para que viessem conhecer a cultura e a história da Austrália. Com isso incentivando o turismo-cidadão e a realização de eventos nacionais e internacionais. Brasília também expôs algumas atividades pontuais decorrentes de sua condição de Capital Nacional.

Nas décadas seguintes consolidou-se o paradoxo de a opinião pública, mídia, academia e administradores do DF darem mais importância à preservação “engessada” do patrimônio urbano do Plano Piloto (Piloti II) do que às funções e responsabilidades de Capital Nacional (Piloti I). Fotos exaltando a beleza ambiental e arquitetônica e textos laudatórios e algo saudosistas passaram a dominar a mídia e as redes sociais, enquanto o poder público (GDF) ignorava o simbolismo e importância do Eixo Monumental e transferia a sede do Poder Executivo distrital para Ceilândia. Mais recentemente, a concessão e usos observados no Centro Esportivo enfraqueceram o Piloti I, além da descontinuidade do corredor ecológico que integrava o Parque Burle Marx com o Parque da Cidade.

O Piloti III do Plano Piloto corresponde ao de núcleo (“cuore”) da constelação de cidades conurbadas e de natureza metropolitana do Distrito Federal, e à de cidade-pólo de RIDE esquecida pela União. Como coração e núcleo de metrópole regional, o Plano Piloto recebe escassa atenção de políticos, gestores públicos, técnicos e burocratas. No âmbito do planejamento e gestão territorial, a legislação que rege o ordenamento do Distrito Federal (PDOT) não inclui o Plano Piloto, que por sua vez segue um PPCUB que ignora a existência de seu entorno. Na âmbito do legislativo, o Plano Piloto pesa pouco porque sua população, cerca de 10 por cento do total do DF, tem escasso peso eleitoral. Não surpreende, portanto, que o total de assessores de cada deputado distrital seja bem maior que o número de funcionários do GDF dedicados à gestão e preservação dos bens registrados e de bens tombados, e à milhares de documentos e peças de nosso patrimônio cultural. Ou que o planejamento urbano e o de transporte público ignorem a integração funcional do Plano Piloto com o restante do DF no que se refere ao uso do solo ou à integração modal nos transportes públicos e na mobilidade, dentre outros.

O fato é que, nos dias de hoje, a vitalidade do sexagenário Plano Piloto exige gestão político-administrativa, iniciativas da população e projetos que fortaleçam e integrem seus três Pilotis. A preservação do patrimônio histórico precisa estar acoplada às atividades e valores urbanísticos inerentes à condição de Capital Federal e ao fomento aos setores da cultura, turismo, gastronomia e eventos. Com isso fortalecendo a arte popular, comércio, hotéis, restaurantes e a gastronomia que o turismo-cidadão e turismo internacional exigem e que promovem a geração de emprego e renda para as micro-empresas, trabalhadores autônomos e profissionais que integram a base econômica do Distrito Federal.

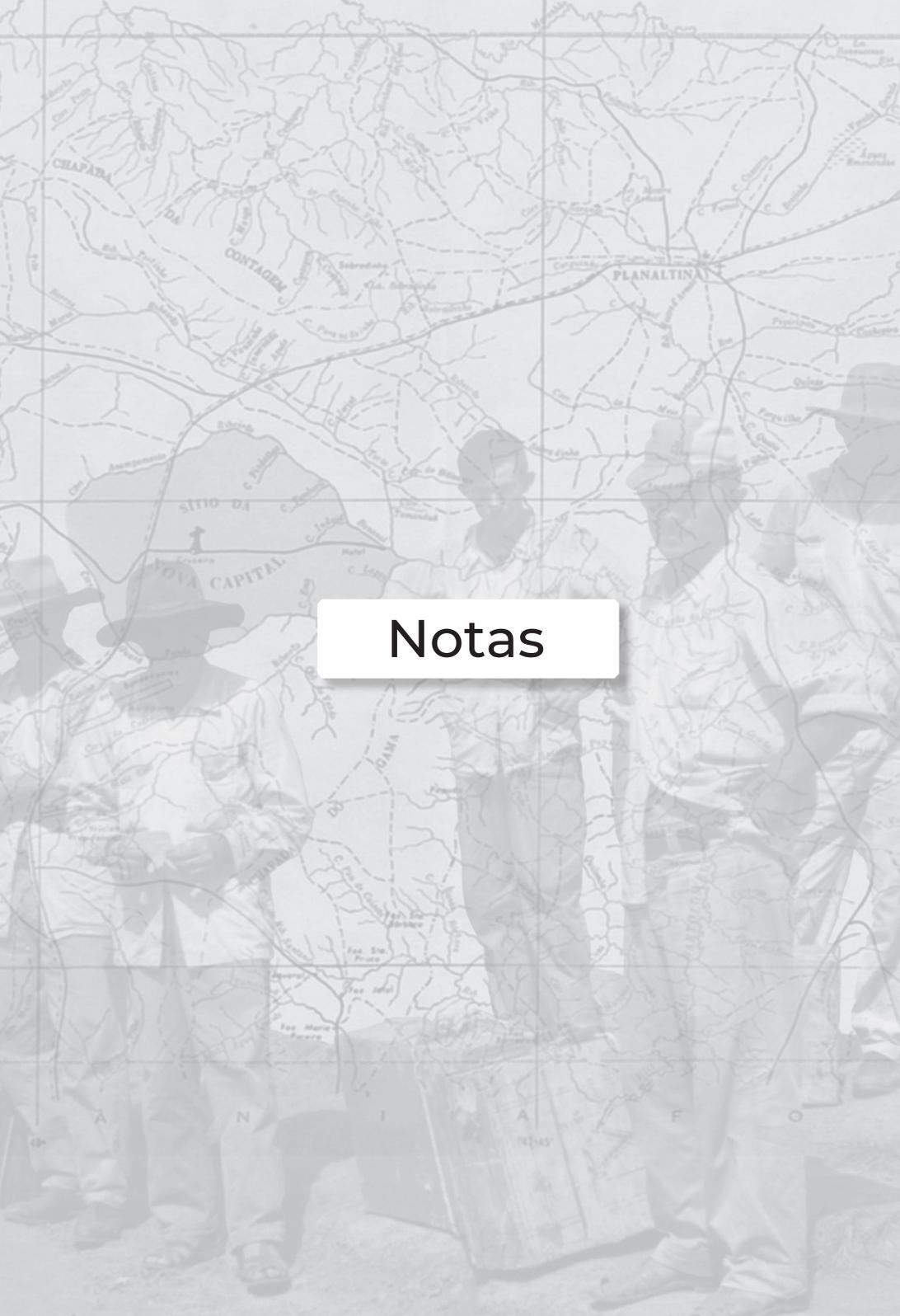
Para reforçar o *simbolismo cultural* da “cívitas” cumpre, por exemplo, criar e qualificar museus dedicado à história da construção de Brasília. Ou dedicados à cultura brasileira, como seria um Museu

do Falar Regional similar ao da Língua Portuguesa em São Paulo. Ou criar espaços públicos dedicados a temas, momentos e nomes de nossa história.

O *simbolismo do urbanismo* seria fortalecido com rampa entre a Praça do Três Poderes, símbolo de nosso modelo político, e o Bosque dos Constituintes, símbolo da Constituição que sustenta a jovem democracia brasileira. Uma democracia que está ausente da morfologia simbólica do Eixo Monumental do Plano Piloto. Além disso, há muito o que fazer para atualizar e qualificar o urbanismo da Capital Nacional. Como exemplo, a revisão do uso de áreas destinadas à funções urbanas que caducaram, como o setor de garagens na Esplanada dos Ministérios. Ou a retirada de quiosques com qualificação dos espaços urbanos e ambientais ao longo Eixo Monumental; ou a atualização dos polígonos das escalas urbanas. Cabe também promover gestão pública que beneficie a cidadania, com calçadas, arborização, ciclovias e mobiliário urbano de qualidade em todo Plano Piloto. Quanto ao futuro, planejar significa decidir sobre o Plano Piloto que se quer. para reduzir malfeitos de casuísmos oportunistas. Para isso cabe aos urbanistas e ambientalistas promover planejamento territorial que resulte em urbanização qualificada e adequada na ocupação do Plano Piloto. Mais especialmente quando envolva o simbolismo de nossa “civitas”, como ocorre com a área da estação rododiferroviária, que é o “umbigo” viário da metrópole e portal oeste do Eixo Monumental. Condição similar ao La Defense de Paris e ao Memorial de Lincoln no Mall de Washington.

Em síntese, o Plano Piloto responde por tríplice responsabilidade: é Capital Nacional, é Patrimônio da Humanidade, é coração de metrópole regional. Promover a integração dos três pilotis é responsabilidade de todos aqueles que conduzem planos e políticas públicas, investimentos privados, atividades de organizações sociais e da mídia e é condição “sine qual non” para que o Plano Piloto desenvolva suas potencialidades. O desafio consiste em promover

plataforma político-administrativa que dinamize o Plano Piloto que Lucio inventou, JK implantou – hoje metrópole regional e “civitas” da nação brasileira.



Notas

A

N

I

A

F

O

Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília

Senhores Congressistas, sejam bem-vindos a Brasília, a cidade que fizemos para vocês

Wílon Wander Lopes¹

A PRINCÍPIO, me parece importante uma explicação. Homenageados com o honroso título de Cidadãos Honorários de Brasília, criamos nossa Confraria – a qual tem como objetivo básico “*promover os valores de Brasília e do DF, defendendo-os quando necessário*”. É o que, com a responsabilidade de presidir nossa entidade, tão legitimamente brasiliense, vou tentar fazer com este artigo.

BRASÍLIA E AS CIDADES do tão estranho Distrito Federal (o que é isto?) estão abandonadas. Não têm quem defenda seus valores e interesses diretamente. Como todo mundo sabe, todas as cidades do Brasil têm seu Prefeito e sua Câmara de Vereadores. Menos as cidades do atual Distrito Federal. No Rio, a antiga capital, tinha. Aqui, cérebro das altas decisões nacionais, centro da política brasileira, não. Uma baita incoerência – até mesmo constitucional. Cadê a Democracia?

NA ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO, muita gente pensava em parar as obras, a fim de continuar a capital no Rio de Janeiro. Um fator preponderante: os funcionários federais, que foram transferidos à força para a nova capital, não queriam perder as delícias da Cidade

¹ **Wílon Wander Lopes**, Preside a Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília. Advogado e jornalista, vive no Planalto Central desde 1959. E-mail: wilonwander@gmail.com; Telefone: (61) 9 99752121.

Maravilhosa. Se não viessem, perderiam seus empregos – e enormes salários. Suas famílias não concordavam em acompanhá-los. Para conseguir que a capital federal funcionasse, o governo lhes deu benefícios e mordomias que nenhum outro funcionário ganhava, como foi a chamada “*dobradinha*”. Ou seja, a maioria da população da nova capital não queria morar aqui. Tudo isso gerou uma baita energia negativa contra Brasília.

QUANDO SE ANUNCIAVA a finalização das obras principais, especialmente a Praça dos Três Poderes, o incrível Presidente JK, um homem que tinha vivido grande parte de sua vida em uma cidade do interior, a mineira Diamantina, lembrou que estava faltando, por aqui, a organização municipal da cidade que fizera – a incrível e gloriosa Brasília, chamada, na época, por seus moradores, que viviam em uma espécie de maquete, uma obra em construção, de Plano Piloto. Bem apropriado o nome...

AI, PRONTAMENTE, Juscelino editou a Lei 3.751, de 1960, onde criava as figuras de **prefeito** e **vereadores** para o novo DF (veja abaixo). Daí a pouco, veio o estranho e oposicionista governo Jânio, com manias estranhas, que pensava voltar a capital federal para o Rio. Em seguida, veio a Ditadura Militar, que não gostava de voto. E a providencial lei de JK ficou no esquecimento. Até hoje. O absurdo era tanto que o incipiente Distrito Federal/Brasília não tinha nem a representação estadual e federal, como todas as demais unidades da federação. Também faltou a Brasília e a suas chamadas cidades-satélites uma Guarda Municipal, como existem na grande maioria dos municípios brasileiros.

O QUE FAZER? Foi difícil – mas foi feito. A partir de Taguatinga, juntamos advogados e empresários, na OAB, que eu presidia, e na ACIT – Associação Comercial de Taguatinga, onde eu era diretor, para encetar uma campanha para eleger nossos representantes políticos. E essa iniciativa também tomou entidades de Brasília, como era a Associação Comercial, presidida pelo saudoso Lindberg Cury.

Com a nossa luta, a partir da Constituição de 1988, o DF ganhou governador, senadores, deputados federais e uma tal de Câmara Legislativa, órgão que só existe no tal Distrito Federal. Não é estranho? Mais um desafio para os brasilienses que construíram em apenas três anos a secular sonhada capital.

E AGORA, O MAIS SÉRIO. Os acontecimentos de 8 de janeiro, logo após a posse do novo governo, contra prédios federais, sedes dos Três Poderes – e, muito especialmente, o violento e esquecido terrorismo, sem dúvida profissional, de 12 de dezembro, ainda no governo anterior, que aconteceu bem no centro da nossa cidade, botaram em real perigo seus habitantes – inclusive congressistas, funcionários, ministros, e até embaixadores – que trabalham e vivem em Brasília, por ser a capital federal. Tanta violência, inédita no Planalto Central, praticada apenas só por gente de fora enfurecida, deixaram claro que **Brasília foi quem mais sofreu com tais atos!!!**

NOSSA GENTE, que enfrenta sérios problemas de transporte, todos os dias, muitos vindos até de outros Estados para que Brasília funcione, penou – e pena muito ainda! E o pior é que, depois das falhas gritantes da nossa segurança com relação aos violentos atos dos dias 12 de dezembro e 8 de janeiro, até a nossa polícia, acusada por uns de ter sido omissa, por outros de ter sido conivente, ficou com medo... E com razão. Além das forças de segurança terem sido envolvidas na radicalização política, dois castigos aconteceram: foi preso o Secretário de Segurança e afastado o Governador do Distrito Federal. Brasília foi violentamente agredida e, por incrível que pareça, depois da violência, a vítima é que foi castigada!

OUTRO PROBLEMA: nossa cidade é chamada de “*Capital da Corrupção*”, em todo Brasil, em função de condenáveis atos praticados por alguns dos representantes políticos que todos os entes federativos mandam para cá. Há poucos dias, um parlamentar de São Paulo, sem mais nem menos, até desrespeitando seus colegas do DF, escolheu com Brasília, da tribuna da Câmara. Mas o tema

já ficou tão comum que nem a imprensa do DF deu destaque ao assunto. A gente de fora, especialmente os maus políticos, adoram falar mal da cidade que tão bem os abriga. Uma baita ingratidão com a nossa gente.

O MAIS CHATO é que tal injustiça, muitas vezes repetida, para desgosto dos brasilienses, traz problemas sérios, agora que o Congresso Nacional, cuja base é Brasília, enfrenta péssima energia ao pretender analisar os atos antidemocráticos, praticados aqui só por gente de fora. Tais forasteiros voltarão para pressionar a cidade, inclusive os congressistas, como aconteceu nos dias 12 de dezembro e 8 de janeiro. Só gente de fora violentou o centro de Brasília e a Praça dos Três Poderes. Fatos parecidos acontecem muitas vezes fora de Brasília: só por terem placas do DF, carros daqui são violentados...

É PRECISO DIZER que mais de mil pessoas de fora, consumindo nosso dinheiro público e policiais que deveriam estar cuidando da nossa segurança, estão presos, em flagrante delito, em nossa Brasília, por isso chamada de “*campo de concentração*” em todo o Brasil. Ainda falaram em acabar com nossa representação política, em absurda iniquidade com todos os demais entes federativos, que elegem seus representantes políticos, e com o nosso Fundo Constitucional que, somado aos impostos do DF, ajuda a manter a capital federal, a qual presta serviços para a União. Quanta injustiça com a vítima!

FEITO ESTE DESABAFO, a Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, em nome dos brasilienses, com toda a legitimidade, proclama: Senhores Congressistas, **o Brasil precisa de vocês**. Cuidado com as radicalizações. Isso está fazendo muito mal à gente brasileira. Evitem o ódio. Pratiquem o diálogo. Como todos vocês bem sabem, **a política é a arte de proporcionar o bem viver**. Que Deus lhes dê equilíbrio e paz para as importantes decisões que vão tomar neste esperançoso ano de 2023.

NO MAIS, sejam bem-vindos a Brasília, a cidade que, com nossa vida, **fizemos para vocês!**

LEI Nº 3.751, DE 13 DE ABRIL DE 1960 – Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

DA CÂMARA DO DISTRITO FEDERAL

Art. 6º – O Poder Legislativo será exercido pela Câmara do DF, composta de **vinte vereadores**, eleitos pelo povo, por ocasião das eleições para o Congresso Nacional.

Art. 19 – O Poder Executivo será exercido pelo **Prefeito** do Distrito Federal, que será nomeado... pelo Presidente da República... demissível ad nutum.

Brasília – DF, em 13 de abril de 1960. Assina **Juscelino Kubitschek**, Presidente da República.

Mudanças climáticas afetam o ambiente inteiro¹

Aldo Paviani²

Desde os anos 1990 até hoje temos grande divulgação pela mídia das mudanças climáticas que estão sendo notadas no planeta. Aqui e ali, se verificam intensas análises de como ao longo do tempo, temperatura, a umidade e os componentes do clima estão afetando regiões com maior ou menor impacto. Na Ásia, países enfrentam ora secas catastróficas ou enchentes que dizimam cultivos agrícolas, a criação de gado e afetam vilas e cidades e seus arredores. Para a proteção das populações, às vezes os governantes devem tomar medidas protetivas com urgência, pois alguns fenômenos acontecem rapidamente, da noite para o dia.

No Brasil, inclusive, acontecimentos trágicos começaram a surgir, deixando rastro de vítimas e danos materiais em algumas regiões e mais intensamente no estado do Rio Grande do Sul. Nesse estado, houve enchentes em cidades, como Roca Sales e Muçum, onde se registraram mais de 40 óbitos e destruição de lavouras e mortes de animais. Outros eventos, que não havia há alguns anos como ciclones fizeram um quadro de destruição nunca antes acontecido. A meteorologia procura algoritmo capaz de antecipar essas tragédias e reduzir o risco para vidas de seres vivos, principalmente de humanos. Mas, ao que se sabe pela mídia é que essa ajuda só pode acontecer

1 Artigo alterado do que foi publicado no *CORREIO BRAZILIENSE*, em 22/09/2023, p. 11.

2 Geógrafo, professor emérito e professor titular da Universidade de Brasília.

alguns minutos antes do evento catastrófico. De todo modo, para regiões já afetadas esse alerta já faz alguma diferença na salvação de vidas e de bens passíveis se serem atingidos.

De outro lado, as chuvas intensas têm provocado aumento do nível de represas fazendo algumas transbordar e também a provocar notícias falsas (fakes) que amedrontam populações abaixo da represa. Disseminou-se informação falsa de que as comportas de barragens seriam abertas ao mesmo tempo em três geradoras de energia hidráulica, o que provocaria estragos enormes em localidades abaixo dessas barragens. Esse fato causou severos prejuízos materiais e psicológicos nessas populações. Todavia, aos poucos a verdade dos fatos desfez as inverdades e os moradores voltaram à vida normal e aos seus afazeres cotidianos. Rádios, jornais locais cooperaram em desfazer boatos, junto aos esforços e autoridades no sentido de que nada de mais ocorreria em função das chuvas contínuas. As enchentes podem ser devastadoras e causar danos. Os que moram em vales, ao longo do tempo, sabem recuperar os efeitos das enchentes e seguir em frente para recuperar o que perderam. E também desmentir as notícias alarmantes e/ou falsas.

Então, caberá analisar a quem servem os que divulgam mentiras. Amedrontar moradores não ajuda a superar a inclemência do tempo. Pelo contrário, as inverdades acabam se esvaindo pelo decorrer do tempo e ação dos que estão investidos de cargos públicos e a quem compete zelar pela tranquilidade dos habitantes de vilas e cidades próximas aos rios afetados em seu volume de água amedrontador. Há um lado da devastação que é ignorado porque pouco levado em consideração, que o solo fértil carregado pela correnteza dos rios. Estes, por onde passam, em seu ímpeto, transportam a superfície fértil e o húmus e se tornam barrentos e prejudiciais aos cultivos e à criação de gado. As represas também são afetadas porque o solo trazido pelos rios acima pode reduzir a lâmina de água armazenada.

Não se tem medida para evitar esse aspecto do que ocorre a respeito, a não ser a dragagem, cara e demorada de realizar, mesmo sendo super necessária.

Pelo que se descreveu, os fenômenos naturais causam inúmeros prejuízos mundo a fora e alguns cientistas procuram formas de se anteceder a esses fatos para atenuar ou mesmo anular perdas e danos. Isso, contudo, é tarefa para muitos anos à frente, quando satélites artificiais apropriados estejam na órbita terrestre fornecendo dados com a rapidez necessária para que se tomem medidas condizentes para evitar complicações nas infraestruturas ou ambientes urbanos. Então, tecnologias avançadas darão as necessárias medidas protetivas para evitar catástrofes.

A vida se renova pelo trabalho incessante e notáveis acontecimentos favoráveis à humanidade e aos que sofreram com a inclemência do tempo serão observáveis em todos os recantos, tal como acontece após as chuvas intensas no Rio Grande do Sul. Por fim, reproduz-se notícia da mídia, a seguir: “Último boletim divulgado pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul, às 12h desta 6ª (8.set), indica que 46 pessoas seguem desaparecidas, 3.046 estão desabrigadas, e 7.781 desalojadas no Estado. Na cidade de Muçum, no Vale do Taquari, o número de mortes é maior, são 15 no total. Roca Sales vem em seguida, com 10 vítimas até o momento.

Em vista disso, o governo federal e o BNDES destinaram para o Rio Grande do Sul recursos importantes para o soerguimento social e econômico do Estado, o que será importante para a área dos pampas. Também se espera que cessem as chuvas e se modifiquem as condições atmosféricas para os próximos dias.



Resenhas

A

N

I

A

F

O

Lisábria de Jesus, ou o Estigma de Cam; romance desconcertante de Alan Viggiano

João Carlos Taveira¹

Em outubro de 1990, quando um grupo de seis escritores, uma intérprete e um editor viajamos a Miami para participar da 7.^a Feira Internacional do Livro, a famosa “Miami Book Fair”, ali realizada em praça pública, numa aventura digna do Exército de Brancaleone – para dizer o mínimo do surrealismo em que estávamos envolvidos –, Alan Viggiano deu-me para ler os originais de *Lisábria de Jesus ou O Estigma de Cam*, que havia acabado de ganhar o Prêmio Afonso Arinos, na categoria romance, da Academia Brasileira de Letras. Um livro bem diferente daquele que foi publicado anos depois. A história de Lisábria era basicamente a mesma, porém estava escrita – e muito bem escrita, é bom que se diga – em linguagem linear, convencional.

Pois bem. Os textos originais, devidamente avalizados por uma comissão de alto nível, precisavam apenas de um bom editor para tornar público aquele romance espetacular e um tanto inusitado. Àquela altura dos acontecimentos, qualquer autor teria se dado por satisfeito, dedicando-se única e exclusivamente ao processo de edição. Afinal, tratava-se de um livro bem escrito, que agradara não só os

¹ Mineiro de Caratinga, é poeta, ensaísta e crítico literário. Pertence à Academia Brasiliense de Letras, à Associação Nacional de Escritores e ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em que ocupa a Cadeira n.º 70 — patrono Tomás Antonio Gonzaga. É e colaborador do **Jornal Opção**, de Goiânia-GO.

acadêmicos como também um punhado de amigos que haviam lido e dado suas opiniões favoráveis. Inclusive eu, que já havia demonstrado todo o meu entusiasmo diante daquela obra, pois fui dos primeiros a conhecer seus originais.

Mas, para o Alan, a coisa não era bem simples assim. Ao que parece, não se dera por satisfeito. E dava a entender que aquele “trem” lhe incomodava os ânimos, corroía-lhe as entranhas e queimava-lhe as vísceras. Já havia escrito e publicado mais de uma dezena de livros e, entre eles, dois romances. Portanto, um livro a mais, um livro a menos, dá na mesma, deve ter pensado este homem de poucas palavras, de gestos largos, mas comedidos e de ideias fervilhantes. E, no seu jeito ensimesmado, deixou o tempo passar, dando a impressão de que devolvera o *Lisábria de Jesus* ao fundo da gaveta. Sempre que alguém lhe perguntava pelo romance, o mineirão de Inhapim desconversava dizendo que o havia mandado para certa editora e que aguardava resposta. Com isso, os anos foram se passando. E só no fim de 1999, depois de muito mistério, de muita expectativa, *Lisábria de Jesus ou O Estigma de Cam* finalmente veio a público, numa edição caprichada de André Quicé Editor. Alan havia acabado de quebrar a perna do capeta. E com uma só cajadada.

Diante de uma desconcertante surpresa

Quando abri o livro para aquela tradicional folheada de reconhecimento do terreno, pensando que ia apenas reler o texto que conhecera dez anos atrás, quase caí da cadeira, tamanho o susto que aquela encrenca de livro estava me pregando. “Diabos, mas esse não é o Lisábria que eu conheço”, disse a minha mulher. “O Alan deve ter ficado zureta” – exclamei, com ares de quem estava meio perdido, debatendo-me na mais completa ignorância. Só um sujeito maluco, pensei, seria capaz de reescrever aquela história inteira, não deixando pedra sobre pedra, ou melhor, palavra sobre palavra.

E foi assim que tive o prazer de ler tudo de novo, para concluir que a Arte é muito mais do que aquilo a que estamos acostumados. É preciso ter a mente e o coração abertos para o novo, pois só o novo redime e transforma. Só o novo é capaz de subverter a ordem natural das coisas e reinaugurar no mundo a face da esperança.

Como o compositor austríaco Anton Bruckner (1824-1896), em relação à sua *Oitava Sinfonia*, Alan Viggiano também consumiu dez anos de sua vida na reconstrução deste livro. Mas, nos dois casos, a espera valeu a pena: o mundo ganhou duas obras-primas. Em resumo: *Lisábria de Jesus ou O Estigma de Cam* (Tragédia em muitos atos) é um romance ousado, desconcertante e, às vezes, sem pé nem cabeça. Um romance dentro do romance, ou melhor, um não-romance que, ao desmontar o mundo para apresentar suas desconjunturas e desencontros, acaba por desmontar-se a si mesmo, num contínuo de delírios, críticas veladas e algumas bizarras verbais dignas do gênio. Nele, a grande façanha talvez seja o poder de síntese com que está revestida a sua concepção, a sua estranha arquitetura.

Em pouco mais de 150 páginas, escritas num estilo denso, vertiginoso, que explora as mais diversas camadas da linguagem, concentram-se invenções estilísticas e malabarismos fonéticos de tirar o fôlego do leitor menos avisado. O texto está povoado de neologismos, metáforas, hipérboles, aliterações e mais um monte de outros quebra-cabeças utilizados como recursos de ridicularização e de denúncia. Mas mantém, por um lado, um diálogo permanente com a Poesia, em que, mesmo disfarçados, aparecem poemas inteiros em forma de sonetos, e, por outro, com o próprio romance, numa homenagem fraterna e sincera ao escritor M. Cavalcanti Proença, autor do belo e pouco lido *O Manuscrito Holandês*.

De suas páginas brotam rios, mares, oceanos, num redemoinho de sugestões e estocadas as mais picantes, as mais atormentadoras. Nas entrelinhas, pode-se perceber que o Autor não poupa críticas e ironias aos desastrosos senhores do poder e, às vezes, até aos escritores

que vivem da velha arte do “culto ao próprio umbigo”, numa demonstração de cabotinismo e nenhum talento. Desses autores, são publicados textos e livros que não acrescentam nada. São, na maioria, “poetas” e “ficcionistas” sem um pingão de autocritica e, o que é pior, sem o mínimo senso de ridículo, a escrever e a falar asneiras e a publicar bobagens em livros vazios, completamente desnecessários.

Lembranças de Lima Barreto

Mas nem tudo são bolores extraídos desta flor do Planalto! No Lisábria podem-se encontrar, com facilidade, preitos de homenagem ao bom senso e à inteligência. O livro está repleto de beleza.

Falemos, por exemplo, de Lisábria, essa mulher que, apesar de ter sido estuprada pelo pai e pelo irmão, e de ter trazido ao mundo sete filhos, cada um de varão diferente, ainda teve forças para revolucionar sua vida de muitos sexos, nexos e plexos, pelo menos do ponto de vista da miséria em que se encontrava antes de deixar a Bahia e vir para Brasília.

Por outro lado, o romance nos oferece um sem-número de leituras, cada qual com interpretações variadas. Lisábria, na verdade, é um anagrama de Brasília, que, no entanto, lhe é acolhedora. Mas é muito mais a crítica do Brasil, das Américas, da Europa, enfim, do mundo inteiro. É também a história de uma mulher, de uma raça, de uma nação colonizada e submissa, sempre disposta a beijar as botinas do colonizador. Alan faz uma verdadeira análise dos problemas brasileiros, com seus envoltimentos nos campos econômico, social, político e linguístico. Levanta outras lebres e cria um painel sombrio de incertezas, em que tudo é questionado, discutido e criticado à luz da história recente deste país. Nada escapa à sua visão telescópica e avassaladora, mas sobretudo cheia de humor e de muitas gozações.

Vista desse ângulo, a obra viggiânica aproxima-se do *Macunatima* de Mário de Andrade, por suas concepções arquetípicas atualizadas

e até certo ponto aperfeiçoadas de um Brasil que não consegue desvencilhar-se do ranço escravocrata, entregue quase que totalmente aos ditames do colonizador, a começar pela sujeição cega à política financeira do FMI, pela incorporação do vestuário e das formas de comportamento *punk* (que, em certos casos, chega a beirar o ridículo), pelos maus hábitos alimentares (que, em muitos casos, reduzem-se a pão, maionese, batata frita e coca-cola) e – o que é mais grave e preocupante – pela desvirtuação do idioma pátrio (uma vez que a língua portuguesa tem sido menosprezada e vilipendiada até pelas classes mais privilegiadas, como a política, a empresarial, a científica e, pasmem!, a intelectual).

Só um exemplo: o Centro Comercial e Empresarial Norte de Brasília mais parece a ilha de Manhattan, em plena Nova Iorque. Aliás, num desses modernos edifícios de nome inglês, o Alan – numa tirada espetacular digna dos melhores autores do realismo mágico – coloca Deus em um escritório luxuoso, onde Ele passa a governar a humanidade, com mão de ferro e ajuda de um secretário dedicado e competente, na Sua eterna luta para livrar-se dos sanguessugas e puxa-sacos e, sobretudo, preservar o Seu poder.

Epílogo um tanto difuso, mas necessário

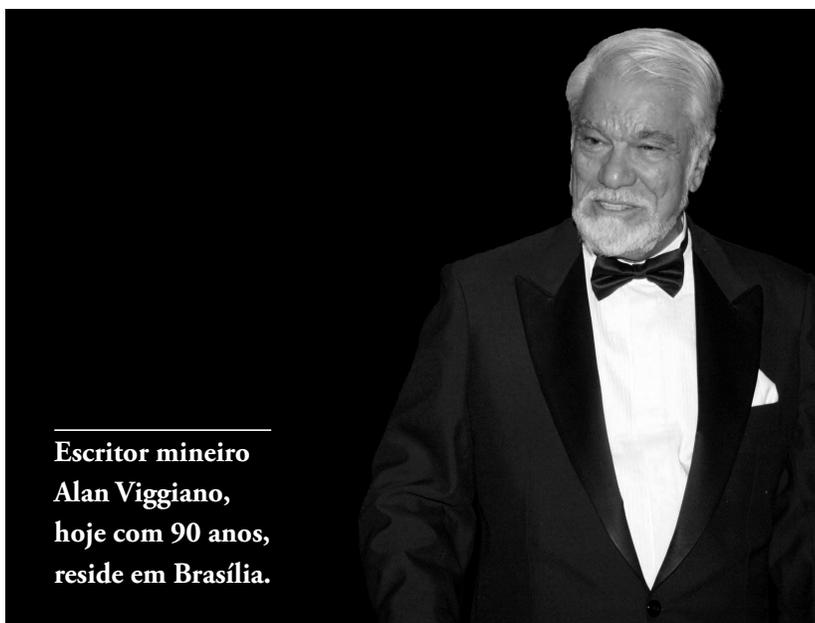
Neste momento, não poderia encerrar minhas observações sem fazer uma pequena referência à Música, principalmente à ópera. Mesmo porque *Lisábria de Jesus* está todo construído em perfeita harmonia com as formas musicais vigentes. E para tal, gostaria de trazer para este registro a oportuna opinião do crítico e musicólogo Charles Osborne:

“Às vezes dizem que a ópera não é mais uma forma de arte viva, que suas obras-primas são todas dos séculos XVIII e XIX. Isto não é verdade. Constantemente dizem que o

romance também está morrendo, mas novos romances – e muito bons – continuam a surgir. É verdade que nas últimas três décadas a maioria das formas artísticas se encontra em estado de instabilidade. A criatividade passa por um período de relativa baixa, como pode confirmar um rápido exame do que acontece (e não acontece) na pintura, na poesia, no teatro e na música. No entanto, há sinais de que as artes estão para entrar em um período de consolidação. (...) A ópera do futuro será diferente da ópera do passado e, esperamos, superior à maior parte da ópera do presente.” (E com o romance não será diferente.)

Termino por dizer que *Lisábria de Jesus ou O Estigma de Cam*, de Alan Viggiano, terá marcado com letras de ouro, na literatura brasileira, o fechamento do século XX, como uma obra extraordinária, tanto pelo vigor do seu conteúdo quanto pelas invenções estilísticas que apresenta. Ao mesmo tempo, será um marco inquestionável para o século XXI, que avança a passos largos. Com este livro, Alan Viggiano, certamente, inscreveu seu nome definitivamente na tradição literária fundada por José de Alencar, Machado de Assis e Guimarães Rosa, para mim, a santíssima trindade do romance brasileiro.

Nota do Autor: O grupo de seis escritores, uma intérprete e um editor que esteve em Miami, na Flórida, em 1991, para participação na *7th Miami Book Fair* era composto de Gildete Carvalho, Afonso Ligório de Carvalho, Alan Viggiano, Luiz Manzolillo, Waldomiro Bariâni Ortêncio, João Carlos Taveira, Asta-Rose Alcaide e Victor Alegria, proprietário da Thesaurus Editora.



Para além de esquerda e direita: sobre a manipulação política do significado de 1964 e do regime autoritário civil-militar

Gustavo Marques¹

Rodrigo Patto Sá Motta.

Passados presentes – o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 336 p.

O debate sobre os acontecimentos de 1964 e sobre o regime político que se seguiu durante vinte e um anos no Brasil ainda não se encerrou. Desde pelo menos a redemocratização, nos anos 1980, a versão canônica, quase consensual, sobre o período foi fornecida pela historiografia de esquerda, ainda hoje hegemônica nas universidades e nos meios intelectuais. Nos últimos tempos, porém, com a ascensão de uma “direita” populista, reacionária e caricatural – resultado, em grande medida, de uma reação espasmódica de parte da população aos desmandos políticos, econômicos e morais de governos de esquerda, e da ausência de uma direita democrática digna do nome –, a manipulação de fatos históricos e as teorias negacionistas voltaram ao prosicênio, assumindo, até, foros de “liberdade de expressão”. Antes restritas a alguns círculos nostálgicos e conspiracionistas,

1 Historiador e diplomata, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, cadeira nr. 75, cujo patrono é Luís da Câmara Cascudo. Autor de *O Livro Negro do Comunismo no Brasil – mitos e falácias sobre a história da esquerda brasileira* (Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2019).

confinados aos subterrâneos da internet, essas teorias, com a subida ao poder de um ex-militar excluído das fileiras do Exército por insubordinação e ex-parlamentar do baixo clero, de trajetória medíocre, personagem folclórico e totalmente desqualificado para o cargo, emergiram e adquiriram *status* de “verdade oficial”. Desde então, ganhou impulso a visão segundo a qual o que vale não é a verdade histórica, mas ganhar pontos na (impropriamente chamada) “guerra cultural”.

Nenhum momento da História republicana brasileira tornou-se alvo de tamanha investida por parte do negacionismo dessa “direita” primitiva e moralista do que o golpe² de 1964, assim como o período ditatorial que veio em seguida, sobretudo após a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 1968. “Não foi golpe”, é o mantra dos apologistas da ditadura civil-militar. “Não foi ditadura”, é outra frase bastante repetida, como se ditaduras fossem apenas as de esquerda. Sobre o papel dos militares, afirma-se que eles “salvaram o país do comunismo”, como se tivesse sido um gesto de bondade (ao que parece, foi uma salvação pela metade, pois o “comunismo” ainda estaria em todos os lugares...). Embalados por essa narrativa autoritária, e encorajados pelo discurso negacionista oficial, tais setores passaram a clamar, em manifestações apoiadas pelo governo, por um “novo AI-5” ou uma “intervenção militar” supostamente moralizadora e saneadora das instituições e costumes políticos nacionais (tal como em 1964).

Todas essas afirmações são, obviamente, invencionices, mentiras deslavadas, falácias e deturpações grosseiras decorrentes da ignorância

2 Deixo de lado, por infrutífera, a discussão semântica sobre como designar a queda de Goulart (“golpe” ou “revolução”). Limito-me a mencionar a seguinte frase, que utilizo como epígrafe em meu livro: “A revolução é indiscutivelmente a coisa mais autoritária que existe. É o ato em que uma parte da população impõe sua vontade à outra por meio de fuzis, baionetas e canhões”. Friedrich Engels, “Sobre a autoridade”. In: Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*, vol. 2 (São Paulo: Alfa-Omega, s.d., p. 187).

ou da vontade deliberada de falsear a História, e são facilmente desmentidas por uma rápida pesquisa. (A tese de que “não houve golpe”, por exemplo, é derrubada pela simples menção à sessão do Congresso de 2 de abril de 1964, na qual se decidiu pela vacância da presidência da República – decisão inconstitucional, pois o presidente ainda estava em território nacional e o cargo, portanto, não poderia ser declarado vago conforme a legislação então vigente.) Contudo, desde 2019, essas inverdades voltaram a ser lidas e ouvidas como parte do discurso governamental. “Esqueçam os historiadores”, grunhiu em entrevista o então candidato “da direita” à Presidência da República, durante a campanha para sua eleição, fazendo a apologia da ignorância. O mesmo político que, quando deputado federal, homenageou publicamente, numa importante votação, um conhecido torturador. E cujos seguidores têm como “guru” um astrólogo capaz de fazer a seguinte afirmação sobre 1964, marcada pelo exagero simplista e pela falta de qualquer seriedade e base factual sólida: “Em contraste com a *ausência total de homens da CIA operando no Brasil* naquela ocasião, os agentes da KGB nas altas esferas da República eram, *documentadamente, centenas, talvez milhares*”. (Citado na p. 73, grifos meus.)

Um exemplo de trabalho acadêmico que tenta se contrapor a essa narrativa “paralela” é o livro do historiador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Rodrigo Patto Sá Motta, *Passados presentes – o golpe de 1964 e a ditadura militar*, publicado em 2021, do qual a citação acima foi retirada. Infelizmente, deve-se dizer, com resultados insatisfatórios. Embora seja fruto de vasta pesquisa e apresente fatos abundantes, o texto de Motta, na ânsia de desmascarar as manipulações dos saudosistas da ditadura militar, termina por cair na armadilha oposta, repetindo erros e imprecisões históricas, apenas com o sinal invertido. Levado pela necessidade premente de denunciar e rebater os argumentos falaciosos da “direita”, Motta consegue fazê-lo, mas somente até

certo ponto. No final, ele acaba reforçando velhos mitos esquerdistas, enveredando, também, pelo negacionismo.

É o que ocorre, por exemplo, quando Motta, na parte mais substancial do livro, analisa o “perigo vermelho” (ou a ameaça de “comunização”) brandido pelos golpistas, civis e militares, ao lado da corrupção, para apearem João Goulart do poder e para nele permanecerem por mais de duas décadas. Nesse tema, Motta se coloca ao lado da maior parte dos historiadores, que enxergam tal “perigo” como fruto de histeria e de manipulação. Este teria sido apenas um pretexto dos golpistas para derrubar o governo e instalar o arbítrio. Logo fica claro que a prioridade, para os que defendem esse ponto de vista, é impedir que certos fatos inconvenientes sejam explorados politicamente, para “não dar munição” à “direita” autoritária, que busca justificar o golpe e a ditadura. Pode-se compreender esse objetivo, do ponto de vista político. Mas, do ponto de vista da História, pode-se avaliar essa visão? Há fortes razões para responder que não.

No livro, Motta mistura análises corretas com afirmações pouco comprováveis historicamente. Ele observa, acertadamente, que o golpe não foi desfechado por causa das reformas que Goulart pretendia realizar (as “reformas de base”, entre as quais a agrária –defendida por importantes setores empresariais e, inclusive, pelo governo dos EUA à época), mas nega qualquer intenção autoritária do governo Goulart e qualquer possibilidade de subversão da ordem legal. Ele indaga: “o golpe de 1964 interrompeu um processo de iminente tomada do poder pelos comunistas? A resposta (simples, porém a mais adequada) é não. Os comunistas não estavam em vias de controlar o país nem tinham recursos para tanto”. E justifica sua afirmação *a posteriori*, lembrando que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era, às vésperas do golpe, um partido pequeno: em 1964, tinha de 25 a 40 mil membros e de 8 a 10 deputados federais (eleitos por outras legendas), segundo dados da Agência Central de

Inteligência dos Estados Unidos (CIA) (p. 36). Além de minoritários, os comunistas “não tinham perspectiva insurrecional”, e visavam a “fortalecer o governo nacionalista capaz de realizar as reformas de base” (p. 38). Afirma, ainda: “A revolução comunista não estava no horizonte, nem mesmo para a maioria dos (poucos) comunistas efetivos” (p. 46). Dando como exemplo o PCB, ele assevera: “Entre as esquerdas, a maioria apostava no caminho das reformas sociais sob a condução do governo de João Goulart, buscando atuar *dentro da lei e das instituições vigentes*” (p. 175, grifo meu).

São afirmações que não se sustentam. Ao contrário do que diz Motta, o PCB, com seu radicalismo verbal, agiu para solapar a democracia, contribuindo, objetivamente, para a queda de Goulart. O mesmo fizeram outras correntes radicais de esquerda, como os “grupos de onze” ligados a Leonel Brizola, as Ligas Camponesas de Francisco Julião, os trotskistas da Política Operária (POLOP) e os “cristãos maoístas” da Ação Popular (AP), que controlavam os sindicatos e organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras. Todos esses setores competiam entre si em radicalismo e intransigência, recusando qualquer “conciliação com o imperialismo” e pressionando Goulart para uma ruptura institucional que apontasse para uma transformação profunda da estrutura sócio-política-econômica. Ou seja: a esquerda radical preparava-se, sim, para dar o bote.

Além disso, números são importantes, sem dúvida, mas são insuficientes para se ter uma clara compreensão do momento histórico. A questão não é se os comunistas eram minoritários (a propósito: eles também eram na Rússia em 1917, e em Cuba em 1959), mas se estavam, de fato, influenciando os rumos do governo (como eles mesmos diziam que estavam). As perguntas, portanto, deveriam ser outras: havia ou não sinais de que Goulart estava planejando dar um golpe, apoiado, ou pressionado, pela esquerda

radical? Esta se preparava ou não para a tomada revolucionária do poder? Existia ou não o temor, por parte não somente da direita conservadora, mas de muitos liberais e inclusive reformistas, de que o governo rasgasse a Constituição e instalasse algum tipo de ditadura? Goulart estimulava ou não essa percepção? Ele escolheu ou não romper com a legalidade? Afinal, perguntam Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, “haveria, de fato, um golpe das esquerdas em curso e liderado por Goulart?”

A resposta é sim, dizem alguns estudiosos citados por esses dois pesquisadores. Quem o afirma não é nenhum “reacionário de direita”, mas os próprios comunistas da época. Segundo o dirigente do PCB Dinarco Reis, “grupos e personalidades políticas em posições absurdamente ‘radicais’ ajudavam a pôr lenha na fogueira da intentona em aberta preparação. Assim acontecia com assembleias de marinheiros, de sargentos, grupos dos 11 de Brizola, Julião com sua reforma agrária ‘na marra’ e outros tantos adeptos de que ‘basta uma chama para incendiar uma floresta’. [...] Também no Partido e no próprio Comitê Central havia pessoas que simpatizavam [com] e estimulavam essas posições”.³ A título de exemplo, em encontro com o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes (que achava que um golpe viria de Goulart, não dos militares), o líder máximo dos comunistas no Brasil, Luiz Carlos Prestes, explicitou seus planos, afirmando que “*os comunistas brasileiros não se deixarão enredar no círculo de giz da legalidade. Não têm, por ela, o menor apreço*”.⁴ Bem diferente da atuação “dentro da lei e das instituições vigentes” mencionada por Motta.

Outro dirigente do PCB na época, Jacob Gorender, foi ainda mais categórico: a partir do fim de 1963, “Goulart deu uma guinada

3 Dinarco Reis, *A luta de classes no Brasil e o PCB, volume II* (São Paulo: Novos Rumos, 1987, p. 107).

4 Citado em Araújo Netto, “A paisagem”, em Alberto Dines et al, *Os idos de março e a queda em abril* (Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964, p. 30). Grifo meu.

à esquerda e passou a se entender com as forças de esquerda, com o PCB em particular, germinando também uma ideia golpista”. Gorender reconhece que “Jango se preparava francamente para o que se chama de continuísmo. Luís Carlos Prestes declarou, numa entrevista à televisão, em janeiro de 1964, que a Constituição deveria ser reformada para possibilitar a reeleição do presidente. Era um convite aberto ao golpe, neste caso já com motivação esquerdista aparente”. E conclui, sem meias palavras: “Havia, pois, golpismo, não só da direita, mas também da esquerda”.⁵ Visão que está em sintonia com a de Elio Gaspari, que escreveu que havia “dois golpismos em marcha”: “O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial”.⁶ Palavras reforçadas pelo relato de José Stacchini, ex-militante trotskista, para quem o perigo de instauração de um governo comunista “*se afigurava real*”.⁷

Além de Gorender, outro intelectual marxista, Leandro Konder, afirma que a proposta de Prestes de reformar a Constituição de 1946 para permitir a reeleição de Goulart, naquelas circunstâncias, “era, certamente, golpista”, e que “a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita”. Ferreira e Gomes colocaram a questão nos seguintes termos: “Mais cedo ou mais tarde, o presidente daria um golpe de Estado com as esquerdas, afirmavam muitos congressistas. Era isso que importava e, convenhamos, era absolutamente possível”.⁸ Novamente, é Jorge Ferreira quem

5 Jacob Gorender, “Era o golpe de 64 inevitável?”, em Caio Navarro de Toledo (org.), 1964 – Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo (Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 110).

6 Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 51).

7 José Stacchini, *1964 – Mobilização da audácia* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 4). Grifo meu.

8 Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, *1964 – O golpe que derrubou um presidente*,

afirma: “A questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia”.⁹

Sem incorrer na história contrafactual, é inegável que havia um golpe em preparação, e não somente das forças conservadoras e anticomunistas. Mesmo que o medo do comunismo instigado pela propaganda anti-Goulart fosse movido por boa dose de exagero e irracionalidade – afinal, eram os tempos da Guerra Fria –, é forçoso reconhecer que o governo Jango deu motivos de sobra para os militares agirem. Dênis de Moraes aponta elementos suficientes para se caracterizar o golpismo da esquerda no período: “1. a proposta de Brizola de dissolver o Congresso eleito em 1962 e convocar uma Assembleia Constituinte, ‘de que participem trabalhadores, camponeses, sargentos, oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e da qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional’; 2. os focos guerrilheiros em pleno regime de liberdades democráticas, que deturparam o potencial de mobilização das Ligas Camponesas; 3. os sinuosos propósitos continuístas do próprio Presidente Goulart; 4. o enfrentamento do princípio de hierarquia nas Forças Armadas”.¹⁰

A tudo isso Goulart dava seu estímulo, ou sua leniência cúmplice, provocando o temor de convulsão social. Poucos dias após a queda quase incruenta do governo, *o New York Times* afirmava que “os adversários de Goulart não puderam comprovar que ele estava

pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 289-290).

9 Citado em Paulo Markun, *Na lei ou na marra, 1964-1968* (São Paulo: Benvirá, 2014, p. 163).

10 Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64 – Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões* (Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, pp. 365-6).

levando o Brasil para o comunismo, mas se pode comprovar que o estava levando para o caos”.¹¹ Não por acaso, não somente conservadores, mas muitos liberais e mesmo reformistas, como Juscelino Kubitschek, Ulysses Guimarães, d. Paulo Evaristo Arns e Sobral Pinto, apoiaram a queda de Goulart e aplaudiram os tanques nas ruas.

Tudo isso é ignorado por Motta, cuja visão parcial é exemplificada por sua análise da mensagem de Goulart ao Congresso, enviada em 15 de março de 1964, dois dias depois do famoso “comício das reformas”, no Rio de Janeiro, momento-chave da radicalização à esquerda do governo. Na mensagem, Goulart propôs, além da reforma agrária, nada menos do que a delegação de poderes legislativos ao Executivo. Tal medida esvaziaria o poder do Parlamento e acabaria, de fato, com a separação dos poderes, base da democracia representativa. No entanto, Motta nega qualquer golpismo na ação de Goulart, afirmando, num argumento tortuoso, que “a permissão para a delegação de poderes precisava ser autorizada antes pelo próprio Congresso, o que torna problemática a acusação de que o governo tinha intenções golpistas” (p. 32). Como se pedir ao Legislativo que renuncie a seus poderes fosse algo normal numa democracia... Quanto ao pedido de estado de sítio feito por Goulart em outubro de 1963, rechaçado tanto pela direita quanto pela esquerda – que temia, igualmente, uma ditadura *de Goulart* –, Motta limita-se a dizer que foi um “momento infeliz”, sem entrar em detalhes (p. 28).

Em outras palavras: o comício da Central do Brasil, a mensagem de Goulart ao Congresso, a revolta dos marinheiros e o discurso de Goulart no Automóvel Clube do Rio de Janeiro (30 de março de 1964), entre outros fatos, evidenciaram a realidade da ameaça às instituições democráticas, tornando supérflua qualquer manipulação da opinião pública. Goulart flertava com o golpismo, e os militares

11 Citado em Edmar Morel, *O golpe começou em Washington* (2ª ed. comentada. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014, p. 185).

que o depuseram não estavam vendo fantasmas ao dizer que agiram para evitar que o Brasil caminhasse para alguma forma de ditadura, talvez socialista. Até mesmo alguns ministros de Goulart admitiram, mais tarde, que esse perigo era real, e que os esquerdistas que cercavam o presidente “queriam sair do caos para o socialismo”. Disse Darcy Ribeiro: “Eu mesmo cheguei a acreditar, num certo momento, que talvez o milagre [sic] de Cuba pudesse se repetir”.¹²

Ecoando a visão da historiografia de esquerda, porém, Motta enxerga na falta de reação de Goulart ao golpe uma prova de que o “perigo vermelho” era uma fantasia: “Para efeito de argumentação, poderíamos inverter a tese que associa Jango ao perigo comunista: evitando a guerra civil, o presidente bloqueou a possibilidade de radicalização à esquerda que, em caso de (improvável) vitória, poderia ter levado a algum tipo de revolução socialista” (p. 40). O autor parece esquecer que o temor do comunismo dizia respeito mais às forças radicais que cercavam, e pressionavam, o presidente, e que viam o poder na esquina (a propósito: a radicalização à esquerda, no início de 1964, não era uma possibilidade, mas uma realidade). Esse fato reforça a tese do contragolpe preventivo, não da “ausência de ameaça”. Goulart certamente não era comunista e provavelmente não desejava uma revolução popular, mas não atuou para impedi-la. Pelo contrário. Parte da esquerda jamais o perdoaria, porque nele depositou tantas esperanças.

A recusa em enxergar o golpismo de Goulart leva Motta a extremos de contorcionismo. Por exemplo, ele tenta minimizar o escândalo, gravíssimo, da descoberta da ajuda material de Cuba a um plano guerrilheiro das Ligas Camponesas, em 1962, que foi, então, abafado por Goulart. Comparando esse fato à prisão, em maio de 1964, por espionagem, de um segundo-secretário lotado na embaixada da então Tchecoslováquia, Motta afirma que esse caso foi mais grave do que o

12 Citado em Dênis de Moraes, op. cit., p. 300.

episódio das Ligas, e sugere que a pouca importância dada ao assunto pelo general-presidente Castello Branco comprovaria que Goulart “evitou criar celeuma política com Cuba por razões diplomáticas e por seu estilo conciliador”. Ademais, afirma Motta, “não faz sentido imaginar que um grande proprietário de terras como Goulart apoiasse guerrilheiros comunistas” (pp. 43-4). A argumentação é extremamente frágil e busca justificar a omissão de Goulart diante do apoio cubano às Ligas, um movimento guerrilheiro em plena democracia. A pouca atenção ao caso do diplomata tcheco apenas revela que o governo militar não via a Tchecoslováquia como uma ameaça, ao contrário de Cuba que, diferentemente do país do Leste Europeu, financiava guerrilhas no Brasil. Quanto ao fato de Goulart possuir terras, também as tinham Brizola e Fidel Castro (filho, aliás, de um poderoso latifundiário).

Com relação ao regime autoritário civil-militar instalado após 1964, embora o chame de ditadura, Motta reconhece nele a existência de espaços de oposição. Isso torna, no mínimo, problemática a assertiva de que a luta armada surgiu como uma forma de “reação” à intensificação da repressão ou de “resistência democrática” ao regime – tese que Motta não respalda, mas que também não rechaça explicitamente. “A ditadura brasileira admitia a oposição e a considerava necessária para o funcionamento do seu sistema político, o que nem sempre era o caso em outros regimes do mesmo tipo”, observa Motta (p. 158), deixando de mencionar que, entre esses regimes, estavam alguns que a esquerda armada pretendia emular. Para seu mérito, ele não comete o erro de muitos analistas, que ainda hoje insistem na lenda reconfortante de que a luta armada dos anos 1960/70 constituiu uma forma de luta pela democracia e teria, de certa forma, contribuído para o fim do ciclo autoritário. Embora timidamente, ele afirma que os guerrilheiros “não perfilavam necessariamente [n] a resistência democrática” (p. 161).

Exemplo da dificuldade de alguns acadêmicos de encarar a violência armada de esquerda é a seguinte declaração de Motta: “Deixando de lado a propaganda e as paixões ideológicas, as guerrilhas de esquerda brasileiras realmente cometeram alguns atos terroristas, mas de pequena escala e minoritários se considerarmos o conjunto de suas atividades. Além disso, *seus alvos não poderiam ser considerados inocentes ou desavisados*, pois *na maioria se tratava de militares ou policiais* em um país convulsionado pela violência política” (p. 191, grifos meus). É clara a tentativa de minimizar a violência terrorista de esquerda, visto que a escala da repressão no Brasil também foi bem menor do que em outras ditaduras. A última afirmação, além de improcedente factualmente (o terrorismo vitimou sobretudo civis, entre os quais simples transeuntes), é extremamente questionável, do ponto de visto ético-moral e humanitário. Afinal, os guerrilheiros mortos pelos órgãos repressivos não poderiam ser considerados inocentes ou desavisados. Isso torna suas mortes menos graves?

Outro tema em que a parcialidade de Motta fica evidente é o do apoio de alguns governos estrangeiros à esquerda armada no Brasil, em particular no que diz respeito ao treinamento guerrilheiro. Na opinião de Motta, esse fato não muda o caráter desproporcional do conflito, pois “o Estado brasileiro contou com a ajuda dos Estados Unidos, Inglaterra e França, que vendiam armas, equipamentos e assessoramento técnico” (pp. 192-3). O argumento da desproporcionalidade, aqui, é enganoso: somente um pequeno número dos militares que receberam treinamento fora do país se envolveu na repressão política, sendo que a maioria jamais esteve no exterior (e, certamente, aprenderam a torturar no Brasil). O envio de alunos brasileiros a academias estrangeiras inscreveu-se no âmbito da cooperação mútua com as Forças Armadas desses países, iniciada antes de 1964. Já dos que treinaram guerrilha em Cuba ou na China, praticamente todos tiveram algum envolvimento com a luta armada. Eram agentes ativos da subversão, não funcionários querendo aper-

feiçãoar-se profissionalmente em um curso no exterior. Sobre isso, Motta também não diz nenhuma palavra.

Não há dúvida de que o “perigo vermelho” foi exagerado e explorado politicamente pelos que deram o golpe em 1964, assim como foi desproporcional a repressão. Mas é inegável que esse temor se assentava, também, na realidade. O fato de haver paranoia e manipulação não significa que o perigo fosse inexistente, ou que o medo fosse infundado. Do ponto de vista dos que temiam a radicalização de esquerda, havia fortes razões para se preocupar, como escreveu Jacob Gorender: “*Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse*”.¹³ Lembrar tal fato significa resgatar a História, e não – é bom que fique claro – de maneira nenhuma justificar o golpe e a ditadura (e muito menos respaldar a versão tosca e farsesca de que os militares “salvaram o país do comunismo”).

Lamentavelmente, o livro de Motta, embora não pretenda ser “neutro” (e nenhum livro de História o é), mostra-se demasiadamente parcial para ser uma resposta eficaz às mentiras e manipulações da “direita” sobre um capítulo importante da História nacional. Muito mais embasada e equilibrada, nesse sentido, é a obra já citada de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, *1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* (Civilização Brasileira, 2014), que levanta aspectos ignorados ou negados por Motta, como as intenções continuístas e o golpismo de Goulart. O próprio Motta é citado por Ferreira e Gomes para ilustrar a tese de que a radicalização dos últimos meses do governo Goulart era evitável e terminou por selar seu destino.¹⁴

13 Jacob Gorender, *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada* (5ª ed., São Paulo: Ática, 1998, pp. 72-3.) Grifo meu.

14 Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, op. cit., pp. 154 e 168.

Em síntese, o livro de Rodrigo Patto Sá Motta apresenta alguns fatos relevantes, e deve constar na bibliografia de todo pesquisador sério da História política brasileira recente, para além dos estereótipos e clichês associados à polarização atual (mais centrada, aliás, em personalismos messiânicos do que propriamente em ideologias). É uma obra acadêmica documentada e, pode-se conjecturar, bem-intencionada, por rebater alguns mitos e falácias que se tornaram correntes. No entanto, ao se aferrar a uma visão igualmente mitologizada, o texto revela que o debate sobre o tema permanece obscurecido por preconceitos ideológicos – e não somente vindos da “direita”. O estudo sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar no Brasil aguarda uma análise menos parcial e menos ideologizada. Dos dois lados.

Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

SÓCIOS ACADÊMICOS

ADALBERTO LASSANCE

Patrono: Antônio Americano do Brasil
Cadeira 38

ADONIAS DOS REIS SANTIAGO

PATRONO: Elias Brito Sobrinho
Cadeira 44

ALBENE MIRIAM MENEZES KLEMI

PATRONO: Tiradentes
Cadeira 20

ALDO PAVIANI

PATRONO: Francesco Tosi Colombina
Cadeira 127

ALESSANDRO GAGNOR GALVÃO

PATRONO: Gustavo Barroso
Cadeira 55

ANDERSON BRAGA HORTA

PATRONO: Medeiros e Albuquerque
Cadeira 46

ANDRÉ RICARDO HERÁCLIO DO RÊGO

PATRONO: Oliveira Lima
Cadeira 113

ANTÔNIO FLÁVIO TESTA

PATRONO: Cândido Mariano Rondon
Cadeira 5

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA

PATRONO: Euclides da Cunha
Cadeira 36

ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO

PATRONO: João Ribeiro
Cadeira 99

ARIOVALDO PEREIRA DE SOUZA

PATRONO: José Maria Belo
Cadeira 60

ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY

PATRONO: Clóvis Beviláqua
Cadeira 63

ARNALDO SERAFIM

PATRONO: Aires da Mata Machado
Cadeira 115

BERNARDO FELIPE ESTELLITA LINS

PATRONO: Roberto Simonsen
Cadeira 43

BRUNO DA SILVA ANTUNES CERQUEIRA

PATRONO: OLIVEIRA VIANA
Cadeira 40

CARLA RIBEIRO TESTA

PATRONO: Dulcina de Moraes
Cadeira 17

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ

PATRONO: Manuel Deodoro da Fonseca
Cadeira 10

CARLOS EDUARDO VIDIGAL

PATRONO: Viriato Correia
Cadeira 120

CARLOS EULER CURRLIN PERPÉTUO

PATRONO: Lauro Müller
Cadeira 32

CARLOS HENRIQUE CARDIM

PATRONO: Duarte da Ponte Ribeiro
Cadeira 106

CARLOS HUGO STUDART CORRÊA

PATRONO: Monteiro Lobato
Cadeira 52

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO

PATRONO: Ribeiro da Costa
Cadeira 51

CARLOS VALOUSSIÈRE DE CASTRO BRANDÃO

PATRONO: Machado de Assis
Cadeira 83

CARMEN LÍCIA PALAZZO

PATRONO: José Honório Rodrigues
Cadeira 93

CHRISTIANE SAMARCO RODRIGUES CECÍLIO

PATRONO: Edilson Cid Varela

Cadeira 49

CLÁUDIO QUEIROZ

PATRONO: Oscar Niemeyer

Cadeira 64

CLÁUDIO LUIZ NOGUEIRA GUIMARÃES DOS SANTOS

PATRONO: Sérgio Corrêa da Costa

Cadeira 126

CLEUSA NEVES DA SILVA LOPES

PATRONO: Altamiro de Moura Pacheco

Cadeira 96

CRISTINA MARIA COSTA LEITE

PATRONO: Israel Pinheiro da Silva

Cadeira 98

CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTE BUARQUE

PATRONO: Darcy Ribeiro

Cadeira 29

DANILO GOMES

PATRONO: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

Cadeira 54

DEMOSTENES TRES ALBUQUERQUE

PATRONO: Gen. Ernesto Dornelles

Cadeira 28

DINAIR ANDRADE DA SILVA

PATRONO: Pedro Ludovico

Cadeira 56

DINIZ ESTEVES

PATRONO: Aurélio de Lyra Tavares

Cadeira 114

EDMÍLSON SOBREIRA CAMINHA JÚNIOR

PATRONO: Guimarães Rosa

Cadeira 104

EDUARDO JOSÉ ANTUNES NETTO CARREIRA

PATRONO: Octávio Tarquínio de Souza

Cadeira 123

EUGÊNIO GIOVENARDI

PATRONO: Gilberto Freyre

Cadeira 94

FÁBIO DE SOUSA COUTINHO

PATRONO: Eurico Gaspar Dutra
Cadeira 74

FAGUNDES DE OLIVEIRA

PATRONO: Lauro Sodré
Cadeira 61

FERNANDO PEDRO DE BRITES

PATRONO: Barão de Mauá
Cadeira 1

FILIPE RIZZO OLIVEIRA

PATRONO: Cyro dos Anjos
Cadeira 110

FLÁVIO AUGUSTO BONFÁ

PATRONO: Ernesto Balduino de Almeida
Cadeira 23

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO

PATRONO: Joaquim Nogueira Paranaguá
Cadeira 58

GILMAR DUARTE ROCHA

PATRONO: Pe. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota
Cadeira 72

GUSTAVO HENRIQUE MARQUES BEZERRA

PATRONO: Luís da Câmara Cascudo
Cadeira 75

HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES

PATRONO: Santiago Dantas
Cadeira 14

HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO

PATRONO: Pedro Aleixo
Cadeira 105

INNOCÊNCIO VIÉGAS

PATRONO: Antônio Gonçalves Dias
Cadeira 97

IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO

PATRONO: Juarez Távora
Cadeira 78

JOANISVAL BRITO GONÇALVES

PATRONO: Pandiá Calógeras
Cadeira 67

JOÃO CARLOS TAVEIRA

PATRONO: Thomaz Antônio Gonzaga
Cadeira 70

JOÃO MENDONÇA DE AMORIM FILHO

PATRONO: Joaquim Cardoso
Cadeira 25

JOAQUIM CAMPELO MARQUES

PATRONO: Hipólito José da Costa
Cadeira 30

JORGE GUILHERME DE MAGALHÃES FRANCISCONI

PATRONO: Bernardo Sayão
Cadeira 9

JORGE HENRIQUE CARTAXO

PATRONO: Alberto Torres
Cadeira 37

JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN

PATRONO: Jerônimo Coimbra Bueno
Cadeira 57

JOSÉ INALDO CHAVES JÚNIOR

PATRONO: Max Fleiuss
Cadeira 119

JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK

PATRONO: José Sette Câmara
Cadeira 118

LÉA MARIA CARRER IAMASHITA

PATRONO: Sérgio Buarque de Holanda
Cadeira 65

LÉLIO VIANA LÔBO

PATRONO: Santos Dumont
Cadeira 79

LENORA DE CASTRO BARBO

PATRONO: Auguste François-Marie Glaziou
Cadeira 11

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA

PATRONO: Silvio Romero
Cadeira 82

LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

PATRONO: Alvarenga Peixoto
Cadeira 116

LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESCA MOTA

PATRONO: Hélio Silva

Cadeira 109

LUIZ AUGUSTO ROCHA DO NASCIMENTO

PATRONO: Visconde de Taunay

Cadeira 112

LUIZ HENRIQUE CASCELLI DE AZEVEDO

PATRONO: João Camilo de Oliveira Torres

Cadeira 2

MARCELO GRANGEIRO QUIRINO

PATRONO: Benjamin Constant

Cadeira 103

MARIA DE LOURDES ABADIA

PATRONO: José Aparecido de Oliveira

Cadeira 13

MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO

PATRONO: Marianne Peretti

Cadeira 85

MARCOS ROBERTO TORRES DA SILVEIRA

PATRONO: José Clemente Pereira

Cadeira 87

MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO

PATRONO: Carlos Maximiliano

Cadeira 62

MERCEDES GASSEN KOTHE

PATRONO: Florestan Fernandes

Cadeira 108

MOEMA CORREIA SÃO THIAGO

PATRONO: Luiz Carlos Prestes

Cadeira 77

NAPOLEÃO VALADARES

PATRONO: Carlos de Laet

Cadeira 42

NATANRY LUDOVICO LACERDA OSÓRIO

PATRONO: José Ludovico de Almeida

Cadeira 47

NICOLAS HUBERTUS JOSEF MARIA VON BEHR

PATRONO: André Malraux

Cadeira 66

NINA TUBINO

PATRONO: Jofre Mozart Parada
Cadeira 95

OSMAR ALVES DE MELO

PATRONO: Barão do Rio Branco
Cadeira 130

PAULO CASTELO BRANCO

PATRONO: Pedro Calmon
Cadeira 81

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PATRONO: Ernesto Silva
Cadeira 101

PAULO EDUARDO AGUIAR SARAIVA CÂMARA

PATRONO: Burle Marx
Cadeira 89

PAULO FERNANDO MELO DA COSTA

PATRONO: Plínio Salgado
Cadeira 33

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

PATRONO: Tobias Barreto
Cadeira 4

PEDRO JORGE DE CASTRO

PATRONO: Luiz Cruls
Cadeira 7

PEDRO WILSON CARRANO DE ALBUQUERQUE

PATRONO: Bartolomeu Bueno da Silva
Cadeira 12

RICARDO GONÇALVES DA SILVA

PATRONO: Caio Prado Júnior
Cadeira 24

RICARDO WAHRENDORFF CALDAS

PATRONO: Raymundo Faoro
Cadeira 122

ROBERTO CARLOS BATISTA

PATRONO: José Dilermando Meireles
Cadeira 124

ROBERTO FERREIRA ROSAS

PATRONO: Alceu Amoroso Lima
Cadeira 39

ROBERTO MARIO DA SILVA CASTELLO

PATRONO: Marechal José Pessoa
Cadeira 117

ROBERTO MINADEO

PATRONO: Ernesto Ule
Cadeira 34

ROGÉRIO DE SOUZA FARIAS

PATRONO: Afonso Arinos de Melo Franco
Cadeira 21

ROMILDO TEIXEIRA DE AZEVEDO

PATRONO: Frei Caneca
Cadeira 129

RONALDO COSTA COUTO

PATRONO: Antônio Francisco Lisboa
Cadeira 128

RONALDO PINHEIRO ROCHA

PATRONO: Pe. Antônio Tomaz
Cadeira 71

RONALDO POLETTI

PATRONO: Donald Belcher
Cadeira 48

RUBENS CAVALCANTE JÚNIOR

PATRONO: Francisco Adolfo de Varnhagen
Cadeira 27

RUY MONTENEGRO

PATRONO: Cláudio Santoro
Cadeira 92

SAULO SANTOS DINIZ

PATRONO: Júlia Kubitschek
Cadeira 100

SEBASTIÃO FONTENELE FRANÇA

PATRONO: Duque de Caxias
Cadeira 18

SELMA LÚCIA DE MOURA GONZALES

PATRONO: Djalma Polli Coelho
Cadeira 22

SÔNIA HELENA TAVEIRA DE CAMARGO CORDEIRO

PATRONO: Pompeu de Souza
Cadeira 3

TÂNIA SIQUEIRA MONTORO

PATRONO: Assis Chateaubriand
Cadeira 26

TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS

PATRONO: José Bonifácio de Andrada e Silva
Cadeira 6

TELMO AMAND RIBEIRO

PATRONO: Therezinha de Castro
Cadeira 117

THÉRÈSE HOFMANN GATTI RODRIGUES DA COSTA

PATRONO: Álvaro Lins
Cadeira 90

TULIO EUFRÁZIO MARQUES JÚNIOR

PATRONO: Cláudio Manoel da Costa
Cadeira 128

VERA RAMOS

PATRONO: Lucio Costa
Cadeira 84

VICTOR ALEGRIA

PATRONO: Fernão Dias Paes Leme
Cadeira 15

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

PATRONO: Parsifal Barroso
Cadeira 69

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO

walmeida@embratel.net.br
PATRONO: Joaquim Felício dos Santos
Cadeira 111

WILON WANDER LOPES

PATRONO: Íris Meinberg
Cadeira 50.

SÓCIOS EMÉRITOS

Maria Luiza Dornas
Pedro Henrique Lopes Bório

SÓCIOS HONORÁRIOS

Afonso Ligório
Luiz Solano
Lusitano Abrantes Malheiro
Moacir dos Santos França

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Alaor Barbosa dos Santos
Alarico Verano
Antonio José Matias de Sousa
Eliana Pedrosa
Elson Cascão
José Adirson Vasconcelos
José Carlos Brandi Aleixo
José Carlos Gentili
Laudenor de Sousa Limeira
Luiz Imbroisi
Oswaldo Sergio Balbino dos Santos (Dinho Aor)

SÓCIOS LICENCIADOS

Adison do Amaral

QUADRO ESPECIAL

Lenine Fiúza Lima
Marcone Formiga
José Antônio Prates
Wasny Nakle de Roure

Sumários dos números anteriores da *Revista do IHG-DF*

Revista nº 1

- Editorial
- Homenagem
- Lúcio Costa – In Memoriam – José Santiago Naud
- Alguns Pensamentos, Sentimentos e Opiniões de Lúcio Costa
- O Inventor da Cidade – Ernesto Silva
- Lúcio Costa – Geraldo Mayrink
- As Três Capitais: Salvador, Rio de Janeiro e Brasília – Lourenço Fernando Tamanini
- Lúcio Costa – Tânia Batella de Siqueira
- O Plano Piloto de Brasília – Adirson Vasconcelos
- Posses no Instituto Histórico e Geográfico do DF
- Kurt Pessek Saúda Novos Sócios do IHG-DF – 14 de agosto de 1997
- Newton Egydio Rossi Fala em Nome dos Novos Sócios do IHG-DF – 14 de agosto de 1997
- Guido Mondin Saúda os Empossados Augusto E. Lins, Áureo Mello, Rui Rasquilha e Miguel Setembrino E. de Carvalho – 2 de outubro de 1997
- Discurso de Augusto Estellita Lins na Posse de Novos Sócios do IHG-DF – 2 de outubro de 1997
- João Carlos Taveira Fala aos Novos Sócios Acadêmicos Branca Bakaj, Maria Duarte e Léo da Silva Alves, em 19 de março de 1998
- Discurso de Branca Bakaj na Posse de Novos Sócios do IHG-DF – 19 de março de 1998
- Registro iconográfico
- Necrológio
- Em Memória do Acadêmico José Dilermando Meireles – Lincoln Magalhães da Rocha
- De Bolívar a Kubitschek – O Despertar da América Latina – Affonso Heliodoro dos Santos
- Monteiro Lobato, Admirador de Euclides da Cunha – Um Estudo Comparativo entre os Dois Escritores – Cassiano Nunes

- Brasília no Contexto Social – A Complexidade Geográfica e a Unidade Geopolítica – Lucídio Guimarães Albuquerque
- Subsídios à Construção Cartográfica do Brasil – Rui Rasquilho
- Como Dom João II Enganou os Reis Católicos da Espanha – José Hélder de Souza
- Migração, Integração, Identidade – Mercedes Gassen Kothe
- Brasília, Capital Federal – Adalberto Lassance
- As Deformações Geopolíticas, Sociais e Econômicas do Distrito Federal e as Alternativas para sua Integração – José Dilermando Meireles
- Pequena História das Liberdades no Brasil – Kurt Pessek
- Testemunho da Mensagem de Anápolis – Carta Endereçada a Antônio Soares Neto, o Toniquinho – Antoninho Rapassi
- O Homem da Serra do Cafezal – Paulo Bertran
- Missão Universal da Língua Portuguesa – José Santiago Naud
- Soberania, “Soberania Limitada”, “Dever de Ingenrência”, “Intervenção Humanitária” – Manoel Soriano Neto
- Relação Nominal dos Sócios Efetivos do IHG-DF

Revista nº 2

- Editorial
- Guido Mondin: A Própria História do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – Entrevista concedida a João Carlos Taveira
- Três Poemas de João Carlos Taveira
- No 31º Aniversário do IHG-DF – José Santiago Naud
- Similitude entre a Proposta de Luiz Cruls e os Estudos Posteriores Sobre o Sítio Ideal para a Capital do Brasil – Ernesto Silva
- O Centenário de Bernardo Sayão: O Último Bandeirante Brasileiro – Jarbas Silva Marques
- O Cerrado e o Planalto Central: Transfigurações – Paulo Bertran
- A Influência Árabe na Língua Portuguesa – Dad Squarisi
- O Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta – Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- Dois Poemas de Anderson Braga Horta
- A Influência da Cartografia na História de Brasília – Adalberto Lassance
- Memórias Lusitanas no Magrebe – Rui Rasquilho

- JK – De Diamantina ao Memorial – Affonso Heliodoro dos Santos
- O Exército e a Mudança da Capital Federal – Manoel Soriano Neto
- Uma Vida em Brasília – Antônio Carlos Osório
- Registro
- Luiz Cruls, Explorador do Céu e da Terra – Ronaldo Rogério de Freitas Mourão
- Interpretando Canudos – Alberto Martins da Silva
- Carlos de Laet – Napoleão Valadares
- San Tiago Dantas e sua Significação para o Direito e a Política no Brasil – Hermenegildo Gonçalves
- Meus Sessenta e Seis Anos... de Praça – Affonso Heliodoro dos Santos
- Registro Iconográfico
- Necrológio
- Volta a um Velho Tema (A Correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva) – Cassiano Nunes
- Machado de Assis, Se Santo Fosse, Profeta Seria – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- As Razões Ocultas da Crise Mundial – William Almeida de Carvalho
- De Marselha a Campinas – Antoninho Rapassi
- O Projeto Rondon e a Associação Nacional dos Rondonistas – Estanilau Monteiro de Oliveira
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Revista nº 3

- Editorial
- Compromissos Assumidos – Nina Tubino
- Tradição Cultural Brasileira (Discurso de Posse no IHGDF) – Vamireh Chacon
- Crônica de um Otimista Inabalável, aos 500 Anos do Brasil – Nestor dos Santos Lima
- O Atlântico Sul e o Brasil – José Santiago Naud
- O Descobrimento do Brasil (Acaso ou Intencionalidade?) – Manoel Soriano Neto
- A Armada de 1500 e as Singularidades de Arribada na Escala do Atlântico Sul – Fernando Lourenço Fernandes
- Os Espanhóis Descobriram o Brasil – José Hélder de Souza

- Sonetos de Descobrimentos – Anderson Braga Horta
- Aires Gomes, Capitão de Caravela – Danilo Gomes
- Outros Quinhentos – Napoleão Valadares
- O Sonho de Dom Bosco – Jarbas Silva Marques
- Histórias do Pai da História – Armando José Buchmann
- Registro sobre Jofre Mozart Parada – Nina Tubino
- Breve Leitura do Livro *Lisábria de Jesus*, de Alan Viggiano – João Carlos Taveira
- O Brasil de JK e o FMI – Luiz Manzollilo
- Discurso de Recepção do Título de Cidadão Honorário – Romeu Barbosa Jobim
- O Artista (Lembrança de Guido Mondin) – Dario Abranches Viotti
- Necrológio
- Registro Iconográfico
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do IHGDF

Revista nº 4

- Editorial
- Amazônia – O Grande Desafio
- Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, escritor, Coronel Affonso Heliodoro dos Santos – Antônio Temóteo dos Anjos Sobrinho
- História: A Fonte e a Prova – um ensaio sobre a Iconografia do Pau-brasil – Fernando Lourenço Fernandes
- Desfazendo Inverdades sobre a FEB – Gen. José Moretzsohn
- A Criação da Arquidiocese de Brasília – Lourierdes Fiúza dos Santos
- A Grande Hidrovia – Moacyr Santos França
- Segurança Nacional, Reconciliação e Plano Colômbia – Nestor dos Santos Lima
- A Preservação de Brasília – Ernesto Silva
- Armando Câmara e a Renúncia – Aldo Vinholes de Magalhães
- Sobre a Necessidade e Urgência de um Projeto de Futuro para o Brasil – Augusto Estellita Lins
- Palavras do Ex. Presidente Juscelino Kubitschek pronunciadas durante o Sepultamento de Pedro Aleixo

- Distrito Federal: Município ou Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Leon Frejda Szklarowsky
- Dilermano Reis: O Livro que vem – Antoninho Rapassi
- Escorço Histórico da Unidade de Vizinhança 07/08 Sul – José Hélder de Souza
- Estátua a Justiça – Paulo de Azevedo Marques
- Everardo Adolfo Backeuser – Manoel Soriano Neto
- Hipólito José da Costa: Um Maçom Brasileiro que foi Grã-mestre Provincial na Inglaterra – William Almeida de Carvalho
- História da ortografia da Língua Portuguesa – Nonato Silva
- Juscelino Kubitschek cantou com o Tenor do Planalto – Jarbas Silva Marques
- José Bonifácio de Andrada e Silva – Armando J. Buchmann
- JK: O Grande Estadista Brasileiro – Affonso Heliodoro
- Discurso Homenagem aos Febianos – Affonso Heliodoro
- O Centenário de Germano Roriz – Jarbas Silva Marques
- O Centenário de Nascimento de JK – Nina Tubino
- O Maior de todos os Brasileiros – Márcio Cotrim
- Os Trabalhadores e as Forças Armadas – Ensaio – José Antônio Prates
- Pátria e Juventude na Poesia Brasileira – Anderson Braga Horta
- Recompondo a Jornada Realizada – Juscelino Kubitschek
- Repensando a Nacionalidade – José Santiago Naud
- Tributo aos Jornalistas Goianos – Sebastião de Barros Abreu
- Homenagens
- Registro Iconográfico
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Revista nº 5

- Editorial – Affonso Heliodoro dos Santos
- O Entorno e a sua Integração com o Distrito Federal – Adalberto Lassance
- Reforma Agrária – Affonso Heliodoro dos Santos
- O Pioneiro Esquecido – Afonso Ligório Pires de Carvalho
- O Farmacêutico da Missão Cruis – Alberto Martins da Silva
- JK e os Estudantes – Aluísio Pimenta
- Domingos Carvalho da Silva e seus Universos Paralelos – Anderson Braga Horta
- Língua e Poder Político – Antônio Carlos Elizalde Osório

- JK e a Educação – Arnaldo Niskier
- A Primavera em Brasília – Arthur Natividade Seabra
- Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea – Branca Borges Góes Bakaj
- Nossa Senhora da Esperança a Devoção de Pedro Álvares Cabral – Fernando Lourenço Fernandes
- A Origem da Linguagem e da Poesia – Henriques do Cerro Azul
- O Centenário de uma Mulher que ajudou a criar Brasília – Jarbas Silva Marques
- Luiz Manzanillo Vive – João Carlos Taveira
- A Geopolítica e a Geoestratégica dos Descobrimientos Portugueses – João Ribeiro da Silva
- As “Invasões” e um Novo Estado – José Hélder de Souza
- O índio – Kurt Pessek
- Brasília, Planalto Central e Geopolítica – Lucídio Guimarães Albuquerque
- JK: o Exilado, o Amigo, o Brasileiro – Luiz Adolfo Pinheiro
- Presença de Tiradentes na Rocinha da Negra – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- Fortificações Históricas do Brasil – Manoel Soriano Neto
- Rosa na Estrada – Napoleão Valadares
- Angola – Reflexões – Nina Tubino
- Brasília e sua Vocação para a Arte – Oswaldo Sergio (Dinho)
- O Acadêmico de Direito nas Origens de Brasília – Paulo de Azevedo Marques
- Cidadão Honorário de Brasília – Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- Epítome da Primeira Imprensa no Distrito Federal – Nonato Silva
- O Brasil que dava certo – Ronaldo Costa Couto
- Relação Nominal dos Sócios do IHG-DF

Revista nº 6

- Editorial – Affonso Heliodoro dos Santos
- De Bolívar a Kubitschek: O Despertar da América Latina – Affonso Heliodoro dos Santos
- Os Vaqueiros que mudaram a Geografia do Brasil – Afonso Ligório Pires de Carvalho
- O Primeiro General Médico Goiano – Alberto Martins da Silva

- Os “Erros” de Castro Alves – Anderson Braga Horta
- Marcha Terrestre no Itinerário Salvador-Brasília por Destacamento da 6ª Região Militar para participar da Inauguração da Nova Capital em 21 de abril de 1960 – Cel. Cláudio Moreira Bento
- Saudades de Lucio Costa – Ernesto Silva
- O Poder da Periferia – Eugênio Pedro Giovenardi
- Antônio Cândido: 90 Anos de Dignidade – Fábio de Sousa Coutinho
- O Conceito Tático de Villegagnon – A Olaria e Henriville – Fernando Lourenço Fernandes
- Brasília – A Capital do Olhar – Francisco Seixas da Costa
- Ernesto Silva – Um Paradigma de Honestidade e Coerência – Jarbas Silva Marques
- Altino Caixeta de Castro e a Coroa de Sonetos – João Carlos Taveira
- Ilha de Trindade – As pretensões inglesas e outras curiosidades – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- Roberto Burlle Marx – Luiz Van Beethoven Benício de Abreu
- A Problemática Indígena no Brasil – Manoel Soriano Neto
- Memória e Brasília – Maria de Souza Duarte
- A Capital no Vale – Napoleão Valadares
- O Negro no Brasil – Uma sinopse histórico-sociológica – Nylson Reis Boiteux
- Candango! Super Herói: Homônimo e Anônimo – Oswaldo Sergio
- Brasília nos tempos do Zé Aparecido – Paulo Timm
- Origem Histórica da Fundação Universidade de Brasília – Raimundo Nonato da Silva
- Projeto Rondon 0 A Concepção Política Estratégica dos Campi Avançados – Sérgio Mário Pasquali
- As Chaves de Ouro do Padre Antônio Tomás – Henriques do Cerro Azul
- Relação Nominal do Sócios do IHG-DF

Revista nº 7

- Editorial – Vera Ramos
- Caravana de Integração Nacional – Affonso Heliodoro dos Santos
- Bicentenário de Nascimento do Visconde de Porto Seguro – Adirson Vasconcelos
- Tenente-Coronel Louis Ferdinand Cruls – Alberto Martins da Silva

- Por uma Política de Cidadania: Um Estudo de Caso sobre o “Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão” – Alcidéa Vieira Coelho
- Cem Anos de Domingos Carvalho da Silva – Anderson Braga Horta
- Fona Flora Meneses – Antônio Temoteo dos Anjos Sobrinho
- JK em Ouro Preto – Danilo Gomes
- Desapropriações em Goiás para a Construção de Brasília (1955 a 1958) – Darcy Dornelas de Farias
- Lago Paranoá – a Origem – Denise Coelho Silva Rabello
- Direitos Invioláveis da Natureza e Direitos Históricos do Homem – Eugênio Giovenardi
- Um Brasileiro nas Abas do Mar de Atlas – Fontes de Alencar
- Aspectos da Operação Pan-americana – José Carlos Brandi Aleixo
- Arte de Furtar – José Carlos Gentili
- O Cometa de 1941 – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- As Glórias da FEB – Manoel Soriano Neto
- Breves Notas sobre Rios e Redes Hidrográficas do Distrito Federal – Mário Diniz de Araújo Neto
- Festa de Casamento – Napoleão Valadares
- Emilio Kemp Larbeck – Nina Tubino
- Jeitinhos de Brasília – Osmar Alves de Melo
- Oração de Ronaldo Rebello de Britto Poletti, na ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em 29 de setembro de 2010.
- Brasília, Patrimônio Nacional e Mundial – Vera Ramos
- A Verdadeira Data da Independência do Brasil – William Almeida de Carvalho
- O Editorial que mudou o GDF para Taguatinga – Wílson Wander Lopes
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos

Revista nº 8

- Editorial – Orgulho e Compromisso – Afonso Ligório
- Paranoá, Um Lago Multissecular – Adalberto Lassance
- As Três Capitais do Brasil – Adirson Vasconcelos
- Doutor Antônio Martins de Azevedo Pimentel – Alberto Martins da Silva
- Do Plano Piloto de Brasília à Metrópole Polinucleada – A Cidade Desejada – Aldo Paviani
- Altiplano – Anderson Braga Horta

- Uma Cidade Mágica no Sertão de Goyaz – Danilo Gomes
- Brasília: Asas ao Desenvolvimento do Raciocínio Geográfico – Denise Mota Pereira da Silva
- Prece Natalícia a Brasília – Fagundes de Oliveira
- Poema da Maturidade – João Carlos Taveira
- Brasília Revisitada a Adirson Vasconcelos – João Carlos Taveira
- Sob o Signo da Cruz – Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- Sonho Realizado nº 193, OP. 187 – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- Soneto nº 59, OP. 127, Nº 1 – Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira
- Para Entender o Tombamento de Brasília e a Portaria 314 do IPHAN – Maria Elisa Costa
- Patrimônio Cultural da Humanidade – Napoleão Valadares
- Carta da Água: Da Escassez à Transição Hídrica – Newton Castro e Eugênio Giovenardi
- Brasília – Nina Tubino
- Imagens da Corte – Nina Tubino
- Brasília e o Jeitinho Brasileiro – Osmar Alves de Melo
- Da Generosidade de Brasília – Silvestre Gorgulho
- Você Conhece Brasília? – Vera Ramos
- Uberaba e a Profecia de D. Bosco – William Almeida de Carvalho
- Nosso Governo sempre foi do Distrito Federal. Afrontando a Constituição e a Lei Orgânica, Rollemberg Mudou para Governo de Brasília – Wílon Wander Lopes
- Relação Nominal dos Sócios Acadêmicos

Revista nº 9

- Apresentação – Ronaldo Poletti
- O Entorno e sua Integração com o Distrito Federal – Adalberto Lassance
- Os 60 Anos de Brasília, em 2020 – Adirson Vasconcelos
- Doutor Antônio Americano do Brasil (1892-1932) – Adalberto Martins da Silva
- Nótulas Filósofantes – Anderson Braga Horta
- Tropeiros, Tropas & Boiadas – Danilo Gomes
- Um Paraíso a Preservar – Eugênio Giovenardi
- O Sono da Biblioteca – Innocência Viégas

- Um Homem e Seus Poemas: Em Tradução Primorosa – João Carlos Taveira
- Discurso da Recepção ao Professor Moaci Alves Carneiro no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- Fazenda Cachoeiras da Boa Vista – José Carlos Gentili
- A Leitura como Autorresgate da Própria Existência – Luiz Serra
- Estudo Tentativo de Periodização da História da Educação: Uma Abordagem Diacrônico-Conceitual-Evolutiva – Moaci Alves Carneiro
- Dos Filhos – Napoleão Valadares
- Ô, Seu Coronel! – Paulo Castelo Branco
- Historiografia das Relações Internacionais do Brasil – Paulo Roberto de Almeida
- Anhanguera, Luiz Cruels, Rondon e Prestes pelas Calçadas de Brasília – Pedro Jorge de Castro
- Affonso Heliodoro: exemplo e Desafio – Ronaldo Costa Couto
- Roma e Brasília – Ronaldo Poletti
- Tragédia na Floresta Amazônica – Tarcízio Dinoá Medeiros
- O Duque de Caxias Maçônico – William Almeida de Carvalho
- Um Artigo Histórico – Cassados sem Culpa – Wílon Wander Lopes

Revista nº 10

- Apresentação – Ronaldo Poletti

Primeira Seção – Assuntos Gerais

- Da História dos Ideais de Eduardo Mora-Anda – Anderson Braga Horta
- Introdução à Egiptologia – Carlos Valoussiére de Castro Brandão
- Napoleão Bonaparte, Ator Teatral – Danilo Gomes
- Brasília 60 Anos – Eugênio Giovenardi
- Causos – Innocência Viégas
- Anderson Braga Horta e a Tradução Literária – João Carlos Taveira
- Elos Internacionais de Brasília – José Carlos Brandi Aleixo
- História e Estética de um Beato Urbano: O Profeta Gentileza – Luiz Serra
- A Origem do Jogo do Bicho – Marcelo Grangeiro Quirino
- Contos – Napoleão Valadares
- O Quarteto Iluminado da Missão Goiana – Nina Tubino
- Otaviano Augusto. O *Imperium Populi*. O Império do Brasil – Ronaldo Poletti
- O “Território Sagrado Kalunga”. Um Quilombo na Chapada dos Veadeiros – Sebastião Fontenele França

- Chefe Bazil Águia Branca – Iroquês/Sioux Anglo-Amazônico-Roraimense – Tarcízio Dinoá Medeiros

Segunda Seção – Discursos de Posse

- Roberto Simonsen: Um Empreendedor – Bernardo Felipe Estellita Lins
- Oliveira Viana e a Defesa das Elites: Tecocracia e Aristocracia – Bruno da Silva Antunes de Cerqueira
- Propostas para o Novel Século – José Theodoro Mascarenhas Menck
- Brasília: Acolhimento e Preservação – Luiz Henrique Cascelli de Azevedo

Terceira Seção – Resenhas

- A Enciclopédia dos 60 Anos de Brasília – Adirson Vasconcelos
- A Velhice do Tempo. O tempo da Velhice – Agnês de Lima Leite
- Série: Duzentos Anos de Independência do Brasil – Bernardo Felipe Estellita Lins
- O Sertão Anárquico de Lampião – Hugo Studart
- Macunaíma, Ropicapnefma – Hugo Studart
- A Guerrilha do Araguaia por um experiente jornalista – Paulo Roberto de Almeida
- Filosofia e Direito – Direito e Filosofia – Tarcízio Dinoá Medeiros

Revista nº 11

- Apresentação: No limiar do bicentenário da Independência – Paulo Roberto de Almeida
- Cronologia de eventos que culminaram na independência do Brasil – José Theodoro Mascarenhas Menck
- A Formação da Memória Nacional: breve história do IHGB e do IHG-DF – William Almeida de Carvalho
- Universidade e Instituto Histórico e Geográfico – Ronaldo Poletti
- A saga de Lúcio Costa e Brasília – Jorge Guilherme Francisconi
- Lúcio Costa: o homem que mandou no sol – Pedro Jorge de Castro
- Brasília, primeira imagem – Eugênio Giovenardi
- Primeira Obrigação Tributária no Brasil – Tarcízio Dinoá Medeiros
- Especulações sobre a evolução da ordem global no século XXI – Paulo Roberto de Almeida
- O pensamento econômico de Roberto Simonsen – Bernardo F. E. Lins
- A poesia e a prosa de Clóvis Sena – João Carlos Taveira

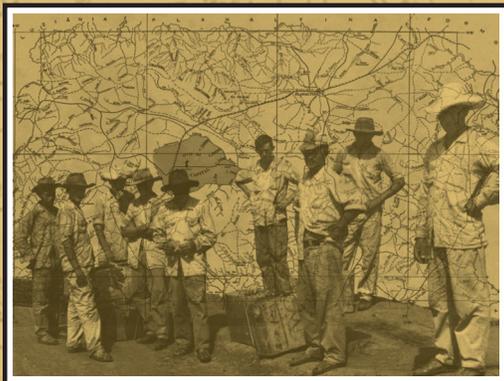
- Antônio Paim: do marxismo ao liberalismo – Paulo Roberto de Almeida
- O Richard Burton que não conheceu Elizabeth Taylor – Danilo Gomes
- O maoísmo internacional e os comunistas brasileiros – Hugo Studart
- Réquiem para uma ilusão: a trajetória do comunismo no Brasil, 1922-1992 – Gustavo Marques
- *O Brasil contra democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul*. Roberto Simon – Paulo Roberto de Almeida
- *A vitória da vida sobre a política. A relação entre necessidade, trabalho e totalitarismo no pensamento de Hanna Arendt*. Adahlton Dourado Júnior – Ronaldo Poletti
- *O constitucionalismo e o fim do absolutismo régio*, José Theodoro Mascarenhas Menck (org.) – Ronaldo Poletti

Revista nº 12

- Apresentação: De uma diretoria a outra – Paulo Roberto de Almeida; Gustavo Henrique Marques Bezerra
- Ata da Comissão Eleitoral sobre a eleição de uma nova administração – Paulo Roberto de Almeida; Carlos Eduardo Vidigal; André Heráclio do Rêgo
- Apontamentos sobre a tributação no Período Joanino – Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
- Do Conhecer ao Desconhecido – Eugênio Giovenardi
- A revolução liberal de 1820 como precursora da independência do Brasil: o papel do *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa – Paulo Roberto de Almeida
- Mito e Lógos - Ronaldo Poletti
- Marco Maciel, um estadista da República – Carlos Henrique Cardim
- Coragem: a virtude de Antonio Paim – Carlos Henrique Cardim
- O porão da esquerda: O outro lado dos “anos de chumbo” no Brasil – Gustavo Marques
- Celso Lafer: o pai fundador das relações internacionais no Brasil – Paulo Roberto de Almeida

Normas para colaboradores

1. Os artigos, de preferência inéditos, terão extensão variável, de 15 a 25 páginas, com aproximadamente 36 a 60 mil caracteres.
2. Cada artigo, com título em ponto 14 e corpo do texto em ponto 12, deve vir acompanhado de resumo em português e *abstract* em inglês, de aproximadamente 80 palavras, bem como palavras-chave e *key words*. Ao final do artigo, o autor incluirá um breve currículo de até 10 linhas.
3. Na primeira página, abaixo do nome do autor, deve constar uma informação sintética sobre a formação e vinculação institucional do autor, de até duas linhas.
4. Notas de rodapé (ao pé da página) apenas quando indispensáveis; as referências bibliográficas e citações no corpo do texto devem seguir o modelo (Autor, ano: p.); bibliografia, distinguindo entre fontes e literatura secundária, deve vir em ordem alfabética ao final do artigo, observando as normas da ABNT (6023/2018).
5. Resenhas de livros terão de preferência entre 3 e 10 páginas, começando com a identificação precisa da obra, depois de eventual título fantasia.
6. Encaminhar as colaborações ao e-mail: ihgdfederal@gmail.com.
7. Os membros dos conselhos consultivo e editorial atuarão como pareceristas anônimos; pareceristas externos poderão atuar para temas especializados.



Capa: Composição de imagem do Mapa do Distrito Federal - Atlas Histórico/1894 - Missão Cruls e foto da chegada de Candangos à Brasília/1959.

ISSN 2525-6653



9 772525 665003